

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**O SOL NASCE PARA TODOS? PLANEJAMENTO, TURISTIFICAÇÃO E  
URBANIZAÇÃO LITORÂNEA NA COSTA DO SOL POENTE DO CEARÁ.**

**TIAGO DA SILVA CASTRO  
ORIENTADOR: ALEXANDRE QUEIROZ PEREIRA**

**FORTALEZA – CE  
2016**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC**



**TIAGO DA SILVA CASTRO**

**O SOL NASCE PARA TODOS? PLANEJAMENTO, TURISTIFICAÇÃO E  
URBANIZAÇÃO LITORÂNEA NA COSTA DO SOL POENTE DO CEARÁ.**

**FORTALEZA – CE**

**2016**

TIAGO DA SILVA CASTRO

O SOL NASCE PARA TODOS?

Planejamento, Turistificação e Urbanização Litorânea na Costa do Sol Poente do Ceará.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC) como requisito final para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Queiroz Pereira.

FORTALEZA – CE  
2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- C353s Castro, Tiago da Silva.  
O sol nasce pra todos? : Planejamento, turistificação e urbanização litorânea na Costa do Sol Poente do Ceará. / Tiago da Silva Castro. – 2016.  
295 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2016.  
Orientação: Prof. Dr. Alexandre Queiroz Pereira.
1. Políticas públicas. 2. Turismo. 3. Territorialidades. I. Título.

CDD 910

---

TIAGO DA SILVA CASTRO

O SOL NASCE PARA TODOS?

Planejamento, Turistificação e Urbanização Litorânea na Costa do Sol Poente do Ceará.

Data da Defesa: 18 / 07 / 2016.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Alexandre Queiroz Pereira (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará – UFC

---

Prof. Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas  
Universidade Federal do Ceará – UFC

---

Prof. Dr. Enos Feitosa de Araújo  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE

---

Profa. Dra. Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano  
Universidade Estadual do Ceará – UECE

FORTALEZA – CE

2016

**A Deus.**

Por guiar-me pelas veredas da justiça.

**Aos meus Pais.**

Pelas palavras de apoio nos momentos difíceis e de orgulho nas vitórias.

**À minha Irmã.**

Pela paciência em ouvir minhas reclamações sobre os causos da vida acadêmica.

**Ao meu Amor.**

Por representar a segurança e compreensão que necessitei perante os problemas e decisões a serem tomadas.

**Aos meus amigos de LAPUR, NETTUR, Correios e agregados.**

Pelos risos e amadurecimento humano e profissional que tivemos juntos.

## AGRADECIMENTOS

A **Albertina Praciano de Castro** e **Francisco Bento Filho**, avós e grandes amigos que, por conta das ondas do destino e do mar, constituíram família e histórias como pescadores e pessoas da terra na praia da Baleia, em Itapipoca- CE.

Ao amigo e professor **Alexandre Pereira**, pelas orientações, palavras de apoio e paciência para ouvir angústias, progressos, planejamentos, dados coletados e uma infinidade de suposições materializadas ou dissipadas neste estudo.

À amiga e professora **Luzia Neide**, pela oportunidade de trabalhar ao seu lado e aprender com sua orientação e conhecimentos durante a Graduação.

À Professora **Mariana Fernandes**, por suas orientações e considerações críticas durante o exercício da monitoria de Geografia Urbana, em 2012.

Aos amigos da **Universidade Estadual do Ceará**, **Otávio Barra**, **Babi**, **Rafael Sobral**, **Victor Hugo**, **Leo Maia**, **Marco Diego**, **Wellington Romão** e **Fernanda**, pela amizade mantida mesmo após a falta de contato diário.

Aos amigos do **Grupo de Estudos Turismo, Território e Cultura (CNPq)**, **Luciana Maciel**, **Gerardo Facundo**, **Camila Freire**, **Débora Freire** e **Laura Mary**, pelos contatos mantidos e trocas de informações relativas às dinâmicas do turismo.

Aos professores **Eustógio Dantas**, **Clélia Lustosa** e **José Borzacchiello da Silva**, pelos conselhos e contribuições para a pesquisa e para a vida profissional.

Aos amigos do **Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (LAPUR)**, **Franzone**, **Joy**, **Dyenice**, **Gabriela**, **Natacha**, **Bruno**, **Beatriz**, **Marco**, **Caio**, **Regina**, **Samuel**, **Letícia** e **Gerlaine**, pela troca de conhecimentos, alegrias, discussões e oportunidade de amadurecimento pessoal e profissional.

Aos amigos da **Pós-Graduação em Geografia da UFC**, **Alexandre Coelho**, **Luana**, **Marlon Cavalcante**, **Rodolfo**, **Eciane**, **Enos**, **Rachel**, **Paulo Roberto**, **Eider**, **Felipe**, **Mickaelle**, **Rosiane** e **Júlia**, por nossos debates e contribuições mútuas acerca das pesquisas geográficas em curso.

Aos amigos do **Grupo de Estudos sobre Urbanização Litorânea**, **Nayrisson**, **Fátima**, **Frederico**, **Almir**, **Daniel**, **Rhaissa**, **Herbster** e **Cláudio**, pelas discussões bem-humoradas sobre os processos de reestruturação na zona costeira cearense.

**A todos minha íntegra e eterna amizade.**

Eu guardo em mim,  
dois corações,  
um que é do mar,  
um das paixões,  
um canto doce,  
um cheiro de temporal,  
eu guardo em mim um Deus,  
um louco,  
um santo,  
um bem e  
um mal.

(Dorival Caymmi – O bem e o mal)

## RESUMO

As últimas duas décadas foram de intensas transformações na dinâmica socioespacial do litoral nordestino. A adoção de políticas de planejamento voltadas ao desenvolvimento da região se intensificou a partir da década de 1990, concebendo projetos para fomento da atividade turística. Tais políticas, pautadas na implantação de infraestruturas de transportes e de lazer e centradas no objetivo de atração de fluxos turísticos e investimentos privados, acabaram por configurar redes urbanas paralelas ao litoral, sendo estas subordinadas às capitais nordestinas, tornadas centros de recepção e distribuição de fluxos para os municípios litorâneos. No caso do Ceará, esta lógica permanece, ressaltando-se as peculiaridades do planejamento local buscando inserção na guerra dos lugares. Eleito pelos governantes como novo locus de espacialização da atividade turística e de suas benesses, o litoral oeste cearense (de Caucaia a Itaipoca) recebe rodovias, obras de recuperação de patrimônio arquitetônico e natural e a possibilidade de integrar a vitrine do mercado turístico mundial. Porém, os recursos aplicados a esta região não surtiram o efeito esperado e nem contribuíram para a redução das desigualdades sociais. Pode-se constatar a expansão quase imediata da vilegiatura marítima de caráter autóctone nos municípios litorâneos do Estado, o gradativo crescimento do imobiliário-turístico na Região Metropolitana de Fortaleza, recursos mal aplicados em obras sem qualquer funcionalidade, o acirramento dos conflitos territoriais por toda a zona costeira e impactos socioambientais de diversas magnitudes. Este estudo objetiva investigar as dinâmicas socioambientais provenientes das políticas de turismo aplicadas à reestruturação produtiva da Costa do Sol Poente do Ceará nas últimas duas décadas e os entraves à espacialização da atividade nesta parcela da zona costeira do Estado. Por meio da leitura do referencial teórico busca-se a análise do turismo como atividade econômica ligada ao lazer e utilizadora da imagem do lugar como produto principal, bem como possibilita estabelecer parâmetros sobre os impactos das políticas públicas nos outros três principais estados do Nordeste. A coleta dos dados e projetos possibilita a compreensão do rebatimento das intervenções na dinâmica dos municípios litorâneos da primeira fase do PRODETUR-CE. As entrevistas buscam dar voz aos sujeitos da pesquisa e permitem a investigação dos conflitos e dos motivos da não espacialização do turismo na Costa do Sol Poente. Associadas à documentação fotográfica e ao mapeamento das localidades, as análises remontam cenário das dinâmicas e buscam a proposição de alternativas ao modelo hegemônico de turismo litorâneo, que até então, não tem mostrado soluções viáveis aos conflitos territoriais e à manutenção do patrimônio natural e dos modos de vida das comunidades litorâneas.

**Palavras-chave:** Políticas públicas. Turismo. Territorialidades.

## ABSTRACT

The last two decades were of intense transformations in the sociospatial dynamics of the Northeast littoral of Brazil. The adoption of planning actions turned for developing of the region intensifies from the decade of 1990, conceiving projects to promotion of the touristic activity. Those politics, guided in the implantation of infrastructure of transports and of leisure, and focused on the goal of attraction of touristic flows and private investments, set urban networks parallel to the coast, being these subordinated to the northeastern capitals, turned in centers of reception and distribution of flows to the coast counties. In the case of Ceará estate, this logic remains, emphasizing the peculiarity of the local planning seeking insertion in the war of places. Elected by the governors as new locus of touristic activity spacialization and of its blessings, the west littoral of Ceará (from Caucaia to Itapipoca) receive highways, restoration work of architectural and natural heritage, and the possibility of integrating the showcase of world tourist market. However, the resources applied in this region did not have the desired effect and even contribute to the reduction of the social inequalities. It can be seen almost immediate expansion of maritime viliatura local character in the coast municipalities of the state, the gradual real estate-touristic growth in the metropolitan area of Fortaleza, poorly funds invested in works without any functionality, the intensification of territorial conflicts throughout coast and environmental impacts of various magnitudes. The research aims to investigate the social and environmental dynamics from the tourism politics applied to the productive restructuring of the Sunset Coast of Ceará estate in the last two decades and the barriers to spacialization of the activity in this part of the coast area of the state. By reading the theoretical framework seeks the analysis of tourism as an economic activity related to leisure and user image of the place as the main product, as well enables to establish parameters of the impacts of public politics in the other three main states of the Northeast. The collection of data and of project furthers the understanding of folding of interventions in the dynamics of the coast municipalities of the first phase of PRODETUR-CE. The interviews seek to give voice to the research subjects and allow the investigation of conflicts and reasons for non spacialization of tourism on the Sunset Coast. Associated with photographic documentation and mapping of locations, analyzes date back scenario of the dynamics and seek to propose alternatives to the hegemonic model of coast tourism, which so far has shown no viable solutions to territorial disputes and the maintenance of natural heritage and ways of life of coast communities.

**Keywords:** Public Policies. Tourism. Territorialities.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Folders e panfletos produzidos pelo Governo do Estado do Ceará e pela Prefeitura de Fortaleza divulgando as potencialidades turísticas do Estado e da Capital .....	45
Figura 2: Divulgação do hotel Essenza, em Jericoacoara .....	104
Figura 3: Área central de lazer do Taíba <i>Beach Resort</i> , em São Gonçalo do Amarante .....	118
Figura 4: Área central do condomínio <i>Wai Wai Residence</i> , em Cumbuco .....	119
Figura 5: Via de acesso ao VG <i>Sun</i> e ao Vila Galé, em Cumbuco.....	120
Figura 6: Hotel Dom Pedro Laguna, ao lado do condo-hotel <i>Riviera Beach Place Resort</i> , pertencentes aos Aquiraz <i>Riviera</i> .....	121
Figura 7: Situação atual da área residencial do Lagoinha <i>Suites Resort</i> .....	128
Figura 8: Situação atual do hotel pertencente ao Lagoinha <i>Suites Resort</i> .....	129
Figura 9: Loteamentos, terrenos e ferramentas de publicidade em São Gonçalo do Amarante .....	136
Figura 10: Imagens de satélite que denotam a expansão da carcinicultura às margens do rio Curu e o processo de assoreamento na foz, entre 2004 e 2014 ...	137
Figura 11: Orla de Lagoinha ocupada por barracas de praia, pousadas, hotéis e restaurantes.....	141
Figura 12: Presença da pesca na localidade de Flecheiras, Trairi-CE .....	144
Figura 13: Mangue ocupando início de campo de dunas, em Baleia, Itapipoca.....	146
Figura 14: Presença de instrumentos da pesca (paquetes, jangadas e rolos) na localidade do Cumbuco, em Caucaia .....	159
Figura 15: Residência secundária de alto padrão entre as praias do Morro do Chapéu e a praia do Centro, localidade de Taíba .....	162
Figura 16: Ocupação da orla da praia do Centro, composta por residências fixas, residências secundárias de baixo e médio padrão, comércios e embarcações .....	163
Figura 17: Parte das dunas coberta de palhas de coqueiros, na tentativa de barrar o avanço destas .....	166
Figura 18: Os três vetores de expansão da Sede de Paracuru.....	167
Figura 19: Ao fundo, residências de considerável porte disputam espaço com a vegetação na orla de Paracuru.....	168
Figura 20: Instrumentos da pesca e pescadores presentes na orla de Lagoinha...	169
Figura 21: Localização do Aldeias dos Coqueirais, primeira fase do Aldeias de Lagoinha.....	170
Figura 22: Barracas de praia (abaixo) e pousadas (acima) presentes na orla de Lagoinha.....	171
Figura 23: Local de ancoragem das embarcações e alocação de residências de pescadores (atrás dos barcos) em Mundaú .....	174
Figura 24: Placa de anúncio de vendas de lotes na porção oeste de Guajiru.....	175

Figura 25: Localização dos terrenos na porção sul da localidade de Mundaú (em amarelo) .....	176
Figura 26: Processo de mudança das residências de pescadores entre os anos de 2004 e 2013.....	178
Figura 27: Vegetação de manguezal e coqueirais presente na orla de Baleia, Itapipoca-CE.....	179
Figura 28: Rua no interior de São Gonçalo do Amarante.....	183
Figura 29: Orla de Paracuru no ano de 2004, sem a presença da reformulada praça do Farol .....	197
Figura 30: Praça do Farol de Paracuru .....	198
Figura 31: Fachada do Garlaban Hotel, em Paracuru .....	198
Figura 32: Via paisagística de Flecheiras, em Trairi.....	200
Figura 33: Parte da fachada da Pousada do Paiva, em Flecheiras, Trairi.....	201
Figura 34: Arquitetura tribal do Orixás Art Hotel, em Flecheiras, Trairi .....	202
Figura 35: Paisagem frontal do <i>Zorah Beach</i> Hotel, em Guajiru, Trairi .....	203
Figura 36: Barcos responsáveis pelo passeio no rio Mundaú, em Trairi .....	204
Figura 37: Restaurante Orixás, em Flecheiras, Trairi.....	216
Figura 38: Situação dos chalés do embargado Lagoinha Suítes Resort, em Paraipaba .....	218
Figura 39: Restaurante Manzari, em Lagoinha, Paraipaba-CE .....	219
Figura 40: Deslize de terra no anfiteatro do CPTA do rio Curú, em Paracuru.....	221
Figura 41: Pousada que possui arquitetura de segunda residência na localidade de Cumbuco, Caucaia .....	223
Figura 42: Perfil das unidades no condomínio <i>Summerville</i> Cumbuco.....	224
Figura 43: Placa indicativa de participação do estabelecimento no CONSEP de Flecheiras.....	226
Figura 44: Unidade Básica de Saúde da Família de Baleia, em Itapipoca. Moradores ressaltam que faltam médicos e medicamentos no equipamento, que também não abre todos os dias .....	231
Figura 45: (Topo) Acesso de praia em Taíba e rua sem pavimentação em Baleia; (Base) Rua sem drenagem pluvial em Lagoinha e trecho não duplicado da CE-085 em Trairi .....	235
Figura 46: (De cima para baixo) Calçadão de Paracuru, calçadão de Flecheiras, erosão na orla de Icaraí, calçadão de Pecém e ruínas do calçadão de Mundaú ...	236
Figura 47: Praça do mirante do rio Mundaú, Farol de Paracuru e Quiosque do mirante de Taíba .....	237
Figura 48: Praça de Baleia, praça de Guajiru, praça de Taíba, praça de Cumbuco, e equipamentos depredados da praça do Farol de Paracuru.....	238

Figura 49: Ruínas do CPTA do rio Curu (Paracuru), CPTA da Lagoa da Canabrava (Paraipaba), CPTA da Lagoa do Mato (Itapipoca), refuncionalizado CPTA de Mundaú (Trairi .....	240
Figura 50: (Esquerda) Maquetes virtuais do Cumbuco Golfe Resort e padrão dos apartamentos planejados. (Direita) Piscina, bloco de apartamentos e chalés do Vila Galé Cumbuco.....	243
Figura 51: (acima e abaixo à direita) Visão geral das condições do empreendimento embargado, situação do <i>pool</i> bar, situação do edifício embargado. (Abaixo à esquerda) maquete virtual do empreendimento .....	244
Figura 52: Maquete virtual da Cidade Nova Atlântida .....	245
Figura 53: Placa indicativa da Cidade Nova Atlântida .....	246
Figura 54: (Esquerda) Maquetes dos hotéis Nova Polinésia, Nova Fenícia e Hotel Nova Amazônia. (Direita) Dunas de Baleia, acesso ao terreno dos Tremembés e manguezais do rio Mundaú .....	247
Figura 55: (Acima) Maquetes digitais do empreendimento. (Abaixo) Visão atual da frente do empreendimento e córrego canalizado .....	248

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Valores destinados a cada componente do ProinfTur .....	66
Tabela 2: Destinos turísticos mais desejados para turismo doméstico .....	78
Tabela 3: Destinos turísticos mais visitados em viagens domésticas.....	79
Tabela 4: Regiões mais visitadas em viagens domésticas.....	81
Tabela 5: Estados receptores de fluxos turísticos domésticos .....	82
Tabela 6: Principais destinos brasileiros visitados por turistas estrangeiros .....	85
Tabela 7: Entrada de turistas no Brasil, por Unidade da Federação .....	87
Tabela 8: Evolução temporal dos estabelecimentos de hospedagem nos municípios litorâneos do Ceará .....	107
Tabela 9: Evolução dos números de leitos para hospedagem nos municípios litorâneos do Ceará .....	111
Tabela 10: Evolução da população residente na zona rural e urbana nos municípios do Litoral Oeste do Ceará .....	180
Tabela 11: Principais destinos turísticos visitados no Ceará, entre 1998 e 2012 ...	195
Tabela 12: Número de empregos formais no turismo e participação destas ocupações na economia do Litoral Oeste do Ceará.....	207
Tabela 13: Tempo de permanência no emprego no setor turístico por UF .....	208
Tabela 14: Níveis salariais entre as regiões do país .....	209
Tabela 15: Níveis salariais existentes no Ceará e quantitativo de homens e mulheres empregados no turismo .....	210
Tabela 16: Níveis de escolaridade da mão de obra do turismo no Ceará .....	211

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Municípios contemplados por investimentos do PRODETUR-NE I nos estados do CE, BA, PE e RN .....	54
Quadro 2: Municípios contemplados por investimentos do PRODETUR-NE II nos estados do CE, BA, PE e RN .....	60
Quadro 3: Detalhamento das obras de urbanização do ProinfTur.....	67
Quadro 4: Principais destinos comercializados pelas operadoras de turismo no país .....	98
Quadro 5: Projetos de empreendimentos turísticos no Litoral Oeste do Ceará.....	241

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Divisão dos investimentos do PRODETUR-NE I por estado da região....	55
Gráfico 2: Recursos do PRODETUR-NE II provenientes de empréstimos e contrapartidas por estado.....	58
Gráfico 3: Número de projetos por estado no âmbito do PRODETUR-NE II.....	59
Gráfico 4: Evolução do Índice de Competitividade do Turismo Nacional no Brasil, nas capitais estaduais e nos municípios indutores não-capitais .....	90
Gráfico 5: Evolução espaço-temporal do total de Domicílios de Uso Ocasional (DUO) por município litorâneo cearense.....	122
Gráfico 6: PIB dos municípios do Litoral Oeste 1999-2013 .....	193

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização dos municípios da área de estudo .....	21
Mapa 2: Ordens de importância turística nos municípios do litoral cearense na década de 1970.....	48
Mapa 3: Ações urbanísticas do ProinfTur.....	67
Mapa 4: Espacialização das políticas de turismo no Estado do Ceará .....	69
Mapa 5: Ordens de relevância turística nos municípios do litoral cearense na década de 2012 .....	70
Mapa 6: Divisões distritais dos seis municípios estudados .....	132
Mapa 7: Localidades turísticas inseridas no recorte espacial da pesquisa .....	156
Mapa 8: Fixos implantados no âmbito do PRODETUR-CE I e II, entre 1995 e 2007, nos municípios pesquisados.....	185

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AACM – Associação Ambiental e Cultural de Mundaú.

ACT – Atividades Características do Turismo.

ADCF – Associação do Desenvolvimento Comunitário de Flecheiras.

ANP – Agência Nacional do Petróleo.

APA – Área de Proteção Ambiental.

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.

BNB – Banco do Nordeste do Brasil.

CAF – Corporação Andina de Fomento.

CIALNE – Companhia de Alimentos do Nordeste.

CIPP – Complexo Industrial e Portuário do Pecém.

COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras.

COFIEX – Comissão de Financiamento Externo.

CONPAM – Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente.

CONSEP – Conselho Comunitário de Segurança Pública do distrito de Flecheiras.

COOPAMAB – Cooperativa de Pesca, Aquicultura e Agricultura da Praia da Baleia.

COPABA – Cooperativa de Pesca Artesanal da Baleia Ltda.

CPTA – Centro de Promoção Turístico Ambiental.

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

DPU – Defensoria Pública da União.

DUO – Domicílios de Uso Ocasional.

EAD – Ensino Superior à Distância.

EIA – Estudo de Impacto Ambiental.

FGV – Fundação Getúlio Vargas.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis.

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Bioconservação.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

MCMV – Programa Minha Casa Minha Vida.

MPF – Ministério Público Federal.

OMT – Organização Mundial do Turismo.

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento.

PCR – Relatórios de Conclusão dos Projetos.

PDCC - Projeto de Desenvolvimento de Comunidades Costeiras.

PGR – Procuradoria Geral da República.

PDDU – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

PDITS – Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável.

PIB – Produto Interno Bruto.

PRODETUR Nacional – Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo.

PRODETUR/NE – Programa para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste.

PRODETURIS – Programa de Desenvolvimento do Turismo em Zona Prioritária do Litoral.

PROINFTUR – Programa de Valorização da Infraestrutura Turística do Litoral Oeste

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental.

RM – Região Metropolitana.

RMF – Região Metropolitana de Fortaleza.

SAA – Sistema de Abastecimento Sanitário.

SDLR/CE – Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional do Estado do Ceará.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

SEMACE – Superintendência Estadual do Meio Ambiente.

SES – Sistema de Esgotamento Sanitário.

SGA – São Gonçalo do Amarante.

SIMT - Sistema Integrado de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo

TUCUM – Rede Cearense de Turismo Comunitário.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	19
<b>2</b>	<b>O PLANEJAMENTO TURÍSTICO NO CEARÁ</b> .....	40
2.1	O discurso político: o turismo como redentor do litoral.....	43
2.2	As políticas públicas no Nordeste e no Ceará: a inserção na vitrine mundial.....	51
2.3	Planejamento turístico cearense: objetivos e funcionalidades.....	71
<b>3</b>	<b>TURISTIFICAÇÃO DO LITORAL CEARENSE: AÇÕES PRIVADAS</b> .....	93
3.1	Agenciamento turístico: o <i>marketing</i> para a Costa do Sol.....	96
3.2	A rede de hospedagens no litoral cearense.....	105
3.3	A vilegiatura marítima: da casa de praia ao imobiliário turístico.....	113
<b>4</b>	<b>A PRIMEIRA FASE DA COSTA DO SOL POENTE DO CEARÁ</b> .....	130
4.1	Sobreposição de práticas marítimas: pesca, turismo e vilegiatura.....	148
4.2	Rede de localidades turísticas no litoral oeste do Ceará.....	182
4.3	Economia, turismo, trabalho e sociedade na Costa do Sol Poente.....	191
<b>5</b>	<b>NUANCES DO PLANEJAMENTO TURÍSTICO NA COSTA DO SOL</b> .....	213
5.1	Múltiplas visões sobre o turismo no Litoral Oeste do Ceará.....	215
5.2	Tudo que é solido se desmancha no mar: embargos, conflitos e funcionalidades da urbanização turística na Costa do Sol Poente.....	232
5.3	Território turístico e desenvolvimento no litoral cearense.....	249
<b>6</b>	<b>CONCLUSÕES</b> .....	257
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	261
	<b>APÊNDICES</b> .....	279
	Apêndice A: Tabela de fixos alocados pelo PRODETUR I e II.....	280
	Apêndice B: Tabulação das entrevistas realizadas.....	284
	<b>ANEXOS</b> .....	289
	Parecer Consubstanciado do CEP da UFC.....	290

# 1

## INTRODUÇÃO

### Veredas da Pesquisa

O interesse pela investigação sobre a temática do turismo foi suscitada, ainda, nos anos de graduação do bacharelado em Geografia, na Universidade Estadual do Ceará, já como integrante do Laboratório de Estudos do Território e do Turismo (NETTUR/UECE) e sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Luzia Neide Coriolano.

Na ânsia de encaixar interesses pessoais com a pesquisa crítica sobre as nuances da atividade turística, recorri à história de minha família, que de forma recorrente buscava gozar das amenidades costeiras nas casas de familiares, mais especificamente na casa de meus avós maternos, pescadores e proprietários de criações e plantações de subsistência.

Somente tal fato não configura o súbito interesse pela pesquisa na área da Geografia do Turismo, sendo necessária a lembrança de outros fatos ocorridos para que fosse possível dar segmento à pesquisa em gestação. Em uma década, muitas das famílias de pescadores venderam ou perderam suas propriedades para investidores do setor turístico, vendidas por baixos valores ou por grilagem e processos de especulação. Naquele momento o recorte espacial escolhido foi o distrito de Baleia, no município de Itapipoca-CE, 150 km a oeste de Fortaleza.

E foi durante a pesquisa, sobretudo na fase de coleta de dados e informações em campo, que me deparei com importante declaração dos moradores de Baleia. Ao serem questionados sobre a presença da atividade turística na praia, estes foram enfáticos em dizer que não havia turismo em Baleia e mais enfáticos em ressaltar que não houve benefícios notórios proporcionados por tal atividade.

À época, coube a interpretação das declarações coletadas: não haviam fluxos turísticos em escala considerável na praia da Baleia e o benefício que estes fluxos irrisórios proporcionavam era a criação de insuficientes postos de trabalho em estabelecimentos de hospedagem e gastronomia.

Ora, se aquela era a realidade da dinâmica turística no litoral de Itapipoca-CE, um dos principais municípios contemplados com recursos do

PRODETUR-NE I, quais seriam então as características da atividade turística em outros municípios inclusos nessa política pública? Daí partiu o interesse de elaborar a pesquisa aqui apresentada e somar tais questões à investigação das causas e dinâmicas turísticas no litoral oeste do Ceará.

Ao ingressar na Pós-Graduação em Geografia, na Universidade Federal do Ceará, sob orientação do Prof. Dr. Alexandre Queiroz Pereira e integrando o Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (LAPUR/UFC), foram possíveis outros diálogos, que contribuíram para incrementos e modificações na pesquisa submetida ao processo de seleção.

A compreensão das características da urbanização litorânea e do processo de metropolização foi de suma importância para a realização da pesquisa, posto as práticas do turismo e da vilegiatura estarem intrinsecamente relacionadas à urbanização litorânea cearense. Da mesma forma, o aprofundamento sobre questões relativas ao território, às relações de poder, às práticas marítimas modernas e às dinâmicas socioambientais na zona costeira foram fundamentais para as discussões aqui presentes.

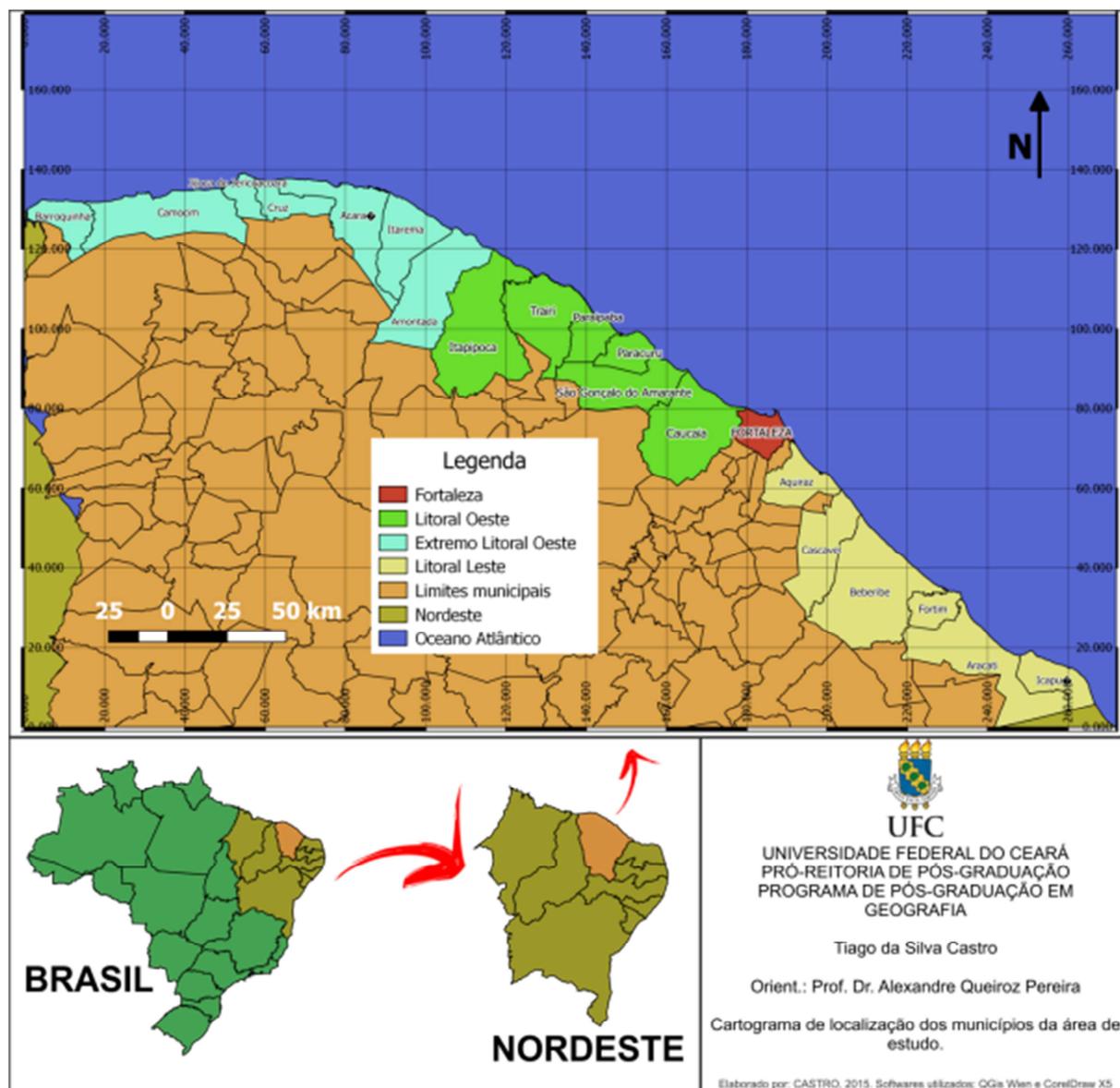
Mas há de serem ressaltadas as experiências proporcionadas pela disciplina de Estágio em Docência, junto à turma de Geografia do Turismo, possibilitando, assim, atividade de campo reveladora da dinâmica atual do turismo na área de estudo. Tal trabalho promoveu panorama utilizado nesta pesquisa de mestrado, de que é necessário investigar as nuances do planejamento turístico que podem dificultar o desenvolvimento socialmente igualitário da atividade.

### **Recorte Espaço- temporal da Investigação**

Esta pesquisa, intitulada “Políticas públicas de turismo no litoral oeste do Ceará: duas décadas de transformações na Costa do Sol Poente”, vincula-se ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará e tem como objeto de investigação os motivos concernentes à lenta espacialização do turismo nos municípios integrantes da primeira fase do polo Costa do Sol Poente, receptores dos recursos da primeira fase do Programa para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE I).

São estes os municípios de Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paraipaba e Trairi, todos inclusos na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e Itapipoca. O recorte é destacado no Mapa 1.

Mapa 1 - Localização dos municípios da área de estudo.



Fonte: Castro (2015).

O litoral dos municípios estudados possui grande variabilidade de características geoambientais, destacando-se planícies fluviomarinhas, manguezais, campos de dunas, falésias, promontórios e lagoas interdunares (MEIRELES, 2012). Esses geossistemas, associados a núcleos de ocupações de comunidade litorâneas, desde a década de 1970, tornaram-se atrativos aos visitantes que se aventuravam rumo às praias fora da capital (LIMA; SILVA, 2004).

O lazer à beira mar representa principal causa de atração de fluxos e investimentos para a zona costeira, sendo o turismo apresentado como atividade capaz de garantir a superação dos problemas econômicos e sociais na região Nordeste, tarefa atribuída inicialmente à industrialização iniciada em 1960 e à agricultura modernizada na década de 1970 (DANTAS, 2009). Com o intuito de desenvolver a atividade turística, vários projetos são concebidos pelo poder público cearense desde a década de 1980, objetivando a espacialização dos investimentos e fluxos turísticos por todo litoral cearense, sendo este novo espaço a ser incorporado ao mercado turístico global (CORIOLANO, 2006).

Porém, é somente na metade dos anos 1990, com o PRODETUR-NE I, que a infraestrutura turística é impulsionada para a porção ocidental do litoral cearense. Tal projeto deu início à alocação de sistemas de objetos e ações turísticos no litoral cearense, buscando conferir ao turismo posto de atividade mais importante da base econômica do estado (DANTAS, 2010).

Dessa forma, o litoral oeste do Ceará foi dotado de fixos provedores de fluidez ao território, ações de valorização da paisagem e dos recursos naturais, além de condições para a apropriação privada do solo à beira-mar. Assim, citada política de turismo destina à zona costeira cearense as práticas marítimas ligadas ao lazer, associadas ao mercado de terras e imobiliário, territorializando frações do espaço, empregando força de trabalho nos diversos elos da cadeia produtiva e valorando paisagens em função da acumulação.

Após duas décadas de planejamento nos municípios estudados é possível verificar o crescimento do setor imobiliário turístico nos municípios litorâneos da RMF, a dependência das comunidades costeiras em relação a uma atividade que sofre com considerável sazonalidade, a alocação de megaprojetos turísticos pontuais, o crescente processo de segregação socioespacial no litoral, a espacialização da vilegiatura marítima por todo litoral cearense, o crescimento da especulação imobiliária e conflitos oriundos das tentativas de expropriação dos territórios das comunidades tradicionais.

Se no litoral leste o processo de urbanização litorânea consolidou-se anteriormente<sup>1</sup> às políticas de turismo, configurando polo turístico fomentador de ideologia favorável ao modelo do turismo de sol e praia, o mesmo não se pode afirmar da porção ocidental do litoral cearense, ainda em gradual processo de ocupação, proporcionado pelos investimentos em infraestrutura das políticas públicas de turismo que incidiram no litoral oeste do Ceará (CORIOLANO *et al*, 2009).

Paralelamente ao processo de apropriação das zonas de praia, proporcionado pelas infraestruturas implantadas no território, surgem, também, formas de resistência e organização das comunidades litorâneas pela manutenção do direito à terra e ao mar, e pela continuidade dos modos de vida (DANTAS, 2007; LIMA, 2002). Assim, configuram-se heterogeneidades na produção do espaço litorâneo cearense, sendo este concebido como local de trabalho para moradores, mercadoria para investidores e espaço de reprodução para turistas e vilegiaturistas.

A pesquisa justifica-se na investigação das nuances da dinâmica turística na primeira fase do litoral oeste do Ceará, onde foram alocados projetos e investimentos na melhoria de infraestrutura, recuperação ambiental e *marketing*, visando a expansão da atividade turística nos municípios litorâneos (ARAÚJO, 2012).

Para além disso, possuindo considerável patrimônio natural e cultural, a Costa do Sol Poente é alvo de constante interesse de investidores do setor imobiliário-turístico e do setor hoteleiro de origem internacional (CORIOLANO *et al*, 2009). Todavia, o que se percebe nos municípios desta microrregião, inclusive, nos municípios inclusos na RMF, são localidades<sup>2</sup> dependentes de fluxos turísticos, que se desdobram junto à expansão da vilegiatura marítima e ao acirramento dos conflitos de terra.

Os investimentos turísticos e imobiliários alocados no litoral cearense reconfiguram as dinâmicas locais, ocasionando a transformação das localidades

---

<sup>1</sup> Processo iniciado pela existência de via concebida no governo de José Martiniano de Alencar (1834 a 1837), ligando Fortaleza-CE ao porto de Aracati-CE que durante os séculos XVIII e XIX foi o principal exportador de bens produzidos na capitania do Ceará (COSTA, 2007).

<sup>2</sup> Trabalhou-se aqui localidade como menor subdivisão municipal, termo utilizado nas políticas de turismo como delimitadores dos vilarejos litorâneos em processos de inserção das práticas marítimas modernas.

costeiras em arranjos espaciais ligados às práticas do lazer. Com base nos objetivos das políticas de turismo, constata-se que emprego e renda são contrapartidas constantes nos projetos que intentam transformar o turismo na base econômica do litoral através da atração de investimentos privados capazes de absorver mão de obra.

O discurso do desenvolvimento através do turismo, utilizado desde a década de 1980 no caso cearense, reproduz a ideia de que esta atividade pode contribuir para a superação das dificuldades e problemas existentes no litoral do estado, mas as práticas e incentivos governamentais desconsideram qualquer tipo de atividade que não esteja ligada ao mercado turístico global, tornando discutíveis mesmo os casos considerados de maior êxito no turismo cearense.

A partir dessas relações desiguais de poder no litoral, geram-se conflitos pelo direito (ou privilégio) ao acesso à terra na zona costeira, que podem culminar em processos de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização (T-D-R). Além disso, as questões ambientais emergem com impactos causados pela ocupação desordenada às dinâmicas costeiras, além da busca predatória por espécies de peixes, crustáceos e moluscos, causando desequilíbrios nunca vistos antes no litoral.

São várias as questões que permeiam a espacialização do turismo no litoral oeste do Ceará. Resistências populares, conflitos por terras indígenas e quilombolas, ocupação do litoral por empreendimentos energéticos, rigidez ou flexibilidade da normatização ambiental, a inserção da carcinicultura e ocupação de Áreas de Proteção Ambiental (APAs) são apenas alguns dos empecilhos encontrados pelos empreendedores do turismo no Ceará, havendo muitos outros por serem desvelados (MEIRELES, 2012).

Compreender os desdobramentos da aplicação de políticas de turismo no território implica a consideração das diversas nuances referentes às dinâmicas de uso e ocupação do espaço litorâneo como *lócus* da relação dialética entre produção e consumo, "valor de uso" e "valor de troca" (MARX, 2013). A sobreposição das diversas variáveis na zona costeira engendra diferentes funcionalidades e consequentes conflitos pelo direito de acesso ao território.

Espaço anteriormente ocupado por comunidades pesqueiras, marisqueiras indígenas e quilombolas, a costa nordestina foi gradualmente apropriada por atividades produtivas e serviços. Inicialmente relacionadas à ocupação colonial, tais atividades tinham funções portuárias e de defesa do território.

No Nordeste brasileiro, tal circunstância pode ser constatada nas capitais Recife-PE e Salvador-BA. No caso da capital cearense, Fortaleza possuía apenas fraca função administrativa em constante disputa com Aquiraz, além da função de defesa da capitania, enquanto as atividades portuárias localizavam-se nas cidades de Aracati, Camocim e Acaraú. (DANTAS, 2011).

A inauguração do porto de Fortaleza, no início do século XIX, marca a abertura da capital para as relações com a Europa. São essas relações, sobretudo, as viagens da elite local, que produzem mudanças nas interações da sociedade local com o mar. As práticas terapêuticas, os banhos de mar, as caminhadas, a vilegiatura marítima e o turismo litorâneo são desdobramentos dessa mudança de percepção da coletividade quanto às benesses de frequentar as praias, dos benefícios do "bem respirar" e dos banhos de mar no tratamento das doenças respiratórias, além do efeito de moda do "morar na praia" (DANTAS, 2009).

Essa fascinação pelos ambientes de praia acabou impulsionando a ocupação dessas zonas na Capital nas décadas de 1950 e 1960. Praia de Iracema, Meireles, Mucuripe e Praia do Futuro são apropriadas pela elite local, em constante busca por novos espaços litorâneos de lazer sem a presença indesejável das camadas pobres da sociedade local (DANTAS, 2011).

A vilegiatura marítima, já espacializada no litoral central da Capital e, posteriormente, transformada em valorizadas habitações fixas, extrapola o perímetro urbano de Fortaleza em direção às praias de Icaraí e Cumbuco, em Caucaia-CE, e Iguape no município de Aquiraz-CE.

Este processo de apropriação da zona costeira metropolitana se dá pelo fácil acesso à terra, impulsionado pela ação dos incorporadores fundiários, tornando o veraneio possível a um amplo grupo de pessoas. Esta prática, que nas décadas de 1970 e 1980 conhecia franca difusão nos municípios litorâneos próximos da Capital, se expandia gradativamente para o restante do litoral cearense (PEREIRA, 2012).

Porém, a busca por novos espaços de lazer não se realiza sem embates com as comunidades tradicionais, há décadas fixadas na zona costeira. Cabe, então, compreender as possibilidades, ressaltadas por Lima (2002), destes embates territoriais para as comunidades, que podem ser a expropriação dos direitos à terra e ao mar, a adaptação às novas relações sociais de produção ou a resistência aos avanços do Capital (LIMA, 2002).

Na busca pela inserção do litoral nordestino no mercado turístico internacional, as esferas federal, estaduais e municipais criaram o PRODETUR-NE I, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da União, com execução do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e dos respectivos órgãos executores dos estados da região. Com o objetivo de "reforçar a capacidade da Região Nordeste em manter e expandir sua crescente indústria turística", os recursos foram investidos em terminais aeroportuários, rodovias, preservação de patrimônios ambientais e saneamento básico (BNB, 2005).

No Ceará, os recursos foram investidos no litoral oeste, no trecho entre Fortaleza e Itapipoca, onde a Capital recebeu terminal aeroportuário de porte internacional, enquanto os demais municípios receberam as outras categorias de investimento. Ressalta-se que Fortaleza passa a figurar como centro de captação e distribuição dos fluxos de turistas para as praias, que passaram a representar imagens de paraísos propícios às atividades de lazer e descanso longe das grandes cidades (DANTAS, 2009).

Cabe previamente analisar que esta política de turismo possibilitou a expansão e adensamento da vilegiatura marítima para além do litoral metropolitano, e o incremento de novas tipologias de empreendimentos imobiliários voltados ao lazer, caso dos *condoresorts* (condomínios de residências primárias, secundárias e serviços hoteleiros) e dos complexos turístico-residenciais (parte condomínio residencial e parte hotel) (PEREIRA, 2014). Assim, verifica-se a ampliação do processo de ocupação litorânea no Ceará.

Ao PRODETUR-NE I se seguiram o PRODETUR-NE II (2004), o PRODETUR Nacional (2007), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC, 2007-2015) e o Programa de Valorização da Infraestrutura Turística do Litoral Oeste (ProinfTur, 2013). Tais políticas públicas têm forte rebatimento na reestruturação

produtiva da porção norte do território cearense, inserindo fixos oportunos ao processo de circulação e às dinâmicas de consumo das zonas de praia.

Tomando como base os objetivos dessas políticas de turismo, têm-se algumas características importantes. Primeiramente, todos os programas citam a busca pela inserção do produto turístico<sup>3</sup> nordestino (o turismo de sol e praia) no mercado internacional como possibilidade de desenvolvimento sustentável para os municípios e para as populações. Em segundo lugar, em nenhum dos referidos programas são citadas ações concretas que visem a manutenção dos modos de vida tradicionais ou a inserção destes na cadeia produtiva do turismo, havendo somente emprego e renda como contrapartidas.

Desta forma, busca-se transformar o litoral cearense em espaço turistificado, baseando a economia dos municípios costeiros nesta atividade. Destarte a pesca, a produção de artesanatos e a agricultura de subsistência são desconsideradas pelas políticas de turismo, conferindo a este setor a capacidade de produzir e, automaticamente, dividir riquezas.

Apesar da implantação de infraestrutura turística, recuperação de patrimônio cultural e criação de condições para preservação natural no litoral nordestino, citam Coriolano *et al* (2009), que o turismo não se consolidou, sendo ainda atividade incipiente e sazonal, com fluxos menores em relação ao seu potencial. Além disto, Dantas (2009) afirma que o planejamento turístico no Nordeste, voltado à atração de fluxos internacionais, desenvolveu fluxos com forte participação nacional e regional, com fluxos internacionais, ainda, incipientes.

Tomando esses fatos como base e considerando que a investigação poderá desvelar as nuances da atividade turística e seus impactos às dinâmicas na Costa do Sol Poente do Ceará, surgem os seguintes questionamentos: quais as características da dinâmica de espacialização da atividade turística no litoral oeste do Ceará? Como se caracteriza a formação das imagens dos paraísos litorâneos cearenses? Qual a evolução quantiquantitativa do turismo nas últimas duas décadas

---

<sup>3</sup> O produto turístico consiste, segundo levantamento realizado por Koutoulas (2004), através de elementos materiais e imateriais interdependentes que o turista consome durante uma viagem. Materiais, pois fazem parte do produto as possibilidades de transporte, hospedagem, serviços turísticos, gastronomia, aspectos naturais (flora, fauna e geomorfologia), produtos e souvenirs passíveis de compra. E imateriais, pois compõem o produto aspectos como a experiência da visita, o imaginário do turista, as condições climáticas, a história e a cultura local.

nos municípios estudados em relação ao Ceará? As melhorias propostas pelas políticas de turismo causaram melhoria das condições socioespaciais nas localidades estudadas? Quais fatores são capazes de polarizar ou repelir empreendimentos turísticos para/do litoral do Ceará?

Na busca pela resposta a tais questionamentos, são estabelecidos os seguintes objetivos para a pesquisa em tela:

- Investigar as nuances relativas à espacialização da atividade turística na microrregião da primeira fase da Costa do Sol Poente do Ceará como área receptora das primeiras políticas públicas setoriais de turismo, possuindo elevado potencial paisagístico e consideráveis disparidades socioespaciais.
- Compreender a formação das imagens dos paraísos litorâneos no Ceará até os dias atuais;
- Identificar as transformações nas dinâmicas de mobilidade dos fluxos turísticos nos municípios estudados em relação ao contexto cearense durante os últimos vinte anos;
- Verificar a influência das políticas de turismo na melhoria das condições sociais e da qualidade ambiental no litoral cearense;
- Constatar os fatores responsáveis pela atração ou repelência de investimentos turísticos e imobiliários nos municípios estudados.

### **Referencial Teórico**

O estudo investiga as relações socioespaciais oriundas da aplicação de políticas públicas de turismo no litoral oeste do Ceará como espaço de desenvolvimento fragmentado, pautado em conflitos e resistências. Objeto de estudo da Geografia, o espaço geográfico é *locus* de interações entre sociedade e natureza, configurado por sistemas de objetos, sendo estes naturais e sociais, e sistemas de ações compostos pelos movimentos da sociedade e a vida que a preenche (SANTOS, 1988, 2006).

O autor, também, estabelece que para a apreensão da dinâmica espacial, torna-se necessária a compreensão da relação dialética entre forma, função, processo e estrutura. Assim, compreende-se que o espaço socialmente construído pelas relações com o substrato natural, é formado por um conjunto de formas

provenientes das relações sociais multitemporais e, conseqüentemente, por uma estrutura relacional que se manifesta por meio de processos e funções (SANTOS, 1980).

Conceitos de fluidez e viscosidade, também, são fundamentais para a compreensão do modo como os fluxos se estabelecem no território. Parcelas do espaço dotadas de considerável fluidez, associada a outras nuances, podem ter rápida inserção na divisão territorial do trabalho, enquanto que espaços viscosos tendem a possuir menores densidades de objetos técnicos e a exercerem menor polarização destes.

Fato que estas características acabam por corroborar para a formação de espaços luminosos e espaços opacos que se encontram na relação dialética reticular de "espaços que mandam e espaços que obedecem" às lógicas da economia mundo (SANTOS; SILVEIRA, 2011).

Cita Poulantzas (1981) que a dominação de um modo de produção sobre outro anteriormente existente é passível de conferir uma inversão de importância às instâncias presentes na superestrutura de uma formação social. Ora, se no modo de produção capitalista (MPC), buscou-se a separação dos trabalhadores e dos meios de produção, transformando esta classe em objetos passíveis de compra, pode-se afirmar que instância econômica tomou ponto central, mas não desarticulada das outras, no contexto de uma sociedade.

Nesses termos, Claval (1979) cita que o poder se configura como capacidade de modificar o meio e retirar dele o necessário a vida, seja esta ação realizada pelo sujeito ou pela governança deste sobre outrem. Assim, surgem disparidades sociais baseadas nas relações de poder.

Estas relações de poder se materializam no espaço, causando divisões tênues ou consistentes, institucionalizadas ou ilegais. São essas relações de domínio e poder que corroboram para determinada configuração territorial inclusa na produção do espaço geográfico. Assim, concorda-se com Saquet (2007) quanto à capacidade das territorializações possibilitarem o surgimento de novas territorialidades e, em alguns casos, novos territórios.

Em oposição às demonstrações de força presentes na configuração territorial, as relações sociais com base na solidariedade contribuem para conformar

o sentimento de pertencimento, a formação do lugar. Tais relações estão presentes, sobretudo, junto aos grupos sociais menos favorecidos, nos modos de vida das comunidades rurais e marítimas, nas favelas urbanas, exercendo a possibilidade de sobrevivência e permanência onde todo um grupo social busca o bem-estar coletivo, ocasionando a materialização de resistências.

Para Santos (2005), o lugar tem importância ressaltada na densidade humana, nas relações horizontais de comunicação (diferentemente das relações informacionais, indiferentes ao meio social), apontando assim o reino da liberdade.

Esses diferentes tipos de relação estão associados a diferentes temporalidades, ritmos coexistentes em um mesmo espaço-tempo. Santos (2006) cita que no passado haveria a possibilidade de junção entre tempo lento e tempo rápido. Porém, com os efeitos locais da globalização, há uma valorização do tempo rápido e a busca pela homogeneização das temporalidades.

Como o tempo rápido das esferas produtivas não consegue alcançar todas as parcelas do espaço-tempo, as materializações dos tempos lentos acabam por conformar rugosidades e uma pluralidade entre objetos transtemporais e objetos associados às relações verticalizadas (SANTOS, 1980).

O meio natural se configura como substrato de toda atividade humana e acaba por conferir características particulares a cada forma social. Assim como a cidade possui, para além de seus aspectos urbanos, um sítio, com determinadas características naturais, as atividades industriais e agrícolas, também, estão condicionadas a determinadas características do meio ambiente, seja a disponibilidade de matéria prima, as condições de tráfego ou as adversidades climáticas.

Chegado o meio técnico-científico-informacional, tais condições passam a ser muito menos predominantes em relação às atividades produtivas e a intervenção da sociedade no meio ambiente passa a níveis nunca vistos antes, conformando uma segunda natureza com grande predominância de objetos técnicos (SANTOS, 2005).

Relacionadas ao setor de serviços, estas características naturais se constituem de maior volatilidade, exercendo funções muito mais especulativas ou seletivas. Vejamos a especulação imobiliária nas grandes cidades, onde a presença

de parques e a proximidade das praias são bons requisitos para seletividade das áreas a serem edificadas.

Para tanto é necessária a compreensão da paisagem como mercadoria fundamental da atividade turística, seja esta composta por aspectos naturais ou por uma paisagem tecnicada. Para Santos (1988, p.61) "tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas, também, de cores, movimentos, odores, sons, etc".

Tânia Bacelar Araújo e Valdeci Santos (2009) analisam as proposições sobre a reconfiguração inter-regional no país, indicando que as medidas de planejamento territorial aplicadas durante o governo de JK e o regime militar, apesar do pouco sucesso em termos de redução das disparidades regionais, acabaram por produzir espaços mais diversificados nos estados do Nordeste, com uma agropecuária moderna e excludente, uma notável indústria têxtil e calçadista nas regiões metropolitanas e cidades médias e incluindo novas formas de apropriação no litoral, o turismo.

O turismo, apesar de estar presente nos anseios daqueles que sonham em usufruí-lo, parecendo prática não necessitada de grandes exigências para realizar-se, não pode ser compreendida numa visão teleológica. Assim, Coriolano (2002, p.29) afirma que:

O turismo é uma forma mais elitizada de lazer, uma modalidade do uso do tempo livre que exige viagens, deslocamentos, uma infraestrutura urbana e serviços, transportes e hotéis. O turismo é para alguns um modo de vida, uma dinâmica social.

Dantas (2011) ressalta o contato das elites locais com a Europa e a apropriação das práticas marítimas modernas, sendo estas os banhos de mar, as práticas terapêuticas, o veraneio marítimo e o turismo litorâneo. A partir do interesse da sociedade pelo lazer junto ao mar e a necessidade de contornar a imagem do sertão como local desolado, surgem políticas públicas para valorização do litoral nordestino como paraíso a ser explorado por turistas e interessados no veraneio, além de grande oportunidade para investidores nacionais e internacionais (DANTAS, 2009).

O processo de transformação do território cearense em espaço apropriado pelo turismo, com base na ação dos governos empresariais, também, é

abordado por Coriolano (1998), que evidencia o processo de transformação da zona costeira do Ceará, lugar das comunidades litorâneas, em território potencialmente turístico. Para tanto, os governos empresariais assentam a atividade turística no cerne do desenvolvimento econômico do território cearense (CORIOLANO, 2006).

Essas políticas públicas de turismo, no caso o PRODETUR-NE, acabaram por alcançar resultados distintos do proposto inicialmente: a implantação de infraestruturas de acesso à metrópole de Fortaleza e às praias da RMF acabou por fortalecer a vilegiatura marítima e o surgimento de novas tipologias de empreendimentos turístico-imobiliários, conforme cita Pereira (2014). Ainda ressalta Dantas (2010) que o resultado alcançado perpassou, também, a origem dos fluxos atraídos para o Nordeste. Esperado aumento do fluxo internacional nos polos turísticos nordestinos não aconteceu, sendo mais perceptível o aumento dos fluxos de caráter regional e nacional.

Corroborando com isto, Coriolano (2009) infere que, apesar da aplicação de recursos para o desenvolvimento do turismo no Nordeste, em especial no Ceará, a atividade não se desenvolve como esperado. Realizaram-se mudanças estruturais, mas o turismo não está consolidado, configurando assim sazonalidade da atividade.

É o surgimento das práticas marítimas modernas e o embate com as práticas tradicionais que conferem à zona costeira nordestina o caráter dialético de território turístico segregado e espaço comunitário de forte identidade (CORIOLANO, 2005). Estas comunidades estão fortemente associadas ao modo de vida, que se realiza entre a terra e o mar (LIMA, 2002), baseado nos hábitos indígenas da pesca e da coleta, e fortemente impactados pela implantação de grandes empreendimentos no litoral, inicialmente fomentados pelas políticas públicas de turismo, como cita Dantas (2007) e posteriormente associadas às atividades produtivas de crustáceos e implantação de geradores eólicos.

O que se constata é o gradativo processo de urbanização litorânea. Processo este que segue o caminho tortuoso da segregação espacial, na construção da cidade global, produto para consumo de visitantes e classes abastadas locais (LEFEBVRE, 2001). Desde o final do século XX o processo de urbanização está intimamente associado à divisão territorial do trabalho.

A urbanização litorânea cearense pauta-se, sobretudo, na dialética do escape aos aspectos urbanos e na busca de usufruir de comodidades e tecnologias provenientes do cotidiano cosmopolita (PEREIRA, 2014). Mais ainda, tal processo associa-se ao fenômeno de fortalecimento dos fluxos mais próximos da metrópole de Fortaleza, ressaltado por Pereira (2013b), e à atratividade dos lugares exóticos distantes da Capital, ressaltado por Coriolano (2007).

Aqui, não se considera uma fuga do urbano, pois compreende-se que os turistas e vilegiaturistas levam em suas bagagens (materiais e imateriais) uma série de costumes, equipamentos e atitudes essencialmente urbanos. Leva-se em consideração, a noção de aspectos urbanos posta por Sposito (2008), como as características que diferenciam a grande cidade de qualquer outra parcela do espaço: arruamento, trânsito caótico, verticalização das estruturas, poluição de várias naturezas, intenso fluxo de pessoas, informações, mercadorias e capital.

A reestruturação urbana perpassa pela apropriação do solo urbano e, portanto, nas ações de Estado como principal agente produtor e legitimador das mudanças no espaço (CORRÊA, 2005). Para tanto, cita Harvey (2011), é necessária a criação de uma consciência coletiva favorável às mudanças. Não é isso que tem acontecido no processo de turistificação do litoral nordestino? As políticas de planejamento territorial baseiam-se em processos decisórios centralizados e alheios à participação democrática. Assim, são basilares as abordagens sobre o planejamento feitas por Escobar (2010) e Souza (2004).

Relacionando os aspectos ambientais da zona costeira, Vasconcelos (2005, p.15) busca explicar o geossistema:

A zona costeira é lugar de encontro de três sistemas ambientais diferentes, hidrosfera, litosfera e atmosfera. Essa confluência intersistêmica gera um ambiente de dinâmica complexa, sem domínio preponderante entre fases terrestres, aquática ou aérea. Dois grupos de elementos dinâmicos podem ser definidos, os de ação de curta duração como os ventos, chuvas correntes, ondas, marés e os de longa duração como os tectônicos, geoidais e macroclimáticos.

Claudino Sales (2007) busca realçar uma visão geral da "fachada marítima cearense" abordando o processo de formação de praias, falésias, cordões de *beachrocks*, promontórios, campos de dunas e outras. Também são importantes os estudos de Meireles (2007) e Souza (SOUZA *et al*, 2014; SOUZA *et al*, 2011;

2007) para caracterização da zona costeira cearense e sistemas ambientais associados, bem como para o estabelecimento de diretrizes de uso e ocupação.

O auxílio à análise dos conflitos e das possibilidades proporcionadas pela atividade turística fica por conta de Coriolano e Vasconcelos (2007, 2009), Coriolano (2006, 2007), Dantas (2007, 2008), Lima (2002, 2009), Lima e Silva (2004) e outros.

### **Metodologia**

A metodologia fundamenta-se na análise crítica dialética da dinâmica espaço-temporal da atividade turística no litoral oeste do Ceará. Compreendendo que, pelo objetivo do estudo, torna-se necessário investigar os motivos concernentes ao vagaroso processo de apropriação do litoral cearense pela atividade turística, irão elucidar-se aqui conflitos, resistências, verticalidades e horizontalidades que perpassam a produção espacial desta parcela do território estadual.

Inicialmente foi pensada como área de estudo todo o litoral oeste cearense. Devido ao enfoque do estudo ser a avaliação do impacto das políticas de turismo no planejamento do litoral, buscou-se, junto à orientação, a adequação do estudo para uma área com maior incidência dessas ações nas últimas duas décadas, período de investigação sobre o desenvolvimento do turismo nos estados nordestinos, com destaque para o Ceará.

Não se busca enfatizar a importância do turismo ou da possibilidade de desenvolvimento proporcionada por esta atividade, mas sim, compreender os impactos do planejamento turístico na zona costeira cearense que podem influenciar no processo de espacialização da atividade, configurando dinâmicas diversas nos contextos das localidades.

Portanto, o enfoque sobre o recorte espacial destaca os sujeitos da atividade turística: as esferas governamentais, investidores, empresários, residentes, viliaturistas e turistas, tomando por base que a problematização do objeto de estudo nunca estará completamente elucidada, pois esta é incessantemente produzida pela subjetividade dos sujeitos, pelos imperativos do modo de produção e somente com o auxílio das teorias e da práxis social pode-se chegar ao conhecimento da realidade estudada.

A pesquisa se orienta no embasamento teórico por meio da revisão de literatura, na coleta de dados estatísticos como fontes de informações secundárias,

na documentação fotográfica com a finalidade de ilustrar a realidade estudada, na aplicação de formulários e entrevistas em campo realizadas com gestores públicos, investidores, empresários, turistas e residentes, como forma de compreender os impactos e visões que permeiam as dinâmicas das localidades turísticas.

Inicialmente foi realizada a coleta e revisão de literatura, que auxilia na fundamentação do aporte teórico-metodológico sobre turismo e na compreensão das relações socioespaciais dele provenientes, caso do processo de urbanização litorânea. Assim, foi realizado levantamento bibliográfico sobre os estudos relativos às práticas marítimas modernas, às metodologias de planejamento turístico, à dinâmica turística cearense e dos municípios estudados.

Também foram abordados estudos que relatam dinâmicas nacionais do turismo de sol e praia, a exemplo, das pesquisas sobre o Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Bahia e Pernambuco, além dos escritos internacionais que denotam o planejamento turístico em escalas mais amplas, caso de pesquisas realizadas nos Estados Unidos e Reino Unido, além dos casos mexicano, caribenho, espanhol, francês e romeno. Destarte, torna-se possível abordagem multiescalar dos processos inerentes à atividade turística.

Tal levantamento subsidia a sistematização dos dados da área estudada e das temáticas da pesquisa, com destaque para as políticas de turismo e desenvolvimento econômico, teses, dissertações, artigos, periódicos e outros. As consultas aos Bancos de Teses e Dissertações e bibliotecas das instituições acadêmicas locais possibilitaram a averiguação de estudos já consolidados sobre as temáticas da pesquisa, caso das bibliotecas da Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Estadual do Ceará (UECE), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). A isto somam-se pesquisas no portal de dissertações, teses e periódicos da CAPES.

Também buscou-se os estudos relacionados aos desdobramentos das políticas de turismo na Bahia (nos acervos da Universidade Federal da Bahia – UFBA, da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB e da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS), em Pernambuco (nos acervos da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e do Instituto Federal de Pernambuco – IFPE) e no Rio Grande do Norte (nos acervos da

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN e da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN).

A leitura dos documentos serviu de base para a compreensão das transformações ocorridas, portanto, houve levantamento dos projetos e investimentos aplicados no litoral cearense, com especial atenção ao litoral oeste do estado e posterior análise das transformações consequentes dos investimentos. A busca de dados estatísticos complementou a compreensão dos processos, tendo estes um limite temporal que parte da segunda metade da década de 1990. A análise destas políticas contribui para a compreensão dos objetivos do planejamento turístico e da reestruturação produtiva do litoral cearense.

A estas análises das políticas públicas foram associados dados dos aspectos socioeconômicos dos municípios estudados, sendo importantes fontes de informação o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Ministério do Turismo (MTUR), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), a Corporação Andina de Fomento (CAF), o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a Secretaria de Turismo do Estado do Ceará (SETUR-CE), o Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE) e as prefeituras municipais.

Os dados coletados nesta fase da pesquisa são fundamentais nas análises relacionais entre aplicação de políticas, fixos alocados, investimentos privados, fluxos polarizados, empregos gerados e renda média dos trabalhadores na cadeia produtiva do turismo.

Compreende-se que somente a análise dos dados fornecidos pelas instituições supracitadas não corrobora para a total compreensão da dinâmica socioespacial do litoral cearense, sendo necessária a documentação fotográfica visando explicitar os problemas pontuais, a cartografia dos locais estudados e dos respectivos conflitos territoriais que possibilitam a compreensão da dinâmica do turismo e da vilegiatura na Costa do Sol Poente.

Busca-se assim, esboçar imagetivamente, os dados e observações relacionados aos rebatimentos da atividade turística no espaço. Os cartogramas e

fotografias produzidas durante a pesquisa estão inclusos no decorrer da redação da pesquisa, auxiliando na compreensão dos processos recorrentes na área estudada.

A utilização de entrevistas semiestruturadas dá voz aos sujeitos da pesquisa, enquanto a visita às localidades estudadas promove a vivência nos locais em conflito. A amostra privilegia moradores, turistas, vilegiaturistas, hospedagens e comércio. A aplicação dos cinco modelos de entrevistas nas localidades será realizada entre janeiro e março de 2016.

As entrevistas com moradores e vilegiaturistas prezam pela escolha de sujeitos-chave, aqueles que poderão fornecer informações mais amplas e completas sobre as dinâmicas nas comunidades, caso dos representantes de associações de moradores, de colônias de pescadores e movimentos sociais. Junto aos estabelecimentos de hospedagem e comércios<sup>4</sup>, as entrevistas foram realizadas nos estabelecimentos de maior porte, prezando por maiores informações sobre fluxos, origem dos hóspedes e consumidores, sazonalidade, origem dos empregados, etc.

Complementarmente, gestores públicos serão consultados na busca de informações sobre a visão em relação ao turismo, o andamento dos projetos e perfil da atividade nos municípios estudados. Este momento da pesquisa foi fundamental para a investigação pretendida, possibilitando desvelar as nuances do planejamento turístico no Ceará, os percalços e sucessos dessa atividade.

A partir dos sujeitos estabelecidos para a pesquisa, foi pensada cota de duas entrevistas por segmento social. Assim, tem-se o total de 13 localidades no recorte espacial estudado<sup>5</sup>, das quais serão consideradas apenas 11, onde serão aplicadas duas entrevistas por cada um dos 5 segmentos sociais, totalizando assim 110 entrevistas com sujeitos-chave, possibilitando conhecer as realidades, conflitos, resistências e opiniões acerca da atividade turística.

Ressalta-se que a investigação sobre essa parcela do território cearense visa não somente a elaboração de uma dissertação de Mestrado, mas, também, como instrumento para investigação das intencionalidades do planejamento

---

<sup>4</sup> Aqui são considerados estabelecimentos de hospedagem os hotéis, pousadas, flats, albergues, *hostels* e *campings*. Já na categoria comércios estão restaurantes, bares, barracas de praia, vendas de *souvenires*, equipamentos esportivos, roupas e acessórios, mercados, etc.

<sup>5</sup> Iparana, Icaraí, Tabuba e Cumbuco em Caucaia-CE, Pecém e Taíba em São Gonçalo do Amarante-CE, Distrito Sede em Paracuru-CE, Lagoinha em Paraipaba-CE, Guajiru, Flecheiras, Emboaca e Mundaú em Trairi-CE e Baleia em Itapipoca-CE.

territorial e instrumento de avaliação e proposição de novos caminhos para as políticas públicas de turismo a serem aplicadas no litoral cearense.

### **A Estrutura da Dissertação**

Compreendendo que a pesquisa aqui suscitada busca responder questões concernentes às nuances da dinâmica turística no estado do Ceará, as características da atividade, problemas enfrentados e objetivos almejados, pautou-se o processo de redação desta investigação nesta **Introdução** acrescida de cinco capítulos: **2. O Planejamento Turístico no Ceará; 3. Turistificação do Litoral Cearense: ações privadas; 4. A Primeira Fase da Costa do Sol Poente do Ceará; 5. Nuances do Planejamento Turístico na Costa do Sol e 6. Considerações Finais.**

No segundo capítulo, intitulado **O Planejamento Turístico no Ceará**, inicialmente, é tratado o processo de turistificação do estado do Ceará, na busca de compreender as ações das administrações públicas objetivando a valorização da zona costeira cearense como produto passível de divulgação e consumo pelos interessados nos benefícios dos ambientes costeiros para o corpo e a mente.

Tal caminho não se realiza sem grandes contribuições da bibliografia utilizada, sendo esta referenciada como basilar para a compreensão e estabelecimento do quadro espaço-temporal aqui elaborado. Em seguida, é empreendida abordagem sobre as políticas de turismo no Ceará e em outros estados nordestinos de porte e características semelhantes, possibilitando leitura analítica das aplicações de recursos, conjuntos de municípios beneficiados, objetivos das políticas aplicadas e funcionalidades da atividade turística no território nordestino.

Realizando a análise dialética da formação de espaços turísticos, no capítulo 3: **Turistificação do Litoral Cearense: ações privadas**, abordam-se características da apropriação do litoral cearense pelos investidores, responsáveis pelo fornecimento de serviços, geração de emprego e criação de cadeia produtiva nas localidades litorâneas do estado. Assim, trabalha-se a captação de fluxos, a partir do agenciamento de viagens, os sabores e confortos dos destinos litorâneos, bem como o desejo pelo "morar na praia", suscitador da apropriação da terra à beira-mar por incorporadores fundiários.

O capítulo seguinte, **A Primeira Fase da Costa do Sol Poente do Ceará**, vai de encontro ao objeto de estudo, a dinâmica turística nos 6 municípios litorâneos a oeste de Fortaleza. Busca-se aqui compreender como cada município foi incorporado ao mercado turístico cearense, onde os fixos associados ao turismo foram alocados, qual o impacto destes nas dinâmicas locais e qual a configuração socioespacial conformada pelo processo de urbanização litorânea nos municípios. A partir destas discussões, auxiliadas por estudos já realizados sobre o recorte, é estabelecido quadro relativo ao turismo como prática e atividade econômica, sua influência na economia e na sociedade local.

No quinto e último capítulo, nomeado **Nuances do Planejamento Turístico na Costa do Sol Poente**, mantém-se o foco sobre a área de estudo, mas a investigação se realiza de forma multiescalar, compreendendo que o processo de turistificação dos lugares se realiza em diferentes intensidades e com divergentes intencionalidades, mas com semelhanças nos planejamentos propostos.

Destarte, busca-se delinear questões relativas às características de espacialização da atividade turística, disparidades de fluxos, efeitos da sazonalidade nas dinâmicas socioeconômicas locais, processos socioespaciais de segregação, incorporação de terras, conflitos territoriais, oportunidades na cadeia produtiva do turismo e possibilidades da atividade para as comunidades costeiras.

Tratando-se de capítulo que busca revelar rebatimentos espaciais das relações sociais em cada localidade, e dessas localidades com outras escalas mais amplas, as observações e informações coletadas em campo são de fundamental importância para o sucesso da empreitada nesta parte da pesquisa, possibilitando justificativa ao quadro geral apresentado por importantes pesquisadores das práticas marítimas modernas no estado e, sobretudo, pela realidade do turismo no Ceará e escalas afins.

O capítulo que traz as **Considerações Finais** empreende síntese do que foi trabalhado na dissertação, destacando os dois últimos capítulos como concludentes da relação estabelecida no início do pensar desta dissertação, entre a aplicação de políticas públicas de turismo, os impactos negativos ou positivos na dinâmica turística dos lugares e os fatores relacionados ao tipo de impacto causado pelo planejamento turístico.

# 2

## O PLANEJAMENTO TURÍSTICO NO CEARÁ

As atividades de planejamento estão ligadas à necessidade ou busca por mudanças em uma determinada realidade social, econômica ou política. Segundo Escobar (2010), por estarem intimamente ligadas às possibilidades de desenvolvimento, as ações de planejamento constituem-se, desde o pós-guerra, em elementos fundamentais para o alcance de melhores condições de vida.

Essa tarefa incumbida ao planejamento é fruto de contribuições da política, do setor econômico e da ciência, tornando crível o pensamento de que qualquer tarefa de planejamento desembocaria, indubitavelmente, no crescimento econômico e no desenvolvimento de cidades, estados e países pobres (ESCOBAR, 2010). Mas o que de fato significa planejar? Ao diferenciar este do ato de gerir, Marcelo Lopes de Souza (2004, p. 45) infere que:

[...] planejar significa tentar prever a evolução de um fenômeno ou, para dizê-lo de modo menos comprometido com o pensamento convencional, tentar simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor precaver-se contra prováveis problemas ou, inversamente, com o fito de melhor tirar partido de prováveis benefícios.

No Ceará, até meados da década de 1980, a base econômica era composta por atividades agrícolas distribuídas nos perímetros irrigados, seguidas pelo parco setor produtivo formado por plantas industriais de bens de consumo não-duráveis presentes na Região Metropolitana (RM) e cidades médias do interior. Era cada vez mais necessário planejar meios para o desenvolvimento do estado, sendo almejado desenvolvimento sinônimo frequente de crescimento econômico ou de modernização (ESTEVA, 2010).

Neste período verifica-se chegada de grupo empresarial ao Governo do Estado, com o intuito de reformular a política clientelista utilizando preceitos liberais. O Centro Industrial do Ceará (CIC) era composto por empresários que buscavam a adoção de métodos gerenciais na administração estatal, voltados para o crescimento econômico através da atração de indústrias, sobretudo, provenientes de capital internacional.

Para tanto, era necessária criação de infraestruturas que dotassem o território cearense de fluidez<sup>6</sup>, além do oferecimento de incentivos fiscais, prática recorrente em diversas esferas da administração pública na busca pela inserção na economia global.

Até esse período a atividade turística tinha pouquíssima importância no planejamento governamental, estando presente em alguns planos de governo de forma residual<sup>7</sup>. Com a eleição de Tasso Jereissati, membro do CIC, é posto em prática o Plano de Mudanças, promovendo o turismo como atividade capaz de atrair investimentos internacionais e consumidores estrangeiros, ocasionando o acúmulo de divisas internacionais e valorizando a paisagem do litoral cearense como potencialidade para o desenvolvimento estadual.

Assim, a partir do ano de 1987, o turismo passa a fazer parte do planejamento territorial no Ceará, tendo o litoral como espaço aberto para alocação de empreendimentos internacionais voltados ao atendimento da demanda turística de mesma origem, acrescentando divisas aos cofres públicos.

Para tanto, tomou-se como modelo o planejamento turístico do litoral mexicano, que tem como casos mais notáveis Acapulco, no estado de Guerrero e Cancun, no estado de Quintana Roo<sup>8</sup> (LIMA, 2003). Ainda sobre esta comparação, cita Gomes (1998, p. 391):

Ao que tudo indica, o PRODETUR/NE inspirou-se na experiência internacional, mais especialmente no modelo de Cancun-México (economia de enclave), um padrão cujos efeitos são sobremaneira conhecidos quanto aos desdobramentos, no modo de inserção de uma atividade sofisticada em países subdesenvolvidos. No exemplo mexicano, de acordo com o informe do "Cancun Case"... "The result of Mexico's plan to raise hard currency has been the construction of some 19.000 hotel rooms, 1,5 million visitors per year, and approximately 260.000 permanent resident in a once desolated area", ou seja, a população que trabalha nos hotéis e na infra-estruturas ali

---

<sup>6</sup> Santos e Silveira (2011) definem fluidez como a capacidade criada de circulação no território, sendo esta efetiva quando realmente utilizada, ou virtual quando apenas existente enquanto condição. Como conceito oposto à viscosidade do território (pouca capacidade de circulação, formando espaços lentos), é responsável por criar espaços rápidos.

<sup>7</sup> Coriolano (2002) ressalta a pouca referência ao turismo nos planos governamentais entre as décadas de 1970 e 1980, quando a atividade era abordada com ações desarticuladas que afirmavam já haver um potencial turístico no estado.

<sup>8</sup> Acapulco, localizada na costa do Pacífico, teve seu planejamento iniciado na década de 1920, se consolidando em 1952 e entrando em crise na década de 1980 por problemas socioambientais, retomando lento crescimento absoluto de turistas apenas em 2004 (VALDIVIESO; COLL-HURTADO, 2010). Cancun, localizada na península de Yucatán, junto ao golfo caribenho, tem seu planejamento iniciado em meados de 1960, passando a ser a principal área turística do México ao final da década de 1980 e se consolidando como 6º principal destino de praia do mundo (MAYA; ALANÍS; SÁNCHEZ, 2012).

existente foi deslocada dos olhos dos turistas e circunscrita à “Vieja Cancun”, uma típica cidade Latino-americana, em termos de carências sociais. No tocante ao meio ambiente, o registro do “Cancun Case” é bastante ilustrativo ... “The resulting tourist industry extensively damaged the lagoon, obliterated sand dunes, led to the extinction of varying species of animals and fish, and destroyed the rainforest which surrounds Cancun.

Cabe ressaltar, baseado na análise de Hall (2001) sobre o processo de planejamento turístico, que o governo cearense adota metodologias específicas de planejamento, com adoção de elementos característicos do método de fomento associado ao método de abordagem econômica voltada à indústria turística.

O método de fomento parte da premissa que o desenvolvimento da atividade turística irá desembocar, inexoravelmente, na melhoria de vida da população dos polos receptores. Mas tal abordagem não suscita a participação dos residentes nos processos decisórios, sendo chamados de antidesenvolvimentistas ou pessimistas, sendo aqueles que se opõem ao planejamento turístico (HALL, 2001).

Já o método voltado à constituição do turismo como indústria se baseia na utilização da atividade como meio para alcançar crescimento econômico e consequentes condições de emprego e renda, para isto utiliza incentivos fiscais e *marketing*. Assim, é constatável a utilização de lógica especulativa sobre impactos econômicos nos locais e regiões abordadas (HALL, 2001).

Tomando como base o discurso governamental de meados da década de 1980, torna-se possível visualizar a aplicação de tais abordagens na formação inicial da “vocalização” turística cearense. Infere Dantas (2009)<sup>9</sup> que na região Nordeste há inicial desestabilização da imagem negativa do semiárido, desembocando em busca pelo fortalecimento de características naturais como as baixas taxas de precipitação, a constância de insolação e ventos, assim como as elevadas temperaturas e considerável variabilidade de sistemas costeiros.

Desta forma o poder público toma como base o discurso da necessidade de suprimir séculos de condições socioeconômicas desiguais através da inserção do turismo na economia regional. No caso cearense foi fundamental a formação de consenso coletivo sobre a importância da atividade como elemento indispensável

---

<sup>9</sup> O estudo de Dantas (2009) sobre a maritimidade no Nordeste dá seguimento à análise sociocultural empreendida pelo autor (DANTAS, 2011) sobre a mudança de concepção da sociedade fortalezense em relação aos benefícios oferecidos pelo lazer à beira-mar nos trópicos.

para a melhoria de vida no litoral. Utilizou-se no contexto político expressões como: desenvolvimento, modernização e moralização para, posteriormente, introduzir discurso mais consistente sobre os benefícios do turismo para o Ceará.

Sobre as dinâmicas de crescimento do setor terciário que Tania Bacelar Araújo e Valdeci Santos (2009, p. 198-199) inferem sobre o crescimento das cidades litorâneas nordestinas e a ampliação destas atividades nas capitais:

No litoral, além do crescimento das maiores cidades da região ali localizadas, inclusive de capitais estaduais como Aracajú, Natal, João Pessoa e Maceió, aumenta muito a presença de segmentos do terciário moderno (shoppings centers e, modernas redes de varejo no comércio, ao lado de serviços especializados em saúde, educação e consultoria empresarial, entre outros). Ao mesmo tempo, o turismo se desenvolveu como atividade com bom potencial e novas estruturas se montaram para praticar essa atividade, com impacto na organização de muitas cidades litorâneas e na dinâmica de outros setores, como o da construção civil e dos serviços imobiliários.

É o turismo e as atividades de lazer no litoral que têm potencial para atrair, não só investidores, mas também, consumidores provenientes de diversos países, tirando proveito da extensa zona costeira ensolarada do Nordeste. Assim, é mister a abordagem dos motes utilizados para aceitação desta atividade no Ceará, sobretudo, nas localidades potencialmente turísticas.

Analisar-se-á então, as práticas adotadas pelo poder público cearense na construção de imagem favorável à ocupação das zonas de praia por investidores, turistas e especuladores, ocasionando, assim, a consolidação de imaginário produzido por *slogans* como "Ceará: terra da luz", "Fortaleza: cidade do sol" ou mesmo "Jericoacoara: o Caribe brasileiro".

## **2.1 O discurso político: o turismo como redentor do litoral**

Compreender a influência do discurso governamental na mudança de concepção dos cearenses em relação ao turismo significa revisitar a oratória utilizada para tal fim, de forma a realizar a crítica ao modelo de planejamento turístico pautado a partir de 1987. Ao assumir o Governo do Estado do Ceará, Tasso Jereissati (GLOBO, 2015) declarou que:

O Governo das Mudanças será um governo voltado para toda população, sobretudo, para os mais necessitados. Vamos assumir em toda sua inteireza a obrigação do Estado no suprimento dos serviços básicos de saúde e educação, que são direitos de toda população. O governo não vai se omitir diante do imenso contingente de adultos analfabetos, das milhares de crianças sem escolas, dos índices alarmantes de mortalidade infantil e da incidência de doenças tecnicamente evitáveis.

O Plano de Mudanças tem estas declarações como base, atribuindo aos setores econômicos o posto de elementos basilares para a resolução dos problemas no estado. O turismo foi elevado à atividade capaz de propiciar crescimento econômico aos municípios litorâneos e, conseqüentemente, ocasionar a superação das desigualdades socioeconômicas locais.

O discurso foi composto por elementos desejados por todos os cidadãos cearenses, tornando crível o planejamento proposto (CORIOLANO, 2006). A passagem a seguir denota tais características propostas pelo poder executivo estadual (CEARÁ, 1987, p. 28, 134 e 45).

Concebe-se o turismo como instrumento de desenvolvimento econômico, social e cultural e não como um eventual e improvisado expediente de exploração de alguns itens de potencialidade do setor. [...] A implementação e consolidação do turismo em moldes empresariais ensejam o desenvolvimento dos ramos de hotelaria, comércio, pequenas indústrias, artesanato e serviços, gerando mais emprego e renda para o Estado. [...] Estou firmemente empenhado em promover a estruturação de uma base econômica forte [...] com melhor distribuição de renda. [...] para promover mudanças de tal extensão e profundidade o Governo tem que desfrutar de um sólido respaldo político. Credibilidade, confiança, apoio, participação consciente e organizada da população são condições indispensáveis para que o Governo consiga atingir seus objetivos estratégicos.

São feitas especulações sobre os benefícios do turismo para o estado e estes têm como condição de concretização o apoio incondicional da população. Mas tais proposições não se estendem a todo território cearense, sendo restritas ao litoral e suas potencialidades paisagísticas.

Passam a integrar o *marketing* governamental e o imaginário social, as imagens das praias arenosas cercadas por dunas e coqueiros, com a presença do pescador, das embarcações da pesca artesanal e dos produtos característicos desta atividade, como ressaltado por Aragão (2006).

A essa imagética foram somados casos exímios do turismo no Ceará, notadamente Jericoacoara e Canoa Quebrada, como espaços que caracterizam a vocação turística do litoral do estado. Com as primeiras ocorrências de visitantes datadas da década de 1960, estas localidades se constituíram, ao longo das décadas seguintes, em praias internacionalmente conhecidas por suas belezas naturais caracterizadas pela presença de plataforma de abrasão rochosa no caso de Jericoacoara, no município de Jijoca de Jericoacoara, e pela interminável extensão de falésias que se verifica em Canoa Quebrada, no município de Aracati, atraindo durante grande parte do ano, turistas, novos moradores e investidores de diversas

partes do mundo (LIMA; SILVA, 2004). Verifica-se na figura 1 a multiplicidade da imagem do Ceará veiculada pelo poder público.

Figura 1- *Folders* e panfletos produzidos pelo Governo do Estado do Ceará e pela Prefeitura de Fortaleza divulgando as potencialidades turísticas do estado e da Capital.



Fonte: Aragão (2006) e Castro *et al* (2015). Elaboração: Castro (2015).

Recorrendo ao *marketing* utilizado pelas esferas governamentais, constata-se a importância inicial dada aos monumentos e locais históricos da Capital cearense, representados pelo Forte de Nossa Senhora da Assunção, pela estátua da Índia Alencarina, Iracema e pelo farol do Bairro Mucuripe.

Tal representação não tarda a ser suprimida, dando maior espaço à paisagem dos ambientes costeiros do Estado, aos grupos sociais relacionados ao mar, notadamente os pescadores artesanais, à beleza do corpo feminino e, mais recentemente, às potencialidades naturais para a prática de esportes náuticos, notadamente o *kitesurfe* e o *windsurf*.

O estabelecimento do litoral como principal produto turístico no Ceará, abordado por Aragão (2006) e Castro *et al* (2015), realiza-se através das incontáveis possibilidades disponíveis ao turista enquanto consumidor do lugar, sendo cada vez

mais recorrente o desfrute do modelo turístico baseado nos 5 "S" "sun, sea, sand, sex and sangria"<sup>10</sup> (WALTON, 2009).

Assim, Fortaleza inicia o processo de consolidação como um dos principais destinos do Nordeste, possuindo uma de suas faces costeiras ocupada por empreendimentos hoteleiros, imobiliários e gastronômicos, e outra zona de praia com presença de faixa de areia onde se alocaram barracas voltadas ao atendimento de serviços gastronômicos.

Além disto, a capital ainda conta com municípios litorâneos limítrofes onde há praias disponíveis à visitação nos períodos diurnos, voltados à prática de esportes náuticos e aos banhos de mar e noturnos, voltados ao usufruto da prostituição<sup>11</sup>. Constitui-se assim, polo turístico com possibilidades inúmeras para os visitantes.

Neste momento, é possível visualizar quadro relativo aos espaços turísticos no litoral cearense, ligados à dinâmica metropolitana, sendo que Caucaia e Aquiraz adquiriram considerável importância na recepção de fluxos turísticos. Em Caucaia há crescente alocação de clubes de lazer de categorias profissionais<sup>12</sup>, segundas residências e estabelecimentos de hospedagem, denotando a característica local de abundância de terras à beira-mar.

Em Aquiraz é notável a instalação de segundas residências nas localidades costeiras de Prainha e Iguape, pautadas no discurso dos benefícios de morar na zona costeira cearense (PEREIRA, 2006). Somente na década de 1970 há expansão da vilegiatura e do turismo para outras localidades do litoral deste município, sendo a criação do restaurante *Beach Park* momento fundamental para

---

<sup>10</sup> Variação do modelo turístico dos 4S, tendo como elementos comuns sol, mar, areia e sexo. O álcool (sangria) é elemento adicional característico da estadia dos turistas nos paraísos tropicais, sendo representado pelo nome da bebida espanhola composta pela mistura vinho, pedaços de frutas vermelhas e açúcar. Alguns autores inserem também a categoria de esportes (*sports*) à nomenclatura.

<sup>11</sup> Clélia Lustosa da Costa (2009) ressalta a vulnerabilidade social de localidades litorâneas apropriadas pelos fluxos turísticos na Região Metropolitana de Fortaleza, casos de Icarai e Tabuba em Caucaia/CE, e Porto das Dunas em Aquiraz/CE. Araújo e Pereira (2011) denotam a ocorrência de tais problemas sociais no litoral cearense, em especial no litoral de Caucaia/CE.

<sup>12</sup> É ressaltado por Araújo (2011) o caso da Colônia Ecológica do Serviço Social do Comércio (SESC), alocada na década de 1950 na localidade de Iparana. Também são verificáveis os casos de colônia de férias dos trabalhadores do ramo hoteleiro (SINTRAHORTUH), dos servidores do Departamento de Edificações, Rodovias e Transportes (ASDERT) e dos empregados do setor de segurança privada (SINDSUP).

ampliação da ocupação na localidade de Porto das Dunas, atual território dos *resorts* turísticos e residenciais no Ceará.

Já as localidades de Canoa Quebrada e Jericoacoara, respectivamente, nos extremos do litoral leste e do litoral oeste, desde a década de 1960, têm crescimento dos fluxos e instalação de empreendimentos de hospedagem, sobretudo, provenientes de investidores de outras regiões do país. Ressalta-se a importância da propaganda boca a boca para o sucesso turístico das imagens destas praias, propagadas por mochileiros e visitantes da vasta extensão litorânea cearense (LIMA; SILVA, 2004).

Somam-se a estas dinâmicas de turistificação, as localidades de Mundaú, em Trairi, Caponga, em Cascavel e Morro Branco, em Beberibe. A primeira verifica ocupação pautada pelo turismo e vilegiatura marítima, sendo a mais conhecida dos municípios citados, com ocupações adensadas na década de 1980 pela vilegiatura marítima como prática voltada ao usufruto das benesses do litoral e da paisagem costeira.

Caponga, no Litoral Leste do estado, passa por processo mais extenso de ocupação, partindo do litoral rumo ao continente, através do impulso inicial proporcionado pela vilegiatura marítima que, gradualmente, se torna moradia fixa<sup>13</sup>.

Morro Branco, também, no Litoral Leste ocupa faixa localizada sobre afloramento do tabuleiro pré-litorâneo, formando cordão de falésias, que parte de Beberibe-CE e segue até o estado do Rio Grande do Norte (MEIRELES, 2012). A partir da década de 1970, constata-se no município crescimento da ocupação litorânea através da vilegiatura marítima e do turismo em estágio embrionário.

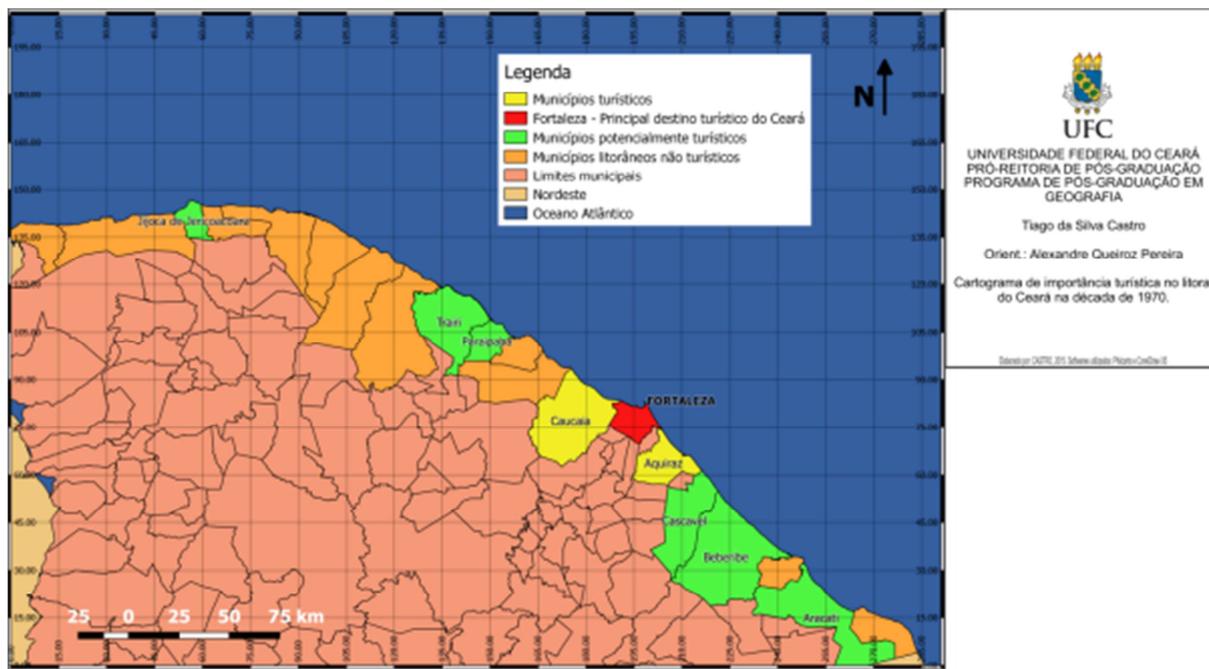
Em outros municípios, sobretudo, nos componentes do litoral oeste não-metropolitano, o turismo ainda se compõe de fluxos irrisórios, tendo como exceção o já citado caso de Jericoacoara e da nacionalmente conhecida Praia de Lagoinha, no município de Paraipaba-CE, onde se verificam os estágios iniciais do turismo ao final

---

<sup>13</sup> O caso de Caponga, em Cascavel/CE, é ressaltado por Pereira (2013a) como exemplo de localidade apropriada pela prática da vilegiatura marítima no Ceará, processo que cresceu após a ocupação do litoral de Aquiraz/CE. Já o contexto da localidade de Morro Branco, em Beberibe/CE, é descrito por Novaes (2012), sendo importante para o crescimento da ocupação litorânea a exibição de Morro Branco em novelas nacionais, fato que suscita forte impacto na inserção da vilegiatura nesta praia e em Canoa Quebrada, no município de Aracati/CE.

da década de 1970 (MARTINS, 2011). Verifica-se ordens de importância turística dos municípios citados durante a década de 1970 no mapa 2<sup>14</sup>.

Mapa 2 - Ordens de importância turística nos municípios do litoral cearense na década de 1970.



Fonte: Dantas (2011); Pereira (2012); Coriolano *et al* (2009); Lima e Silva (2004). Elaboração: Castro (2015).

Analisando o mapa 2, é perceptível maior expansão do turismo e da vilegiatura rumo ao litoral leste, notadamente, devido a presença de rodovia que liga a Capital cearense ao município de Aracati (COSTA, 2007). Tal fato, associado à construção histórica da imagem de Canoa Quebrada, suscitam maiores fixos e fluxos para este litoral.

Era necessário planejamento que reestruturasse a economia da zona costeira cearense, sobretudo, nos municípios pouco ou nada dinamizados pelo turismo como atividade geradora de renda, notadamente no litoral oeste do estado. A criação de polos turísticos perpassa pelo *marketing* dos destinos associado à instalação de infraestrutura básica de transportes, energia elétrica e distribuição de água e esgoto. Cabe inferir que tais infraestruturas básicas pouco contemplavam a RMF, sendo, ainda, mais precárias no restante do estado.

<sup>14</sup> Os dados de fluxos turísticos dos municípios citados só estão disponíveis a partir do ano de 1998, nos relatórios do turismo cearense elaborados pela SETUR/CE. Para citada categorização no mapa, utiliza-se mensuração estabelecida por Coriolano (2006) em relação ao nível de turistificação dos municípios cearenses, além da bibliografia pertinente ao processo de inserção do turismo nos respectivos municípios.

No litoral oeste, notam-se fluxos turísticos apenas em Caucaia, pela proximidade da metrópole e das demandas por espaços litorâneos dos moradores desta, em Paraipaba, devido a beleza cênica das dunas e falésias da localidade de Lagoinha, e em Jericoacoara<sup>15</sup>. Segundo Molina (2007) o início embrionário do turismo na vila de Jericoacoara se deu, basicamente, por sua beleza cênica como prêmio após a árdua missão de chegar à vila, não havendo estradas ou estruturas de transporte até a localidade.

Portanto, ainda não se pode afirmar a existência de rede urbana com funções turísticas, posto pouquíssimas localidades no litoral oeste receptarem esta atividade. Mas, através do discurso e publicidade, as imagens destas localidades são constantemente associadas às imagens da Capital, suscitando formação inicial de rede local composta pela Capital, como polo receptor dos fluxos e localidades subordinadas à distribuição destes. Estas dinâmicas corroboram para formação da imagem propalada de Fortaleza, como infere Lima (2002, p. 67):

Fortaleza consolidou-se como ponto de recepção e de distribuição de fluxos turísticos no litoral cearense. É "vendida" como cidade de belas praias: aquelas existentes nos municípios litorâneos. As projeções cartográficas da SETUR não mostram as reais distâncias entre a Capital e as praias, estas sim, verdadeiros cartões postais.

Tal inserção da imagem dos municípios vizinhos no contexto da cidade de Fortaleza evidencia-se também nas ações de *marketing* da Prefeitura Municipal, na propaganda de empreendimentos turísticos alocados em outros municípios, além de ser estratégia utilizada por empresas e sites especializados na atividade turística<sup>16</sup>.

Compreende-se que a inserção do turismo no Nordeste se caracteriza pelo contexto de busca pelo desenvolvimento nos países considerados subdesenvolvidos. Portanto, é relevante a existência de discurso desenvolvimentista voltado à aceitação do turismo como forma de distribuir riquezas nos municípios litorâneos brasileiros desde 1966, ano da criação da Empresa Brasileira do Turismo

---

<sup>15</sup> À época como distrito do município de Cruz, a leste do atual município de Jijoca de Jericoacoara, emancipado em 1991.

<sup>16</sup> O *Beach Park* utiliza a seguinte expressão na chamada de seu *site* "*Beach Park – resorts e parque em Fortaleza*". Sites como Tripadvisor comumente citam a localidade de Porto das Dunas, em Aquiraz, como parte integrante de Fortaleza. O *site* Brasil Front crava Canoa Quebrada e Jericoacoara como praias da capital cearense.

(EMBRATUR)<sup>17</sup>. E tal posição governamental em relação à atividade não mudou desde então, considerando que a atração de turistas como único meio sustentável para alcançar o desenvolvimento dos municípios costeiros.

Esta afirmativa está presente na Constituição Federal de 1988, segundo a qual, no artigo 180, “a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento econômico”. A esta declaração segue a Política Nacional de Turismo (PNT) de 1992, que enfatiza a necessidade de desenvolver o turismo como fonte de renda para o país (BRASIL, 1995). Pode-se citar, também, o Plano Nacional de Turismo, de 2003, no qual o Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva afirma que (BRASIL, 2003):

O turismo quando bem planejado, dentro de um modelo adequado, onde as comunidades participam do processo, possibilita a inclusão dos mais variados agentes sociais. Os recursos gerados pelo turista circulam a partir dos gastos praticados nos hotéis, nos restaurantes, nos bares, nas áreas de diversões e entretenimento. Todo comércio local é beneficiado.

Como última inferência às políticas de turismo, tem-se o Plano Nacional de Turismo de 2013, no qual o Ministro do Turismo Gastão Dias Vieira ressalta que (BRASIL, 2013):

É um desafio que o Ministério do Turismo e o governo brasileiro assumem com satisfação, cientes de que o turismo responderá com crescimento sustentado e sustentável, redução de desigualdades regionais, inclusão social e geração de emprego e renda.

Evidentemente a associação entre turismo e desenvolvimento é uma constante na retórica do planejamento turístico brasileiro, especialmente ligado à geração de emprego, renda e à redução das desigualdades sociais e regionais. E cabe ressaltar que tal modelo de planejamento não é exclusivo do país, sendo notável no caso mexicano, onde desde 1970 são constantes na política de turismo nacional a menção à sustentabilidade e ao desenvolvimento como atalhos para aceitação de estratégias econômicas de longo prazo (TORREROS, 2010).

A mesma associação entre turismo e desenvolvimento é verificável no caso do planejamento espanhol (CLAVÉ *et al*, 1996), na realidade da África Subsaariana e de grande parte dos países em desenvolvimento (TELFER, 2009).

---

<sup>17</sup> Atual Instituto Brasileiro do Turismo, autarquia pertencente ao Ministério do Turismo (MTur) criada com o objetivo de promover o desenvolvimento e regulamentação da atividade turística no país, tem atuação voltada para o *marketing* e comercialização de destinos turísticos nacionais.

Tal discurso surte grande efeito na zona costeira nordestina, sobretudo, há necessidade de base econômica capaz de desenvolver o extenso litoral e possibilitar crescimento das economias estaduais. Assim, são concatenadas políticas voltadas à infraestruturação dos espaços potencialmente turísticos do Ceará, objetivando a atração de fluxos turísticos internacionais e empreendimentos provenientes de capital estrangeiro.

Tal processo será abordado, inicialmente, sob enfoque das políticas de turismo regionais, realizando aprofundamento no caso cearense, para então partir para análise das políticas particulares do Ceará, possibilitando analisar características díspares e comuns do planejamento turístico nos estados nordestinos.

## **2.2 As políticas públicas no Nordeste e no Ceará: a inserção na vitrine mundial**

É por meio de políticas públicas que as atividades de planejamento estatal são aplicadas ao território, conformando ações voltadas à mudança de determinada situação socioespacial. Denota Arturo Escobar (2010) ser inevitável que o planejamento cause um processo de estandardização da realidade, eliminando diversidades e causando injustiças.

Mesmo políticas públicas que visam interferir no meio ambiente têm no cerne a necessidade de mudanças por anseios de parte da sociedade. Cita Souza (2006) que políticas públicas são definidas como ações formalizadas pelas quais o Estado influencia na vida da coletividade, desdobrando-se em documentos e sujeitas a avaliações posteriores.

Fica claro que o Governo do Ceará, a exemplo dos outros estados nordestinos, busca expandir o turismo no território, possuindo o litoral como produto turístico mais atrativo aos turistas nacionais e estrangeiros. Ao final da década de 1970, é criada a Empresa Cearense de Turismo S.A. (EMCETUR), responsável por divulgar a imagem turística do Ceará. Os efeitos de tais ações ficaram restritos à Fortaleza, que nas décadas seguintes recebeu diversas transformações na zona litorânea, voltadas à constituição de espaço propício à circulação do turista<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> Dantas (2011) ressalta as diversas transformações urbanas na zona costeira de Fortaleza, ressaltando a construção de calçadões e abertura de importantes avenidas à beira-mar. Castro *et al* (2015) realizaram estudo sobre novas transformações (2000 – 2015) nos usos e estruturas urbanas da zona costeira da capital cearense.

Somente ao final da década de 1980 se verificou a primeira política específica voltada à valorização e especialização da atividade turística para além da capital cearense. O poder executivo cearense, agora composto por integrantes de grupos empresariais, busca diagnosticar as zonas prioritárias para o turismo no Ceará, ação que se desdobra no Programa de Desenvolvimento do Turismo em Zona Prioritária do Litoral (PRODETURIS). Citam Benevides e Cruz (1998, p. 2) que:

O PRODETURIS constitui um evidente diagnóstico territorial, característico de um dos instrumentos fundamentais "das tecnologias da gestão estatal do território" e dos processos políticos de construção de novas territorialidades. Como amplo "inventário", composto do mapeamento da localização de bases elegidas como prioritárias (planejadas como nódulos estruturantes destas novas territorialidades) e da descrição das particularidades geográficas do espaço diagnosticado, esse instrumento é requisito fundamental para manter qualquer desígnio de políticas públicas.

Tal programa define quatro zonas prioritárias para o turismo no Ceará, todas situadas no litoral<sup>19</sup>. A Região Turística (RT) I é composta por Fortaleza, Aquiraz e Caucaia, principais municípios litorâneos da RMF; a RT II que também inclui Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paraipaba, Trairi e Itapipoca, todos no litoral oeste do Ceará; a RT III inclui, novamente, Aquiraz, acrescida de Cascavel, Beberibe, Aracati e Icapuí, localizados no litoral leste; enquanto a RT IV se configura pelos municípios de Amontada, Itarema, Acaraú, Cruz, Camocim e Barroquinha, no extremo litoral oeste.

Ao definir as RT como grupos de municípios em condições espaciais semelhantes, o PRODETURIS revelou algumas tendências para o planejamento turístico no Ceará. Não há dúvidas em relação à primazia da condição metropolitana para a expansão do turismo e da vilegiatura, práticas em vias de consolidação na Capital e em municípios litorâneos vizinhos.

Como citado anteriormente, os municípios componentes da RT III possuem padrão de ocupação e visitação superior aos municípios da RT II e IV, porém, em relação a esta última, possui vantagem locacional pela proximidade de Fortaleza e da cidade média de Mossoró-RN.

---

<sup>19</sup> A exemplo do caso cearense, na Bahia é idealizado o programa Caminhos da Bahia em 1980, que busca fomentar o turismo para além de Salvador rumo aos municípios do litoral sul baiano, como Porto Seguro e Ilhéus (SANTOS, 2013). No caso do Rio Grande do Norte, ressalta Silva (2010) que o Projeto Turístico Parque da Dunas – Via Costeira, datado de 1977, é fundamental para o crescimento do turismo rumo litoral sul de Natal/RN, suscitando ocupação nos municípios de Parnamirim e Nísia Floresta. Em Pernambuco, o Projeto Costa Dourada, iniciado em 1980, é marco inicial para a expansão da ocupação turística no litoral sul do estado (MIRANDA, 2012).

Já a RT II segue lógica de dinamização de municípios próximos da Capital, possuidores de considerável potencial turístico, disponibilidade de terras, atrativos naturais e fluxos turísticos incipientes. Já a RT IV, no extremo litoral oeste do Ceará, apesar da presença do destino de Jericoacoara, tem a distância da Capital como ponto negativo, além de se constituir em espaço lento pelas condições de viscosidade, característica da ausência de estradas próximas ao litoral.

No início da década de 1990 surgiu a oportunidade para debutar nova fase da reestruturação produtiva do território cearense, processo que, segundo Soja (1995), consiste em tentativa do modo de produção capitalista restabelecer suas bases espaciais e temporais. Além disso, cabe ressaltar a importante relação entre espacialização e reestruturação estabelecida por este autor (SOJA, 1995):

O ponto de partida é a assertiva conexão e entre reestruturação e espacialização. O momento atual será, então, visto como a mais recente tentativa de reestruturar as matrizes espaciais e temporais do capitalismo, outra busca de um arranjo espaço-temporal para a sobrevivência. Se houver de existir um materialismo histórico-geográfico (ou, se preferir, uma robusta geografia humana crítica), isto partirá de uma compreensão prática e teórica desta reestruturação espacial, temporal e social contemporânea.

A EMBRATUR propõe elaboração de política que abarcasse os estados nordestinos, visando a infraestrutura da região para a prática do turismo de massa, voltado para atração de fluxos e investimentos turísticos, geração de emprego e renda, melhoria da qualidade de vida das comunidades litorâneas, crescimento das economias estaduais e desenvolvimento da cadeia produtiva do turismo.

Somente em 1994 inicia-se a organização do Programa para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE), entre os nove estados do Nordeste, além de MG e ES, contando com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e como órgão executor o Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Tal programa se configurou como financiamento aos poderes públicos estaduais para instalação de infraestruturas de circulação, alocação de serviços de saneamento, recuperação de patrimônios naturais e culturais (BNB, 2005).

Analisando os critérios de escolha dos municípios receptores dos investimentos nos quatro principais estados da região, tem-se duas lógicas para seletividade de espaços beneficiados pelo PRODETUR-NE I. A lógica concernente aos estados do Rio Grande do Norte, da Bahia e de Pernambuco, denota alocação

dos investimentos em áreas de expansão turística remanescentes das décadas de 1970 e 1980, ao norte e sul de Natal, Salvador e Recife, respectivamente.

No caso do Ceará, foram escolhidos municípios com pouca demanda e grande potencial turístico. Cabe lembrar que o litoral leste era a principal área de expansão da vilegiatura e do turismo, mesmo sem o auxílio estatal.

Assim, era no litoral oeste, recorte espacial da pesquisa, que encontrava disponibilidade de terras devolutas à beira-mar e possuía isoladas comunidades litorâneas. O quadro 1 demonstra os municípios contemplados pelo PRODETUR I nos quatro estados.

Quadro 1 - Municípios contemplados por investimentos do PRODETUR-NE I nos estados do CE, BA, PE e RN.

Municípios inclusos no Prodetur I pelos estados do CE, BA, PE e RN							
Ceará		Bahia		Pernambuco		Rio Grande do Norte	
<b>Fortaleza</b>	<b>Capital</b>	Mata de São João	RMS - Litoral Norte	Olinda	RMR - Litoral Norte	Extremoz	RMN - Litoral Norte
Caucaia	RMF - Litoral Oeste	<b>Salvador</b>	<b>Capital</b>	<b>Recife</b>	<b>Capital</b>	Ceará-Mirim	
São G. do Amarante		Valença	Litoral Sul	Ipojuca	RMR - Litoral Sul	<b>Natal</b>	<b>Capital</b>
Paracuru	Litoral Oeste	Camamu		Sirinhaem	Litoral Sul	Parnamirim	RMN - Litoral Sul
Paraipaba		Cairu		Rio Formoso		Nísia Floresta	
Trairi		Itacaré		Tamandaré		Tibau do Sul	
Itapipoca		Uruçuca				Goianinha	Litoral Sul
		Ilhéus					
		Belmonte					
	Santa Cruz de Cabralia						
	Porto Seguro						
	Lençóis	Chapada Diamantina					

Fonte: BNB (2005). Elaboração: Castro (2015).

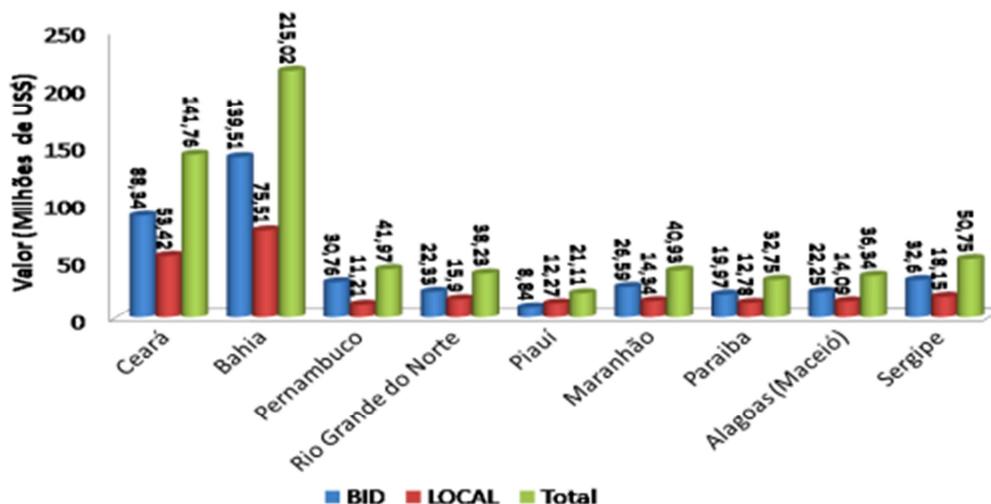
A primeira fase do PRODETUR-NE, iniciada em 1995, se divide em sete componentes voltados à instalação de infraestrutura turística: construção e reforma de aeroportos, sistemas rodoviários, obras de saneamento básico, recuperação de patrimônio histórico, proteção e recuperação ambiental, desenvolvimento institucional, estudos e projetos (BNB, 2005)<sup>20</sup>. Tais investimentos totalizaram US\$ 625,96 milhões aplicados em 8 anos.

Os empréstimos realizados pelo BID necessitaram de contrapartes provenientes dos cofres dos estados do Nordeste, que variaram entre 40% e 20%. Assim, verifica-se disparidades de recursos recebidos e investidos entre os estados

<sup>20</sup> O detalhamento dos valores aplicados nas duas fases do programa em cada estado está presente no Relatório Final do PRODETUR-NE I (BNB, 2005) e no Relatório de Término de Projeto do PRODETUR-NE II (BNB, 2012). Pereira (2012) e Dantas (2010b) fazem detalhamentos de cada componente nos 4 principais estados da região.

da região, casos de Ceará e Bahia que juntos receberam mais da metade dos recursos destinados para o Nordeste. O gráfico 1 demonstra esta relação.

Gráfico 1 - Divisão dos investimentos do PRODETUR-NE I por estado da região.



Fonte: BNB (2005). Elaboração: Castro (2015).

Com os investimentos em reforma ou construção de aeroportos, as metrópoles nordestinas passaram a representar pontos de recepção e distribuição de fluxos para outros municípios litorâneos, configurando uma lógica ressaltada por Dantas (2010) de dominação paralela à faixa costeira. Os principais terminais aeroportuários da região foram elevados à categoria internacional.

O sistema de rodovias implantado nos estados nordestinos se caracteriza pela predominância de vias paralelas ao litoral com presença de entroncamentos que levam às localidades litorâneas dos municípios contemplados. No caso cearense, a rodovia estruturante CE-085<sup>21</sup> representa esta lógica de ligação às zonas de praia do litoral oeste, sendo desta rodovia que partem os acessos às localidades litorâneas do litoral oeste.

As obras de saneamento básico, nos estados analisados, têm caráter mais pontual, atingindo localidades e distritos costeiros, além de outros com pouca ou nenhuma relação com a atividade turística. Somente o estado do Ceará beneficia todos os municípios inclusos no PRODETUR-NE I, priorizando localidades costeiras e sedes municipais como pontos importantes na prestação de serviços turísticos.

<sup>21</sup> Com primeiro trecho da rodovia CE-085 Rota do Sol Poente tem início do município de Caucaia e passa por São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paraipaba e Trairi, com final em Itapipoca, situando-se próxima das sedes municipais e localidades litorâneas do litoral oeste. Na segunda fase do programa, citada via é expandida pelos municípios do extremo litoral oeste, se aproximando ainda mais da zona costeira, caso de Amontada, Itarema, Acaraú, Cruz, Jijoca de Jericoacoara, Camocim e Granja.

Constata-se que as obras de saneamento propostas pelo PRODETUR-NE, além de melhorar as condições de vida nos adensamentos urbanos do litoral, também, foram direcionadas para suprir serviços básicos não prestados pelas municipalidades.

A componente de recuperação de patrimônio histórico tem maior incidência nas cidades históricas da Zona da Mata nordestina, casos de Salvador e Porto Seguro, na Bahia e Recife e Olinda, em Pernambuco.

A ausência de investimentos para essa finalidade no Ceará foi compensada com a adoção da componente de proteção ambiental em todos os municípios do litoral oeste, com limpezas de lagoas e lagamares, delimitação de Unidades de Conservação (UCs) e urbanização no entorno dos principais corpos d'água da microrregião, possuindo, ainda, característica única da aplicação desta componente no estado, a edificação de centros turísticos ambientais, compostos por equipamentos de lazer e esporte em algumas praias e unidades de conservação (BNB, 2005).

Notadamente o PRODETUR-NE I se caracteriza pela concepção do sistema de objetos a ser utilizado pela atividade turística de pretensão caráter internacional, abrindo novos espaços à alocação de investimentos de grande porte e à visitação de fluxos de estrangeiros. Com partes do litoral nordestino minimamente estruturadas, cabia expandir o raio de ação da principal política de turismo na região.

Visando a continuação das ações da primeira fase, o PRODETUR-NE II buscou espacializar a atividade para outros municípios, além de aprimorar a gestão turística dos municípios já contemplados. Assim, em 2004, sob o discurso da sustentabilidade, o PRODETUR-NE toma como ponto de partida a elaboração dos Planos de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável (PDITS) estaduais, aprofundando os estudos sobre potencialidades e fragilidades para o turismo.

Nesse momento é proposta a adoção de polos turísticos para cada estado do Nordeste, além de MG e ES. O estado da Bahia configura cinco polos, sendo estes a Chapada Diamantina, a Costa das Baleias, a Costa do Descobrimento, Salvador e entorno e o Litoral Sul.

Os outros estados inclusos no programa possuem somente um polo turístico cada: Costa dos Corais (AL), Costa dos Coqueirais (SE), Costa das Dunas (RN), Costa do Delta (PI), Costa dos Arrecifes (PE), Costa das Piscinas (PB), Vale

do Jequitinhonha (MG), Costa do Sol (CE), Capixaba do Verde e das Águas (ES) e São Luís e Entorno (MA) (BNB, 2005).

Porém, devido a problemas nos contratos de empréstimos e avaliação de capacidades dos estados em manterem suas contrapartidas, apenas 6 UF entraram na amostra Relatório de Término de Projeto (PCR), emitido em 2012. Tal documento não faz referência aos estados do Espírito Santo, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Maranhão. Observa-se assim, que os recursos foram destinados apenas aos quatro principais estados da região, somados a Piauí e a Minas Gerais (BNB, 2012).

Além de intentar a continuidade das ações pautadas na primeira fase do programa, o PRODETUR-NE II objetiva a melhoria da qualidade de vida nos municípios não contemplados na primeira fase da política de turismo, expandindo-a para além das áreas pensadas entre 1995 e 2003, considerando que a fase inicial da referida política alcançou grande parte de seus objetivos.

Em termos de alcance do referido programa, nos casos da Bahia, Ceará e Pernambuco, há expansão das ações aos municípios mais distantes das metrópoles destes estados, caso do sul e norte de PE, o extremo sul da BA e o extremo oeste do CE. Já o Rio Grande do Norte, as ações do referido programa se restringiram ao litoral oriental, enquanto o litoral norte não recebeu investimentos (BNB, 2012).

Organizado inicialmente em três componentes gerais, o PRODETUR-NE II buscou fortalecer os municípios para a gestão do turismo, melhorar as capacidades estaduais de planejamento turístico, capacitação e infraestrutura, além de promover o investimento privado (BNB, 2012). Tais componentes são vistas como norteadoras para o desenvolvimento da atividade e utilização efetiva das infraestruturas já alocadas. Mas isto não significa que o PRODETUR-NE II atue somente na esfera administrativa do planejamento turístico regional.

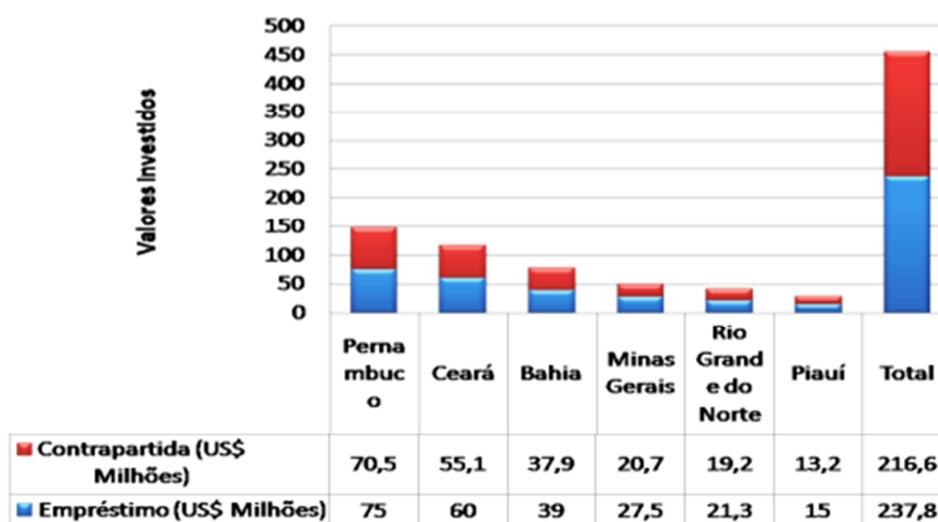
Tais macro componentes são subdivididos em componentes institucionais e operacionais, das quais essas últimas representam grande parte dos projetos realizados no âmbito do PRODETUR-NE II. São eles: gestão de resíduos sólidos; proteção e conservação de recursos naturais; proteção e conservação de patrimônio histórico e cultural; urbanização de áreas turísticas, saneamento e água potável; e obras de infraestrutura. Tais componentes operacionais somam cerca de 70% dos projetos executados no âmbito do programa.

Em relação ao montante de investimentos, foram direcionados US\$ 411,5 milhões às componentes de caráter institucionais e operacionais. Destinados somente ao componente operacional de Obras de Infraestrutura estão 38% dos recursos do programa. Também é notável que a componente Água e Saneamento, presente no PRODETUR-NE I, recebe 22% dos recursos da segunda fase. Como componente nova no programa, Urbanização de Áreas Turísticas recebe 5,7% dos investimentos, denotando caráter local destas intervenções (BNB, 2012).

Tais componentes denotam a importância dos serviços urbanos para atração de empreendimentos e fluxos turísticos, especialmente, no litoral nordestino, área de processo recente de ocupação por residências secundárias e empreendimentos turísticos. Destarte, no próximo tópico serão verificadas evidências da relação entre aspectos urbanos, nos dizeres de Pereira (2012)<sup>22</sup>.

Relacionado à distribuição dos empréstimos, mais de 50% do valor é disponibilizado aos estados de Pernambuco (31,5%) e Ceará (25,2%), seguidos por Bahia (16,4%), Minas Gerais (11,6%), Rio Grande do Norte (9%) e Piauí (6,3%). O gráfico 2 expressa a divisão de recursos (empréstimos e contrapartidas) entre os seis estados.

Gráfico 2 - Recursos do PRODETUR-NE II provenientes de empréstimos e contrapartidas por estado.



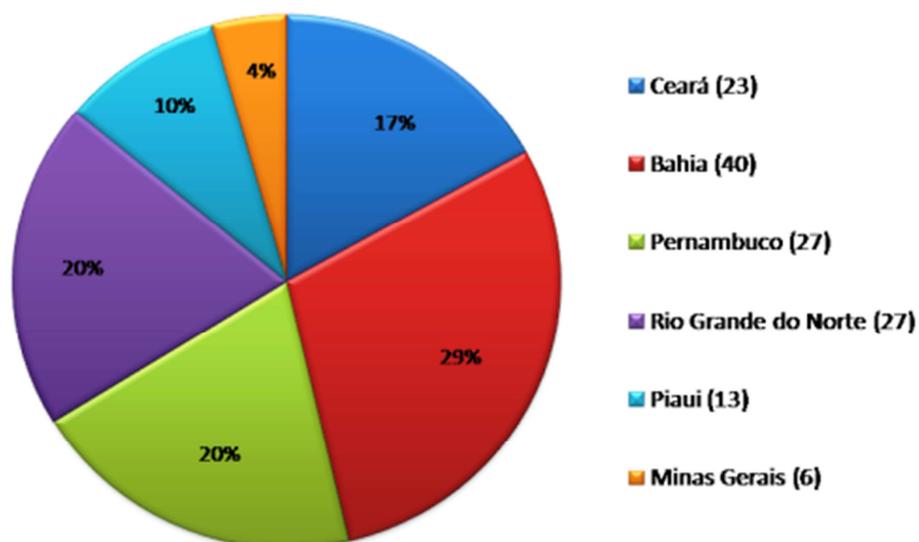
Fonte: BNB (2011). Elaboração: Castro (2016).

<sup>22</sup> Ao abordar os serviços urbanos básicos necessários à vilegiatura e ao turismo, exemplificados por Pereira (2012), Castro (2015), pautado na leitura sobre o urbano realizada por Sposito (2008), define-os como aspectos urbanos, compostos por centralização administrativa de caráter local, disputas políticas pelo direito à cidade, financeirização das relações, conjunto de edifícios com diferentes arquiteturas e funcionalidades, sobreposição de redes bem dinamizadas (possibilitando fluxos de capital, pessoas, informações, técnicas e cultura), adensamento de pessoas, funções produtivas multissetoriais, trânsito caótico, problemas ambientais, violência, etc.

Tal ordem não se repete no que tange ao número de projetos realizados por cada um dos seis estados. Verifica-se que o estado da Bahia, com 40 projetos, foca os recursos em urbanização, estudos socioambientais, recuperação de patrimônio histórico e implantação de planos municipais de gestão de turismo em 11 municípios. Pernambuco e Rio Grande do Norte, ambos com 27 projetos, investem em requalificação ambiental, urbanização turística e rodovias.

O estado do Ceará, que realizou 23 projetos, pauta os investimentos em recuperação de monumentos históricos, capacitação profissional e sistema rodoviário. O Piauí, com 13 projetos, focaliza valores em urbanização turística, capacitação profissional no polo Costa do Delta e em sistema rodoviário. Já Minas Gerais, com apenas 6 projetos, aplica recursos em sistemas de esgotamento sanitário, capacitação profissional, requalificação de aeródromos e rodovias. O gráfico 3 exibe a quantidade de projetos realizados nos estados citados.

Gráfico 3 - Número de projetos por estado no âmbito do PRODETUR-NE II.



Fonte: BNB (2012). Elaboração: Castro (2015).

Tomando por base a alocação dos projetos em cada estado, tem-se o quadro ilustrativo das áreas de expansão da atividade turística nos 4 principais estados nordestinos. O estado da Bahia, que na primeira fase direcionou maior parte das ações à mesorregião do sul baiano, expande os investimentos no litoral sul do estado, sendo notória a busca pela expansão do turismo de sol e praia, havendo poucos municípios não-litorâneos contemplados com recursos do PRODETUR-NE II, caso de Lençóis, no polo Chapada Diamantina (BNB, 2012).

Nos estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte têm-se expansão semelhante do raio de alcance das políticas de turismo. Enquanto na primeira fase do programa, tais estados direcionaram investimentos para o entorno mais próximo das capitais, denotando importância da condição metropolitana para atração e distribuição dos fluxos turísticos, na segunda fase da referida política de turismo, PE e RN incluíram grande parte dos municípios do litoral sul e norte.

A exceção fica por conta do estado pernambucano, que beneficia, também, o arquipélago de Fernando de Noronha (BNB, 2012). O quadro 2 indica os municípios inclusos nas ações do PRODETUR-NE II nos quatro estados.

Quadro 2 - Municípios contemplados por investimentos do PRODETUR-NE II nos estados do CE, BA, PE e RN.

Municípios inclusos no PRODETUR-NE II nos estados do CE, BA, PE e RN							
Ceará		Bahia		Pernambuco		Rio Grande do Norte	
Aquiraz	RMF - Leste	Mata de São João	RMS - Norte	Fernando de Noronha	Arquipélago de Fernando de Noronha	Pedra Grande	Norte
<b>Fortaleza</b>	<b>Capital</b>	<b>Salvador</b>	<b>Capital</b>	Goiana	Norte	São Miguel do Gostoso	
Caucaia	RMF - Oeste	Itaparicá	RMS - Sul	Itamaracá	RMR - Norte	Touros	RMN - Norte
São Gonçalo do Amarante		Valença	Sul	Itapissuma		Rio do fogo	
Paracuru		Taperoá		Igarassu		Maxaranguape	
Paraipaba		Nilo Peçanha		Paulista		Ceará-Mirim	
Trairi		Ituberá		Olinda	Extremoz		
Itapipoca		Igrapiúna		<b>Recife</b>	<b>Capital</b>	São Gonçalo do Amarante	
Amontada		Camamu		Jaboatão dos Guararapes	RMR - Sul	<b>Natal</b>	<b>Capital</b>
Itarema		Cairu		Cabo de S. Agostinho		Parnamirim	RMN - Sul
Acaraú		Maraú		Ipojuca	Sul	Nísia Floresta	Sul
Cruz		Itacaré		Sirinhaem		Senador Georgino Avelino	
Jijoca de Jericoacoara	Uruçuca	Rio Formoso		Arês			
Camocim	Ilhéus	Tamandaré	Tibau do Sul				
Granja	Una	Barreiros	Goianinha				
Viçosa do Ceará	Cuesta da Ibiapaba	Santa Luzia	São José da Coroa Grande	Canguaretama			
		Canavieiras		Baía Formosa			
		Belmonte					
		Santa Cruz de Cabralia					
		Porto Seguro					
		Alcobaça					
		Caravelas					
		Nova Viçosa					
		Lençóis	Chapada Diamantina				

Fonte: BNB (2012). Elaboração: Castro (2015).

À semelhança do estado baiano, que direciona os recursos, somente, para o litoral sul, o Ceará mantém a expansão das políticas de turismo para, apenas, uma parcela de sua zona costeira, o extremo litoral oeste. Tal fato se fundamenta na ausência de infraestrutura básica nessa parcela do litoral, fortemente associadas às cidades médias e pequenas do sertão pelas relações comerciais e portuárias (DANTAS, 2011). Com tais investimentos busca-se consolidar Jericoacoara-CE

como um dos principais destinos do Nordeste e possibilitar constituição de roteiro de sol e praia entre o Ceará, Piauí e Maranhão<sup>23</sup>.

Destarte, atenta-se que as políticas de turismo voltadas ao desenvolvimento da atividade no Nordeste têm a zona costeira como principal destino, sendo raras as alocações de recursos em regiões voltadas a outros segmentos, casos dos municípios de Lençóis, na Bahia e Viçosa do Ceará, no território cearense, ambos voltados ao turismo ecológico em ambientes serranos.

No terceiro momento de políticas de turismo que incidem sobre o Nordeste, está a aplicação do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR Nacional). Este, proposto pelo MTur em 2007, torna-se mais seletivo, sendo necessário aos candidatos a mutuários<sup>24</sup> submeterem PDITS específicos das áreas turísticas prioritárias para recebimento dos investimentos, além de disponibilizarem à análise da Comissão de Financiamento Externo (COFIEEX), pertencente ao Ministério do Planejamento, as capacidades financeiras voltadas à contrapartidas e ao pagamento dos empréstimos (MTUR, 2015).

O PRODETUR Nacional destina ações para componentes semelhantes à segunda fase regional do programa, sendo elas administrativas e operacionais. As componentes voltadas à gestão de planejamento turístico são: estratégia de Produto Turístico; Comercialização do Produto; Fortalecimento Institucional; Administração e Supervisão e Gestão Socioambiental. Enquanto na esfera operacional estão alocados Infraestrutura e Serviços (MTUR, 2015).

Dentre os estados nordestinos destacam-se os casos de Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Norte e Ceará, que buscam alocar os recursos em áreas não incluídas nas fases regionais da referida política. O estado de Pernambuco, além de incluir novamente o polo Costa dos Arrecifes nas ações, adiciona os polos do Agreste e do São Francisco como beneficiados por investimentos da ordem de US\$ 125 milhões, dos quais US\$ 75 milhões serão financiados pelo BID (BID, 2009b).

---

<sup>23</sup> Segundo Luana Araújo (2013), a Rota das Emoções se constitui em roteiro baseado no processo de regionalização proposto pelo Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística (PDSRT) do Meio Norte, que envolve o Parque Nacional de Jericoacoara no Ceará, a Área de Proteção Ambiental do Delta do Rio Parnaíba no Piauí e o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses no Maranhão, além de municípios incluídos no entorno destes destinos.

<sup>24</sup> Que pode ser o Distrito Federal, os estados, capitais ou municípios com mais de 1 milhão de habitantes.

O estado da Bahia propõe no PDITS submetido à avaliação do MTUR, ações a serem realizadas nos municípios da região da Baía de Todos os Santos, incluindo diversos municípios não-contemplados durante as duas fases do PRODETUR-NE. Este estado suscita investimentos de cerca de US\$ 85 milhões voltados às seis componentes (BAHIA, 2013).

O estado norte rio-grandense repete a inclusão do polo Costa das Dunas no PRODETUR Nacional, debutando nesse programa a participação dos polos Costa Branca e Seridó. As ações estão orçadas em cerca de US\$ 75 milhões, dos quais US\$ 45 milhões serão fomentados pelo BID (BID, 2010).

O estado do Ceará, a exemplo do estado pernambucano, destina a proposta para três polos turísticos diferentes do incluso no PRODETUR-NE, o Litoral Leste ou Costa do Sol Nascente, o Maciço de Baturité e a Cuesta da Ibiapaba. Para tanto, o estado se apoia no montante de US\$ 250 milhões, dos quais US\$ 150 milhões são oriundos do BID e US\$ 100 milhões partem dos cofres locais. No âmbito do PRODETUR Nacional, não há aplicação de investimentos no recorte da pesquisa, bem como no extremo litoral oeste (CEARÁ, 2012).

Nota-se que o PRODETUR Nacional representa, para os estados nordestinos, oportunidade de diversificação dos produtos turísticos, anteriormente restritos ao turismo de sol e praia. Tal fato é constatável nos investimentos efetuados pelo estado de Pernambuco no polo Agreste, voltado ao turismo cultural e no polo São Francisco, destinado ao turismo de degustação de vinhos (BID, 2009b).

No Rio Grande do Norte tal característica torna-se notória pelos investimentos no polo Seridó, segmentado pelo turismo arqueológico e ecológico (BID, 2010). Enquanto o estado do Ceará partilha dessa premissa através dos investimentos alocados no polo do Maciço de Baturité, condicionado ao ecoturismo e ao turismo cultural em ambientes serranos e no polo da Cuesta da Ibiapaba, notadamente voltado ao ecoturismo em serras (BID, 2009a).

Concomitantemente ao início do PRODETUR Nacional, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é proposto em 2007, como política de reestruturação produtiva para o território nacional, focalizando nas infraestruturas ligadas à circulação, além de atuar na redução dos déficits habitacionais, no

crescimento das diferentes modalidades do setor energético, abastecimento de água e saneamento básico (BRASIL, 2015).

No que tange aos impactos do respectivo programa na atividade turística, é importante ressaltar as obras de requalificação de terminais portuários, possibilitando a recepção de navios de cruzeiro, a ampliação de aeroportos, adequando-os ao crescimento dos fluxos de passageiros e o aumento da malha viária nacional, ligando ou aumentando a fluidez rodoviária entre as áreas produtoras, metrópoles e cidades médias (BRASIL, 2008).

Mas é na segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC II), iniciada em 2011, que parte das ações se direciona de fato ao desenvolvimento da atividade turística, posto a eleição do país como sede da Copa do Mundo de Futebol - FIFA 2014.

Dessa forma, o PAC II possui como programa agregado, o PAC Copa, que pretende não só dar continuidade às ações da etapa anterior<sup>25</sup>, mas também alocar infraestruturas esportivas e de transporte nas cidades-sedes do megaevento esportivo, caso das reformas e construções de arenas de futebol, alargamento e requalificações das malhas viárias do entorno das praças esportivas (SANTOS JUNIOR; RIBEIRO; GAFFNEY, 2015).

Tais transformações, apesar de não terem rebatimentos diretos nos municípios estudados, têm forte influência na capacidade das metrópoles receberem fluxos turísticos e distribuírem estes pelos espaços com elevado potencial turístico, caso do litoral leste e oeste do Ceará.

A Copa do Mundo de Futebol foi considerada, pelo Governo Federal e por parte da população, como evento redefinidor das relações entre o território brasileiro e o mercado turístico internacional, posto referido megaevento ter atraído milhões de turistas, movimentando a cadeia produtiva do turismo nas respectivas cidades que sediaram jogos e ter sido transmitido para grande parte do mundo através dos diversos meios de comunicação.

---

<sup>25</sup> É corriqueira a continuidade dos projetos propostos durante o PAC I na segunda etapa deste programa, casos de terminais de passageiros em aeroportos e portos, novos modais de transporte urbano, como linhas de metro e corredores rápidos de ônibus (BRT). Muitos dos projetos não estão sequer próximos de serem finalizados, mesmo após o campeonato de futebol.

Assim as mudanças nas dinâmicas territoriais brasileiras impressas pelo PAC são importantes para compreensão da inserção de diversas metrópoles no *hall* de polos receptores de fluxos turísticos internacionais, notadamente o caso de cidades como Fortaleza-CE, Natal-RN, Manaus-AM e Cuiabá-MT.

Cabe analisar, ainda, outro momento atinente ao planejamento turístico no Ceará, que intercorre no remate da aplicação do PRODETUR Nacional. O polo Costa do Sol Poente, já beneficiado nas duas fases do PRODETUR-NE, torna a ser alvo de política de infraestruturação turística proposta pelo Governo do Estado do Ceará, o Programa de Valorização da Infraestrutura Turística do Litoral Oeste – ProinfTur. Encetado em 2012 com a utilização do Tesouro Estadual, essa política compreende ações para melhoria de acesso e usufruto dos produtos turísticos no Litoral Oeste do Ceará, abarcando qualificação profissional junto ao setor privado, requalificação de infraestrutura turística nas localidades litorâneas e projetos de proteção dos recursos naturais (SETUR/CE, 2013).

Em 2013 há adição dos recursos provenientes da Corporação Andina de Fomento (CAF)<sup>26</sup> ao programa, com empréstimo de US\$ 112 milhões e contrapartida estadual de US\$ 48 milhões, totalizando US\$ 160 milhões de investimentos a serem aplicados em 12 municípios litorâneos a oeste da Capital, com exceção do município de Caucaia (CAF, 2012). Segundo presidente da instituição latino-americana:

O programa aprovado está alinhado com o Plano Nacional de Turismo do Brasil, mediante o qual o governo deste país assume o turismo como fator indutor de competitividade e crescimento, geração de emprego, inclusão social e redução das desigualdades regionais.

Em informações obtidas junto à Unidade de Gerenciamento de Projeto da SETUR (UGP ProinfTur – SETUR/CE), verificam-se algumas mudanças na execução das ações do ProinfTur. Dos 12 municípios do litoral oeste inicialmente inclusos no referido programa, 11 permaneceram com obras previstas, sendo excluído o município de Jijoca de Jericoacoara por decisão da SETUR-CE.

Tal exclusão de Jijoca de Jericoacoara da referida política tem como justificativa, relatada pela Secretaria de Turismo, o interesse pela elaboração de

---

<sup>26</sup> O Banco de *Desarrollo* de América Latina é uma instituição financeira multilateral que se constitui em 1970 e é composto por 17 países da América Latina e Caribe, Espanha e Portugal, além de 14 bancos privados da região, com sede em Caracas, na Venezuela. Financia projetos de setores públicos e privados na América Latina. Maiores informações no portal da instituição: <http://www.caf.com/es/>. Atualmente, no cenário de crise política, financeira e produtiva na Venezuela, a CAF tem realizado empréstimos objetivando minimizar os problemas do citado país.

projeto com maior impacto na proteção dos recursos naturais e crescimento dos fluxos no destino de Jericoacoara, um dos principais espaços turísticos do estado. Desta forma, foi incluído o município não-litorâneo de Chaval, que faz fronteira com o Piauí, sendo importante na constituição do roteiro turístico da Rota das Emoções.

Nota-se, também, que o município de Caucaia não foi incluído no programa, fato não justificado pelo órgão responsável. Mas a dinamização das localidades de Cumbuco e Tabuba pela inserção do imobiliário turístico, juntamente com a alocação de projetos imobiliários na porção oeste do litoral de Caucaia, ligados a demanda do CIPP, caso da Cidade Cauype, dão pistas sobre a decisão.

Ainda é possível verificar, na Matriz de Componentes fornecida pela UGP ProinfTur, que recursos da CAF, também, são utilizados no âmbito das obras de requalificação do Aeroporto de Aracati, no litoral leste do Ceará, se encaixando como recurso concernente ao PRODETUR Nacional. Assim, as ações se distinguem em 4 componentes, dos quais 2 objetivam melhorias institucionais na gestão de turismo e os outros dois focam nas infraestruturas necessárias à atividade.

A componente "Desenvolvimento Econômico, Formação de Capital Social e Fortalecimento Institucional para o Turismo" foca na qualidade de serviços e gestão do turismo, capacitando o poder público, o setor privado e a sociedade local para geração de oportunidades de desenvolvimento da atividade.

Tal componente é estratificada em 5 produtos, sendo estes: análise do perfil da oferta e da demanda de atividade turística; diagnóstico institucional e plano de ação de capacitação; fortalecimento das instâncias governamentais e incentivo à formação de atividade turística; capacitação e qualificação profissional para o turismo; projeção de cenários a partir da implementação do programa (CAF; CEARÁ, 2012). A segunda componente institucional é "Gestão do Programa", voltada à supervisão das obras e proposição de ações para proteção ambiental.

As componentes voltadas à melhoria da infraestrutura turística são: Urbanismo, Implantação e Ampliação do Saneamento Básico e Infraestrutura Turística. A primeira operacionaliza obras nas localidades litorâneas voltadas à urbanização turística, melhoria e embelezamento dos acessos às praias e melhoria das condições de vida. Já a segunda direciona recursos para os sistemas de transporte, notadamente rodovias e terminais aeroportuários (CAF, CEARÁ, 2012).

Quanto aos valores destinados a cada componente, é notável a priorização das ações de melhoria infraestrutural na Costa do Sol Poente. São relevantes os recursos para requalificação de rodovias e construção de aeroportos, notadamente nas obras de duplicação da rodovia CE-085 e da implantação do Aeroporto de Jericoacoara, que agregam 63% do total dos investimentos.

Em seguida é importante os valores destinados aos projetos de urbanização das localidades, que somam 26% dos recursos desembolsados. A destinação de recursos por componentes está expressa na tabela 1.

Tabela 1 - Valores destinados a cada componente do ProinfTur.

Valores destinados por Componentes - ProinfTur (em US\$)				
Componentes	Estado do Ceará	CAF	Total	%
Desenvolvimento Econômico, Formação de Capital Social e Fortalecimento Institucional para o Turismo	\$ 5.424.611,82	\$ 2.817.146,92	\$ 8.241.758,74	5%
Gestão do Programa	\$ 273.000,00	\$ 8.017.000,00	\$ 8.290.000,00	5%
Urbanismo, Implantação e Ampliação do Saneamento Básico	\$ -	\$ 46.056.919,72	\$ 46.056.919,72	27%
Infraestrutura Turística	\$ 55.286.961,83	\$ 54.335.933,36	\$ 109.622.895,19	63%
Valor Total do Programa	\$ 61.533.299,65	\$ 112.000.000,00	\$ 173.533.299,65	100%

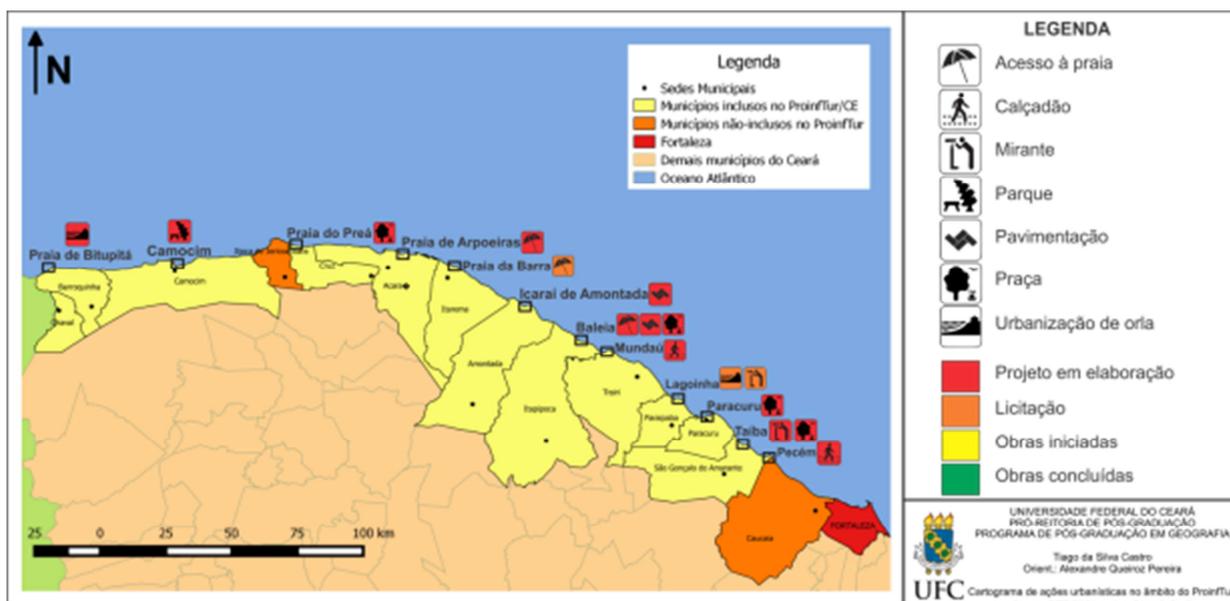
Fonte: SETUR/CE, 2015. Elaborado por: CASTRO, 2015.

Logo, é perceptível que o referido programa se direciona para a melhoria da infraestrutura turística na Costa do Sol Poente, seguindo modelo adotado em outras políticas de turismo. Tal foco do programa se deve a dois fatores: complementar a infraestrutura alocada durante o PRODETUR-NE, além de operacionalizar as ações de fortalecimento institucional promovidas durante a política de turismo regional. Assim, são importantes as obras realizadas e planejadas para requalificação dos acessos das zonas de praia nos municípios desta macrorregião.

Também, constata-se que o ProinfTur se destina a infraestruturar os destinos menos dinamizados da Costa do Sol Poente, excluindo os destinos de Cumbuco e Tabuba, em Caucaia, Flecheiras e Guajiru, em Trairi, e Jericoacoara, em Jijoca de Jericoacoara.

O mapa 3 demonstra os projetos de urbanização turística e nas localidades costeiras do litoral oeste do Ceará, enquanto o quadro 3 especifica as obras pautadas nos municípios componentes desta região.

Mapa 3 - Ações urbanísticas do ProinfTur.



Fonte: UGP ProinfTur – SETUR/CE. Elaboração: Castro (2015).

Quadro 3 - Detalhamento das obras de urbanização do ProinfTur.

Obras de urbanização do ProinfTur			
Município	Obra	Valor	Situação
São G. do Amarante	Calçada da praia do Pecém	R\$ -	Aguardando projeto da Prefeitura
	Mirante da Taíba	R\$ 536.591,98	Projeto em análise do DAE
	Praça central da Taíba	R\$ 1.055.377,07	Projeto em análise do DAE
Paracuru	Urbanização da praça José Carvalho (Farol)	R\$ 4.900.000,00	Projeto em elaboração no DAE
Paraipaba	Urbanização da orla do município	R\$ 5.242.819,44	Licitação
	Urbanização do mirante de Lagoinha	R\$ 1.052.627,09	Licitação
Trairi	Calçada entre praça do CPTA de Mundaú e a praça do Mirante	R\$ 9.700.000,00	Projeto em elaboração no DAE
Itaipoca	Urbanização do acesso à praia da Baleia		Aguardando projeto da Prefeitura
	Reforma da praça da Igreja dos Navegantes	R\$ 5.000.000,00	Aguardando projeto da Prefeitura
	Pavimentação das ruas da praia da Baleia		Aguardando alterações no projeto
Amontada	Pavimentação das ruas de Icarai de Amontada	R\$ 6.000.000,00	Projeto em análise do DER
Itarema	Urbanização do acesso à praia da Barra	R\$ 2.022.941,28	Licitação
Acarau	Urbanização do acesso à praia de Arpoeiros	R\$ 3.203.790,07	Projeto em análise no DAE
Cruz	Urbanização da praça de eventos de Preá	R\$ 1.978.933,93	Aguardando documentação da Prefeitura
Camocim	Projeto do parque urbano de Camocim	R\$ 5.000.000,00	Projeto em elaboração no DAE
Barroquinha	Urbanização da orla da praia de Bitupitá	R\$ 2.000.000,00	Projeto em elaboração no DAE
Chaval	Não Definido	R\$ 3.000.000,00	Aguardando correções no projeto
<b>Total</b>		<b>R\$</b>	<b>50.693.080,86</b>

Fonte: UGP ProinfTur – SETUR/CE. Elaboração: Castro (2015).

Tomando por base as políticas de turismo que incidiram no Nordeste, tem-se o quadro caracterizado por Dantas (2009) de constituição das capitais em pontos receptores de turistas e que destas partem as vias que levam aos destinos litorâneos e para regiões dotadas de outras "vocações turísticas", caso das serras e chapadas. Além da recorrência da urbanização turística, identificada pelas vias

paisagísticas, mirantes e praças, há também crescimento da necessidade por serviços de saneamento e distribuição de energia elétrica<sup>27</sup>.

O crescimento da ocupação dos ambientes litorâneos acresce a demanda por melhoria das infraestruturas de circulação e ampliação dos serviços básicos nas localidades. Assim, é necessário, nos ditames da divisão territorial do trabalho, que mesmo os destinos pouco dinamizados busquem formas de inserção no mercado turístico mundial, recorrendo assim, à políticas de reestruturação espacial.

Tais momentos são constatáveis no processo de planejamento turístico cearense. O PRODETUR-NE, em suas duas fases, constitui sistema de objetos que parte da metrópole fortalezense rumo ao extremo oeste do Ceará, alocando terminal aeroportuário na capital, rodovias, equipamentos turísticos, infraestruturas de saneamento, projetos e ações de proteção ambiental nos municípios litorâneos.

O PRODETUR Nacional contempla, nos mesmos moldes da política regional de turismo, o litoral leste, inserindo, ainda, novas possibilidades ao turista que visita o Ceará: o turismo de serra e o ecoturismo no Maciço de Baturité e na Cuesta da Ibiapaba. O PAC, no âmbito da realização da Copa do Mundo de Futebol, tem considerável importância na divulgação dos destinos cearenses para o restante do mundo, sendo importante para o aumento da capacidade de recepção de turistas em Fortaleza, por meio das obras de ampliação do aeroporto internacional e conclusão de terminal de passageiros do porto.

Enquanto o ProinfTur busca dinamizar as localidades litorâneas em função do turismo de sol e praia, inserindo nestas, urbanismos<sup>28</sup> para embelezamento e circulação dos visitantes. Tais ações, associadas ao processo de implantação dos terminais aeroportuários de Cruz-CE e Aracati-CE, este último com recursos do PRODETUR Nacional, conferem ao litoral cearense dinâmica de fluidez

---

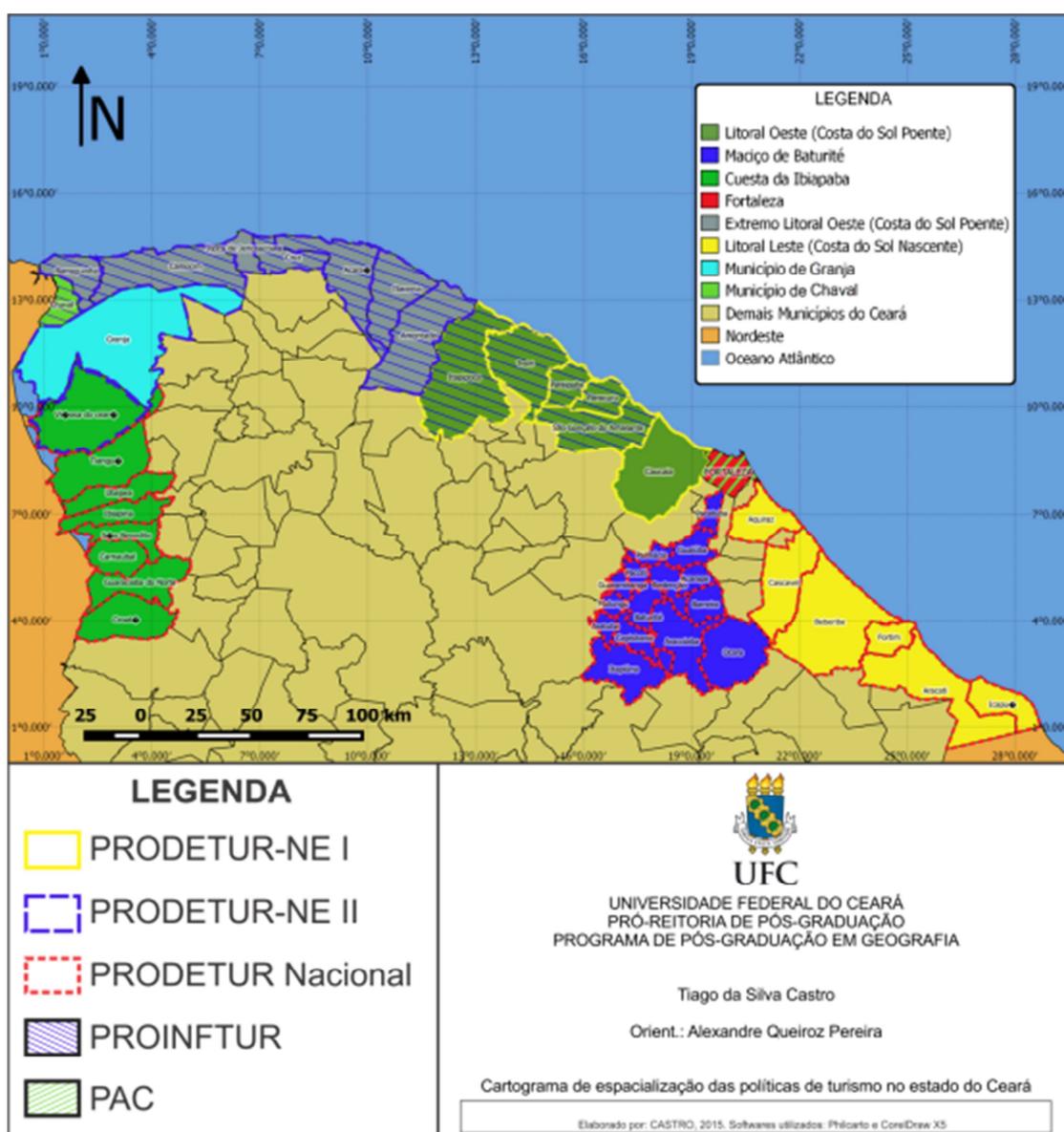
<sup>27</sup> Apesar de não ser abordado por autores que buscam detalhar o processo de urbanização litorânea no Nordeste, é importante ressaltar a criação do programa "Luz Para Todos" proposto pelo Governo Federal no início dos anos 2000, operacionalizado por meio de financiamento concedido pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), quando muitas localidades do litoral nordestino não possuíam sequer luz elétrica e nem abastecimento por água encanada. A adoção de tal programa foi responsável por introduzir inúmeras possibilidades para investidores do setor turístico e imobiliário, possibilitando que turistas e vilegiaturistas gozassem de equipamentos e atividades não possíveis em décadas anteriores.

<sup>28</sup> Nas políticas de turismo, o termo "urbanismo" não está ligado aos estudos voltados à produção da cidade para e como valor de uso, mas na inserção de equipamentos de uso público voltados à conformação das localidades litorâneas em destinos turísticos atrativos, sendo estes equipamentos, praças, mirantes, calçadas, etc.

virtual próxima daquela criada no estado da Bahia, ainda no período do PRODETUR-NE II.

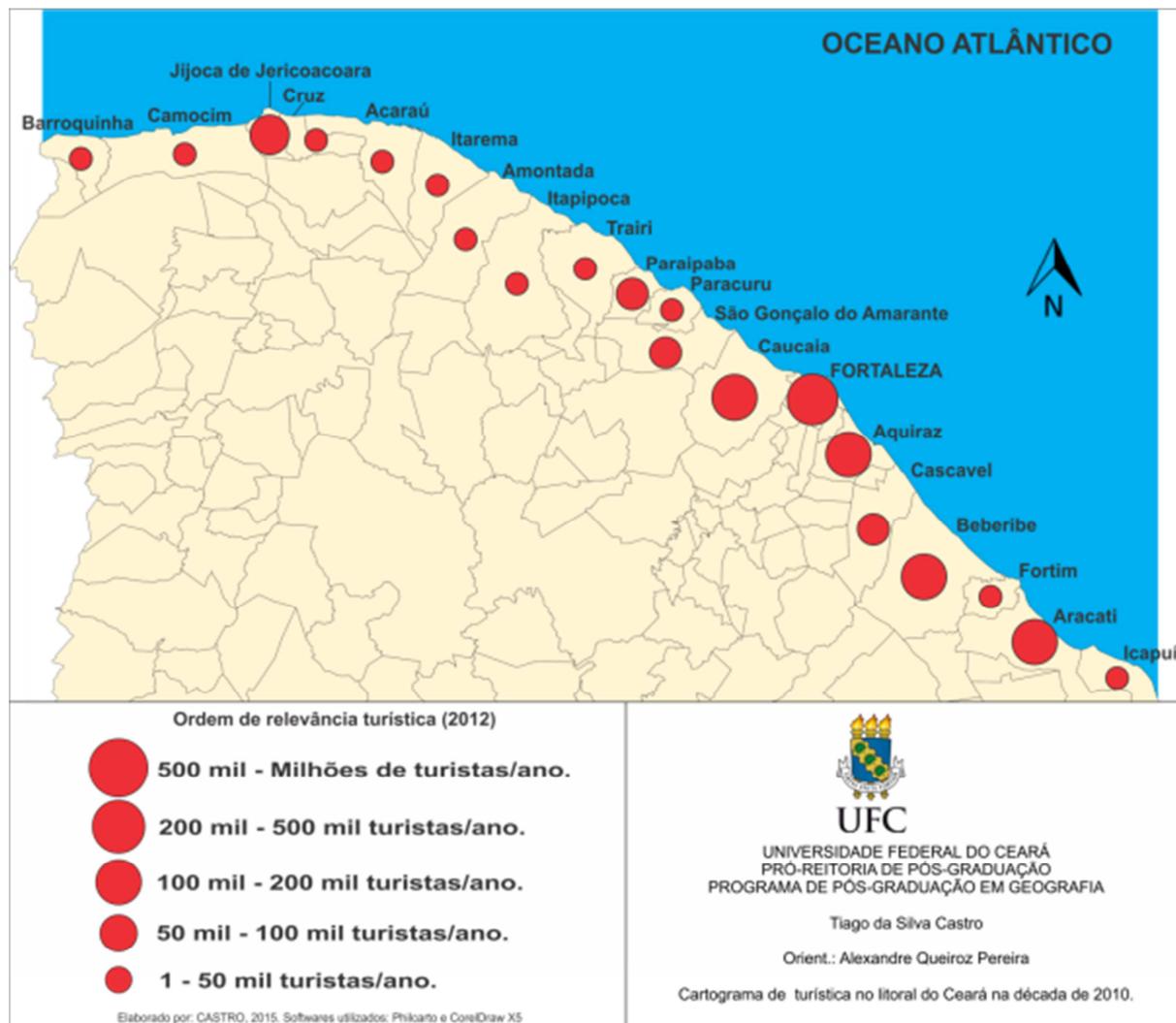
Assim, o litoral e os dois destinos de serra do norte cearense se constituem como produtos prioritários para aplicação de recursos, estratégia estatal frente ao processo de abertura do território a fluxos e fixos provenientes de outras regiões do Brasil e de outros países, configurando, nas palavras de Santos e Silveira (2011) espaço subordinado às lógicas econômicas. O mapa 4 denota processo de espacialização das políticas de turismo no Ceará, enquanto o mapa 5, infere sobre a recente ordem de importância turística dos municípios litorâneos do estado.

Mapa 4 - Espacialização das políticas de turismo no estado do Ceará.



Fonte: BNB (2005, 2012); MTur (2015); CEARÁ (2012); BRASIL (2015). Elaboração: Castro (2015).

Mapa 5 - Ordens de relevância turística nos municípios do litoral cearense na década de 2012.



Fonte: SETUR/CE. Elaboração: Castro (2015).

Mas isso não significa dizer que o processo de reestruturação produtiva do litoral cearense, bem como o nordestino, tenha cessado. Longe disso, ainda, é notória a ocorrência de políticas pontuais voltadas à dinamização turística dos espaços litorâneos, assim como a busca pela segmentação turística de ambientes serranos e rurais. O ProinfTur tem o ano de 2017 como data final do programa, que poderá ser prorrogado. Já o PRODETUR Nacional, continua em vigência na SETUR/CE, verificável pela existência da UGP PRODETUR na referida secretaria.

Dessa forma, verifica-se que o planejamento turístico do litoral cearense segue em curso, posto a sobreposição de políticas públicas, sobretudo, no litoral oeste, dar indícios de que a almejada dinamização dos destinos não foi plenamente alcançada. Abordar-se-á, então, os objetivos das políticas e os rebatimentos nas

dinâmicas socioespaciais nas localidades costeiras como componentes da rede de espaços apropriados pelo turismo e práticas afins.

### **2.3 Planejamento turístico cearense: objetivos e funcionalidades**

Para compreender as reais objetivações do planejamento turístico no Brasil é necessário recorrer às respectivas políticas aplicadas, com destaque àquelas que incidiram na região Nordeste e no estado do Ceará. Tratar-se-á aqui dos objetivos expressos nos planos de ação, dos rebatimentos das ações nas dinâmicas turísticas nas diversas escalas, da predileção por determinados ambientes e dos benefícios propostos às localidades receptoras.

A Política Nacional de Turismo (PNT), de 1992, já dá indícios do discurso a ser seguido pelos programas e planos derivados e subsequentes, denotando forte caráter desenvolvimentista adquirido pelo planejamento turístico no país ao definir "a prática do Turismo como forma de promover a valorização e preservação do patrimônio natural e cultural do País e a valorização do homem como destinatário final do desenvolvimento turístico" (BRASIL, 1992). A PNT tinha como objetivos:

I - Democratizar o acesso ao Turismo Nacional, pela incorporação de diferentes segmentos populacionais, de forma a contribuir para a elevação do bem-estar das classes de menor poder aquisitivo; II - reduzir as disparidades sociais e econômicas de ordem regional, através do crescimento da oferta de emprego e melhor distribuição de renda; III - aumentar os fluxos turísticos, a taxa de permanência e o gasto médio de turistas estrangeiros no País, mediante maior divulgação do produto brasileiro em mercados com potencial emissivo em nível internacional; IV - difundir novos pontos turísticos, com vistas a diversificar os fluxos entre as Unidades da Federação e beneficiar especialmente as regiões de menor nível de desenvolvimento; V - ampliar e diversificar os equipamentos e serviços turísticos, adequando-os às características socio-econômicas regionais e municipais; VI - estimular o aproveitamento turístico dos recursos naturais e culturais que integram o patrimônio turístico, com vistas à sua valorização e conservação; VII - estimular a criação e implantação de equipamentos destinados a atividades de expressão cultural, serviços de animação turística e outras atrações com capacidade de retenção e prolongamento da permanência dos turistas.

Em atualização desta política, realizada em 2010, o objetivo principal passa a agregar o setor privado como importante agente no processo de desenvolvimento da atividade turística no país, que deveria pautar-se nos preceitos da sustentabilidade dos recursos ambientais (BRASIL, 2010). Seguindo o mesmo propósito da política antecessora, a PNT, amparada pelo Fundo Geral de Turismo (FUNGETUR), estabelece como metas:

I - priorizar os micro e pequenos empreendimentos; II - beneficiar as regiões de menor desenvolvimento socioeconômico; III - promover a inclusão social pelo crescimento da oferta de trabalho e melhor distribuição de renda; IV - estimular a criação de novos produtos turísticos; V - beneficiar os projetos turísticos que priorizem a prática do desenvolvimento ambiental sustentável.

Cabe ressaltar que a PNT se caracteriza pelo estabelecimento de ações de valorização e divulgação dos destinos turísticos brasileiros, sendo assim, uma política que não abrange a criação de infraestruturas necessárias à atividade. Portanto, a PNT volta-se para a gestão da atividade turística no país, "cadastrando, classificando e fiscalizando os prestadores de serviços turísticos" (BRASIL, 2010).

Apesar dos questionamentos existentes sobre o enfoque da sustentabilidade da atividade turística, enfatizado por Hall (2001) como controverso em consideração às relações entre objetivos e práticas, as políticas de turismo no Brasil, sobretudo, as alocadas na região Nordeste, seguem o mesmo escopo de objetivações.

O PRODETUR-NE I, criado como desdobramento da necessidade de resolução das disparidades regionais propostas pela PNT, insere o planejamento da indústria do turismo como base favorável ao desenvolvimento da economia nordestina, tendo como objetivo principal (BNB, 2005, p. 6):

Reforçar a capacidade da Região Nordeste em manter e expandir sua crescente indústria turística contribuindo assim para o desenvolvimento sócio-econômico regional através de investimentos em infra-estrutura básica e serviços públicos em áreas atualmente de expansão turística.

Almejado desenvolvimento econômico somente seria possível por meio da atração de investimentos privados, denotados pelos objetivos específicos da referida política (BNB, 2005, p. 6):

Atrair atividades turísticas privadas adicionais e de melhor padrão; Gerar oportunidades de emprego; Melhorar os níveis de renda; Aumentar as receitas públicas; Beneficiar a população de baixa renda das áreas selecionadas com disponibilização dos serviços de abastecimento de água, esgotos e acessos pavimentados; Aumentar a capacidade dos Estados beneficiados de acompanhar a demanda por serviços básicos.

A tais metas pode ser somada, também, a busca pela atração de investimentos e fluxos de turistas estrangeiros, já abordados no estabelecimento de fixos para recepção de turistas internacionais e para distribuição destes pelo litoral nordestino. Tais fixos constituem um sistema "Aeroporto Internacional – Rodovias estaduais", promovendo ligação facilitada entre metrópole e destinos do turismo de sol e praia. Mas há de ser ressaltada a interferência do PRODETUR-NE I nas

localidades, posto ter suscitado obras de urbanização litorânea e regulamentação de Áreas de Proteção Ambiental (APAs).

Seguindo a mesma lógica, o PRODETUR-NE II busca gerar sustentabilidade das ações promovidas na fase anterior, operacionalizando diversos equipamentos já implantados e citando a qualidade de vida como mote para as ações de urbanização.

Tem como objetivo "melhorar a qualidade de vida da população que reside nos polos turísticos situados nos Estados que dele são participantes", e tais melhorias vêm, novamente, na forma de geração de emprego e renda nas localidades costeiras pela atração de investimentos privados, de forma a gerar "receitas provenientes da atividade turística e melhorar a capacidade de gestão das mesmas por parte dos Estados e Municípios" (BNB, 2012, p. 3).

Além de buscar a continuidade das ações realizadas na primeira fase, como a expansão da malha rodoviária e de melhorias no acesso às localidades litorâneas, o PRODETUR-NE II tem maior envergadura no que concerne à urbanização litorânea, recuperação de patrimônio histórico, urbanização de entorno de lagoas e lagamares, implantação de mirantes e centros de informações turísticas.

Tais ações foram importantes para possibilitar a chegada de turistas às zonas de praia dos estados nordestinos. No caso do Ceará, tais medidas foram transformadoras das dinâmicas no litoral oeste, incorporando o litoral de municípios que antes estavam isolados das dinâmicas produtivas do lazer no estado.

O PRODETUR Nacional, com enfoque no principal polo litorâneo do Ceará, o litoral leste e nos dois principais polos serranos do norte do estado, o Maciço de Baturité e a Cuesta da Ibiapaba, busca, em seu objetivo geral, "contribuir para o aumento de emprego e renda gerado pelo setor turismo, mediante a consolidação e a diversificação da oferta turística do estado do Ceará" (CEARÁ, 2012, p. 1). Novamente, as benesses da atividade turística se resumem a geração de emprego e renda a ser alcançada através da atração de fluxos.

Notadamente o PRODETUR Nacional se constitui de relatório e estudos mais completos sobre as características da atividade turística no Ceará, levando em consideração a opinião de turistas nos três polos inclusos no programa, os interesses dos visitantes nacionais e internacionais, as taxas de ocupação e valores

médios gastos *per capita*, as características dos serviços e possíveis problemas na divulgação do potencial turístico cearense (CEARÁ, 2012).

Tal abrangência não se desdobra na implantação de fixos no estado cearense, posto promover ações de duplicação de rodovias, caso da CE-040 que percorre o litoral leste, requalificação de acessos às localidades litorâneas e serranas, recuperação de patrimônios históricos, além da instalação de sistemas de saneamento básico.

Como citado anteriormente, é a primeira política de turismo que pauta não somente o fortalecimento do modelo de sol e praia, mas pretende, também, a diversificação dos produtos turísticos no Ceará, como definido nos objetivos específicos: "Consolidar o modelo sustentável sol e praia; diversificar a atividade turística no estado do Ceará, por meio da criação de novos produtos, baseados em recursos naturais e culturais com potencial turístico" (CEARÁ, 2012).

Pode-se então definir o PRODETUR Nacional como importante programa voltado a desvelar as potencialidades e fragilidades dos três polos inclusos, criando marcas características ao turismo litorâneo e serrano, suscitando novos investimentos por parte do setor privado de hotelaria, serviços turísticos e comércio, além de manter a busca pela adequação dos produtos turísticos às exigências dos mercados consumidores estrangeiros.

Os rebatimentos do PAC no turismo estão mais concentrados na Região Metropolitana de Fortaleza e parte das obras ainda está em curso, não possibilitando a análise completa dos rebatimentos deste programa. Quando lançado, em 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento almejava reposicionar o planejamento estatal como motor para o crescimento do país frente ao cenário de crise mundial, inserindo as grandes obras de infraestrutura nos contextos produtivos nacionais e nas relações com outras nações.

Assim, o referido programa objetiva "acelerar o ritmo de crescimento da economia, aumentar o emprego e a renda e diminuir as desigualdades sociais e regionais e manter os fundamentos macroeconômicos (inflação, consistência fiscal e solidez nas contas externas)" (BRASIL, 2007).

A segunda etapa do PAC, buscando ampliar as ações do programa para além da esfera do escoamento da produção agrega os seguintes objetivos específicos (BRASIL, 2014):

Universalização do acesso à energia elétrica e à água tratada no campo e na cidade; ampliação da agricultura irrigada; revitalização de bacias hidrográficas; ampliação do acesso à habitação; expansão das malhas rodoviária e ferroviária e sua integração com portos, hidrovias e aeroportos; e conservação das estradas vicinais, importantes para o escoamento da produção e para a segurança do tráfego nos pequenos municípios.

Cabe então, compreender algumas questões concernentes ao PAC II como importante momento do planejamento turístico no Ceará. A afirmação sobre o caráter concentrado da influência de suas ações no turismo se pautava na existência de eixo organizativo intitulado "Cidade Melhor", que compreende ações de saneamento, prevenção de áreas de risco, mobilidade urbana e pavimentação.

Tal eixo, além de destinar-se à resolução dos problemas nos grandes centros urbanos, compreendidos pelos déficits de serviços básicos, compoem o PAC Mobilidade Urbana ou PAC Copa. Este subprograma tem como objetivo, externalizado pelas esferas federal, estaduais e municipais, instalar infraestruturas de mobilidade urbana necessárias à realização do maior campeonato de futebol do mundo, deixando legado para as populações das cidades-sedes do megaevento (BRASIL, 2015).

Outro ponto ressaltado pelo discurso público para legitimar a realização do megaevento em Fortaleza, é a possibilidade de divulgar a imagem da cidade e dos destinos turísticos cearenses nas rotas do turismo internacional, incrementar a atratividade e satisfação dos turistas, além, de aumentar o aproveitamento dos destinos do entorno da cidade-sede (BRASIL, 2014).

As obras de ampliação do Aeroporto Pinto Martins e a construção do Terminal de Passageiros do Porto do Mucuripe denotam a importância deste programa para a constituição de Fortaleza como ponto receptor de fluxos turísticos via transporte aéreo e marítimo. Fato que, ainda, não se consolidou devido ao atraso nas obras do aeroporto e o processo inicial de utilização do Terminal Marítimo de Passageiros do Porto do Mucuripe<sup>29</sup>.

---

<sup>29</sup> Processo ressaltado por Cunha e Pereira (2014) como importante contribuição para utilização do litoral cearense em todo seu potencial para o lazer, a contemplação, a gastronomia e para recepção de turistas.

Finalizando a análise dos objetivos do planejamento turístico no Ceará, recorre-se ao ProinfTur como mais recente ensaio do poder público estadual na busca pela turistificação do litoral cearense. Instituído para ampliar o potencial turístico do litoral oeste do estado, nomeado programa complementa as infraestruturas e ações implementadas pelo PRODETUR-NE. Assim, possui como objetivo geral (CAF; CEARÁ, 2012, anexo B, p. 1):

Promover e impulsionar uma estratégia de desenvolvimento econômico, social e turístico na zona de influência dos 12 municípios localizados ao longo do litoral oeste da cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará. Os 12 municípios e as localidades beneficiadas estão situados ao longo de uma faixa de cerca de 350 km que se estende de Fortaleza até o oeste do estado do Ceará.

Ainda, citado programa possui como objetivos específicos (CAF; CEARÁ, 2012, anexo B, p. 1):

Promover o turismo nacional e internacional por meio da melhoria da infraestrutura e dos serviços básicos, da formação de capital humano<sup>30</sup> e do fomento das atividades comerciais e de serviços [...]; Melhorar a qualidade de vida e os níveis de renda da população e gerar empregos; Consolidar a imagem dos destinos turísticos do litoral oeste do Estado do Ceará e aumentar sua competitividade no âmbito nacional e internacional; Promover a participação, a inclusão e o uso democrático dos espaços públicos das zonas turísticas [...]; Implementar ações de proteção e conservação do meio ambiente como um mecanismo para garantir a sustentabilidade das iniciativas governamentais; Priorizar e desenvolver projetos de desenvolvimento social e de infraestrutura focados nas áreas pouco desenvolvidas com atrativos turísticos (grifo nosso).

Em análise, é notável a importância conferida à alocação de infraestrutura turística, especialmente, em área já beneficiada por políticas precedentes ao ProinfTur. Além disto, a busca pelo aumento da competitividade nos mercados turísticos nacional e internacional denota que as metas estabelecidas nos programas anteriores, especialmente, no PRODETUR-NE, não foram plenamente alcançadas.

Segundo a Unidade Gerenciadora de Projeto do ProinfTur, há grande preocupação das comissões de fiscalização da CAF com a sustentabilidade das ações realizadas no âmbito do programa, sendo necessários os menores impactos aos recursos ambientais. Em leitura mais cuidadosa dos objetivos específicos do ProinfTur, têm-se pouca alusão à sustentabilidade das ações, sendo necessário acompanhamento junto às obras que serão implementadas objetivando verificar a mitigação de tais impactos.

---

<sup>30</sup> Conceito inserido na Escola de Chicago por Gary Becker, é considerado como investimentos em qualificação e educação profissional que tornem o trabalhador mais produtivo, sendo este possuidor dos meios de produção, sua própria força de trabalho.

Como principal ponto a ser ressaltado nas passagens acima é a prioridade ao desenvolvimento social em áreas que possuam atrativos turísticos. Compreendendo que a atividade turística, segundo Coriolano (2006), pode contribuir para a superação de inúmeras questões socioeconômicas em diversas escalas, causa estranheza a afirmação feita na descrição da citada política. Ao afirmar que as localidades que possuem atrativos turísticos serão prioridades, é abalada a ideia, defendida desde meados da década de 1980, de que a escala municipal será beneficiada pelos desdobramentos da atividade turística.

Isto não significa dizer que as políticas de turismo se contradizem em seus discursos. Desde a primeira Política Nacional de Turismo (1992), com rebatimentos no planejamento turístico nacional, ao ProinfTur (2012), localizado na escala cearense, é uníssono o discurso sobre o turismo como gerador de emprego e renda, independente da escala de atuação da política de turismo em questão. Também é frequente a busca, ainda, que retórica, pela superação das disparidades regionais e melhoria da qualidade de vida das comunidades<sup>31</sup> turísticas.

Estas constantes referências aos benefícios como reflexos únicos do processo de planejamento esclarecem a compreensão de Guy Debord (1997) sobre a espetacularização das imagens dos destinos turísticos como projeto e resultado do modo de produção existente. Citado autor relata (DEBORD, 1997, p.17):

O espetáculo apresenta-se como algo grandioso, positivo, indiscutível e inacessível. Sua única mensagem é "o que aparece é bom, o que é bom aparece". A atitude que ele exige por princípio é aquela aceitação passiva que, na verdade, ele já obteve na medida em que aparece sem réplica, pelo seu monopólio da aparência.

Igualmente, Coriolano (2006) cita que o planejamento turístico aliado ao discurso político, cria nos moradores dos destinos a esperança de possuir benefícios que jamais terão acesso, serviços e mercadorias voltadas ao consumo do turista. Assim, os casos de planejamento turístico têm aceitação inicial unânime.

Certo mérito às políticas de turismo aplicadas nos estados nordestinos, sobretudo no Ceará. A partir da década de 1990, como estabelecido pelas metas dos já referidos programas, verifica-se importante evolução nas taxas de recepção de turistas nos referidos estados.

---

<sup>31</sup> Aqui compreendida, na abordagem estabelecida por Bauman (2001), como conjunto de pessoas e o território tangível deste, onde a gestão estatal fracassada ou enfraquecida abre espaço para a busca autocrática da manutenção das condições de vida e de segurança.

Compreendendo os rebatimentos iniciais do fomento ao turismo no Nordeste, verifica-se que as dinâmicas de formação das imagens de produtos turísticos e *marketing* são fatores fundamentais para o crescimento do interesse, no contexto nacional, por visitar as capitais dos estados do Ceará, Bahia, Rio Grande do Norte e Pernambuco. A tabela 2 demonstra os destinos mais desejados para futuras viagens domésticas no Brasil.

Tabela 2 - Destinos turísticos mais desejados para turismo doméstico.

<b>Destinos brasileiros mais desejados para futuras viagens domésticas (%)</b>	<b>2007</b>	<b>2012</b>
<b>Fernando de Noronha-PE</b>	13,6	13,3
<b>Fortaleza-CE</b>	11,9	10,9
<b>Rio de Janeiro-RJ</b>	8	10,7
<b>Salvador-BA</b>	11	7
<b>Natal-RN</b>	4,9	5,4
<b>São Paulo-SP</b>	2,6	3,8
<b>Recife-PE</b>	3,5	2,9
<b>Florianópolis-SC</b>	2,9	2,8
<b>Manaus-AM</b>	2,4	2,6
<b>Porto Seguro-BA</b>	3,2	2,4

Fonte: MTUR (2009, 2012). Elaborado por: Castro (2015).

Apesar da inconstância dos dados disponibilizados pelo Ministério do Turismo brasileiro<sup>32</sup>, a análise da tabela acima denota importantes características do turismo doméstico no país. Primeiramente, cabe notar a influência das paisagens litorâneas nos anseios do turista no ano de 2007, fato verificável pela presença de oito destinos litorâneos, que concentram 59% das opiniões dos entrevistados.

Já no ano de 2012, a porcentagem de entrevistados desejosos de visitar um dos oito principais destinos litorâneos do país cai para 55,4%, com leve queda nos percentuais relativos a Fernando de Noronha-PE, Fortaleza-CE, Recife-PE, Florianópolis-SC e Porto Seguro-BA. O destino de Salvador-BA constata queda de 4%, enquanto Rio de Janeiro-RJ e Natal-RN conhecem aumento nas opiniões.

A presença de Fortaleza-CE na segunda colocação não chega a surpreender, posto imagem da referida capital ser veiculada desde a década de

<sup>32</sup> É interessante a ausência de dados mais antigos em relação ao turismo doméstico no país, no *site* do MTur, constando apenas os dados referentes aos anos de 2007 e 2012, sendo considerável a disparidade em relação aos dados referentes ao turismo internacional, disponíveis entre 1998 e 2013. Tais problemas em relação à disponibilização dos dados podem denotar descontinuidades nos processos administrativos de coleta e divulgação, bem como diferentes importâncias relativas ao turismo doméstico e internacional.

1980, fortemente associada ao sol e ao mar, destoando, nas décadas seguintes, do discurso determinista em relação às dificuldades da vida sertaneja, processo ressaltado por Dantas (2011).

Mas a transformação de tal desejo em visitação efetiva pode ou não se concretizar, sendo necessário que o olhar romantizado do turista se torne uma visão real do destino a ser visitado, não só por ele, mas por uma infinidade de outros indivíduos, como inferido por John Urry (2001). Analisa-se, então, a variação de fluxos turísticos carreados para os principais destinos brasileiros, como reflexo da ampliação de capacidade do turismo doméstico, para Nordeste, no contexto das políticas de desenvolvimento regional e para o Ceará, como recorte de consideráveis transformações socioespaciais oriundas do planejamento turístico.

Como citado anteriormente, o fato de determinado destino ser desejado, não significa que este será, necessariamente, visitado por turistas. Isto, no caso brasileiro, se ilustra com facilidade na tabela 3.

Tabela 3 - Destinos turísticos mais visitados em viagens domésticas.

<b>Destinos brasileiros mais visitados em viagens domésticas (%)</b>	<b>2007</b>	<b>2012</b>
<b>São Paulo - SP</b>	7,5	5,5
<b>Rio de Janeiro - RJ</b>	3,2	3,6
<b>Salvador - BA</b>	2,3	2,2
<b>Fortaleza - CE</b>	1,5	2,1
<b>Brasília - DF</b>	3,3	1,9
<b>Curitiba - PR</b>	1,7	1,7
<b>Florianópolis - SC</b>	1,7	1,7
<b>Belo Horizonte - MG</b>	2,7	1,5
<b>Porto Alegre - RS</b>	1,5	1,3
<b>Praia Grande - SP</b>	1,6	0,8

Fonte: MTUR (2009, 2012). Elaborado por: Castro (2015).

Enquanto o desejo de usufruir futuramente da ambiência litorânea se configura em elevados índices de interesse por parte dos entrevistados pelo Ministério do Turismo do Brasil, as taxas efetivas de visitação não se constituem em resultados próximos do relativo aos destinos mais desejados. Dentre os 10 destinos mais visitados, apenas 5 são litorâneos e apenas 2 são nordestinos, casos de Salvador-BA e Fortaleza-CE, ambas capitais estaduais.

Tais dados, além de revelarem a posição de importância turística adquirida pelas duas metrópoles nordestinas no cenário nacional, também, são

reveladores da importância adquirida pela cidade de São Paulo-SP como centro econômico do país, notadamente receptor de fluxos de turísticos voltados ao segmento de eventos e negócios<sup>33</sup>.

Entre os anos de 2007 e 2012 verifica-se queda ou manutenção das taxas na maioria dos destinos, havendo crescimento apenas nas cidades do Rio de Janeiro-RJ e de Fortaleza-CE. Enquanto o destino do sudeste se destaca como principal cartão postal brasileiro<sup>34</sup>, através da divulgação das imagens do Pão de Açúcar, do Cristo Redentor e da Bahia de Guanabara, o destino nordestino verifica importante momento na divulgação de suas paisagens através de revistas de turismo e esportes, além de sediar diversos eventos de desportos aquáticos (CORIOLANO, 2007).

Também é notável a predominância dos destinos localizados na região centro-sul do país, somando oito destinos, dos quais seis são capitais estaduais, um é capital nacional e apenas dois são litorâneos. Tais fatos se justificam através da análise sobre a condição metropolitana adquirida por estas cidades e as vantagens infra estruturais por estas concentradas, sobretudo, no caso da região Sudeste. Desta forma, é possível que tal dinâmica de polarização de fluxos turísticos seja constatável nos contextos regionais, posto as existentes disparidades das condições infra estruturais brasileiras, especialmente, abordadas por Moreira (2001) e por Santos e Silveira (2011).

Verifica-se, segundo dados fornecidos pelo MTur (2007; 2009; 2012) em relação às taxas de turismo doméstico regionais, que o turismo brasileiro tem caráter essencialmente, intrarregional, representando, no ano de 2001, um total de 74,9% das viagens domésticas. Em 2005, as viagens intrarregionais representaram 73,1% do turismo doméstico, enquanto em 2007 os deslocamentos intrarregionais subiram para 76,2% destas viagens, caindo para 72,9% em 2012. Compreende-se, ainda, que maior percentual dos fluxos receptados pelas cinco regiões brasileiras é de

---

<sup>33</sup> Segundo a Prefeitura de São Paulo, a cidade é a líder brasileira em turismo de eventos e negócios, realizando um evento a cada 6 minutos e se destacando em âmbito continental pela organização de eventos e pelo ambiente propício à realização de negócios. Tais informações e dados podem ser encontrados em: <http://imprensa.spturis.com.br/press-kits/sao-paulo-capital-dos-negocios-e-dos-grandes-eventos>.

<sup>34</sup> Foi importante para o crescimento dos fluxos turísticos domésticos na capital fluminense a recepção dos Jogos Pan-Americanos de 2007, evento olímpico que possibilitou a exibição das paisagens cariocas para mais de 150 países. Tal evento se constituiu como possibilidade de legado e oportunidade de invisibilizar os problemas de miséria e violência presentes na cidade, como afirmado por Araújo (2007).

caráter intrarregional. Assim, a tabela 4 reproduz resultados dos fluxos domésticos no Brasil.

Tabela 4- Regiões mais visitadas em viagens domésticas.

<b>Destino dos fluxos domésticos brasileiros, por região (%)</b>				
<b>Região</b>	<b>2001</b>	<b>2005</b>	<b>2007</b>	<b>2012</b>
<b>Norte</b>	3,0	2,9	2,7	5,1
<b>Nordeste</b>	28,3	20,1	20,0	30,0
<b>Centro-Oeste</b>	6,6	6,6	9,2	9,9
<b>Sudeste</b>	44,7	50,0	48,6	36,5
<b>Sul</b>	17,4	20,4	19,5	18,5
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: MTUR (2007, 2009, 2012). Elaborado por: Castro (2015).

Constata-se que a região Sudeste se manteve predominante no período abordado, com queda de 13,5% entre 2005 e 2012. Já a região Nordeste ocupou a segunda colocação nos levantamentos de 2001, 2007 e, especialmente, em 2012, alcançando a marca de atração de 30% dos fluxos domésticos. Também é notável a importância da região Sul na atração de fluxos turísticos domésticos, suplantando a região Nordeste no levantamento de 2005.

É importante ressaltar que, novamente, há descontinuidade dos dados disponibilizados pelo MTur em relação ao turismo doméstico no Brasil, não sendo possível a análise comparativa das dinâmicas atuais com as anteriores à aplicação das políticas de turismo nos estados nordestinos. Assim sendo, apenas é constatável o período recente de variações das taxas em quatro das regiões brasileiras, enquanto há crescimento contínuo na região Centro-Oeste, reflexos da redistribuição interna dos fluxos de visitantes.

Tais variações, se analisadas em conjunto com os dados referentes aos destinos brasileiros específicos, demonstram movimento cíclico das taxas de turismo doméstico, possível através de processos de divulgação e criação de novos destinos nas diversas regiões, posto as taxas de visitantes dos principais destinos turísticos não chegarem próximas aos fluxos atraídos por qualquer das três principais regiões. Exemplos, são os principais destinos brasileiros localizados na região Sudeste, que juntos somaram 11,4% dos fluxos domésticos em 2012, enquanto a região totalizou 36,5% destes mesmos fluxos em 2012, possibilitando a compreensão de que novos destinos, ainda que de menores importâncias, foram estabelecidos na região.

Com este quadro, verifica-se que a escala regional segue os mesmos critérios dos destinos municipais específicos, sendo de suma importância a condição metropolitana para polarização de fluxos domésticos, seguida pela densidade infra estrutural e de serviços presente nas redes urbanas regionais, bem como a possibilidade de usufruto da ambiência litorânea, presente nas três regiões melhores posicionadas, caso das regiões Sudeste, Nordeste e Sul.

Ainda é possível constatar, no caso nordestino, importante contribuição da infraestruturação impelida pelo PRODETUR-NE e pelo PRODETUR Nacional, sobretudo, pela facilitação do transporte rodoviário, denotando novamente caráter intrarregional destes fluxos. Cabe ressaltar a importância das dinâmicas estaduais em relação ao turismo doméstico, possibilitando análise dos impactos das políticas de turismo nos estados nordestinos, especialmente no Ceará. Tem-se, na tabela 5, dados concernentes à participação dos estados na recepção do turismo doméstico.

Tabela 5 - Estados receptores de fluxos turísticos domésticos.

Estados receptores de fluxos turísticos domésticos (%)				
Estado	1998	2005	2007	2012
SP	18,7	27,7	27,3	19,4
RJ	8,2	8,4	8,0	8,3
BA	6,9	7,4	7,4	7,8
MG	6,9	10,8	11,4	6,9
RS	4,1	6,8	7,2	6,5
SC	5,1	7,2	6,5	6,3
PR	7,0	6,4	5,8	5,7
CE	7,3	3,4	3,5	5,5
GO	2,8	3,1	3,3	4,9
PE	4,8	3,4	2,9	4,8
RN	2,3	1,3	1,3	2,8
MA	3,8	1,0	1,0	2,4
PA	4,9	1,2	1,2	2,1
PB	2,6	1,2	1,2	2,1
PI	1,8	0,6	0,7	2,0
ES	4,1	3,1	1,9	1,9
AL	1,5	1,1	1,0	1,5
<b>Outros Estados</b>	<b>7,2</b>	<b>5,9</b>	<b>8,5</b>	<b>9,0</b>

Fonte: MTUR (1998, 2007, 2009, 2012). Elaborado por: Castro (2015).

Os dados estaduais denotam supremacia do estado de São Paulo frente aos demais em todo o período destacado, mesmo com queda de cerca de 8% entre 2007 e 2012. Da mesma forma, está o estado do Rio de Janeiro, que disputa, nos anos de 2005 e 2007, o posto de segundo maior receptor do país com o estado de

Minas Gerais. Da região Sudeste a exceção é o estado do Espírito Santo, que no período em questão sofre queda abrupta, indo de 4,1% em 1998 a 1,9% em 2012.

Já os estados da região Sul verificam, no período abordado, variações entre 4% e 7%, o que confere a estes estados posição importante na recepção de fluxos turísticos nacionais, em constante disputa com os estados nordestinos. Em relação à região Nordeste, enquanto o estado da Bahia verifica crescimento constante nas taxas de recepção do turismo doméstico, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Maranhão, Paraíba, Piauí e Alagoas passam por dinâmicas semelhantes, queda das taxas entre 1998 e 2005, pequenas variações entre 2005 e 2007 e retomada de crescimento entre 2007 e 2012.

Nota-se que o período de crescimento das taxas nos estados nordestinos, inclusive, naqueles com menor expressão turística, suscita a dinâmica notada na escala regional em 2012, quando o Nordeste chega a atrair 30% dos fluxos turísticos domésticos. Tal fato é importante, pois relaciona-se com importante momento da economia mundial, a crise financeira internacional de 2008, abordada em seus rebatimentos multiescalares por Harvey (2010).

A desvalorização da moeda norte americana nas bolsas de valores mundiais, que facilitou a ida de fluxos brasileiros para os destinos nos EUA e na Europa, também, possibilitou queda nos valores das passagens aéreas e dos pacotes turísticos nacionais, sobretudo, no caso dos destinos nordestinos<sup>35</sup>, necessitados de serem dinamizados após a redução dos visitantes estrangeiros.

O Ceará, que em 1998 ocupava a terceira posição entre os estados brasileiros em recepção de turistas nacionais, verifica queda de quase 4% nas taxas de visitantes, não mantendo planejado o crescimento da atividade turística nos anos subsequentes à política de turismo inicial. Notadamente, o estado cearense não sofreu com redução do número de visitantes nacionais no período em questão, possuindo lento crescimento nas taxas verificadas pela SETUR/CE (2012).

---

<sup>35</sup> Em 2010, o Presidente do conselho administrativo da operadora turística CVC ressaltou este momento importante para o turismo doméstico no Brasil, possibilitando a visitação mais intensa dos destinos brasileiros pelo turista doméstico. Tal informação se encontra no seguinte endereço: <http://www.mercadoeventos.com.br/site/noticias/view/36375/cvc-diz-que-crise-nao-afeta-brasil-mas-aposta-em-turismo-interno>. Enquanto o Ministro do Turismo, Luiz Barreto Filho, durante o Congresso da Associação Brasileira de Agências de Viagens (ABAV) de 2008, cita que a crise mundial "é a chance de desenvolver as viagens internas e incentivar o brasileiro a conhecer mais o País".

O que explica tal redução, não só no Ceará, mas na maior parte dos estados nordestinos, é o fato de que os contingentes turísticos intrarregionais tiveram reduções, agregados aos fluxos interregionais, como constatado nas matrizes origem-destino, presentes nos relatórios do MTur (MTUR, 2007; 2009).

Desta forma, quanto ao turismo doméstico, os estados nordestinos verificam crescimento gradual dos números absolutos de visitantes, enquanto há redistribuição dos fluxos emitidos por estes estados tanto para aqueles menos dinamizados da região, como para o Sudeste. Tal situação se evidencia através da facilitação e redução dos custos das passagens aéreas nos últimos anos. É passível de afirmação que apesar da importância das políticas de turismo para o crescimento do turismo nordestino, é somente com a crise econômica que se constata crescimento da dinâmica turística regional frente ao contexto nacional.

Cabe agora analisar a meta do planejamento turístico que objetiva a atração de fluxos internacionais para os estados nordestinos. Compreende-se que a atração de visitantes estrangeiros visa o acréscimo das divisas internacionais, possibilitando fortalecimento do mercado turístico e da moeda nacional.

Compreende-se o turismo como única atividade capaz de trazer o consumidor de diversas partes do mundo para usufruir de paisagens e serviços, possibilitando a geração de renda e dinamizando as economias dos locais turísticos. E esta é a ideia presente nas políticas de turismo que incidem sobre o espaço nordestino.

A partir desta lógica de atração de visitantes internacionais, as metrópoles nordestinas são configuradas como portões de entrada, através da construção dos terminais aeroportuários internacionais. Tal processo, acompanhado pela divulgação dos destinos metropolitanos e interioranos dos respectivos estados da região, cria condições para atração de turistas e investidores provenientes de outros países.

Para tanto, no caso cearense, cita Coriolano (2007) que é fundamental a divulgação das características naturais do estado, notadamente as taxas de insolação anuais, os ventos constantes, a diversidade de paisagens litorâneas, a proximidade dos principais mercados emissores mundiais, além da receptividade do povo cearense. A tabela 6 demonstra as taxas de recepção dos fluxos turísticos estrangeiros pelos principais destinos nacionais.

Tabela 6 - Principais destinos brasileiros visitados por turistas estrangeiros.

<b>Municípios brasileiros mais visitados por turistas estrangeiros (1994-2003)</b>										
<b>Município</b>	<b>1994</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>
Rio de Janeiro	39,5%	41,8%	30,5%	37,4%	30,2%	32,5%	34,1%	28,8%	38,6%	36,9%
São Paulo	21,3%	19,9%	22,4%	23,5%	18,4%	13,7%	19,7%	17,0%	20,8%	18,5%
Florianópolis	15,3%	11,4%	17,0%	13,9%	14,0%	17,7%	18,7%	15,8%	6,4%	5,3%
Salvador	9,3%	8,8%	7,7%	12,2%	10,9%	12,7%	13,5%	11,1%	12,8%	15,8%
Foz do Iguaçu-PR	12,7%	16,0%	16,6%	11,8%	8,9%	11,8%	12,9%	11,5%	9,3%	7,4%
Porto Alegre	7,8%	9,7%	10,1%	7,9%	7,9%	6,0%	5,9%	7,1%	7,9%	5,9%
Recife	4,8%	5,7%	4,7%	5,7%	7,2%	6,4%	5,8%	7,3%	8,2%	7,5%
Armação de Búzios/RJ	3,5%	3,4%	2,7%	2,8%	5,4%	4,6%	4,0%	3,9%	3,6%	6,0%
Balneário Camboriú-SC	6,6%	6,2%	5,4%	3,7%	5,1%	4,9%	6,6%	4,9%	-	-
Fortaleza	2,3%	4,1%	3,2%	3,2%	4,6%	4,7%	5,4%	5,6%	7,2%	8,5%
Manaus	3,8%	5,0%	4,7%	4,2%	4,2%	2,2%	-	-	-	-
Belo Horizonte	-	-	-	-	-	2,3%	-	-	-	5,1%
Torres/RS	-	-	-	-	3,0%	2,9%	-	-	-	-
Curitiba	-	-	-	-	3,0%	2,8%	-	-	-	-
Porto Seguro-BA	-	-	-	-	-	2,3%	-	-	-	-
Maceió	-	-	-	-	-	2,3%	-	-	-	-
Natal	-	-	-	-	-	2,8%	-	-	3,8%	-
Brasília	-	-	-	-	2,5%	1,8%	-	-	-	-
Paraty-RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bombinhas-SC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Angra dos Reis-RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cairu-BA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Itapema-SC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Gabriel-RS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Municípios brasileiros mais visitados por turistas estrangeiros (2004-2013)</b>										
<b>Município</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Rio de Janeiro	33,9%	31,5%	30,2%	30,2%	29,1%	30,0%	27,3%	26,7%	29,6%	30,2%
São Paulo	13,6%	13,6%	12,6%	13,7%	14,9%	11,5%	9,9%	11,0%	10,5%	10,7%
Florianópolis	11,9%	12,1%	15,1%	15,3%	16,9%	16,7%	19,3%	19,7%	18,1%	18,7%
Salvador	14,2%	11,5%	11,4%	10,2%	8,7%	7,2%	7,4%	6,8%	6,2%	5,7%
Foz do Iguaçu-PR	21,7%	17,0%	17,1%	16,1%	19,0%	21,4%	23,4%	19,8%	17,3%	17,0%
Porto Alegre	3,5%	-	-	-	-	-	-	-	1,5%	2,2%
Recife	3,5%	3,2%	-	-	-	-	-	-	-	-
Armação de Búzios-RJ	5,8%	5,4%	4,4%	6,4%	6,2%	7,9%	7,5%	6,4%	7,9%	8,3%
Balneário Camboriú-SC	6,1%	6,7%	-	-	7,1%	6,1%	5,8%	6,4%	5,0%	5,2%
Fortaleza	6,5%	6,4%	-	-	3,1%	3,0%	2,4%	2,8%	-	-
Manaus	4,0%	4,0%	-	-	2,9%	2,2%	2,0%	2,0%	-	-
Belo Horizonte	3,5%	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Torres/RS	-	-	-	-	-	-	-	-	3,3%	2,3%
Curitiba	4,0%	3,2%	-	-	2,8%	2,7%	2,0%	2,0%	1,7%	2,0%
Porto Seguro-BA	2,6%	2,1%	-	-	2,0%	2,5%	2,1%	1,9%	-	-
Maceió	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Natal	2,7%	5,8%	-	-	3,2%	2,5%	-	-	-	-
Brasília	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Paraty-RJ	2,9%	2,2%	-	-	3,7%	3,8%	4,0%	3,3%	3,5%	3,8%
Bombinhas-SC	2,6%	3,1%	-	-	2,0%	4,1%	4,0%	4,1%	4,8%	6,1%
Angra dos Reis-RJ	-	-	-	-	3,5%	4,3%	3,8%	3,5%	4,7%	4,2%
Cairu-BA	-	-	-	-	-	1,6%	2,3%	-	-	-
Itapema-SC	-	-	-	-	-	-	1,8%	2,1%	1,5%	2,2%
São Gabriel-RS	-	-	-	-	-	-	-	-	1,6%	3,7%

Fonte: MTUR - Dados e Fatos. Elaborado por: Castro (2015).

Inicialmente, pode-se inferir que a atração e o gerenciamento dos fluxos internacionais para o Brasil é tão almejada pelo planejamento estatal, que existem dados coletados desde metade da década de 1990, o que curiosamente pode gerar questionamento sobre a real capacidade e intencionalidade institucional em

operacionalizar a coleta, o armazenamento e a divulgação dos dados turísticos nacionais e internacionais.

Em relação aos dados acima apresentados, em princípio é notória a importância da cidade do Rio de Janeiro-RJ na atração de visitantes estrangeiros, seduzidos pelas paisagens veiculadas em novelas nacionais, clipes musicais e filmes internacionais<sup>36</sup>, apresentando o característico sítio urbano da Cidade Maravilhosa, composto por formações de mares de morro, resquícios de Mata Atlântica, presença de baía e proximidade de sistemas lagunares. De fato, a imagem do Rio de Janeiro passa a representar o Brasil para o mundo.

São Paulo-SP, em grande parte do período abordado ocupa a segunda posição dentre os destinos turísticos nacionais, sendo suplantado temporariamente pelo destino de Florianópolis-SC em 1999, e perdendo definitivamente a posição para Foz do Iguaçu-PR, em 2004, fato que perdura até 2012, quando o destino paranaense perde a segunda colocação para Florianópolis.

Notadamente, dentre os principais destinos dos fluxos de estrangeiros no Brasil em 1994, predominam as cidades litorâneas, casos de Rio de Janeiro, Florianópolis, Salvador-BA, Recife-PE, Búzios-RJ, Balneário Camboriú-SC e Fortaleza-CE.

Tal situação é modificada nas décadas seguintes, posto a verificação dos números do ano de 2013 colocar os seguintes destinos litorâneos como principais receptores de estrangeiros no país: Rio de Janeiro, Florianópolis, Salvador, Búzios, Balneário Camboriú, Paraty-RJ, Bombinhas-SC e Angra dos Reis.

É visível que no período em questão há considerável queda na participação dos destinos nordestinos de Salvador, Fortaleza, Recife e Natal na recepção dos fluxos provenientes de outros países, posições ocupadas por municípios que sequer são metropolitanos. Assim, tem-se como característica do turismo internacional no país a menor influência metropolitana para seleção de

---

<sup>36</sup> Além das novelas veiculadas pelas emissoras nacionais demonstrarem das paisagens cariocas, sendo estas posteriormente traduzidas para outros idiomas, diversos filmes internacionais retrataram os melhores ângulos das paisagens da capital fluminense, servindo-as aos telespectadores ao redor do globo, casos de 007 Contra o Foguete da Morte (1979), Luar sobre Parador (1988), Orquídea Selvagem (1990), Feitiço do Rio (1979) e Interlúdio (1946). Cabe ressaltar que a imagem carioca, na maioria das vezes, é retratada junto à imagem feminina com forte conotação sexual. Mais recentemente há maior recorrência de filmes estrangeiros gravados na citada cidade, caso de O Incrível Hulk (2008), Velozes e Furiosos: Operação Rio (2011) e Crepúsculo – Amanhecer (2011).

espaços a serem visitados, sendo primordiais as características econômicas e infraestruturais da região escolhida para visitaç o.

Este processo   verificado a partir do ano de 2007, quando há citada redistribui o dos fluxos de estrangeiros nos destinos das regiões Sul e Sudeste. Obviamente, tais dados não evidenciam redu o dos fluxos de estrangeiros para o Nordeste, sendo necessário recorrer   escala de maior propor o que a dos destinos isolados do contexto estadual.

A tabela 7 traz as informa es presentes no Anuário Estatístico do Turismo no Brasil, elaborado pela EMBRATUR, que realiza síntese dos destinos e proveniência dos fluxos chegados ao país e às Unidades da Federa o.

Tabela 7: Entrada de turistas no Brasil, por Unidade da Federa o.

Entrada de Turistas Internacionais por Unidade da Federa�o Brasileira 2003-2014												
UF	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
AM	17.212	20.478	23.427	32.744	30.584	34.574	37.135	26.423	24.764	34.720	32.993	50.032
BA	60.241	130.984	138.959	178.862	193.867	178.571	143.509	165.966	166.278	142.803	128.838	145.660
CE	76.795	112.081	113.592	108.050	105.284	98.590	98.882	95.786	97.553	91.648	84.119	85.025
MS	34.681	50.938	56.991	48.625	55.209	49.508	58.395	68.140	39.100	43.891	41.523	61.999
PA	16.529	18.304	20.694	15.484	20.961	24.588	20.791	19.458	15.930	16.877	13.269	14.813
PR	480.837	554.434	637.194	531.038	516.376	605.217	663.237	725.077	750.008	791.396	839.728	837.046
PE	62.257	76.537	90.836	72.131	68.345	81.715	88.818	85.336	79.835	70.259	75.174	78.075
RN	45.588	89.229	113.412	117.688	108.474	70.541	54.211	46.578	44.235	40.488	35.888	38.014
RS	486.422	585.512	642.325	589.227	587.392	622.675	613.274	653.622	724.879	810.670	782.887	907.669
RJ	698.203	799.399	866.379	794.109	773.932	766.083	908.667	982.538	1.044.931	1.164.187	1.207.800	1.597.153
SP	2.011.110	2.180.711	2.447.268	2.323.995	2.356.705	2.289.640	1.842.796	2.016.267	2.094.854	2.110.427	2.219.513	2.219.917
SC	74.404	82.860	109.025	107.923	103.667	104.974	127.826	128.421	179.303	195.708	175.023	156.976
Outras UF	68.568	92.236	98.068	97.375	105.038	123.423	144.676	147.767	171.684	163.769	176.587	237.473
<b>Total</b>	<b>4.132.847</b>	<b>4.793.703</b>	<b>5.358.170</b>	<b>5.017.251</b>	<b>5.025.834</b>	<b>5.050.099</b>	<b>4.802.217</b>	<b>5.161.379</b>	<b>5.433.354</b>	<b>5.676.843</b>	<b>5.813.342</b>	<b>6.429.852</b>

Fonte: EMBRATUR (2005-2015). Elaborado por: Castro (2015).

A utiliza o destes dados possibilita melhor visualiza o da dinâmica do turismo internacional no país, seguindo lógica próxima a estabelecida na tabela 6. Primeiramente,   visível a importância do estado de São Paulo na recep o de fluxos turísticos, não somente pela existência da principal Região Metropolitana do país, responsável pela concentra o dos serviços e possibilidades atinentes ao comando econômico nas "escalas estadual, nacional e na América Latina (SPOSITO, 2007).

Tal estado ainda se constitui como principal portão de entrada dos fluxos aéreos destinados ao país, posto de seu principal terminal aeroportuário receber voos de 36 países, destinando tais fluxos para SP e para outros destinos nacionais. Notadamente seguido pelo estado do Rio de Janeiro, detentor do segundo aeroporto que mais recebe voos provenientes do exterior (19), SP e RJ se configuram como principais receptores de turistas estrangeiros (ANAC, 2013). Também é notável a importância dos estados do Rio Grande do Sul e do Paraná, acompanhando os dois estados do Sudeste em atração de fluxos internacionais.

Tais estados, pertencentes às regiões Sudeste e Sul, são responsáveis, em 2003, por receber 88,9% dos fluxos internacionais, enquanto no ano de 2006, estas UF recebem 84,4% destes turistas. E no ano de 2014, os estados em questão recebem 86,4% de fluxos turísticos de caráter internacional, denotando forte influência das principais economias nacionais na atração de visitantes estrangeiros, além da subordinação dos fluxos aéreos dos estados nordestinos aos grandes aeroportos do Sudeste.

Dentre os estados nordestinos, a Bahia verificou os melhores números absolutos de recepção de visitantes estrangeiros, sobretudo, no ano de 2007, quando recebeu 193 mil turistas. Ceará e Pernambuco alcançaram, em 2005, seus maiores quantitativos absolutos de turistas estrangeiros, chegando às marcas de 113 mil e 90 mil turistas, respectivamente.

Já o estado do Rio Grande do Norte tem ápice em 2006, quando recebeu 117 mil turistas estrangeiros. Destes, a maior queda nos números foi verificada no estado potiguar, que verificou uma queda de mais de dois terços entre 2006 e 2014.

Em termos percentuais, no ano de 2003, os quatro principais estados do Nordeste receberam 5,9% dos fluxos internacionais, enquanto em 2014, este percentual caiu para 5,3% do total nacional. Verifica-se, desta forma, que a perda de importância dos destinos nordestinos em relação a outros destinos do eixo Centro-Sul do país, também, se traduz na queda da participação dos estados nordestinos na recepção de turistas internacionais, bastando verificar o ano de 2006, quando os fluxos destinados à região representaram 9,5% do montante nacional.

De tal forma, é possível afirmar que o turismo internacional, extremamente dependente da capacidade do setor de transporte aéreo, está

intimamente associado às hierarquizações presentes no território brasileiro. Enquanto estados das regiões Sudeste e Sul verificam crescimento quase constante na recepção dos visitantes provenientes de outros países, mesmo durante o período de crise financeira internacional, os estados nordestinos, beneficiários das políticas públicas de turismo voltadas ao crescimento dos fluxos de visitantes internacionais, não suscita desempenho minimamente parecido.

Ainda, cabe inferir sobre a participação destes fluxos internacionais de turistas nos números totais atinentes ao turismo brasileiro e nordestino. Entre os anos de 2000 e 2013, as taxas de turistas estrangeiros que chegaram ao Brasil variaram entre 3,8 milhões e 5,8 milhões de turistas (MTUR, 2013). Somente em 2014, com a realização da Copa do Mundo de Futebol, pode-se constatar a chegada recorde de 6,4 milhões de turistas internacionais ao país (MTUR, 2015). Ainda assim, cita Dantas (2013), que os números do turismo internacional não representam 10% do volume total de deslocamentos para os destinos nacionais.

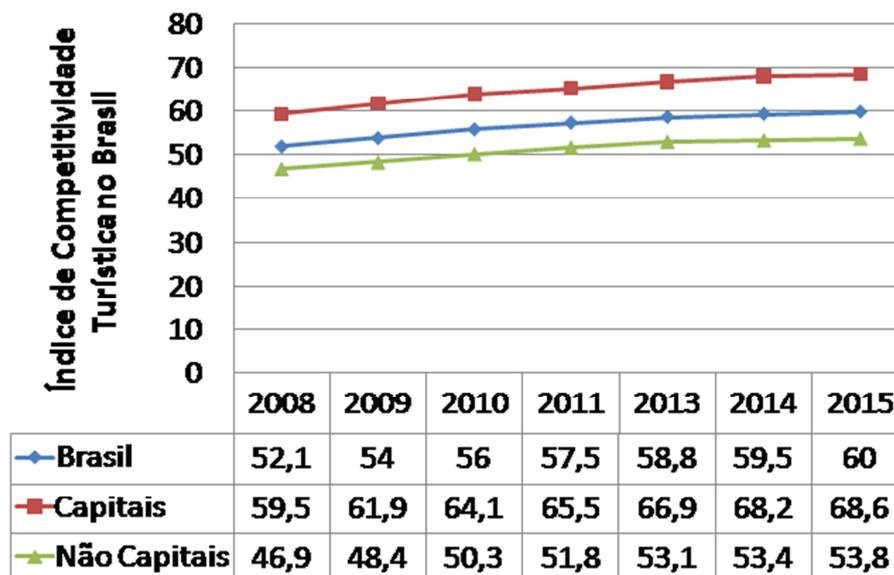
E quanto à competitividade em turismo, almejada nas diversas políticas acima citadas, verifica-se quadro mais variado em relação à atração de fluxos turísticos. Desde 2008 o MTur e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) realizam levantamentos e análises, baseados em metodologia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), para constituição do Índice de Competitividade do Turismo Nacional.

Citado índice possui caráter avaliativo das condições de cada destino indutor criar negócios no âmbito da cadeia produtiva do turismo, concorrer no mercado turístico brasileiro e beneficiar municípios próximos, possibilitando, assim, o estabelecimento de metas a desenvolver por cada gestão municipal (MTUR, 2015).

Entre 2008 e 2015 foram estabelecidos 13 critérios, contabilizados de 0 a 100, referentes à infraestrutura geral, acesso, serviços e equipamentos turísticos, atrativos turísticos, *marketing* e promoção do destino, políticas públicas, cooperação regional, monitoramento, economia local, capacidade empresarial, aspectos sociais, aspectos ambientais e aspectos culturais. Tais critérios são ponderados em relação às capitais estaduais (27), aos municípios indutores (38) e à média nacional, possibilitando, assim, a visualização dos resultados alcançados em cada uma das escalas em tela (MTUR, 2015).

Assim, tem-se panorama relativo à evolução do índice de competitividade segundo escalas de avaliação divulgadas pelo MTUR, presentes no gráfico 4.

Gráfico 4 - Evolução do Índice de Competitividade do Turismo Nacional no Brasil, nas capitais estaduais e nos municípios indutores não-capitais.



Fonte: MTUR (2013, 2014, 2015). Elaboração: Castro (2015).

A verificação dos dados disponibilizados pelo Ministério do Turismo brasileiro denota, novamente, problemas na metodologia de divulgação dos mesmos<sup>37</sup>. Enquanto é dada importância à evolução nas três escalas acima mencionadas, não há disponível classificação geral por destinos indutores, os 65 presentes no estudo.

Assim, não é possível ponderar a evolução da competitividade de Fortaleza em relação aos outros destinos do Nordeste e do país. Verifica-se a importância das capitais em relação ao contexto nacional, posto estas serem os espaços receptores das principais infraestruturas modernas voltadas à atração dos fluxos, como citado anteriormente.

Ainda é possível verificar a proeminência dos destinos localizados nas regiões Sul e Sudeste na maioria dos critérios e no Índice Geral, bem como nos critérios de Infraestrutura, Acesso, Serviços e Equipamentos Turísticos, Atrativos Turísticos, *Marketing* e Promoção do Destino, Políticas Públicas, Cooperação

<sup>37</sup> Enquanto as quatro primeiras edições do Relatório do Índice de Competitividade do Turismo Nacional (2008-2011) trazem apenas os dados relativos ao comparativo acima exposto, as três últimas edições (2013-2015) trazem o comparativo acima e os quadros dos dez destinos melhores em cada um dos 13 critérios abordados, além da classificação por índice de competitividade geral. No ano de 2012 não foram disponibilizados dados.

Regional, Economia Local, Cidade Empresarial, além de Aspectos Sociais. Enquanto nos outros três aspectos, há maior aparecimento dos destinos das regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte (MTUR; SEBRAE; FGV, 2013, 2014).

Exemplo do caso acima é a presença de São Paulo - SP, Rio de Janeiro - RJ, Belo Horizonte - MG e Porto Alegre - RS, constantemente presentes nas primeiras posições dos 10 critérios citados, enquanto Salvador é a única capital nordestina a liderar um dos critérios, notadamente o referente aos Aspectos Culturais em 2014 e 2015. Já Fortaleza, em 2014 conseguiu figurar na quarta posição do critério Aspectos Ambientais, enquanto em 2015, se insere nos critérios de Serviços e Equipamentos Turísticos (9º lugar), Políticas Públicas (8º lugar) e Aspectos Ambientais (10º lugar) (MTUR; SEBRAE; FGV, 2013, 2014).

Nota-se assim, que apesar da aplicação das políticas de turismo no Nordeste ter ampliado a importância das capitais no cenário turístico brasileiro, colocando estas acima da média nacional, tais ações ainda não causaram a redução das esmagadoras disparidades entre os aspectos infraestruturais, sociais, econômicos e políticos, capazes de dinamizar o turismo nas metrópoles brasileiras.

Portanto, constata-se que o turismo brasileiro possui caráter essencialmente intrarregional, com apontamentos para fortalecimento dos fluxos interregionais, como verificado na análise dos fluxos domésticos nas regiões. Ainda, cabe enfatizar que o fortalecimento do setor de transporte aéreo no Nordeste, ao invés de suscitar maior atração dos fluxos internacionais para esta região, tem concentrado tais visitantes cada vez mais nos destinos das regiões Sul e Sudeste.

O enfoque sobre os objetivos do planejamento turístico cearense, no comparativo com as escalas nacional e regional, traz algumas evidências sobre o impacto das políticas de turismo no território. É inegável que as ações estatais para dinamização do turismo no Ceará promoveram mudanças, sobretudo, quantitativas, no estado.

Há um crescimento considerável da recepção de turistas, mas tais fluxos são caracteristicamente regionais, com recente crescimento da participação dos fluxos interregionais de turistas, conferindo ao Ceará e aos estados nordestinos importantes papéis no mercado turístico nacional, sobretudo, no período de crise financeira internacional.

Em relação ao turismo internacional, a realidade cearense tem Fortaleza como principal nó de polarização destes turistas trazidos, essencialmente, pelo transporte aéreo, que ainda passa por processo de ampliação de suas capacidades. Denota-se, assim, processo de estagnação do turismo internacional no Ceará, como é possível verificar nas tabelas 6 e 7.

É possível afirmar, então, que apesar das ações estabelecidas para "desenvolvimento do turismo no Nordeste", almejado crescimento dos fluxos turísticos internacionais, responsáveis pelo planejado crescimento das divisas internacionais nos estados nordestinos e melhoria das condições de vida nos municípios litorâneos.

Ainda, cabe o enfoque sobre a distribuição dos fluxos turísticos nos municípios litorâneos dos estados nordestinos, os quais, segundo discurso estatal, seriam os principais beneficiários do desenvolvimento turístico na região. Tomando o turismo cearense como recorte do estudo aqui realizado, o capítulo seguinte irá abordar características concernentes às metas de criação de emprego e renda, ao planejamento privado voltado à dinamização do turismo cearense, além de suscitar discussão sobre os desdobramentos não esperados do planejamento turístico no setor imobiliário turístico.

# 3

## **TURISTIFICAÇÃO DO LITORAL CEARENSE: AÇÕES PRIVADAS**

Cita Hall (2001) que, apesar do planejamento turístico ser idealizado pela esfera estatal objetivando desenvolvimento socioeconômico nas mais diversas escalas e realidades, é a inserção do setor privado que possibilita a comercialização dos produtos turísticos, a criação de postos de trabalho, a circulação de fluxos turísticos, a consolidação de cadeias produtivas do turismo, além do estabelecimento de circuitos e rotas turísticas.

São investidores, empresários e empreendedores, segundo Coriolano (2006), que operacionalizam o turismo nas localidades, sendo estes os principais atores responsáveis pela constituição da cadeia produtiva desta atividade. Enquanto o poder público é responsável pela alocação das infraestruturas básicas de acesso e cidadania no território nacional, é por meio das transformações impelidas por investidores que se constituem de fato os sistemas de hospedagem, o fornecimento de serviços gastronômicos de melhor padrão, as atividades de lazer disponíveis nos espaços turísticos, além das possibilidades de comercialização dos destinos nas diferentes escalas alcançadas pelo desejo de viajar.

As políticas de turismo no Ceará têm o enfoque sobre a instalação de infraestruturas que possibilitem a atração de investidores, nacionais e internacionais, que forneçam serviços e produtos de melhor qualidade e atendendo a demandas cada vez maiores, criando empregos e gerando renda. Tais investidores seriam atraídos pelas possibilidades de lucro gerado nas localidades turísticas, seguindo lógica de valorização dos espaços turísticos. Assim, é criado sistema que envolve setor público e setor privado como condicionante para turistificação dos lugares.

A partir desta relação entre Estado e empresas, Hall (2001) infere que a partir de 1985, com o retorno do liberalismo econômico às pautas do desenvolvimento econômico mundial, são mais recorrentes as parcerias público-privadas e a busca pela auto-regulamentação do setor turístico. Desta forma, criam-se novas frentes de intervenção para investidores, além de haver maior flexibilização da normatização para atuação deste setor nas economias de diversos países. Cabe

inferir que este processo pode incorrer em desdobramentos inesperados pelas esferas estatais, condicionando localidades, municípios ou até mesmo estados, às lógicas de apropriação dos recursos naturais como produtos turísticos realizadas pelo setor privado.

Mas o que interessa às corporações, no planejamento aplicado à atividade turística, sobretudo no atual período histórico, é a globalização do capital turístico, o aumento do alcance financeiro sobre espaços passíveis de receberem investimentos e gerarem margem de lucro através de particularidades ambientais, econômicas e políticas, como inferido por Debbage e Gallaway (2009).

Tais autores denotam a importância destes operadores na dinâmica do turismo mundial, sendo o principal componente da maquinaria da produção do turismo mundial, "manipulando e facilitando a fluidez turística entre origem-destino ao redor do mundo". De tal forma, a compreensão sobre os operadores turísticos se pauta nas agências de viagem, grandes companhias aéreas, cadeias hoteleiras e companhias de cruzeiros (DEBBAGE; GALLAWAY, 2009).

Este modelo de planejamento turístico, no caso cearense, pode ser verificado na realidade do litoral metropolitano de Fortaleza, ainda que em escala bem menor que nos países desenvolvidos. É importante a consideração sobre o contato inicial do visitante em potencial com o objeto de desejo, o destino turístico, o qual, segundo Cruz (2001), se forma a partir da presença do consumidor-turista.

O contato, além de ser suscitado pelas propagandas governamentais, algo comum no caso brasileiro, também, está presente na forma como os agenciadores turísticos divulgam os produtos comercializados, com auxílio dos meios de comunicação disponíveis a grande parcela da população.

Não é incomum a utilização de programas de televisão e de revistas especializadas na atividade turística para divulgação de destinos turísticos, nacionais ou internacionais, sendo estes patrocinados ou subsidiados por grandes companhias de turismo (CORIOLANO, 2007). Aliás, atualmente, é verificável a recorrência de tais negócios entre a *mass media* e os *tours operators*, atuando de forma primordial na propagação de imagens de destinos turísticos.

Notadamente são essas associações entre os meios de comunicação e os operadores turísticos que suscitam processo de transformação da cultura de

massa, influenciando, nas palavras de Long e Mike (2009), formas de pensar, comportamentos e escolhas dos turistas. É de suma importância compreender que imagens e textos relacionados à divulgação turística dificilmente são ignorados pela audiência, posto serem (re) produzidos para causar deslumbre ao primeiro olhar, sendo este seguido pela necessidade de usufruir da paisagem vislumbrada.

Segundo Long e Robinson (2009, p. 104):

Como parte das mais amplas paisagens midiáticas, turismo desenvolveu sua própria mídia que evoluiu para servir suas próprias necessidades. Isto inclui panfletos, guias, mapas, filmes de viagens e, cada vez mais, *websites* e *blogs* de viagem. Esta é uma mídia de que tem desenvolvido sua própria familiaridade linguística onde nós somos capazes de compreender e estruturar, os espaços e práticas do turismo internacional. Nós somos capazes de "lermos" linguagem, vocabulário, símbolos, imagens e códigos usados para animar espaços e lugares. Nós aceitamos, usamos e jogamos com as narrativas e discursos do turismo. Nós formulamos, contamos, compartilhamos e memorizamos nossas próprias histórias de experiências turísticas. Nós acumulamos vocábulos de turismo e conhecemos termos como "milhas aéreas", "voos fretados" e "tarifas de acomodação *single*".

Tal afirmação se confirma nas interações sociais diárias, nos jargões e desejos expressados todos os dias. Lazer e turismo, intimamente ligados, estão presentes nas conversas entre amigos e conhecidos, viajar é considerado moda, demonstrar que a viagem foi realizada é essencial para manutenção de determinada posição social. É comum a recorrência das imagens das cidades de Paris, Roma, Nova Iorque, Londres, Cancun, Barcelona e Rio de Janeiro nos desejos do turista em potencial e há muito estão presentes nos roteiros turísticos das principais operadoras no mundo.

Seguindo a lógica de criação de produtos turísticos e comercialização destes, com base em demanda solvável e lucratividade, é compreensível que os *tours operators* dirijam suas atividades para destinos mais atrativos. Assim, têm-se dois processos inextricáveis em curso, um relativo à lógica de divulgação dos destinos como formas de lucro para empresas e investidores, e outro relativo às necessidades das localizações turísticas em serem divulgadas nos mercados nacionais e internacionais, ainda, que através do uso de estereótipos sobre a destinação em questão, caso das representações sobre a África ou sobre o Rio de Janeiro (TUCKER; AKAMA, 2009).

Constituem-se assim, as bases para discussão do processo de agenciamento turístico voltado ao fortalecimento do mercado turístico nacional frente a outros destinos, as possibilidades desta atividade em relação à região Nordeste,

além das influências e características deste setor na divulgação dos destinos e na dinâmica turística do estado do Ceará.

### **3.1 Agenciamento turístico: o *marketing* para a Costa do Sol**

O agenciamento turístico consiste na reunião de serviços que possam facilitar a ida, estadia e retorno do cliente, geralmente contratados em um único pacote de viagem, que pode incluir, segundo Acerenza (2010), as passagens a serem utilizadas pelo turista (avião, trem, barcos, etc.), estadias em hospedagens, reserva de automóveis e serviços diversos, caso de seguros de viagem, passeios adicionais e assistência médica.

Não há como negar a importância de tal serviço para a expansão do turismo, em especial desde o século XIX. As facilidades encontradas pelo visitante junto à operadora de turismo possibilitam que este, através da contratação de serviço que facilitará o acesso ao local turístico, aos serviços e comércio local, além de informações sobre os destinos visitados. A isto, somam-se as facilidades provenientes do avanço tecnológico, sobretudo, no caso da internet, possibilitando maiores oportunidades de *marketing*, consulta de valores de pacotes, além de serviços de compra e venda.

A dimensão aqui analisada é a da ligação entre turista e o destino turístico, compreendendo que esta função, quando exercida pela operadora de turismo, suscita a utilização de imagens e *marketing* capaz de promover destinos em detrimento de outros. Verificando o estudo de Acerenza (2010) em relação ao agenciamento turístico, cabe inferir a importância deste serviço para o setor hoteleiro, comercial e gastronômico dos destinos comercializados, possibilitando o estabelecimento de parcerias mais ou menos lucrativas para o setor privado.

Desta forma, o acesso ao portfólio de serviços e produtos disponibilizados pelos operadores turísticos, sobretudo, no ambiente virtual, desponta como importante fonte de informações sobre o destino pretendido. Cita Chirila (2007) sobre a utilização das tecnologias da informação pelo turismo:

Sin lugar a dudas, las tecnologías de información han revolucionada el panorama de los negocios en el mundo. Las tecnologías han modificado las industrias hoteleras, de restaurantes, de servicios de viajes, del sector de intermediarios como touroperadores y agencias de viajes y ahora juegan un papel fundamental en las reglas que rigen el mundo de negocios y en la forma de acercarse a los clientes. Las ventajas de las nuevas tecnologías en cuanto a incremento de la competitividad, reducción de errores y

creación de nuevas funcionalidades son incuestionables en cualquier sector, incluyendo el turístico.

Ainda, citada autora (CHIRILA, 2007) infere que através dos sítios virtuais, tais empresas podem criar marcas e *slogans* sobre os produtos comercializados, além de promover atendimento personalizado aos clientes interessados na carteira de serviços disponíveis. Este tipo de *marketing* sobre o produto turístico ofertado, de acordo com Beni (2003, p. 207):

Compreende, pois, a descoberta daquilo que os turistas desejam (pesquisa de mercado), o desenvolvimento de serviços turísticos adequados (planejamento do produto), a informação aos turistas sobre o que está disponível (publicidade e promoção) e a orientação sobre os locais onde podem comprar os serviços (canais de distribuição: operadoras turísticas e agências de viagens), de modo que a estes sejam atribuídos valor (preço) e a empresa de turismo lucre, atingindo suas metas.

A aquisição das informações sobre o destino a ser comercializado, além da possibilidade de comercialização deste pelas grandes firmas de operação turística, são fatores que potencializam a autoridade dos *tours operators* sobre a hierarquização atribuída aos espaços turísticos, como lembrado por Coriolano (2006). Em análise sobre o servilismo das pequenas agências de turismo e das empresas das localidades turísticas frente às grades operadoras, a autora ressalta a lógica coercitiva do mercado de pacotes turísticos, através das ameaças de "*deracking*"<sup>38</sup> de serviços ou mesmo destinos inteiros.

Portanto, além da demanda pelo destino em questão ser fator preponderante para a comercialização do mesmo nas maiores operadoras de turismo, também, é fundamental compreender o nível de submissão de destinos inteiros a lógica do mercado turístico global. Ainda, por toda importância conferida à atuação das agências de turismo para divulgação dos destinos potenciais, é importante verificar as ações do referido setor na dinamização dos destinos cearenses.

Segundo Gouvêa e Yamauchi (1999), em levantamento realizado junto às principais agências turísticas de São Paulo, há tendência de crescimento das viagens para fins turísticos rumo ao Nordeste. Tal fato se deve às condições criadas

---

<sup>38</sup> Expressão utilizada, no setor de negócios turísticos, que infere sobre a "retirada da prateleira" de anúncios. Se empresas e agências de determinado destino turístico não se submetem às regras e margens de lucratividade das grandes operadoras, estas tendem a excluir as respectivas empresas (geralmente dos processos terceirizados) e, em casos mais extremos, o destino, como forma de punição aos empreendimentos locais.

pelas políticas de turismo abordadas anteriormente. Dentre os estados nordestinos, citam as autoras, que o estado da Bahia possui a maior demanda, seguido pelo Ceará e pelo Rio Grande do Norte.

Também no citado estudo foi constatado aumento da ocorrência de propagandas relacionadas ao estado cearense, notadamente pelos avanços nas infraestruturas e atrativos voltados à recepção do turista, caso do recém-inaugurado Aeroporto Internacional Pinto Martins, a abundante cadeia hoteleira, as belas praias, as opções gastronômicas e a presença de parque aquático de grande porte.

Tocou-se então breve levantamento junto às principais operadoras de turismo no Brasil, na busca por verificar a ocorrência de Fortaleza, como destino indutor primaz do estado, e outros destinos cearenses passíveis de serem visitados através de pacotes turísticos específicos. Assim, o quadro 4 demonstra os principais produtos oferecidos pelos *tours operators* atuantes no país.

Quadro 4 - Principais destinos comercializados pelas operadoras de turismo no país.

Principais destinos nacionais comercializados pelas operadoras de turismo no Brasil		
Operadora turística	Destinos nacionais em destaque	Destinos cearenses oferecidos
<b>CVC</b>	Porto Seguro-BA, Porto de Galinhas-PE, Fortaleza, Natal e Maceió.	Canoa Quebrada, Jericoacoara, Cumbuco, Aquiraz e Beberibe.
<b>Decolar.com</b>	São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Porto Seguro.	Fortaleza, Canoa Quebrada, Jericoacoara, Cumbuco, Aquiraz, Beberibe e Juazeiro do Norte.
<b>Agaxtur Viagens</b>	Rio de Janeiro, Salvador, Maceió, Gramado-RS e Natal.	Fortaleza, Jericoacoara, Cumbuco e Aquiraz.
<b>Visual Operadora</b>	Salvador, Fortaleza, Maceió, Porto Seguro e Natal.	Jericoacoara, Cumbuco e Aquiraz.
<b>Grupo FlyTour</b>	Manaus, Gramado, Praia do Forte-BA, Fortaleza e Recife.	Aquiraz, Cumbuco e Jericoacoara.
<b>Schultz Operadora</b>	Foz do Iguaçu-PR, Rio de Janeiro, Recife, Aracaju-SE e Gramado.	Fortaleza e Canoa Quebrada.
<b>Tam Viagens</b>	São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte e Gramado.	Fortaleza, Canoa Quebrada, Jericoacoara, Cumbuco, Aquiraz, Beberibe e Flecheiras.
<b>Submarino Viagens</b>	Brasília, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.	Fortaleza, Jericoacoara, Canoa Quebrada e Beberibe.
<b>Intravel</b>	Fortaleza, Trancoso-BA, Costa do Sauípe-BA, Porto de Galinhas e João Pessoa.	Cumbuco e Jericoacoara.
<b>Nascimento Turismo</b>	Jericoacoara-CE, Porto de Galinhas, Maragogi-AL, Bonito-MS e Salvador.	Fortaleza, Beberibe, Aquiraz, Canoa Quebrada e Flecheiras.

Fonte: Sites das operadoras. Elaboração: Castro (2015).

Ao verificar dez das principais operadoras turísticas do país, responsáveis pelo estabelecimento de pacotes de fluxos de visitantes rumo aos principais destinos do país e do mundo, constatam-se algumas ocorrências no que tange à dinâmica do

país como destino turístico. É notável a presença constante dos destinos nordestinos, sobretudo, o das capitais, entre os principais produtos ofertados pelas operadoras nacionais, sendo Salvador o mais ofertado (5), seguido por Recife e Fortaleza, ambos com quatro inferências. Natal, junto à Maceió, Porto Seguro e Porto de Galinhas (no município de Ipojuca-PE), possui três ocorrências dentre os principais produtos nacionais.

Dentre os destinos das regiões Sul e Sudeste ofertados, há destaque do Rio de Janeiro, constando cinco vezes entre os principais produtos ofertados, tal fato se deve à imagem construída pela citada cidade ao longo do século XX, como já discutido aqui. Ainda, é importante a ocorrência de Gramado -RS, citada três vezes, como destino dinamizado através da busca pelos aspectos climáticos temperados, característicos das regiões serranas ao sul do país.

Há importantes detalhes a serem ressaltados quanto aos destinos do Nordeste em destaque nacional. Há visíveis ocorrências dos destinos distantes das realidades metropolitanas estaduais e regionais, caso de Porto Seguro e Trancoso, na Bahia, Maragogi, em Alagoas, e Jericoacoara, no Ceará. O oferecimento de tais produtos, distantes dos contextos urbanos das respectivas capitais estaduais, denota crescimento da demanda turística por espaços turísticos que possibilitem o descanso, o desfrute das belezas naturais das localidades escolhidas e da utilização de sistemas de gastronomia e hospedagem consolidados.

Quanto aos destinos cearenses ofertados, têm-se características mais particulares. A análise sobre os destinos cearense permite comparativo com os critérios referidos no mapa 4. Constata-se notável importância de Jericoacoara, ofertado por nove das dez companhias pesquisadas, posto suas características naturais e *status* de paraíso litorâneo cearense, atraindo fluxos nacionais e internacionais de visitantes.

Em seguida têm-se os destinos de Cumbuco, em Caucaia-CE e Aquiraz-CE, como importantes espaços turísticos cearenses comercializados por sete das citadas operadoras, como destinações beneficiadas pela dinâmica metropolitana da qual fazem parte.

Canoa Quebrada, em Aracati-CE e o município de Beberibe, citados por seis e cinco operadoras, respectivamente, possuem proeminência pelas imagens

criadas, ainda, nas últimas décadas do século XX, como inferido no capítulo anterior. Enquanto cenário composto por falésias e presença pulsante de turistas de diversas nacionalidades, Canoa Quebrada é vendida como pequena vila visitada por *hippies* com intensa vida noturna. Já Beberibe, como citado anteriormente, tem a seu favor as imagens veiculadas nas novelas e *reality shows* da televisão brasileira<sup>39</sup> gravados nas localidades de Praia das Fontes, Barra de Sucatinga e Morro Branco.

Ainda, cabe denotar as duas referências a Flecheiras, no município de Trairi-CE, único destino não-metropolitano do recorte espacial a aparecer nos *sites* pesquisados e de Juazeiro do Norte, através da atração de visitantes que buscam usufruir dos roteiros de turismo religioso destinados aos devotos de Padre Cícero Romão Batista. O destino do litoral oeste cearense foi imensamente beneficiado durante a aplicação dos recursos do PRODETUR-NE II, onde foi estruturada uma das mais belas orlas paisagísticas do estado.

Desta forma, verifica-se que há um uníssono em relação aos destinos cearense passíveis de serem consumidos, sendo estes restritos aos mesmos destinos dinamizados na década de 1970. Dentre as exceções estão Flecheiras, em Trairi, que passa a figurar nos catálogos de poucas agências e o destino de Lagoinha, em Paraipaba-CE, que apesar de possuir certa dinamização turística, que suscitou urbanização de boa parte da orla, não é ofertado por nenhuma das agências consultadas.

Em relação às agências locais, foram consultadas duas agências na Capital voltadas ao turismo receptivo, as quais possuem entre seus produtos destinos cearenses comercializados em formatos de pacote ou de viagens personalizadas<sup>40</sup>. Quando consultadas sobre os principais destinos comercializados, há uma predominância da localidade de Jericoacoara, motivada pela importância que o destino adquire na polarização de fluxos nacionais e internacionais de turistas,

---

<sup>39</sup> Em Beberibe, a praia de Morro Branco, conhecida pelas falésias e vegetação característica, recebe gravação das novelas *Final Feliz* (1982-1983) e *Tropicaliente* (1994), já a Praia das Fontes, repleta de fontes de água natural que brotam das falésias, recebe a gravação do filme brasileiro *O Noviço Rebelde* (1997). Outra região do município recebe o *reality show* *No Limite* (2000).

<sup>40</sup> Após inúmeras tentativas de contatar um representante da Associação Brasileira de Agências de Viagens (ABAV), que desmarcou várias vezes do encontro, foram procuradas duas agências de viagens com especialidade no turismo receptivo, a Trindade Turismo, voltada a um público de classe média que busca por pacotes turísticos, e a Lunna Turismo, que possui como clientela classes mais abastadas que visam serviços exclusivos e experiências personalizadas. Ambas foram entre o final de janeiro e início de fevereiro de 2016.

pela diversificada cadeia hoteleira que conta com pousadas rústicas e hotéis cinco estrelas e pela exclusividade em visitar o citado destino.

A proprietária da agência Trindade Turismo ressalta que além de Jericoacoara, há considerável demanda pelos destinos serranos de Guaramiranga, Viçosa do Ceará e Ubajara, despontando, também, no segmento do turismo religioso, a cidade de Juazeiro do Norte.

Segundo a proprietária da agência Lunna Turismo, que possui cerca de 7 meses atuando no agenciamento turístico de alto padrão, no caso de Jericoacoara é evidente a procura por pacotes no hotel de luxo Essenza, proveniente de capital italiano, que possui diárias que chegam a R\$ 2 mil. Da mesma forma, há busca crescente pela hospedagem no *resort all inclusive* Vila Galé Cumbuco, o que denota o poder aquisitivo dos clientes. Segundo o jornal O Estado (2014), ao citar a instalação do hotel em Jericoacoara, infere que:

O Ceará acabou de ganhar uma nova referência no turismo de luxo, com a inauguração dos novos Hotel Essenza e Blue Residence. O novo empreendimento, um integrado ao outro, contou com um investimento de mais de 10 milhões de reais, e fica ao lado da famosa Duna do Pôr do Sol – mais duas novidades de uma “rede” do empresário italiano Giovanni Bofize, que ainda tem os hotéis My Blue (que foi o primeiro hotel de luxo de Jericoacoara), Pousada Blue Jeri, e o My Blue do arquipélago de Zanzibar, ao largo da costa da Tanzânia, na margem leste-africana. “Na verdade é apenas um lançamento, do Essenza, que agrega o Blue Residence. Queremos que a vila de Jericoacoara continue recebendo um turismo de classe A e precisamos inovar sempre”, falou o empresário Giovanni, que recebeu em sua festa de inauguração o governador Cid Gomes, o secretário de Turismo do Estado, Bismarck Maia, outros políticos, como o prefeito de Jijoca e os candidatos nas eleições 2014 para governador Camilo Santana, e sua vice Izolda Cela, e ao Senado, Mauro Filho, além de empresários e jornalistas convidados.

Em relação ao perfil do turista que utiliza o agenciamento turístico receptivo, há predominância da família nuclear fortalezense, composta pelo casal de pais e dois filhos, bem como recém-casados. No caso da utilização dos pacotes, o perfil modifica-se, havendo importante participação de clientes de terceira idade, não tão exigentes quanto os clientes mais jovens.

Citadas características influenciam nas estratégias adotadas pelas agências em busca da fidelização dos clientes, sendo usual, nas duas agências consultadas, a busca por prestadores de serviço de melhor qualidade, caso dos responsáveis pelos deslocamentos, serviços de alimentação e hospedagens.

Assim, são necessárias parcerias com bons serviços de transporte rodoviário, com restaurantes com melhores condições de higiene e cardápios variados e com estabelecimentos de hospedagem com boas capacidades de recepção e comodidades diferenciadas aos turistas contratantes do pacote.

Ainda sobre os destinos oferecidos no mercado de agenciamento receptivo no Ceará, ambas as agências consultadas afirmam que os principais destinos são Jericoacoara, Cumbuco, Beberibe, Lagoinha, Flecheiras, Guaramiranga e destinos da cuesta da Ibiapaba, possuindo assim demanda efetiva.

A procura por esses produtos e a comercialização através do agenciamento turístico estão intimamente relacionadas à qualidade dos serviços prestados, ao perfil de turismo oferecido pelo destino e à disponibilidade dos empreendedores em negociar parcerias com os *tour operators*.

Há consenso das representantes das duas agências em relação a qualidade dos serviços prestados nos destinos a serem comercializados, fazendo com que grande parte dos municípios cearenses, voltados ao turismo de sol e praia ou outros segmentos, não possuam condições básicas para servir e hospedar com qualidade grupos de turistas minimamente exigentes.

Em relação ao perfil de turismo oferecido por determinada localidade, a proprietária da Lunna Turismo cita o exemplo de Canoa Quebrada, no município de Aracati. Segundo a entrevistada, ofertar pacotes para Canoa Quebrada para o perfil de turistas que utilizam o serviço da agência é um problema, pois citada localidade se caracteriza pelo elevado número de estrangeiros em busca de sexo e pela vida noturna agitada, havendo muita exposição dos filhos dos turistas contratantes de pacotes a situações constrangedoras nos hotéis e pousadas locais.

Segundo a proprietária da Lunna Turismo, o terceiro caso representa o problema em comercializar o destino de Guaramiranga, pois por este ser um destino que tem considerável demanda por parte do turista avulso<sup>41</sup>, muitos dos empreendedores hoteleiros não veem necessidade de constituir parcerias com agências de turismo, visando assim não perderem parte do lucro.

---

<sup>41</sup> No vocabulário do mercado turístico, o turista avulso é aquele que se dirige por conta própria aos destinos de interesse, utilizando veículo próprio ou coletivo.

Há outro consenso entre as duas agências entrevistadas, quanto à importância do pós-venda para a fidelização do cliente ao operador e ao destino. Compreende-se que a relação entre agenciador e turista se inicia na compra do produto turístico e apenas se encerra quando este retorna ao seu local de residência, sendo uma experiência de viagem satisfatória quando neste período não há contratempos em relação ao planejamento proposto no ato da compra do pacote turístico. Assim, um problema que aconteça junto ao prestador de serviço de hospedagem basta para comprometer a visão que um turista terá quanto ao operador turístico como ao destino em questão.

Assim, ressaltam as duas entrevistadas que algumas medidas são necessárias para evitar percalços antes, durante e depois de uma viagem comercializada, dentre eles estão:

- A clareza nas informações sobre o que está sendo contratado;
- O envio das informações por e-mail e formato impresso para o contratante;
- Envio de mimos aos clientes que adquirem os produtos;
- Lembrança nas datas especiais através de listas de e-mail;
- Confirmações junto aos clientes nos dias que antecedem a viagem;
- Solicitações aos empreendimentos parceiros quanto ao andamento dos preparativos para recepção e reservas;
- Escolha dos melhores empreendimentos para recepção dos contratantes;
- Agilidade na resolução de problemas que possam surgir após a chegada de um grupo no destino contratado;
- Preparativos para o retorno;
- Pesquisa sobre o que o contratante achou do serviço prestado pela agência e pelos parceiros utilizados.

Apesar de tais cuidados, são comuns problemas relativos aos procedimentos combinados com hotéis e pousadas que irão recepcionar turistas intermediados por agências de turismo, como cita a proprietária da Lunna Turismo:

Ontem, meia-noite, uma cliente me mandou uma mensagem perguntando se no hotel que ela vai ficar amanhã tem secador de cabelo. Meia noite eu liguei para o hotel, perguntei, fiz uma ligação para o Rio de Janeiro e perguntei "senhor, no quarto tal, que minha cliente vai ficar, tem secador de cabelo? Tem!". Ligo pra cliente e digo, "minha querida, tem secador de cabelo sim". [...] Pra você ter uma ideia, eu vendi uma lua de mel em Flecheiras, um dia antes eu liguei para o hotel, "olhe o casal vai chegar amanhã, não esqueçam que é uma lua de mel", eles dizem "tá bom, já está tudo pronto". Quando o casal chegou, as camas estavam separadas... assim, você não tem vontade de matar? Aí a minha amiga liga e diz "isso é

alguma piada? Eu cheguei aqui com meu marido e a cama está separada", aí eu ligo pro hotel, depois que eu dou um esculacho e eles saem pra um passeio, o hotel resolve botar no quarto uma cama de casal, fazer uma surpresa pra eles, dar um jantar de cortesia... só, Tiago, que aí já aconteceu o *stress*, já aconteceu a decepção, foi uma coisa legal o que eles fizeram? Foi! Mas era pra ter acontecido antes, era pra eles terem cumprido antes! Mas houve frustração, e isso não apaga, então assim, é difícil trabalhar com cearense.

Ainda foi unanimidade a afirmação de que uma simples ação de *marketing*, através da divulgação de fotos em redes sociais para um grupo de clientes e interessados, pode dinamizar consideravelmente um destino turístico, mas este instrumento de divulgação deve estar associado intimamente aos atrativos inclusos no pacote em questão, caso da paisagem oferecida por um hotel parceiro, de um passeio que será realizado no destino turístico ofertado. A figura 2 mostra a divulgação do Essenza Hotel Jericoacoara, que a proprietária da Lunna Turismo cita como uma das de maior impacto junto ao público nas redes sociais.

Figura 2 - Divulgação do Essenza Hotel, em Jericoacoara.



Fonte: Lunna Turismo (2016).

De acordo com o inferido pelas entrevistadas, que os destinos cearenses, independentemente do nível de dinamização, possuem grandes potencialidades turísticas nos patrimônios naturais e no acolhimento da população, mas ainda possuem serviços prestados de forma descuidada nos diversos elos da cadeia produtiva do turismo, a falta de visão empreendedora dos empresários cearenses, períodos de crise financeira internacional, erros de planejamento por parte das

gestões estatais, que incessantemente buscam internacionalizar os fluxos destinados ao estado, apesar do caráter regional e estadual do turismo no Ceará.

### **3.2 A rede de hospedagens no litoral cearense**

Compreendido como parte fundamental da atividade turística, inclusive pelos operadores turísticos, a rede de hospedagens evoca a principal característica de diferenciação do turismo em relação a outras práticas de lazer, o não morar. Portanto, é necessário compreender as dinâmicas deste setor no litoral cearense, as tipologias e processos de apropriação da zona costeira como produto a ser consumido pelo turista.

Cita Coriolano (2006), que o turista é o sujeito que realiza uma viagem com fins de ócio ou trabalho, mas que no local visitado usufrui de equipamentos, atividades e serviços de lazer. Ainda, a autora denota a característica primordial de realização do turismo, o não morar. Assim, em primeira análise, o turista se constitui no sujeito que viaja, independentemente do período de estadia e realiza atividades de lazer, seja o consumo de alimentos ou bebidas, a ida a espetáculos culturais, banhos de mar e piscina ou a contemplação da natureza do entorno visitado.

No primeiro caso está o visitante de Fortaleza. Ao se dirigir à quinta maior metrópole do país, mesmo que a trabalho, é possível que o viajante venha a visitar um dos inúmeros *shoppings* da cidade, o calçadão da praia de Iracema ou os bares e restaurantes do bairro Meireles. Assim, além de visitante, este se configura como utilizador do turismo de eventos e negócios, portanto, um turista.

Pereira (2014), também faz importantes considerações sobre a distinção entre o turismo e a vilegiatura, esta última tratada no tópico adiante. Este autor menciona que a viagem, para fins de lazer, é comum às duas práticas, não caracterizando simplesmente, por critérios de tempo ou distância, o turismo. É importante compreender que o turista, ao chegar no local visitado, preza pela circulação, pelo consumo e exploração do local turístico (PEREIRA, 2014). Assim, em segunda análise, compreende-se que o turista convencional não preza pelo descanso, e sim pelo conhecimento no espaço turístico<sup>42</sup>.

---

<sup>42</sup> É importante lembrar, evitando generalizações, que atualmente existe o segmento de turístico de charme, voltado aos fluxos que buscam descanso e isolamento de qualquer tipo de incomodo, caracterizando, inclusive, o número de quartos da hospedagem. Ainda, o conceito de *resorts* está

Verificando um turista que chega ao destino de Canoa Quebrada, percebe-se intensa circulação rumo aos diversos atrativos, caso das lojas e restaurantes da *Broadway*, da subida na Duna do Pôr do Sol para contemplação aos finais de tarde, da ida ao cordão de falésias na praia local, além das barracas dispostas à beira-mar. Assim, o turista configura-se como um curioso por conhecer os atrativos locais, provar os sabores e contemplar a natureza do entorno visitado.

Ainda há outra característica relativa ao turismo que associa-se ao setor hoteleiro, a hospitalidade. Como o turista não reside no local visitado, necessita de serviço voltado à recepção deste e da bagagem, além do descanso entre as atividades realizadas. Ao utilizar os serviços de hospitalidade, o turista se constitui em hóspede, e tais serviços somente são encontrados na rede de hospedagem. É característica do turismo litorâneo cearense que turistas utilizem hotéis e pousadas, sendo estes responsáveis pela prestação de serviços voltados ao conforto e satisfação do hóspede, sendo assim um serviço comercializável (CASTRO, 2015).

Além disto, o turista movimenta diversos serviços nos locais visitados, gerando renda e suscitando a criação de empregos nos diversos subsetores da cadeia produtiva do turismo. Além de utilizar a hospedagem, também, necessita de serviços de alimentação mais requintados, atividades de lazer esportivas ou contemplativas, visitaç o de atrativos ligados aos patrimônios culturais e naturais, além do consumo de produtos e *souvenirs* disponíveis no comércio local.

Assim,   importante analisar o processo de constitui o da rede hoteleira do litoral cearense, sobretudo, nos anos posteriores   aplica o das políticas de turismo, compreendendo que tais fixos são reflexos das infraestruturas disponibilizadas e das demandas criadas pelos atrativos das localidades turísticas. Sendo assim, será feita análise comparativa das microrregiões litorâneas do estado do Ceará, possibilitando assim compreender os efeitos das a oes implementadas na atra o de hotéis e pousadas, sobretudo, de redes e proprietários internacionais.

O sistema de hospedagens do litoral cearense se configura pela presença de tipologias que vão desde os *resorts* de bandeiras internacionais, até albergues e hospedagens familiares. Tal diversidade se constitui pela variedade de interesses e

---

ligado ao isolamento do turista em rela o ao entorno, fornecendo diversos serviços para manter o visitante no interior da hospedagem.

das condições econômicas e culturais dos turistas que visitam o estado. Além disso, há hospedagens voltadas ao atendimento de determinados públicos, oferecendo serviços e produtos que interessam a um nicho específico de usuários.

Exemplo disto são as pousadas que buscam atrair praticantes de *kite surf* e hotéis voltados ao atendimento da demanda *Gay Friendly*<sup>43</sup>, enquanto as primeiras oferecem serviços de reparos e aluguel de equipamentos para prática do referido esporte, os segundos são voltados para receber de forma adequada hóspedes LGBTT que suscitaram, nos últimos anos, a criação de inúmeros serviços voltados para este público. Para análise quantitativa, a tabela 8 mostra a evolução dos números de hospedagens por município litorâneo entre os anos de 2002 e 2012.

Tabela 8 - Evolução temporal dos estabelecimentos de hospedagem nos municípios litorâneos do Ceará.

Estabelecimentos de hospedagem no litoral Cearense							
Município	2002	2004	2006	2008	2010	2012	Total (2012)
Icapuí	12	16	21	25	25	25	186
Aracati	52	53	58	90	84	84	
Fortim	8	8	7	6	7	7	
Beberibe	18	25	25	35	30	30	
Cascavel	19	19	18	11	8	8	
Aquiraz	25	26	30	36	32	32	
Fortaleza*	0	222	215	208	199	207	
Caucaia*	0	34	35	32	39	39	159
São Gonçalo do A.	28	28	30	30	31	31	
Paracuru	15	15	16	16	21	21	
Paraipaba	15	15	12	10	16	16	
Trairi	37	36	38	36	36	36	
Itapipoca	9	9	14	17	16	16	
Amontada	4	4	7	11	12	12	152
Itarema	7	7	6	8	7	7	
Acaraú	4	5	6	5	7	7	
Cruz	7	9	9	19	17	17	
J. de Jericoacoara	56	71	73	82	86	86	
Camocim	14	18	18	16	18	18	
Barroquinha	7	6	6	5	5	5	

Fonte: IPECE (2002-2013). Elaboração: Castro (2015). \*Dados não disponíveis para o ano de 2002.

A tabela acima oferece importantes contribuições sobre o sistema de hospedagens presente nos municípios litorâneos cearenses, apesar da ausência de levantamentos dos dados em anos anteriores. Ainda é importante verificar que os dados apresentados são importantes para compreender o rebatimento das políticas

<sup>43</sup> Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), no Relatório Global do Turismo LGBT - Global Report on LGBT Tourism(OMT, 2012), cerca de 10% do fluxo turístico mundial corresponde ao turismo LGBT, que representa 15% dos gastos no setor. Ainda, este segmento turístico cresce cerca de 20% ao ano, onde os consumidores se caracterizam pelo alto poder aquisitivo.

de turismo na espacialização do setor hoteleiro, sobretudo, a partir da aplicação dos recursos da primeira fase do PRODETUR-NE. Mas tal análise, também, deve perpassar pela avaliação do número de leitos presentes nos empreendimentos hoteleiros em questão, capazes de identificar os grandes empreendimentos no litoral cearense.

Denota-se, de início, a importância de Fortaleza como metrópole concentradora dos fluxos turísticos destinados ao estado, sendo estes passíveis de serem distribuídos para os outros municípios litorâneos através da malha rodoviária criada pelas políticas de turismo, caso da CE-085, no Litoral Oeste e Extremo Litoral Oeste e da CE-040 no Litoral Leste do estado. O número de estabelecimentos de hospedagem presente na Capital (207) destoa dos totais alcançados por qualquer uma das microrregiões litorâneas cearenses.

Em relação aos números municipais, os municípios metropolitanos de Caucaia, Aquiraz e São Gonçalo do Amarante têm números que variam entre 20 e 40 estabelecimentos de hospedagem, destoando da Capital, entre os anos de 2002 e 2012. Mas tal característica, no caso de Aquiraz, se deve ao tamanho dos empreendimentos alocados neste município, citado por Sampaio (2009) como o território dos *resorts* no estado do Ceará, notadamente concentrados na localidade do Porto das Dunas. Tal autora denota que (SAMPAIO, 2009, p. 89-90):

Aquiraz possui o segundo maior parque hoteleiro do Ceará e o Porto das Dunas mais uma vez se destaca, comprovando seu poder no setor turístico da região, pois de 2.500 leitos do município, 1.200 estão no Porto das Dunas (Secretaria Municipal de Turismo). Sua expressividade também é comprovada pela representação de empreendimentos filiados à Associação de Empreendimentos Turísticos de Aquiraz – AETA. Conforme dados da associação, de dezesseis associados, oito são do Porto das Dunas.

Caucaia segue esta lógica, sobretudo, nas localidades de Tabuba e Cumbuco, onde há crescimento da instalação de empreendimentos turísticos de maior porte, normalmente associados à demanda imobiliária de alto padrão, com investimentos possibilitados através de negócios entre investidores nacionais e internacionais.

Tal processo de instalação destes *resorts*, segundo Araújo (2012), se deve a favorável estrutura fundiária baseada em parcelamentos de terra, à vinculação do veraneio ao turismo internacional e à disponibilidade de grandes glebas de terras desocupadas durante as décadas de 1970 e 1980. A estes fatores

pode ser adicionada a proximidade dos serviços disponíveis na metrópole, caso do aeroporto, serviços de saúde, aluguel de veículos e outras comodidades presentes no contexto metropolitano.

Já São Gonçalo do Amarante tem a localidade de Taíba como principal espaço turistificado do município, onde se localizam maior parte das hospedagens, representadas por hotéis horizontais e pousadas. Enquanto a localidade de Pecém se constitui em vila de pescadores apropriada por atividades ligadas à dinâmica do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), notadamente serviços de alimentação, poucas hospedagens, casas para locação e comércio.

Cascavel, como município integrante da RMF, tem o menor número de hospedagens dentre os municípios metropolitanos (8), caindo mais de 50% entre 2002 e 2012. Esta dinâmica caracteriza processo de constituição da localidade de Caponga em área de residências fixas, havendo considerável queda nos números de estabelecimentos hoteleiros, agora mais restritos às localidades costeiras de Águas Belas e Barra Nova. Tal processo é citado por Araújo (2013) ao analisar as características dos "espaços secundários" do turismo cearense.

Em 2002, Aracati e Jijoca de Jericoacoara já destoam do conjunto de municípios litorâneos cearenses, obtendo totais de 52 e 56 hospedagens, respectivamente, sobretudo, nas famosas localidades litorâneas. Tal processo, já explanado anteriormente, configurou, até o ano de 2012, total de 84 estabelecimentos de hospedagem em Aracati e 86 estabelecimentos em Jijoca de Jericoacoara. As redes de hospedagem destes dois municípios se caracterizam pelo perfil horizontal das construções, normalmente com dois andares. Ainda, cabe ressaltar a importante densidade de hospedagens nas principais localidades costeiras dos dois municípios, caso de Canoa Quebrada e Jericoacoara, constituídas por hotéis, pousadas e albergues (LIMA; SILVA, 2004).

Além destes, também são importantes os números de hospedagens existentes nos municípios de Trairi e Beberibe. Enquanto o município do Litoral Oeste investe desde a década de 1980 nos acessos às quatro localidades litorâneas, possibilitando a ocupação destas por pousadas de pequeno e médio porte, Beberibe tem a seu favor a já citada divulgação das falésias e fontes de água por novelas e *reality shows* (CORIOLANO, 2002; 2009).

Em relação às microrregiões, o Litoral Leste se destaca pelo considerável número de hospedagens (186 em 2012), possuindo em Aracati, Aquiraz, Beberibe e Icapui os maiores quantitativos. Em seguida, o Litoral Oeste, com 159 estabelecimentos, tem em Caucaia, Trairi e São Gonçalo do Amarante os principais números de hospedagens desta microrregião, que mesmo com as aplicações das políticas de turismo, não chega a se distanciar do quantitativo presente no Extremo Litoral Oeste (152), favorecido pelo município de Jijoca de Jericoacoara.

Vale lembrar que no ano de 2002, quando era finalizada a aplicação de recursos do PRODETUR-NE I, os números revelam menores diferenças entre as microrregiões do Litoral Leste e do Litoral Oeste. Enquanto o primeiro possuía 134 estabelecimentos hoteleiros, o segundo sediava, sem os dados do município de Caucaia, 104 estabelecimentos de hospedagem. É possível que, se Caucaia seguir a lógica de Aquiraz e São Gonçalo do Amarante, haja pouquíssima ou nenhuma diferença entre as quantidades de hospedagens das microrregiões em questão.

Dentre os municípios estudados, Paracuru, Paraipaba e Itapipoca ficam aquém do total alcançado por Trairi, por exemplo. Tal dinâmica denota que apesar da condição metropolitana e da proximidade da Capital serem fatores importantes para a alocação de estabelecimentos hoteleiros, o que suscita a alocação destes são as demandas pelos atrativos das localidades, como já verificado nos casos de Caucaia, Aquiraz, Aracati, Jijoca de Jericoacoara, Beberibe e Trairi.

É importante denotar relação existente entre as formas de comercialização de estadias, através de pacotes de viagem, *sites* especializados e a alocação dos empreendimentos hoteleiros junto aos produtos comercializáveis, como verificado no tópico anterior. Não é coincidência a presença dos mesmos municípios como principais receptores de investimentos turísticos no litoral cearense, posto estes concentrarem os maiores fluxos desde as décadas de 1970.

Assim, há claras interligações entre os diversos setores da cadeia produtiva do turismo, pelas quais circulam informações sobre tendências e possibilidades do mercado em tela. Mas a análise sobre a rede de hospedagens não se esgota somente através do quantitativo de estabelecimentos hoteleiros, sendo necessário levantamento relativo ao número de leitos, dado capaz de demonstrar o

crescimento da demanda e o porte dos empreendimentos alocados por município em questão. Tal dado é apresentado na tabela 9.

Tabela 9 - Evolução dos números de leitos para hospedagem nos municípios litorâneos do Ceará.

Número de leitos para hospedagem no litoral Cearense							
Município	2002	2004	2006	2008	2010	2012	Total (2012)
Icapuí	296	362	418	530	536	536	11.007
Aracati	1.728	1.955	2.479	3.267	3.001	3.001	
Fortim	146	146	168	150	201	201	
Beberibe	1.750	2.398	2.435	3.367	3.283	3.283	
Cascavel	836	876	899	479	483	483	
Aquiraz	2.423	2.811	3.298	3.703	3.503	3.503	
Fortaleza*	-	24.315	24.964	25.191	26.988	25.841	
Caucaia*	-	2.163	1.979	2.208	3.554	3.554	7.767
São Gonçalo do A.	829	871	952	943	1.091	1.091	
Paracuru	443	374	440	462	607	607	
Paraipaba	384	434	503	407	544	544	
Trairi	1.698	1.033	1.123	1.093	1.211	1.211	
Itapipoca	325	388	620	786	760	760	
Amontada	179	179	217	267	305	305	
Itarema	90	90	99	166	178	178	5.416
Acaraú	113	155	173	161	285	285	
Cruz	170	302	280	436	462	462	
J. de Jericoacoara	1.687	2.373	2.611	2.931	3.202	3.202	
Camocim	812	935	917	759	921	921	
Barroquinha	70	69	75	63	63	63	

Fonte: IPECE (2002-2013). Elaboração: Castro (2016). \*Dados não disponíveis para o ano de 2002.

Ao realizar análise comparativa dos números de leitos por município e por microrregião turística, tem-se outro quadro sobre o setor hoteleiro cearense. Fortaleza permanece muito acima de qualquer uma das microrregiões litorâneas do estado, não só pelo número de estabelecimentos de hospedagem presentes na Capital (207 em 2012), mas pelo grande número de leitos, possibilitados pela verticalização presente na orla e noutros espaços da metrópole.

Ao contrário do demonstrado pelos números de estabelecimentos, Aquiraz (3.503) e Caucaia (3.554) possuem os maiores quantitativos de leitos de hospedagem dentre os municípios litorâneos cearenses, enfatizando a presença dos grandes empreendimentos hoteleiros e de pousadas de médio porte, constituindo médias de 109 e 91 leitos por estabelecimento, respectivamente.

Em Caucaia são exemplos o Vila Galé, o Kariri *Beach Resort*, o Duro *Beach Hotel* e a Pousada Tropical *Wind*, enquanto em Aquiraz os exemplos são o Carmel Charme *Resort*, o Hotel Dom Pedro Laguna, os quatro *resorts* pertencentes ao complexo *Beach Park* e o *Atlantic Palace Apart Hotel*.

E seguida tem-se Beberibe (3.283), Jijoca de Jericoacoara (3.202) e Aracati (3001), onde o primeiro município se destaca pelas pousadas e hotéis de

grande e médio porte, com média de 109 leitos por empreendimento, enquanto os dois últimos chegam às quantidades de leitos pelo grande número de pousadas e hotéis de médio e pequeno porte, com médias de 37 e 35 leitos por estabelecimento, respectivamente. O caso de Beberibe se constata pela presença de hotéis como o *Coliseum Beach Resort All Inclusive*, o Hotel Parque das Fontes e o Oasis Atlântico Praia das Fontes.

Ainda, têm-se os municípios de Trairi (1.211) e São Gonçalo do Amarante (1.091), que seguem a mesma lógica dos municípios mais próximos da Capital, entre 30 e 40 estabelecimentos de hospedagem, com médias de 33 e 35 leitos por empreendimento hoteleiro, respectivamente.

Novamente tem-se a lógica próxima a estabelecida nos tópicos e capítulos anteriores, com maior importância turística dos municípios litorâneos metropolitanos, com exceção de Cascavel, proeminência de Beberibe, Aracati e Jijoca de Jericoacoara, seguidos de perto por Trairi. Desta forma, ao verificar os processos de descoberta e crescimento dos espaços turistificados no estado do Ceará, verifica-se que de 1980 até 2010, há manutenção dos municípios de maior importância turística do estado, com adição de Trairi após a aplicação do PRODETUR-NE.

Tais análises empreendidas neste capítulo fornecem indícios desta dinâmica, possibilitando, através dos dados coletados, a visualização dos processos correntes após as ações relativas ao planejamento turístico cearense. Portanto, verifica-se o Ceará e a Capital como importantes receptores de fluxos turísticos nacionais e regionais, tais fluxos são promovidos pelos sistemas técnicos introduzidos por meio das políticas de turismo, que suscitam as ações do planejamento do setor privado para operacionalização da atividade turística e comercialização dos destinos cearenses.

Ainda, cabe verificar as características de um dos principais elos da cadeia produtiva do turismo, o setor hoteleiro, revelador da importância adquirida pelos destinos dinamizados nas décadas de 1960 e 1970.

Cabe então analisar um dos principais desdobramentos relativos ao setor privado. Tal processo não foi inicialmente pretendido pelo planejamento turístico no Ceará, sendo incapaz de se encaixar diretamente no escopo de características da

atividade turística, mas suscitando, desde a década de 1970, novos arranjos territoriais e novas relações socioespaciais no litoral do estado, caso da vilegiatura marítima e do crescimento do setor imobiliário turístico.

### **3.3 A vilegiatura marítima: da casa de praia ao imobiliário turístico**

O planejamento privado, além de desdobrar-se na criação de imagens favoráveis aos produtos turísticos, também, trata de operacionalizar a atividade turística, através do agenciamento, do setor hoteleiro e da concepção de uma série de serviços voltados à fidelização dos visitantes. Tais ações não se desdobram de forma desconexa, mas seguem uma lógica de mercado na qual as práticas em crise são modificadas visando maior aproveitamento e apropriação das potencialidades dos locais turísticos.

É inegável que a prática da vilegiatura, materializada no litoral nordestino na segunda metade do século XX, se associa fortemente com a atividade turística, posto as duas práticas se constituírem pela busca do lazer em espaços litorâneos. Ainda, há outras associações entre o turismo e a vilegiatura marítima, como a constituição de fixos necessários para ambas as práticas e a característica da fuga dos aspectos urbanos.

Mas as considerações sobre as diferenciações entre turismo e vilegiatura são mais plausíveis para a análise aqui empreendida, deixando claro que a abordagem realizada não desconsidera a vilegiatura com importante vetor de urbanização litorânea nos municípios estudados, mas tem o turismo como principal foco das considerações.

Como inferido por Coriolano (2006) e Pereira (2014), há particularidades não só nas duas práticas em questão, mas nos sujeitos destas, caso do turista e do vilegiaturista. Como citado anteriormente, enquanto o turista preza pela circulação no local visitado, o vilegiaturista busca a estadia na residência em questão. Outra característica que diferencia estes dois sujeitos são as relações socioespaciais estabelecidas, que mudam consideravelmente entre estes.

O turista pode estabelecer uma relação de consumo e contratação de serviços desde o destino emissor, como pacote turístico ou serviço de transporte aéreo, até o final da estadia no destino receptor, como o serviço de hospedagem e o

consumo da gastronomia local. Desta forma, o vínculo do turista com o local cessa após seu retorno para casa.

Enquanto o vilegiaturista, como denota Pereira (2006), estabelece vínculos mais duradouros com a localidade em questão, através dos serviços necessários à manutenção do imóvel, como segurança e reparos normalmente realizados por moradores do local, a manutenção do serviço de abastecimento de água e energia elétrica, através do pagamento de tributos, a utilização corriqueira do comércio local e as relações sociais estabelecidas junto aos moradores do entorno.

Cabe mais algumas considerações sobre as duas práticas que, longe de esgotar o debate referente a estas, estabelece bases para diferenciação necessária à presente pesquisa. Pereira (2012, p. 74-75), ao analisar a nomenclatura turismo residencial, utilizada como referência à vilegiatura, faz as seguintes considerações:

Ao abordar a segunda residência pelos critérios supracitados, a conclusão (redundante) é de que se trata de um alojamento turístico, posto já especificar o que prepondera (a viagem). Trata-se de uma incoerência. Pelo afirmado, se a posse de um imóvel para a realização de uma estada (sem levar em consideração outros aspectos) para fins de lazer não corresponde a uma condição suficiente na redefinição da atividade turística, porque adjetivá-lo? Se a segunda residência é unicamente um alojamento turístico, porque denominá-lo como uma diferente tipologia de turismo? Por acaso, o turismo ganha classificação específica se o turista se hospeda em um leito de uma pousada ou em um hotel cinco estrelas? Ora, partindo da perspectiva de que o processo em destaque se trata de uma ramificação da atividade turística, a definição da segunda residência não poderia desembocar em outra senão aquela.

Tais questionamentos colocam em cheque o termo do turismo residencial, demonstrando que apesar das poucas características semelhantes, as dinâmicas do turismo e da vilegiatura seguem caminhos diferenciados rumo aos respectivos desenvolvimentos e isto é importante para evitar confusões no momento de análise sobre sucesso ou malogro das políticas de turismo.

A última consideração sobre as duas práticas, realizada por Castro (2015) que, ao concordar que o turismo se constitui pelo não-morar, questiona se o vilegiaturista, morador de um domicílio ocasional, poderia ser considerado um turista convencional.

É fato que o turismo no Ceará principia na década de 1960, tendo a Capital e os paraísos litorâneos de Jericoacoara e Canoa Quebrada como exemplos mais claros das práticas de lazer à beira-mar. Desde este período os desejos de

usufruir da ambiência litorânea passaram a estar fortemente associados às possibilidades de obter uma parcela do litoral, como infere Pereira (2006)<sup>44</sup>.

Assim, por demanda das classes médias e altas da Capital cearense, há gradual constituição dos espaços litorâneos próximos de Fortaleza em áreas de elevado interesse fundiário e imobiliário. O morar na praia, como inferido por Dantas (2010), torna-se moda, suscitando assim busca desenfreada da sociedade fortalezense pela obtenção de terrenos à beira-mar a partir da década de 1970, o que suscita, nas palavras de Pereira (2012, p. 166), a "primeira onda de vilegiatura autóctone" no litoral, posto tal prática estar relacionada aos espaços litorâneos<sup>45</sup>.

Na análise empreendida por Pereira (2012) fica claro que este primeiro momento de instalação de residências secundárias no litoral metropolitano suscitou processo inicial de urbanização litorânea fora dos limites de Fortaleza. As décadas de 1980 e 1990 servem para ratificar tal tendência, quando há expansão da vilegiatura para os outros municípios litorâneos do estado.

Neste período a prática da vilegiatura marítima tem como principal imagem a casa de praia, erguida através da construção individual junto à faixa de praia ou em ruas posteriores, processo favorecido pelo parcelamento do solo empreendido por empresas imobiliárias (PEREIRA, 2012). Citada atividade se expande de tal forma, que alcança todos os municípios litorâneos cearenses, mantendo densidade inversamente proporcional à distância da metrópole (CASTRO, 2015).

Como citado anteriormente, há características comuns à vilegiatura e ao turismo, que trata da fuga dos aspectos urbanos presentes nas grandes cidades. Compreende-se, de acordo com processo descrito por Pereira (2006), que a corrida rumo aos ambientes de praia acaba por provocar uma série de transformações nas dinâmicas socioespaciais da zona costeira cearense.

---

<sup>44</sup> Citado autor, no estudo intitulado *A urbanização vai à praia: vilegiatura marítima e metrópole no Nordeste do Brasil* (PEREIRA, 2014), demonstra o processo de constituição do litoral nordestino em espaço apropriado pelo setor imobiliário associado ao turístico, compreendido, após análise das quatro principais metrópoles nordestinas, como vetor de urbanização e metropolização na região em tela.

<sup>45</sup> Como cita Andrade (2005), ao constatar o processo de fuga das elites do sertão, nos períodos de estiagem, para residências secundárias localizadas nos maciços residuais nordestinos, constituindo assim processo de transumância de famílias e do gado para regiões de clima mais ameno.

Inicialmente, por demanda dos recém-chegados moradores ocasionais, há implantação de infraestruturas básicas para melhoramento do acesso e utilização das localidades, representadas por rodovias, sistemas de distribuição de energia elétrica, abastecimento de água e sistema de esgotamento sanitário, além de pavimentação nas áreas de vilegiatura.

Assim, verifica-se processo de urbanização litorânea, constituído pela inserção gradual, planejada ou não, dos mesmos aspectos urbanos presentes nas grandes cidades. Tais aspectos, nas palavras de Sposito (2008, p. 13, 15-16), são:

[...] ao conjunto de edifícios com diferentes formas de uso, ao arruamento, por onde circulam pessoas e veículos, ao território ocupado, diferentemente, pelos atores sociais e suas atividades econômicas, [...] a natureza e a densidade das infraestruturas (abastecimento de água encanada, vias com e sem pavimentação, redes de iluminação, de telefonia e de coleta de esgoto), os equipamentos de consumo coletivo (escolas, hospitais, parques, praças), os serviços urbanos (coleta de lixo, policiamento, limpeza de vias).

A estes aspectos podem ser adicionados violência, trânsito, poluição, desemprego, etc. Assim, pode-se afirmar, em relação à vilegiatura marítima, que há uma troca temporária do entorno habitual para locais com menores densidades de aspectos urbanos e não fuga da cidade, criticada por Dantas e Pereira (2010).

Ao citar o crescimento e o redimensionamento da vilegiatura marítima como um dos reflexos das políticas de turismo no Ceará, recorre-se novamente ao planejamento turístico no estado. O processo de instalação dos fixos voltados ao turismo foi fundamental para possibilitar o alcance de novas áreas propícias ao morar e ao investir na praia.

Rodovias alocadas ou requalificadas levando aos dois extremos do litoral cearense, sistemas de água e esgoto favorecendo o saneamento, expansão da malha energética conferindo novas possibilidades aos moradores ocasionais, pavimentação das localidades facilitando acesso às áreas de domicílio temporário, além de intervenções urbanísticas de embelezamento das orlas.

Como citado no capítulo anterior, a aplicação de tais recursos voltados ao crescimento da atividade turística suscita o crescimento gradual do número de turistas nacionais e internacionais. Mas também, tem forte impacto na transformação do turista convencional em potencial comprador de lotes de terra ou residências voltadas à moradia ocasional.

Ora, se era o objetivo do planejamento turístico cearense atrair turistas possibilitando maior incorporação de divisas à economia nacional, por que não fidelizar esse turista transformando-o em morador, o qual irá retornar, ao menos, anualmente e consumir na localidade de aquisição do imóvel?

Tal possibilidade foi prontamente pensada pelo setor imobiliário, como cita Pereira (2012). Se nas décadas anteriores a vilegiatura marítima tinha caráter autóctone, pautada na construção individualizada da casa de praia, ao final da década de 1990 esta se redimensiona para atender uma demanda crescente de compradores e investidores nacionais e internacionais, adquirindo caráter alóctone e pautada no empreendimento imobiliário de alto padrão.

Tal redimensionamento se associa à busca dos investidores nacionais e internacionais por áreas propícias a investimentos rentáveis, antecipando a taxa de retorno destes. Ainda, tais investimentos estão fortemente associados às dinâmicas turísticas, através da alocação de estruturas hoteleiras, mas mantendo foco principal no imobiliário, passível de reduzir os efeitos da sazonalidade turística para os investimentos realizados. Quanto a esta dinâmica de entrelaçamento das duas práticas, cita Pereira (2012, p. 168):

Pelos investimentos públicos realizados até então fica evidente o *status* de unanimidade alcançada pela atividade turística. O mercado imobiliário e turístico percebe as diferenças dos fenômenos, assim como, as múltiplas possibilidades de comercializá-lo. O resultado é a presença constante nos discursos, e nas ações, do mercado imobiliário e turístico a motivação não somente direcionada ao consumo de serviços, mas o próprio consumo do território, representado pela aquisição de uma parcela deste, ou seja, de um domicílio de uso ocasional.

Citado interesse crescente pela zona costeira como espaço oportuno a investimentos de acelerado retorno suscita processo de atrelamento entre o capital internacional, sobretudo, proveniente dos países ibéricos e escandinavos, e proprietários e especuladores fundiários. Tal fato é notável em diversos municípios do litoral cearense, mas, sobretudo, na RMF, onde se verifica maior densidade e ocorrência desses tipos de empreendimentos.

Tal processo suscita a inserção de tipologias características do imobiliário turístico no litoral cearense e nordestino, algumas formadas por associações entre tipologias turísticas e tipologias imobiliárias. Dentre as citadas por Silva (2013) e Pereira (2012), estão os *condoresorts*, os condo-hotéis, os complexos turísticos residenciais e os condomínios residenciais, as quais serão detalhadas a seguir.

Os condomínios residenciais se limitam à moradia, ocasional ou permanente, de padrão elevado e opções adicionais de lazer associadas ao litoral. Exemplo desta tipologia é o *Taíba Beach Resort*, em São Gonçalo do Amarante. Proveniente de capital norueguês, se constitui em unidades verticais e horizontais unifamiliares e multifamiliares de elevado padrão de sofisticação, nas quais residem moradores ocasionais e permanentes.

Algumas das unidades habitacionais do empreendimento têm funções de obtenção de renda por meio da locação. Citado condomínio residencial possui área de lazer coletiva, com piscina, *deck*, *pool bar*, quadra, salão de eventos e portaria de acesso à praia. A área interior do empreendimento é apresentada na figura 3.

Figura 3 - Área central de lazer do *Taíba Beach Resort*, em São Gonçalo do Amarante.



Fonte: Castro (2015).

Os *condoresorts* seguem a mesma lógica, voltada à moradia, mas com disponibilidade de uma série de serviços semelhantes aos prestados nos *resorts* hoteleiros, como: alimentação, áreas diversificadas de lazer, *spa*, *fitness center*, lojas de conveniência, lavanderia, etc. Exemplo desses é o condomínio residencial *Wai Wai Residence*, na localidade de Cumbuco, em Caucaia.

Proveniente de acordo entre o grupo espanhol de investidores INGECONSER e a incorporadora nacional Magis, citado empreendimento é

constituído de apartamentos de alto padrão, com ampla área de lazer central, acesso à praia e estacionamento subterrâneo. Em visita realizada, foram coletadas informações sobre a chegada de moradores permanentes e ocasionais, além da compra de unidades habitacionais para investimento.

Este *condoresort* possui, em seu projeto, posto estar nas últimas fases das obras, extensa área de piscinas, quadras, campos de futebol, lojas, restaurante e outros serviços voltados ao lazer e comodidades do morador. Ainda em obras, as unidades do empreendimento têm valores que variam entre R\$ 600 mil e R\$ 1,5 milhão. A figura 4 demonstra a área central do empreendimento.

Figura 4 - Área central do condomínio *Wai Wai Residence*, em Cumbuco.



Fonte: Castro (2015).

A tipologia dos condo-hotéis é um pouco mais complexa de ser definida, posto se constituir de um sistema de hospedagem onde os donos das unidades habitacionais não são os administradores do hotel, mas sim, investidores que adquirem estas unidades, se assemelhando aos *flats* e *apart* hotéis. Desta forma, a empresa administradora do empreendimento faz o repasse anual dos lucros aos respectivos proprietários das unidades, a exemplo do que se planeja para o VG Sun Cumbuco<sup>46</sup>.

---

<sup>46</sup> Empreendimento pertencente ao consórcio DVG (Construtora Diagonal – Grupo Vila Galé), associação de capital português com incorporadora nacional, voltado a investimentos no setor

Situado ao lado do hotel *all inclusive*<sup>47</sup> Vila Galé, este empreendimento terá como modalidade de uso a moradia, permanente ou ocasional e o sistema de *pool* hoteleiro, no qual as unidades desocupadas serão disponibilizadas para hospedagem, como explicado acima. A figura 5 mostra o VG Sun, ainda em obras.

Figura 5 - Via de acesso ao VG Sun e ao Vila Galé, em Cumbuco.



Fonte: Castro (2015).

Já os complexos turísticos residências se constituem no misto de hotel e condomínio residencial, nos quais há áreas comuns de lazer disponíveis a turistas e vilegiaturistas, possibilitando atração de diferentes públicos e dispondo de atrações importantes, como praia e golfe (SILVA, 2013).

A ideia de complexo compreende que os visitantes e moradores possam ter acesso às diversas áreas comuns. Este é o caso do Complexo Aquiraz Riviera, empreendimento proveniente de negociações entre o Banco Privado Português, o proprietário fundiário cearense Ivens de Sá Dias Branco e as construtoras Mota Machado e Manhattan, componentes do Ceará *Investment Fund*, que apresenta o hotel Dom Pedro Laguna, o condo-hotel Riviera *Beach Place Resort* e os

---

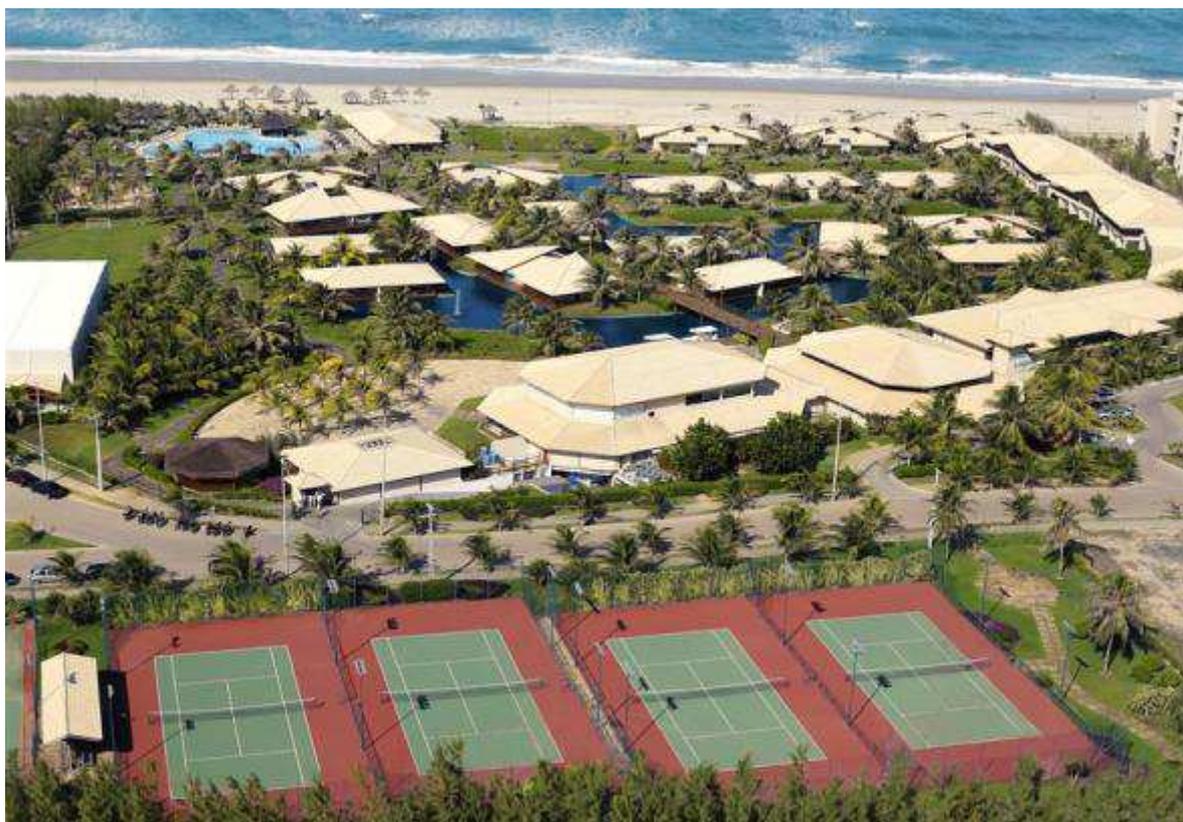
imobiliário turístico. Citada construtora foi responsável pela edificação do hotel Vila Galé, segundo informações colhidas em visita ao hotel.

<sup>47</sup> O sistema *all inclusive* consiste no pagamento de taxa de diária que fornece acesso a uma série de serviços, como a hospedagem, refeições diárias, bebidas alcoólicas ou não, spa, lanches adicionais, utilização das áreas de lazer, *buffets*, etc.

condomínios residenciais Porto Fino e *Manhattan Beach* Riviera, além dos lotes residenciais pertencentes no interior do complexo.

Tal complexo pode ser considerado um dos principais exemplos da capacidade de adaptação do setor imobiliário turístico no nordeste brasileiro, possuindo parte de cada uma das tipologias aqui abordadas e associadas a uma tipologia de empreendimento turístico. A figura 6 ilustra parte do complexo.

Figura 6 - Hotel Dom Pedro Laguna, ao lado do condo-hotel Riviera *Beach Place Resort*, pertencentes aos Aquiraz Riviera.



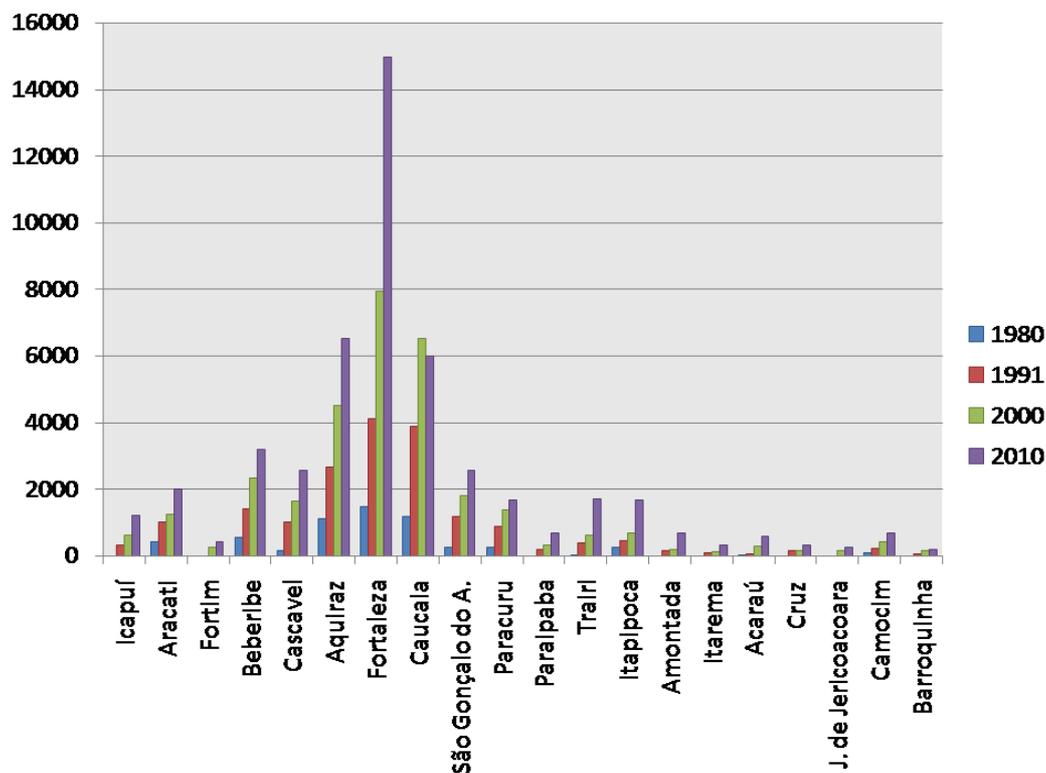
Fonte: Dom Pedro Laguna (2015).

Tais transformações empreendidas nas últimas décadas suscitam não só a espacialização da vilegiatura marítima para os municípios mais distantes da metrópole, mas, também, corrobora para consideráveis mudanças nesta prática, possibilitando uma gama de associações entre as novas tipologias, a casa de praia tradicional e o setor hoteleiro. Desta forma, o processo de urbanização litorânea cearense se constitui através de processos de territorialização realizados pelas diversas práticas marítimas modernas.

Assim, é importante compreender a evolução espaço-temporal da prática no litoral cearense, suas características em cada parcela da zona costeira, os

reflexos quantitativos após a aplicação das políticas de turismo e o alcance de cada uma das tipologias nos diferentes contextos do litoral cearense. O gráfico 5 expõe o processo de espacialização da vilegiatura marítima no Ceará.

Gráfico 5 - Evolução espaço-temporal do total de Domicílios de Uso Ocasional (DUO) por município litorâneo cearense.



Fonte: IBGE, 1980; 1991; 2000; 2010. Elaboração: CASTRO, 2015.

Cita Castro (2015, p. 198) que "indubitavelmente, a vilegiatura no litoral cearense alcançou patamar superior ao obtido pelo turismo, com proeminência nas diversas escalas de atuação do mercado imobiliário. Também vale ressaltar características da espacialização destas práticas no litoral cearense".

Analisando o gráfico, pode-se conceber que tal afirmação condiz com a realidade, posto que, ao menos, desde a década de 1970, 11 dos 19 municípios litorâneos, com exceção da metrópole fortalezense, possuíam Domicílios de Uso Ocasional (DUO), com proeminência nos municípios metropolitanos de Caucaia (1192) e Aquiraz (1128)<sup>48</sup>.

<sup>48</sup> Tal dinâmica de transformação do litoral destes municípios em áreas de vilegiatura foi analisada por Pereira (2006; 2012), inferindo sobre a periurbanização com finalidade de lazer para a população da capital.

Ainda considerando o Censo de 1980, constata-se que além dos municípios litorâneos limítrofes à Capital, notadamente os metropolitanos, são notáveis os números de DUO em Beberibe (555) e Aracati (435), notadamente pelas dinâmicas de formação de seus paraísos litorâneos, suscitando a aquisição de segundas residências nas famosas praias de Canoa Quebrada e Morro Branco, como já citado nos capítulos anteriores.

Nas décadas seguintes, 1980 e 1990, há espacialização para o restante dos municípios, havendo características importantes sobre esta dinâmica. Há crescimento vertiginoso do número de DUO não só nos municípios metropolitanos, mas, também, nos municípios litorâneos próximos à RMF e em Aracati.

Neste período há considerável crescimento nos municípios de Cascavel (178 em 1980 para 1018 em 1991, crescendo 478%), São Gonçalo do Amarante (256 em 1980 para 1197 em 1991, crescendo 368%), Paracuru (260 em 1980 para 906 em 1991, crescendo 248%), Beberibe (555 em 1980 para 1416 em 1991, crescendo 155%), Aracati (435 em 1980 para 1008 em 1991, crescendo 132%). Já os municípios de Aquiraz e Caucaia crescem 136% e 225%, respectivamente.

Tais dinâmicas são explicitadas pelos processos socioespaciais que se constituem no litoral destes municípios e pelos contextos em que se incluem. Notadamente a dinâmica metropolitana e a proximidade em relação à Capital favorecem a busca por Caucaia, Aquiraz, São Gonçalo do A. e Cascavel.

Os municípios de Beberibe e Aracati seguem a lógica do período anterior, enquanto Paracuru recebe em 1977 a plataforma de exploração petrolífera da Petrobrás<sup>49</sup>, vizinha à sede municipal, o que configura processo de crescimento econômico e ocupação proporcionados pela proximidade dos serviços urbanos.

No Censo do IBGE de 1991, os únicos municípios que não possuem DUO contabilizados são Fortim e Jijoca de Jericoacoara, tal fato se deve ao processo de emancipação destes junto aos municípios aos quais pertenciam. O distrito de Fortim foi emancipado do município de Aracati, no ano de 1992, enquanto o distrito de Jijoca foi emancipado do município de Cruz, no ano de 1991. Portanto é possível

---

<sup>49</sup> Segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP, Sumário Executivo do Campo de Xaréu, 2013), o Campo Petrolífero de Xaréu foi descoberto em 05 de fevereiro de 1977, e inicia produção em 1981, com auge em 1984. Também conta com área de operações junto à APA das dunas de Paracuru e cais para atracação de embarcações envolvidas no processo.

que o território destes municípios já possuísse presença de DUO nos anos anteriores, sobretudo, no caso de Jijoca de Jericoacoara.

No período entre 1990 e 2000, há crescimento gradual verificado em todos os municípios, com queda verificada em Cruz (-2%), após emancipação de Jijoca. As maiores taxas de crescimento são verificadas nos municípios mais distantes da Capital, caso de Icapuí (98%) no Litoral Leste, Acaraú (289%), Camocim (104%) e Barroquinha (109%), os três localizados no Extremo Litoral Oeste.

Citados municípios, além de possuírem grande disponibilidade de recursos fundiários com menor especulação, o que suscitou as ocupações anteriores no litoral próximo a Fortaleza, também, se relacionam com as dinâmicas dos estados vizinhos.

Notadamente o Piauí, a região de Parnaíba-PI e Luís Correia-PI não pode suprir a demanda proveniente de Teresina-PI, a qual se destina aos municípios próximos de Jericoacoara<sup>50</sup> e Rio Grande do Norte, pela demanda do entorno de Mossoró-RN, que não pode ser atendida no litoral próximo, pela produção salineira de Grossos-RN, Areia Branca-RN, Açú-RN e Macau-RN.

A partir do Censo de 2000, todos os municípios litorâneos do Ceará contam com a presença de DUO. Nos dados referentes aos levantamentos realizados na década de 1990, Caucaia é o município litorâneo que mais se aproxima do número de segundas residências alcançado por Fortaleza, quantitativo este que verifica queda na década seguinte.

Tal fato se deve a processo abordado por Pereira (2012) de transformação da segunda residência em domicílio permanente, no caso das localidades de Icaraí e Pacheco, ou mesmo em outras localidades consideradas turísticas, caso de Tabuba e Cumbuco.

Ainda nos processos verificados no período entre 2000 e 2010, apenas os municípios inclusos na região entre Paraipaba e Cruz, todos no Litoral Oeste do estado, verificam taxas de crescimento superiores a 100% no número de domicílios

---

<sup>50</sup> Lenilton Francisco de Assis (2012), em sua tese de doutoramento, ressalta processo de chegada dos visitantes piauienses a Camocim, a proximidade de Jericoacoara e a inserção destes na Rota das Emoções.

de uso ocasional. Exceção é o município de Jericoacoara, que mesmo após emancipação não constata grande crescimento no número de residências secundárias (de 174 em 2000 para 251 em 2010). Tal característica se justifica pela criação, em 2002, do Parque Nacional de Jericoacoara<sup>51</sup>, limitando a expansão imobiliária na zona costeira do município.

Esta evolução verificada no Litoral Oeste está intimamente ligada às infraestruturas alocadas pelas políticas de turismo junto ao polo Costa do Sol Poente, notadamente a malha rodoviária, os sistemas de abastecimento de água e esgoto, e as ações de urbanismo aplicadas às localidades costeiras. Destes municípios, Trairi (627 em 2000 para 1699 em 2010, com crescimento de 171%) e Itaipoca (de 703 para 1686 no mesmo período, crescendo 140%).

Em Trairi, verifica-se a inserção de loteamentos e tipologias do imobiliário turístico nas localidades de Flecheiras e Guajiru, suscitados pela disponibilidade de terras nas proximidades destas e pelas obras realizadas através do PRODETUR-NE. Já Itaipoca, verifica crescimento atrelado à zona costeira e à economia do município, suscitado pela atividade industrial na sede. Desta forma multiplicaram-se, no período em questão, parcelamentos do solo urbano, unidades individuais próximas à localidade de Baleia e junto à Serra da Uruburetama.

Paraipaba, apesar do crescimento verificado (117%), não alcança metade do número de DUO dos dois municípios anteriores (683 em 2010), situação que tende a ser modificada pela implantação do loteamento residencial Aldeias da Lagoinha, iniciada em 2014, pela Marbello Prasa Empreendimentos Turísticos<sup>52</sup> e comercializado pela Luciano Cavalcante Imóveis.

Citado empreendimento terá sete fases, com a primeira já em conclusão, nomeada de Aldeia dos Coqueirais, a qual possui 65 lotes voltados à ocupação residencial, além de 4 glebas em frente à praia para instalação de empreendimentos turísticos ou imobiliários. Desta forma, é esperado que o número de segundas residências neste município cresça consideravelmente nos próximos anos.

---

<sup>51</sup> Maiores informações, consultar o *site* do Instituto Chico Mendes de Bioconservação (ICMBio), no *link*: <http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/visitacao/unidades-abertas-a-visitacao/190-parque-nacional-de-gericoacoara.html>

<sup>52</sup> Em rápida pesquisa realizada na *web*, pode ser verificado que citada corporação trata-se de empresa de capital aberto composta por grupo de incorporadores imobiliários brasileiros, incluindo o empresário Luciano Cavalcante, e uma construtora espanhola.

Compreende-se que no período em análise, os municípios de Caucaia (6010) e Aquiraz (6534) seguem a frente do restante dos municípios costeiros, representando um total de 37,5% dos DUO presentes nos municípios litorâneos. Ao analisar o contexto metropolitano, no Censo de 2010, os quatro municípios sediam 52,9% do número de DUO nos municípios costeiros cearenses.

Ainda, os dados do Censo de 2010 possibilitam a compreensão da relevância dos municípios em questão na atração de domicílios de uso ocasional, trazendo, além dos dois já citados, os municípios de Beberibe (3211), Cascavel (2574), São Gonçalo (2566), Aracati (2026), Trairi (1699), Paracuru (1694), Itapipoca (1686) e Icapuí (1208).

Assim, é correta a afirmação de que a vilegiatura marítima conseguiu englobar maior número de municípios costeiros às dinâmicas do capital imobiliário. Mas tal processo não se dá nos mesmos moldes por todo o litoral cearense, existem particularidades concernentes a cada uma das microrregiões em questão.

Como inferido anteriormente, a inserção das tipologias do imobiliário turístico no estado se tornou efetiva na RMF, pela proximidade da metrópole, como ponto receptor do vilegiaturista estrangeiro, através do aeroporto. Nota-se assim que estas tipologias, em sua concepção, estão voltadas para o vilegiaturista alóctone, sobretudo proveniente de outros países.

À medida que aumenta a distância da Capital, há menor ocorrência destes empreendimentos. Enquanto Caucaia e Aquiraz concentram diversas tipologias, os municípios de São Gonçalo do Amarante e Cascavel recebem números menores destes, na grande maioria voltados especificamente à vilegiatura.

Nos municípios não-metropolitanos, estas tipologias do imobiliário turístico são mais escassas, se constituindo em maioria de pequenos condomínios residenciais, loteamentos distantes das zonas de praia e residências avulsas, estes voltados para público local de menor poder aquisitivo. É fato que os investidores ligados ao setor imobiliário turístico, sobretudo, os internacionais têm motivos de sobra para procurar o litoral nordestino. Fonseca (2007, p. 228-229) cita os seguintes fatores na atração de empreendimentos para o Rio Grande do Norte:

O papel institucional – não podemos entender o surgimento e a expansão do turismo no espaço potiguar se não mencionarmos o papel fundamental exercido pelo poder público estadual, através da implementação de políticas públicas de turismo que viabilizaram a implantação de infra-estrutura, promoveram a divulgação do destino e estimularam os vôos charters para atrair turistas internacionais [...].

Os recursos ambientais – juntamente com o papel institucional a disponibilidade de recursos ambientais em bom estado de conservação pelo fato de não terem sido alvo de atividades produtivas degradadoras anteriormente, constituem outro importante fator locacional que explica o desenvolvimento do turismo. A existência de sol e as elevadas temperaturas em grande parte do ano constituem aspectos fundamentais para o desenvolvimento do turismo baseado no binômio sol-mar [...].

Disponibilidade e preço da terra – a existência de terras disponíveis e o baixo custo da renda fundiária em relação ao mercado europeu explicam os investimentos internacionais que estão ocorrendo ao longo do litoral oriental potiguar [...].

A distância – a relativa proximidade com o continente europeu permite que os vôos para Natal não sejam muito longos, facilitando a escolha dessa destinação. Esse fator é valorizado na medida em que existe uma política de captação de vôos charters, conforme mencionamos acima [...].

As condições sociais – no contexto atual, quando os problemas de insegurança, terrorismo e criminalidade assombram as pessoas, o fator segurança, cada vez mais, constitui-se num importante fator de atração para os investidores, especialmente quando estes atuam na atividade turística [...].

Mas isso não significa dizer que toda a produção do setor imobiliário turístico no país tenha sido consumida pelo vilegiaturista alóctone. Sobretudo pela queda nas vendas causada pela crise econômica internacional de 2008. Tal fato faz com que o mercado imobiliário direcione as unidades habitacionais restantes para as classes mais abastadas locais, como dito por Pereira (2012).

Os representantes desta parcela do mercado imobiliário contam com diversos incentivos estatais, sobretudo, voltados à regulação da economia nacional frente aos efeitos da crise. Claramente, a expansão das linhas de crédito nos diversos elos do mercado financeiro possibilitou a aquisição destes imóveis para o morar ocasionalmente ou permanentemente, para investimento especulativo e para a obtenção de renda através da locação. Assim, há recorrência de clientes pertencentes não só às elites locais, mas, também, de diversas partes do país, sobretudo, das regiões Sudeste e Sul.

Porém, esta situação não tardou a ser modificada, posto que, a partir de 2014, o país é atingido pela volatilidade do mercado financeiro internacional. Os riscos dos investimentos no país crescem, ao passo que, nos anos anteriores, sob advento de maior intervenção estatal na economia e gastos bilionários para

realização da Copa do Mundo de 2014 acabaram por configurar cenário econômico propício a processos inflacionários e queda do Produto Interno Bruto (PIB), reduzindo assim o consumo, os investimentos internacionais e mesmo nacionais.

Pode-se constatar, no litoral cearense, que os reflexos da crise internacional conformaram desde processos de abandono de empreendimentos com obras em curso, até interrupções de obras, a espera de melhores condições econômicas nacionais, posto os investidores internacionais estarem expostos às variações do mercado financeiro na Europa desde 2008.

Exemplo do primeiro caso é o que aconteceu com o empreendimento *Lagoinha Suites Resort*, localizado no litoral de Paraipaba. Citado empreendimento, composto por hotel vertical de 9 pavimentos, 43 unidades unifamiliares e 32 chalés com 188 unidades habitacionais, foi embargado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA) em 2007, recebendo autorização para continuação da mesma em 2011, através do Tribunal Regional Federal (MELO, 2013). Mesmo com a permissão para conclusão da obra, os investidores portugueses não retomaram as obras da mesma<sup>53</sup>. As figuras 7 e 8 demonstram o atual estado das obras.

Figura 7 - Situação atual da área residencial do *Lagoinha Suites Resort*.



Fonte: Castro (2015).

---

<sup>53</sup> O processo de abandono e de falência de empreendimentos turísticos e imobiliários será abordado no capítulo 5, como forma de avaliar criticamente estas dinâmicas.

Figura 8 - Situação atual do hotel pertencente ao Lagoinha *Suites Resort*.



Fonte: Castro (2015).

Já no segundo caso é exemplo, a segunda fase do *Wai Wai Residence*, na localidade de Cumbuco. Em informações apuradas junto à administração da obra, há segunda fase prevista para o terreno a oeste do empreendimento, que somente irá iniciar após redução dos impactos da crise nas taxas inflacionárias.

Destarte, a análise direcionar-se-á, nos próximos capítulos, às dinâmicas específicas do recorte espacial, os seis municípios do Litoral Oeste, as mudanças específicas suscitadas pelas políticas de turismo, as transformações nas realidades locais, o processo de inserção dos seis municípios nas diferentes escalas do mercado turístico, além da avaliação dos processos de criação de emprego e renda, conflitos territoriais e possibilidades de valorização das culturas locais.

# 4

## A PRIMEIRA FASE DA COSTA DO SOL POENTE DO CEARÁ

A primeira fase da Costa do Sol Poente do Ceará é composta por seis municípios do litoral oeste do estado, casos de Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paraipaba, Trairi e Itapipoca. Destes, os cinco primeiros compõem a atual Região Metropolitana de Fortaleza, da qual apenas Itapipoca não participa.

Enquanto Caucaia faz parte da RMF desde sua instituição, no ano 1973, São Gonçalo do Amarante passa a incorporar a Região Metropolitana no ano de 1999. O município Caucaia é incluído devido à importância adquirida através da instalação de segundas residências e da crescente importância turística para o estado do Ceará, como ressaltado por Pereira (2012).

São Gonçalo do Amarante tem no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) mote para inclusão na RMF, posto citado equipamento suscitar, desde meados da década de 1990, completa transformação na infraestrutura e nas dinâmicas socioespaciais do município.

Já os municípios de Paracuru, Paraipaba e Trairi são incorporados em 2014<sup>54</sup>, sob a julgo de maior participação nos recursos distribuídos entre os municípios metropolitanos (ALCE, 2014). Além disso, cabe ressaltar o encurtamento das distâncias entre estes municípios e a metrópole, proporcionada pelas obras relativas às políticas de turismo, notadamente o PRODETUR-NE e o ProinfTur.

Tais medidas foram responsáveis pela criação de espaço fluido, através da alocação da rodovia Estruturante (CE-085), o que, conforme Santos e Silveira (2011, p. 237), significa a criação de "condições para maior circulação dos homens, dos produtos, das mercadorias, do dinheiro, da informação, das ordens, etc". Ainda, mencionados autores denotam características da formação destes espaços (SANTOS; SILVEIRA, 2011, p. 237):

Nos países de maior extensão territorial e que também são países com grandes disparidades regionais e de renda, o processo de criação é seletivo e não igualitário. As regiões onde se situam produções destinadas à

---

<sup>54</sup> Além destes três municípios litorâneos, o município de São Luis do Curu, ao sul de São Gonçalo do Amarante, também foi incorporado à dinâmica metropolitana.

exportação e ao comércio distante têm prioridade nesse equipamento, criando-se no território áreas com maior densidade viária e infoviária a serviço de um dos aspectos da economia nacional. A densidade viária e infoviária não tem, pois, relação direta com o tamanho e a densidade da população, nem com a antiguidade do povoamento, nem com as urgências das sociedades locais, mas com os nexos econômicos, sobretudo os da economia internacional.

Destarte, estes municípios, somados a Itapipoca, receberam nas últimas duas décadas novas vias, destinadas à circulação turística, bem como a posterior duplicação de vias existentes. Além da fluidez criada nos territórios destes municípios, ainda, pode ser ressaltada a constituição de espaços da rapidez, que estão intimamente ligados à cidade primaz da metrópole, como inferem novamente Santos e Silveira (2011, p. 239):

Os espaços do mandar são ordenadores da produção, do movimento e do pensamento em relação ao território como um todo. Este último, o pensamento, dá-se por meio de todas as modalidades de informação subjacentes à produção moderna. É a partir donexo informacional que se instala o nexo circulacional, criando-se o movimento, inclusive o do próprio turismo, cujos polos receptores são mais difusos e podem ser menos poderosos que os polos emissores. Na mesma ordem de ideias, a produção que dinamiza certas áreas tem seu motor primário ou secundário em outros pontos do território nacional ou mesmo do estrangeiro.

Assim, é importante compreender que a reestruturação produtiva do Litoral Oeste do Ceará está intimamente ligada às dinâmicas geradas anteriormente na metrópole, caso do turismo, da vilegiatura, da atividade industrial e portuária.

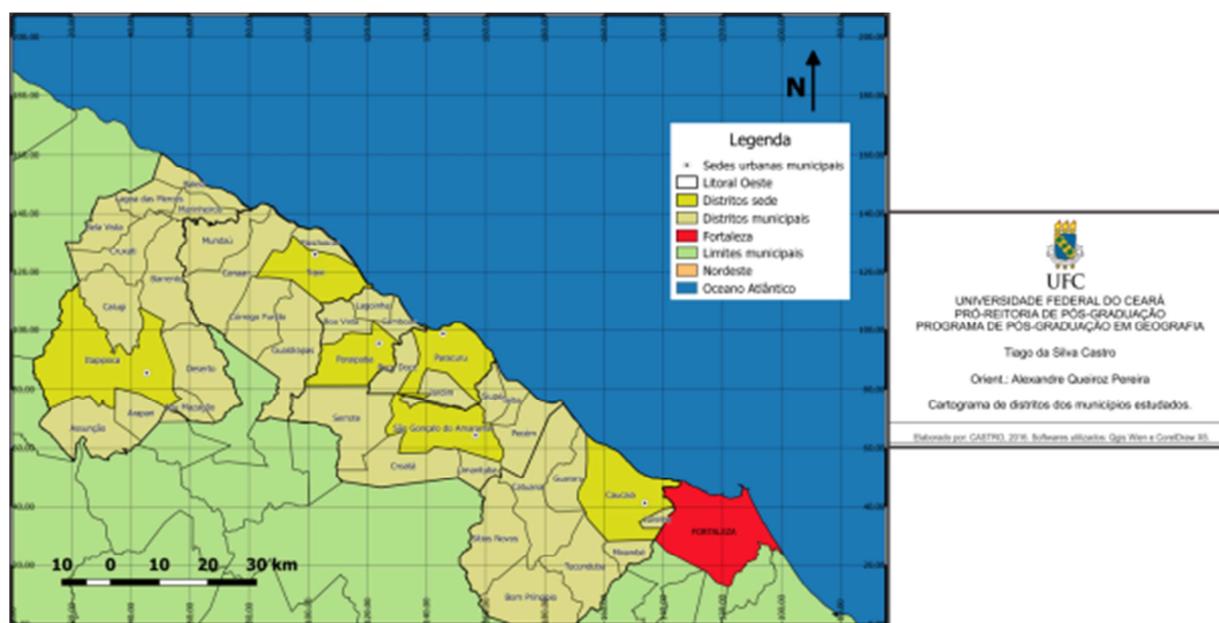
Ao verificar os municípios estudados, caracteriza-se crescente apropriação do litoral por empreendimentos hoteleiros, a substituição das segundas residências erguidas nas décadas de 1980 e 1990 por tipologias do imobiliário turístico, bem como a instalação de plantas industriais nas sedes municipais. Isto pode ser constatado nos casos de São Gonçalo do Amarante, pela proximidade do CIPP, e Itapipoca, pela proximidade de zona produtora de gêneros provenientes da cultura do coco, além da abundância de recursos hídricos presentes neste município, como abordado por Castro (2013).

Configura-se assim microrregião na qual o turismo cearense começou a ser planejado, e que ainda se encontra neste processo voltado à espacialização do turismo, compreendido como fluxos de turistas direcionados às localidades possuidoras de atrativos e condições de hospedar tais visitantes. Após cerca de vinte anos, é necessário compreender e analisar o processo de formação das

localidades litorâneas destes municípios em espaços de elevado interesse turístico, dinâmica pautada pelo planejamento desta atividade.

Adianta-se aqui algumas características concernentes às divisões das atividades econômicas, políticas e sociais nos territórios municipais, clivagens notadamente visíveis entre litoral e regiões interioranas. Verifica-se assim, através dos planos diretores de desenvolvimento urbano (PDDU) e planos plurianuais (PPA) de gestão municipal, o direcionamento de parcelas dos territórios municipais para a alocação de determinadas atividades preestabelecidas, sobretudo através do zoneamento. Para efeito de análise e visualização da escala ora abordada, a distrital, segue o mapa 6 com as divisões intramunicipais.

Mapa 6 - Divisões distritais dos seis municípios estudados.



Fonte: IBGE. Elaboração: Castro (2016).

Nos citados planos, a divisão distrital é visivelmente mais utilizada nas análises das características socioambientais<sup>55</sup> dos municípios, corroborando assim para a abordagem sobre o planejamento que ora se assenta sobre esta escala. Assim, verificam-se aqui os municípios e as respectivas características concernentes ao zoneamento e seus rebatimentos nos distritos.

O município de Caucaia possui, atualmente, 8 distritos: Caucaia – Sede, Catuana, Guararu, Sítios Novos, Tucunduba, Mirambé, Bom Princípio e Jurema

<sup>55</sup> A abordagem das características socioambientais neste tópico permitirá as análises de impactos recorrentes na zona costeira dos municípios estudados, sobretudo os causados pelo processo de urbanização litorânea.

(IBGE, 2010). O município está assentado em diversificadas geofácies, das quais podem ser destacadas a serra de Maranguape, junto ao distrito de Bom Princípio, a serra da Taquara, no distrito de Sítios Novos, a planície lacustre da lagoa do Banana entre Guararu e Catuana, e os sistemas fluviais dos rios Ceará e Barra Nova que cortam todo o município de sul a norte. Dos citados rios, o primeiro, forma planície fluviomarina, desaguando na divisa entre Fortaleza e Caucaia, enquanto o segundo forma, alternadamente, planície fluviolacustre ou planície fluviomarina, a depender das marés e do aporte sedimentar na costa do distrito Sede (SOUZA, 2007).

Também cabe ressaltar a presença de planície costeira composta por campos de dunas, sobretudo nos distritos de Guararu e Catuana, e faixa de praia em processo corrente de erosão, no distrito Sede (MEIRELES, 2012). Neste último, os campos de dunas, presentes até as décadas de 1980, foram suprimidos pela intensa ocupação promovida nas localidades de Iparana, Icaraí, Pacheco e Tabuba, fruto da apropriação da região para usufruto da vilegiatura marítima, processo abordado por Pereira (2012) e Araújo (2012).

Enquanto aos aspectos socioeconômicos, verifica-se maior subdivisão de atividades econômicas no território de Caucaia. No interior do distrito Sede concentram-se atividades relacionadas ao setor agropecuário, sobretudo, a criação de gado bovino na localidade do Garrote. Este mesmo distrito junto aos de Jurema têm maiores funcionalidade voltadas à moradia, inclusive na zona costeira do primeiro, notadamente produzida como zona apropriada pelas práticas marítimas modernas e transformada em local de moradia permanente (PEREIRA, 2012).

O setor industrial presente no município se localiza nos eixos da BR-020, da BR-222 e da CE-422, eixos rodoviários que possibilitam a ligação ao CIPP. Ainda, cabe ressaltar a porção oeste do litoral do distrito de Sede, além da zona costeira de Guararu e Catuana, onde há crescente alocação de empreendimentos ligados ao turismo e ao setor imobiliário turístico, compreendendo região de elevado interesse fundiário, comprovado pelo estabelecimento de toda a planície costeira do distrito Sede como área de ocupação predominantemente residencial.

Já a faixa de praia torna-se área com predominância de atividades de lazer e turismo, enquanto os outros dois distritos mais a oeste do município passam a compor áreas portuária e industrial do CIPP, conjugadas à área de ocupação

predominantemente residencial no entrono da Área de Preservação e Proteção Ambiental do Lagamar do Cauípe (CAUCAIA, 1996).

Citada área de preservação ambiental próxima ao CIPP, atualmente é especulada objetivando tornar-se complexo residencial voltado à moradia permanente e ocasional da mão-de-obra qualificada das indústrias do entrono do porto, notadamente de origem coreana<sup>56</sup>. Este empreendimento também visa diversificar os serviços e comércio da região, incluindo no planejamento a instalação de shoppings, hotéis, supermercados e hospitais (DIÁRIO DO NORDESTE, 2015).

São Gonçalo do Amarante possui, atualmente, os seguintes distritos: São Gonçalo do Amarante – Sede, Pecém, Taiba, Siupé, Cágado, Serrote, Croatá e Umarituba. O sítio urbano do distrito Sede está localizado na depressão sertaneja, próximo a diversos sistemas de drenagem, em especial os rios Anil e São Gonçalo, que ocasionam o surgimento de planícies de inundação nas localidades de Anacetaba e Carnaubeiras, além de desaguarem no lagamar do Siupé, formação lagunar no distrito de Siupé (BATISTA; VERISSIMO, 2012).

O distrito litorâneo de Pecém, localizado na porção nordeste do município, possui consideráveis sistemas de drenagem provenientes do curso do riacho Guaribas, que forma o lagamar do Gererau às margens da CE-085, além de 22 lagoas, das quais a do Pecém e dos Talos são as mais conhecidas. Visando a preservação do curso do citado riacho, bem como dos subsistemas associados, próximos à região do CIPP, o Governo do Estado do Ceará suscitou a criação da APA do Pecém e da Estação Ecológica do Pecém, enquanto o município instituiu a área do Jardim Botânico do Pecém (LANDIM NETO; *et al*, 2014).

Os distritos litorâneos de Pecém, Taiba e Siupé estão localizados sobre planícies costeiras e tabuleiros pré-litorâneos, possuindo ainda considerável presença de campos de dunas fixas e móveis, fortemente ameaçados pela expansão das atividades industriais em Pecém e pelo crescimento das ocupações na localidade de Taiba. Os distritos a oeste do município, casos de Cágado e Serrote, são cortados pelo rio Curu, sendo este importante aporte hídrico para as

---

<sup>56</sup> A Cidade Cauype compreende um projeto de 5 etapas que pretende estabelecer serviços urbanos de moradia, hospedagem, comércio e serviços disponíveis para investidores e compradores, que em suma são de origem coreana, cargos de comando da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP). A presença de tal público estrangeiro pode ser notada na região do Cumbuco, através placas indicativas e pelo constante processo de locação nos empreendimentos imobiliários.

atividades econômicas realizadas na região, em especial a cultura da castanha de caju e da cana de açúcar (GORAYEB *et al.*, 2005).

No que diz respeito a economia do município, a atividade industrial sobressai em relação às outras, devido à presença do CIPP. Por se constituir em área de recente instalação de plantas industriais no entorno de áreas ocupadas por comunidades rurais e áreas residenciais, o PDDU do município favorece processo de industrialização "polinucleado e descentralizado", dispersando as emissões de poluentes para menores impactos às populações do entorno (SÃO GONÇALO DO AMARANTE, 2000).

Verificando o portal da Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional do Estado do Ceará (SDLR/CE), é notória a proeminência da atividade industrial no planejamento municipal, que coloca esta atividade a frente da qualidade de vida e serviços públicos, como verificável na transcrição a seguir (SDLR/CE, 2016):

Linha Estratégica 1 – São Gonçalo do Amarante terá uma economia industrial forte e descentralizada, baseada em indústrias direcionadas para o Mercado Exterior:

Componente 1 – Incrementar a Política de Atração de Indústrias de Grande Porte e de Efeito Multiplicador Ações:

1. Concentrar esforços nos setores siderúrgico, metal-mecânico e petroquímico;
2. Induzir a industrialização de pré-moldados;
3. Promover cursos profissionalizantes para qualificação da mão-de-obra;
4. Capacitar pessoas em funções gerenciais diversas;
5. Aproveitar novas oportunidades de investimento industrial decorrentes da execução de grandes projetos regionais ou nacionais, cujos impactos se possam fazer sentir na economia cearense;
6. Ampliar e complementar os investimentos de infra-estrutura já realizados, com ênfase na consolidação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém e dos pólos metal-mecânico e petroquímico;
7. Conceder estímulos a indústrias que absorvam intensivamente mão-de-obra, apresentem significativos efeitos secundários e maximizem o valor agregado por unidade de investimento.

Componente 2 – Fortalecer o Desenvolvimento de Micro e Pequenas empresas. Ações:

1. Consolidar a agroindústria de processamento e beneficiamento da cana-de-açúcar e caju;
2. Incentivar o surgimento de novas lideranças;
3. Financiar pequenos negócios e instrumentos de trabalho para prestadores de serviços;
4. Expandir e apoiar as atividades produtivas informais;
5. Conceder crédito para microempresários informais;
6. Financiar projetos associativos;
7. Definir critérios para estender os benefícios (isenção de ISS, IPTU, etc.) às micro e pequenas empresas locais.

Em seguida, estão as atividades ligadas ao setor terciário, caso do comércio e dos serviços e do setor primário, caso da castanha do caju e da piscicultura. Assim, verifica-se que a atividade industrial regra, não somente, a

dinâmica municipal, mas também dos municípios metropolitanos vizinhos, como o já citado caso das localidades litorâneas do oeste de Caucaia. Esta atividade suscita ainda importante expansão da especulação fundiária, que parte do distrito de Pecém rumo ao de Taiba, às margens das rodovias CE-421, CE-156 e CE-348, sob o discurso das ótimas oportunidades de investimento na região. Alguns destes empreendimentos e estratégias de marketing estão presentes na figura 9.

Figura 9: Loteamentos, terrenos e ferramentas de publicidade em São Gonçalo do Amarante. (1) Loteamento Paraíso do Pecém; (2) Placa do loteamento *Royal Ville*; (3) Terreno com indícios de loteamento. Fonte: CASTRO, 2016. (4) Loteamento *Villa do Porto Eco Residence*.



Fonte: MF Loteamentos (2012).

Em relação às práticas marítimas modernas, Taiba desponta como localidade de maior potencial, sendo largamente ocupada pela vilegiatura, havendo inclusive, um condoresort (*Taiba Beach Resort*) como tipologia do imobiliário turístico, seguida por alguns estabelecimentos de hospedagem de médio e pequeno porte. Pecém configura-se como misto de vila de pescadores impactada pela atividade portuária e núcleo urbano comercial voltado ao atendimento de necessidades básicas da força de trabalho e das empresas ligadas ao CIPP.

O município de Paracuru possui apenas três distritos, Paracuru – Sede, Jardim e Poço Doce. Apenas o distrito Sede é litorâneo, localizado sobre planície costeira, tabuleiros pré-litorâneos e a oeste, sobre planície fluvio-marinha na foz do rio Curu, com presença de manguezal na maior parte da desembocadura do rio (SOUZA, 2007). Citado curso d'água passa por considerável processo de assoreamento, causado pela instalação da carcinicultura, sobretudo, a partir dos anos 2000, processo verificável na figura 10.

Figura 10 - Imagens de satélite que denotam a expansão da carcinicultura às margens do rio Curu e o processo de assoreamento na foz, entre 2004 e 2014.



Fonte: Google Earth (2016).

Cabe notar que a citada área de estuário do rio Curu, em 1999, foi decretada como APA do Estuário do Rio Curu, sob jurisdição da SEMACE. Desta forma, ao analisar o processo de instalação de fazendas de criação de camarões, como infere Soares *et al* (2011), verifica-se que entre 2004 e 2010 as áreas das fazendas de carcinicultura nas margens do rio Curu cresceram quase três vezes (2,8%), utilizando o recurso hídrico para abastecimento dos respectivos currais.

Entre as duas localidades costeiras do município, a Sede de Paracuru e a localidade de Periquara, região ocupada pela área de operações da Petrobrás, há campo de dunas com área de 39 km<sup>2</sup> que, no ano de 1999, foi decretado pelo poder público estadual como APA das Dunas de Paracuru.

Tal decisão se justifica pela conservação do aporte sedimentar proveniente das dunas móveis ali existentes, bem como pela preservação das dunas fixas, com vegetação característica destas, e das paleodunas com resquícios de eolianitos. Ainda, é importante notar a presença de terraços marinhos e diversas lagoas interdunares na região (SEMACE, 2015).

Os distritos de Poço Doce e Jardim estão localizados sobre a depressão sertaneja, há pouca variedade de geofácies, o que favorece a instalação de empresas voltadas à avicultura intensiva, caso da sede da Companhia de Alimentos do Nordeste (CIALNE) em Paracuru, responsável pela criação de matrizes de frango e de pintos de 1 dia, voltados à venda pra granjas menores.

Quanto às relações socioespaciais, verifica-se que na Sede de Paracuru predominam as atividades de comércio e serviços, a exemplo das outras sedes municipais já citadas. Nos bairros próximos à zona de praia é onde se localizam os principais estabelecimentos de hospedagem do município, bem como maior parte das segundas residências.

O fato de esta ser a única sede municipal litorânea do estado confere a Paracuru processo de urbanização não verificado em outros municípios litorâneos, adentrando o continente, através, do contínuo processo de parcelamento do solo, voltado à moradia *per se*, à vilegiatura de baixo padrão<sup>57</sup> e ao comércio, como verificado por Castro e Pereira (2015).

O PDDU do município estabelece as seguintes subdivisões em Paracuru: áreas urbanas consolidadas, áreas urbanizáveis, área de expansão urbana e área rural. Os distritos de Poço Doce e Jardim estão na área considerada rural, com dispersas criações e cultivos de subsistência e algumas empresas ligadas à

---

<sup>57</sup> Como verificado nos municípios estudados, sobretudo após Caucaia, são estabelecidas áreas loteáveis voltadas à aquisição através de parcelas de baixo valor, nas quais as classes médias conseguem suprimir o desejo de morar na praia pelo morar ocasionalmente num município litorâneo. Tais áreas são verificáveis junto às rodovias paralelas à costa, casos da CE-085, da CE-156 ou da CE-163.

agropecuária intensiva. A disponibilidade de corpos d'água, sobretudo lacustres favorece a realização destas atividades na porção centro-sul (PARACURU, 2002).

Porém, mesmo nesses distritos há considerável influência da cidade de Paracuru, posto o eixo que liga a Rodovia Estruturante à Sede municipal, a CE-341, apresentar, através de imagens de satélite, processo de expansão da malha urbana, rumo ao sul, sendo verificáveis aberturas de lotes onde existem poucas ou nenhuma residência alocada (PARACURU, 2002). Citadas áreas estão voltadas à expansão urbana, onde se constata inúmeros parcelamentos de solo ainda vazios.

Mais próximos do núcleo urbano de Paracuru estão as áreas urbanizáveis, nas quais a ocupação se adensa, porém, há considerável ausência de serviços básicos de saneamento, pavimentação e iluminação precária. E nesta situação se encontra boa parte da cidade de Paracuru, posto que diversas ruas próximas do litoral não possuem sequer pavimentação ou saneamento básico. E por fim o núcleo do entorno da Igreja central de Paracuru, onde está maior parte dos serviços bancários, de educação, comerciais, atividades de lazer noturno, hospedagens, gastronomia e equipamentos turísticos.

O município de Paraipaba é limitado a leste por Paracuru, ao sul por São Gonçalo do Amarante e a oeste por Trairi. Citado município está compartimentado em quatro distritos: Paraipaba – Sede, Boa Vista, Camboas e Lagoinha. Destes, Camboas e Lagoinha são litorâneos, enquanto Sede ocupa a parte sul do município e Boa Vista encontra-se na porção oeste do município, junto a Trairi. Em relação às características geoambientais, este município segue o inferido sobre Paracuru, possuindo maior parte do território inserido na depressão sertaneja, com a presença do domínio dos sertões no limite sul municipal.

A maior parte do município, em especial nos distritos Sede e Boa Vista, além de parte dos dois distritos litorâneos, está assentada sobre tabuleiros litorâneos, unidade na qual, segundo Souza (2007), verifica-se considerável número de reservas hídricas superficiais e subterrâneas. Tal fato se constata através da presença de diversos açudes e corpos lacustres, sobretudo na região próxima à planície fluvial do rio Curu. Partindo deste rio para o oeste do município está lagoa da Canabrava, junto à Sede urbana, sendo importante fonte de recursos hídricos para as áreas irrigadas da região.

A presença do citado rio favoreceu o estabelecimento de um dos maiores perímetros irrigados (PI) do estado do Ceará<sup>58</sup>, no ano de 1975 (DNOCS, 2016). Ainda, a existência de diversos açudes na região favoreceu a instalação de outros núcleos ligados à produção agrícola no município. Na porção nordeste de Paraipaba, junto à planície fluviomarinha do rio Curu, há, pelo menos, 470 hectares ocupados por fazendas de carcinicultura.

Quanto aos distritos litorâneos de Camboas e Lagoinha, há disparidade entre o estado de preservação dos recursos naturais e geofácies presentes na planície costeira destes. Enquanto Camboas possui núcleo urbano distante da faixa de praia, Lagoinha é a única localidade litorânea de Paraipaba, recebendo maior parte das hospedagens e segundas residências. Entre os dois distritos há presença de dunas parcialmente cobertas por vegetação de restingas. Ainda, na porção oeste do distrito de Lagoinha está localizada a APA das Dunas de Lagoinha, que possui no limite entre Paraipaba e Trairi, a planície lacustre da lagoa das Almecégas.

O quadro das relações socioespaciais verificadas em Paraipaba denota divisão de atividades entre os distritos. No distrito Sede, a maior parte da área se destina à agricultura irrigada do perímetro Curu-Paraipaba, enquanto a zona urbana do município se destina ao comércio e serviços voltados aos atendimentos dos residentes e atividades ligadas à produção agrícola da região.

No distrito de Camboas, como citado anteriormente, podem ser encontradas fazendas de carcinicultura junto ao rio Curu, além de pequenas produções de subsistência na zona urbana do distrito. O distrito de Boa Vista se beneficia, em suma, pela expansão das lavouras que partem do perímetro irrigado rumo ao oeste do município, chegando próximas a Trairi.

Lagoinha se constitui como localidade costeira dinamizada pela atividade turística e, mais recentemente, pela vilegiatura marítima, notadamente recebendo tipologias do imobiliário turístico. Parte da orla do distrito é ocupada por barracas de praia e hoteleiros, os quais, recentemente, passam a dividir espaço com empreendimentos imobiliários de alto padrão, como citado no capítulo anterior.

---

<sup>58</sup> Especificamente o terceiro maior perímetro irrigado do Ceará (8.000 hectares irrigáveis), ficando atrás apenas do perímetro do Tabuleiro de Russas (14.508 ha irrigáveis) e do Baixo-Acaraú (8.335 ha irrigáveis).

Porém, a zona urbana do distrito não ultrapassa a marca de alguns poucos quarteirões de residências permanentes e secundárias, com considerável quantidade de terrenos em processo de especulação, que também, pode ser verificado no eixo da CE-085. A figura 11 ressalta a ocupação da orla de Lagoinha.

Figura 11 - Orla de Lagoinha ocupada por barracas de praia, pousadas, hotéis e restaurantes.



Fonte: Castro (2015).

Cabe ressaltar que o PDDU do município de Paraipaba, define a localidade de Lagoinha como área de expansão urbana, possibilitando o processo de especulação fundiária aliado à necessidade de instalação de serviços básicos de maior envergadura.

No citado documento é possível constatar a inferência do turismo como principal atividade a ser desenvolvida na localidade, sendo esta, reconhecidamente, responsável pelo processo de degradação ambiental e segregação socioespacial. Assim, é notável a adoção do discurso de que as vantagens reproduzidas pelo turismo suplantariam os problemas gerados pela atividade (PARAIPABA, 2002).

Trairi, atualmente, é o último município do litoral oeste a compor a RMF, estando dividido em seis distritos: Trairi – Sede, Gualdrapas, Córrego Fundo, Canaan, Mundaú e Flecheiras. Maior parte do município está inserida na Depressão Sertaneja, onde predomina o domínio do Sertão. Tal característica é notável na porção sul do município, caso de parte dos distritos de Canaan, Córrego Fundo e Gualdrapas, onde se verifica vegetação de caatinga associada às matas ciliares de

açudes e córregos intermitentes, causando assim sérios problemas às populações desses distritos nos períodos de estiagem.

A porção central de Trairi, que abarca parte dos distritos de Sede, Mundaú, Canaan, Córrego Fundo e Gualdrapas, está assentada sobre tabuleiro pré-litorâneo, domínio o qual, segundo Souza (2007, p. 134) possui "caimento topográfico suave para a linha de costa", o que favoreceu a instalação, no distrito Sede, de área de mais de 1.400 hectares de geradores eólicos, prática tornada comum nos municípios litorâneos do Ceará.

Atravessando o município de norte a sul, o riacho Trairi deságua no litoral do distrito Sede, como canal de maré de considerável envergadura. Citado riacho forma, junto à sede urbana, lagamar que segue até a zona costeira, onde forma apicum e perde largura em meio ao campo de dunas (MEIRELES, 2012).

No extremo oeste do município está localizada a planície fluvial e fluviomarinha do rio Mundaú, junto ao distrito de mesmo nome. Este corpo hídrico possui elevada importância socioambiental para a região, possuindo elevada reserva de manguezal, destacada por Meireles (2012, p. 210) como um dos sistemas ambientais com maior diversidade de espécies faunísticas e florísticas, característica proveniente das intensas trocas de matéria e energia entre a dinâmica fluvial e costeira. A importância deste ecossistema suscitou, no ano de 1999, a criação da APA do Estuário do Rio Mundaú, na divisa entre Trairi e Itapipoca (SEMACE, 2015).

A maior parte da zona costeira do município possui presença de campos de dunas, com exceção das áreas nas quais esta geofácia foi suprimida pela ocupação nas localidades litorâneas ou pela abertura de rodovias paisagísticas. Em alguns pontos do litoral de Trairi, citados campos de dunas adentram cerca de cinco (5) quilômetros no continente, associados a canais de maré, lagoas interdunares e recentes geradores eólicos.

Ainda, cabe relatar a presença de paleodunas, caracterizadas pela presença de eolianitos, além da imobilização de dunas causada pela existência de restinga em boa parte do litoral do município. A importância e atual estado de preservação destas unidades morfológicas suscitam discussões entre o município e o Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente (CONPAM) sobre processo de

criação de parque estadual voltado à proteção das dunas de Trairi (DIÁRIO DO NORDESTE, 2014).

Na maior parte do município são verificadas atividades de criações e plantações de subsistência, em especial nos distritos de Gualdrapas, Córrego Fundo, Canaan e Mundaú. Ao sul do distrito Sede, como inferido anteriormente, há o Complexo Eólico Faísas, fato que se repete na zona costeira, onde há, pelo menos, mais seis campos de geradores eólicos.

Na sede de Trairi concentram-se o comércio e os serviços básicos. As atividades industriais realizadas no município estão restritas às relações com o Parque Eólico do Trairi, notadamente na fabricação de torres de concreto (a espanhola INNEO Torres) e ao setor alimentício (a pequena unidade da Adel Coco).

Como citado em relação aos outros municípios, nas margens das rodovias que ligam a Sede às localidades costeiras, há crescente processo de especulação fundiária, por meio de loteamentos relativamente distantes da faixa de praia. Esta dinâmica de apropriação é perceptível no eixo da CE-163, enquanto na CE-346 a dinâmica da vilegiatura marítima relaciona-se aos condomínios residenciais. Ainda, é perceptível, segundo Moura *et al* (2014), a presença de fazendas de carcinicultura e pequenas plantações às margens do rio Mundaú.

São nas quatro (4) localidades litorâneas de Trairi onde o turismo e a vilegiatura podem ser notados efetivamente. A localidade de Flecheiras é a mais turistificada, possuindo núcleo urbano mais extenso, composto por residências de famílias de pescadores, empreendimentos de hospedagem de médio e pequeno porte, residências secundárias, comércios, barracas de praia e terrenos em processo de valorização. Guajiru segue Flecheiras em número de segundas residências (especialmente em condomínios residenciais) e estabelecimentos de hospedagem, possuindo diversos terrenos em processo de especulação fundiária.

Mundaú possui menor número de pousadas que as localidades já citadas, mas os estabelecimentos existentes nesta possuem maiores capacidades de recepção de turistas. Além disto, Mundaú proporciona atividades de lazer que atraem os fluxos provenientes não só Flecheiras e Guajiru, mas também, do município de Itapipoca. Envolta por dunas, Emboaca é a menor das localidades

litorâneas, possuindo apenas algumas residências, pousadas e barracas de praia às margens da CE-163.

A análise do PDDU de Trairi possibilita a constatação da conformação das sedes dos distritos de Mundaú e Flecheiras em áreas urbanas passíveis de modificações, possibilitando, a partir do ano de 2002, alocações de maiores e melhores infraestruturas urbanas que possibilitem melhor circulação de moradores e turistas, maior integração das atividades urbanas, e ordenação do uso e ocupação do solo (TRAIRI, 2002). Tal colocação se comprova na instalação de rodovias e equipamentos de lazer, a partir de 2004, no âmbito do PRODETUR-NE II.

Ademais, é verificável nas quatro localidades a presença da pesca como principal atividade de subsistência das comunidades locais. A figura 12 demonstra a presença do pescador na localidade de Flecheiras.

Figura 12 - Presença da pesca na localidade de Flecheiras, Trairi-CE.



Fonte: Castro (2015).

O último município da primeira fase da Costa do Sol Poente é Itapipoca. Localizado a cerca de 150 km de distância de Fortaleza, o município é composto por 12 distritos: Itapipoca – Sede, Assunção, Arapari, Ipu Mazagão, Deserto, Calugi, Barrento, Cruxati, Bela Vista Lagoa das Mercês, Marinheiros e Baleia. Conhecido pelo *slogan* da "cidade dos três climas", o município de Itapipoca possui em seu

território a presença de maciço residual (porção sul), sertão (porção central) e praia (porção norte).

Na porção sul do município compreende os distritos de Assunção, Arapari, Ipu Mazagão e parte do distrito Sede, inseridos na região de influência da serra de Uruburetama. Nestes distritos são verificados diversos açudes, além, de lagoas, formações possibilitadas pelo relevo acidentado presente na região. Os principais são os açudes Quandú e Ipu Mazagão (CPSMIT, 2016).

A partir do limite norte das vertentes úmidas do citado maciço residual, tem início o predomínio da depressão sertaneja, que aloca o restante do distrito Sede, Calugi e Deserto. No domínio dos sertões, pode ser verificado, através de imagens de satélite, maior número de riachos, açudes e lagoas, muitos destes intermitentes nos períodos de estiagem, dos quais os principais são os açudes Poço Verde e Gameleira (este na divisa de Itapipoca, Trairi e Tururu), o riacho Taboca e o rio Cruxati. Este último se localiza no extremo oeste do município, onde fornece água às localidades dos distritos Sede, Calugi, Cruxati e Bela Vista, carentes de grandes formações lacustres ou açudes (CPSMIT, 2016).

Ao norte da depressão sertaneja estão os tabuleiros litorâneos, nos quais estão alocados os distritos de Barrento, Cruxati, Bela Vista, Lagoa das Mercês, Marinheiros, e a porção norte de Calugi. Nestes, há queda no quantitativo de corpos d'água superficiais, sendo os principais a margem oeste do rio Mundaú e as respectivas ramificações, o córrego Tanques e a lagoa do Humaitá, esta última no limite norte dos tabuleiros litorâneos. Ainda pode-se verificar a extensão, nesta geofácie, da planície fluvial do rio Cruxati, que tem fim no distrito de Lagoa das Mercês.

A planície costeira de Itapipoca está restrita ao distrito de Baleia, onde pode ser verificado extenso campo de dunas que se estende por todo litoral do município. Composto por dunas móveis e paleodunas, a planície costeira de Itapipoca possui ainda diversos pontos de saída de canais de maré, inúmeras lagoas interdunares e manguezais desassociados de planície fluviomarinha, assim encobrendo parte final dos campos de dunas e início da região de berma (MEIRELES, 2012).

Tem como principal formação lacustre a lagoa do Mato, localizada junto ao campo de dunas que cerca o núcleo urbano de Baleia. A figura 13 denota a presença do manguezal que encobre o limite do campo de dunas em Baleia.

Figura 13 - Mangue ocupando início de campo de dunas, em Baleia, Itapipoca.



Fonte: Castro (2013).

Em relação às atividades econômicas existentes no município, verifica-se que a agropecuária, comercial ou de subsistência, está bastante dispersa no território de Itapipoca, sendo verificável tanto na região da serra de Uruburetama, na depressão sertaneja, e no litoral<sup>59</sup>. Apesar do apelo pelo turismo de aventuras e pelo ecoturismo, a região de Uruburetama não possui demanda que caracterize esta segmentação turística no município, sendo área utilizada para lazer dos residentes do município (CASTRO, 2015).

A Sede de Itapipoca, a exemplo do que acontece nos outros municípios, concentra as atividades de comércio e serviços básicos. Também há na Sede

---

<sup>59</sup> Algumas produções agrícolas do município se repetem tanto na agricultura comercial como na de subsistência, sendo estes a banana, mandioca, cana de açúcar, feijão e milho. Quanto à pecuária, há predomínio da criação de caprinos.

urbana do município, presença de importantes plantas industriais, casos das unidades da Ducoco Alimentos, responsável pela produção de 100% da água e leite de coco da empresa, e da Dass, produtora de calçados de diversas marcas nacionais e internacionais (CASTRO; MENDES, 2012).

Junto à margem oeste do rio Mundaú, no distrito de Barrento, há duas fazendas de carcinicultura, das quais uma pertence à multinacional portuguesa H+SGPS, favorecida pela ramificação do citado rio rumo ao oeste de Itapipoca. Pelas mesmas circunstâncias há outra fazenda de carcinicultura de menor tamanho no distrito de Cruxati. A presença da planície fluviomarinha do rio Mundaú favorece a realização de atividades de pesca e coleta das comunidades tradicionais, notadamente os representantes do povo indígena Tremembé, no distrito de Marinheiros.

No eixo da CE-168 são verificáveis resquícios de parcelamentos de solo, possibilitando a constatação de que a dinâmica de especulação fundiária de áreas distantes da praia chega lentamente ao município, processo mais avançado até Trairi. Na zona costeira do município estão alocados as principais evidências da atividade turística e da vilegiatura marítima.

No distrito de Baleia, a localidade de mesmo nome recebeu, nas últimas décadas, pousadas de pequeno porte, segundas residências e barracas de praia, que se encontram associadas às moradias de famílias de pescadores, profissionais que ainda persistem, não somente nesta localidade, mas também na comunidade a oeste do município, o Assentamento Maceió, baseado na pesca, extrativismo vegetal, captura de crustáceos e mariscos (CASTRO, 2013).

Assim construiu-se quadro inicial sobre as características socioambientais dos municípios estudados, denotando as dinâmicas socioespaciais específicas de cada um destes e tendo as localidades litorâneas e o turismo como foco da abordagem aqui realizada.

Ao compreender a necessidade do enfoque sobre as localidades costeiras do recorte, sobre a dinâmica multiescalar do turismo no Litoral Oeste, e sobre os processos provenientes desta atividade nas duas últimas décadas, os próximos tópicos serão destinados à análise da constituição destas localidades como *lócus* da atividade turística no Ceará, à discussão sobre o processo de

constituição de rede urbana de municípios e/ou localidades, e à discussão sobre a alocação de investimentos e políticas públicas nas dinâmicas destas localidades.

#### **4.1 Sobreposição de práticas marítimas: pesca, turismo e vilegiatura**

Analisar do processo de urbanização do litoral cearense através da inserção das práticas marítimas modernas significa compreender que as diversas dinâmicas suscitadas nesta parcela do espaço possuem formas específicas de apropriação do solo, dos recursos naturais e do exercício do poder através do exercício das territorialidades, institucionalizadas ou não.

Ao tratar de uma sobreposição das práticas marítimas modernas sobre as práticas marítimas tradicionais, não infere-se aqui que tais práticas tradicionais foram apagadas dos contextos litorâneos, mas que ao longo do tempo, no qual houve inserção de sistemas técnicos e informacionais nas localidades litorâneas, sobretudo nas localidades metropolitanas, verificou-se decadência em diversas práticas e atividades realizadas pelas famílias constituintes das comunidades marítimas pesqueiras. Verifica-se assim, nas palavras de Santos (1980), a existência (ou persistência?) de elementos que remontam a outros momentos históricos no litoral cearense, as rugosidades.

Ao trabalhar o conceito de rugosidades espaciais, Santos (1980) recorre à diferenciação dos elementos componentes do espaço, as assincronia destes e os processos de sobreposição decorrentes da evolução de diferentes sistemas espaciais. Assim o autor sugere que (SANTOS, 1980, p. 210-212):

Lembremos mais uma vez, que o espaço se caracteriza, entre outras coisas, pela diferença de idade entre os elementos que o formam. Isso é válido para todos os tipos de subespaços, não importando a escala. [...] Dentre essas variáveis algumas resultam de fluxos atuais, outras promanam de fluxos antigos, já transformados no próprio lugar. Isso também quer dizer que a um momento dado, momento frequentemente breve, tais estabelecimentos poderiam ser definidos exclusivamente por variáveis já "antigas", cuja evolução durante um curto período foi endógena. Quando novos fluxos se instalam, carreando variáveis novas ou renovadas, eles são deformados pela ação das variáveis já presentes.

De fato, como se pode verificar nas primeiras ações publicitárias em relação ao litoral cearense, abordadas por Aragão (2006), o pescador e seus meios de produção são partes da paisagem turística e bucólica do litoral cearense. Ao passo que autores como Oliveira (1987) e Castro (1991) ressaltam as intencionalidades políticas e sociais do uso da imagem do sertanejo como um

homem fortalecido pelo enfrentamento das intempéries climáticas da região Nordeste, tal fato não pode ser descrito com clareza sobre o pescador, sobretudo em escritos clássicos sobre a citada região.

Havendo apenas trechos descritos por Thomaz Pompeu de Souza Brazil (1858; 1863), Joaquim Alves (1953) e Djacir Menezes (1970)<sup>60</sup>, os esforços mais recentes na tentativa de sintetizar uma visão social sobre o pescador vêm de Silva (1988), Lima (2002) e Dantas (2007).

Quanto à natureza da pesca, no Nordeste, Djacir Menezes (1970 *apud* MENEZES, 1974) cita que "está bem descrita a fisionomia geral das culturas indígenas do Nordeste: casa<sup>61</sup>, pesca, cultura da mandioca, tabacos e coca. [...] Uso do curare, da flecha, da lança, do arco, do remo, do anzol, da arapuca". Já na metade do século XIX, Brazil (1863 *apud* MENEZES, 1974) inferia que no Ceará:

Esta indústria, se fosse bem explorada, era suficiente por si para abastecer toda a província, e entreter uma larga exportação. Nas praias do Aracati, Cascavel, Fortaleza, Trairi, Mundaú, Acaracu e Granja é onde se fazem maiores pescarias em currais, redes, e a corso em jangadas.

Verifica-se íntima ligação entre as comunidades litorâneas e os costumes indígenas, sobretudo nos aspectos relativos à obtenção de alimento, que apesar de terem sido modificados, ainda guardam o cerne das práticas indígenas, sobretudo no caso da pesca, através da rede ou do anzol, da arapuca, do uso de embarcações a remo e do curare<sup>62</sup> para captura de animais e peixes.

Ainda, Joaquim Alves (1953 *apud* MENEZES, 1974), ao analisar a importância da pesca para a subsistência das comunidades pesqueiras, denota que "no século 17, as pescarias nos rios e lagos costeiros garantiam a alimentação, senão abundante, ao menos limitada, para manter as necessidades mais prementes da vida vegetativa". Tal relato dá pistas sobre importante característica da visão social em relação ao pescador e às condições de vida no litoral até meados do século XX.

---

<sup>60</sup> Os relatos de Brazil (1858, Memória estatística da Província do Ceará; 1863, Ensaio estatístico da Província do Ceará); Alves (1953, História do Ceará) e Menezes (1970, O outro Nordeste) são abordados por Rui Simões de Menezes em Notas sobre a história da pesca no Ceará (MENEZES, 1974).

<sup>61</sup> Referente à caça de animais.

<sup>62</sup> Conhecido como combinação de ervas tóxicas para utilização em flechas e lanças, a fórmula do curare era mantida em segredo até anos atrás, quando estudiosos de neurologia constataram que a morte da vítima se dá por asfixia. Atualmente as comunidades pesqueiras substituíram o curare por variações de Timbó, espécies de cipós ictiotóxicos, que são moídos e jogados em piscinas naturais, rios e lagos.

Ao contrário do sertanejo, o pescador não necessita migrar ou mesmo ter grandes preocupações em relação às dificuldades climáticas e naturais, posto o modo de vida das comunidades pesqueiras possibilitar não somente o usufruto dos estoques pesqueiros, mas também a criação de gado (normalmente caprino e suíno), a coleta e captura de moluscos, mariscos e crustáceos, além de plantações de subsistência, notadamente a mandioca, a cana de açúcar, o coco, o feijão e o algodão, como inferido por Andrade (2005). Citadas culturas, além do aporte alimentar, forneciam também recursos para o erguimento de casebres, cerzimento de roupas, obtenção de lenha e outras necessidades.

Estas diferentes imagens concebidas sobre o sertanejo e o pescador estão presentes na literatura regionalista nordestina, que ao contar o cotidiano destes dois sujeitos, toma diferentes rumos da narrativa exposta pelos autores. Verificando os temas mais recorrentes nos romances nordestinos, fica clara a importância adquirida pelo sertanejo em sua convivência com as caóticas condições climáticas e as desiguais condições sociais existentes no Nordeste.

Ao tomar posse de clássicos da literatura nordestina, em especial *O Quinze* e *Memorial de Maria Moura* (Rachel de Queiroz), *Vidas Secas* (Graciliano Ramos), *Fogo Morto* (José Lins do Rêgo), *Morte e Vida Severina* (João Cabral de Melo Neto), *O Auto da Compadecida* (Ariano Suassuna), *Os Sertões* (Euclides da Cunha) e *Grande Sertão Veredas* (Guimarães Rosa), constata-se a seca, o coronelismo, a exploração da força de trabalho, o êxodo rural, o fanatismo religioso, o declínio da economia açucareira, o sertanejo como homem fortalecido pelas condições socioambientais da região, e o cangaço como principais assuntos abordados pelos citados autores (SARAIVA, 2013).

Isto não significa dizer que o pescador não fosse elemento importante na dinâmica social nordestina, pois tais narrativas sobre a exposição do sertanejo e de sua família às intempéries climáticas e aos desmandos políticos e sociais do período em questão, caracteristicamente, desembocavam no êxodo rural rumo ao litoral, como cita Dantas (2007, p. 270):

Num quadro territorial marcado pelo latifúndio, cujos proprietários recorriam, corriqueiramente, à violência para garantir a propriedade, os terrenos de marinha eram passíveis de ocupação pelos egressos do interior, fugindo da seca ou expulsos pelo latifúndio. Esse fluxo migratório se fortalece no início do século XX, culminando ora no fortalecimento de vilarejos de pescadores, ora na ocupação destes terrenos por migrantes pobres.

Ainda, segundo citado autor, a leitura sobre a obra "Praias e Várzeas – Alma Sertaneja", de Gustavo Barroso, permite a compreensão de que mesmo com as dificuldades presentes na atividade pesqueira artesanal, o pescador é "homem tido como livre e desprovido das mazelas que afetam o sertão: o latifúndio, a seca, a fome..." (DANTAS, 2007, p. 267). A imagem do pescador, seu contexto social e desafios vão, com maior efetividade, serem expostos na literatura de cordel, na música e noutras formas de comunicação<sup>63</sup>.

A literatura de cordel está repleta de causos relacionados ao cotidiano do pescador e das comunidades pesqueiras, como no cordel "Heróis Jangadeiros e suas Viagens Espetaculares", que descreve a participação dos pescadores na abolição da escravatura no Ceará (NEHSC, 2015):

Bravura de jangadeiro  
 É de homem destemido  
 Impetuoso e valente  
 Corajoso e aguerrido  
 Somente a Deus é temente  
 Nada há que não enfrente  
 Esse herói tão sofrido  
 No Tempo da servidão  
 O jangadeiro lutou  
 Ao transporte de escravos  
 Ao lado da Redentora  
 E a classe libertadora  
 Com ele se rebelou [...]

Neste, a título de exemplo, verifica-se a bravura do pescador frente aos problemas e perigos da profissão exercida, além do papel do pescador na história cearense durante o século XIX. As novelas, como citadas no capítulo anterior, também buscaram demonstrar o cotidiano das comunidades pesqueiras litorâneas, casos dos folhetins Tropicaliente (1994), que retratava aldeia de pescadores em Fortaleza, Final Feliz (1982-83), que simulava pescadores em Pernambuco e no Ceará, Mulheres de Areia (1993), que elaborou trama em aldeia fictícia de pescadores no litoral fluminense, e Porto dos Milagres (2001), que conta história de vilarejo de pescadores no litoral baiano.

Mas é a música que destaca a imagem do pescador artesanal no Nordeste, sendo esta uma das principais fontes do imaginário sobre os moradores

---

<sup>63</sup> Na literatura nacional, há de se destacar a obra Mar Morto, lançada em 1936, pelo romancista Jorge Amado, que inspirou a novela Porto dos Milagres, de 2001. Citada obra vai destacar o modo de vida dos pescadores, além dos riscos presentes no cotidiano da profissão que enfrenta os perigos do mar.

tradicionais da zona costeira. Inicialmente vale destacar a obra de Dorival Caymmi, baiano compositor de dezenas de músicas sobre a atividade pesqueira tradicional.

Dentre as mais conhecidas obras do compositor estão "Suíte dos Pescadores", "Bem do Mar", "Pescaria" e "Promessa de Pescador". Destas, segue trecho de Suíte de Pescador, de 1944, que demonstra a religiosidade e o temor do pescador e sua parceira em relação às jornadas diárias em alto mar:

Minha jangada vai sair pro mar  
 Vou trabalhar, meu bem querer  
 Se Deus quiser quando eu voltar do mar  
 Um peixe bom eu vou trazer  
 Meus companheiros também vão voltar  
 E a Deus do céu vamos agradecer  
 Adeus, adeus  
 Pescador não esqueça de mim  
 Vou rezar pra ter bom tempo, meu nêgo  
 Pra não ter tempo ruim  
 Vou fazer sua caminha macia  
 Perfumada com alecrim

Ainda podem ser destacadas as composições mais recentes de Zé Ramalho (Beira-Mar), de Fagner e Belchior (Mucuripe), Geraldo Azevedo e Carlos Fernandes (Mestre Raimundo), as quais, dentre as inúmeras canções sobre o modo de vida pesqueiro, destacam o ofício do pescador como sujeito dependente dos produtos e mistérios do mar.

Tal análise é feita com o intuito de denotar a imagem adquirida pelo pescador ao longo dos últimos séculos e décadas, através da literatura, música e meios de comunicação audiovisuais. Mas em relação ao contexto político, o pescador nunca teve grande importância no planejamento pautado sobre o litoral, posto, segundo Dantas (2007), citado grupo social possuir duas funções básicas: a primeira de prover as capitâneas de alimento, através do pescado, enquanto a segunda consistia em ter os núcleos pesqueiros como elementos importantes para a defesa do território nacional.

Ainda, existem duas dinâmicas que impactam fortemente a atividade pesqueira marítima, as políticas públicas de fomento à pesca industrial e a crescente apropriação das zonas de praia pela vilegiatura. Cita Lima (2002, p. 96) que a pesca no litoral cearense se realiza "sob as insígnias do empresarial como do artesanal".

Citada indústria pesqueira tem auge de investimentos públicos na década de 1970, através da pesca da lagosta voltada para exportação, alcançando o topo

do *ranking* dos produtos cearenses voltados ao mercado exterior (LIMA, 2002). Desta forma, são comuns subsídios para aquisição de embarcações, modernos equipamentos de navegação, combustível, instalações para o armazenamento e o processamento do pescado (MALDONADO, 1993).

Tal situação existente no litoral cearense suscita uma série de problemas para os pescadores artesanais, notadamente o afastamento dos cardumes da costa, tornando necessárias maiores deslocamentos em pequenas embarcações, a redução dos estoques pesqueiros de espécies mais valoradas, sobretudo a lagosta, além da inserção do atravessador<sup>64</sup> no processo de comercialização do pescado.

Citados problemas somam-se aos inferidos por Lima (2002), que trata diversos outros fatores que contribuiriam para o enfraquecimento da pesca artesanal como meio de subsistência e como atividade geradora de renda extra para as comunidades marítimas pesqueiras.

São evidenciados pela autora (LIMA, 2002) a ausência de condições adequadas para conservação e comercialização do pescado, a ausência de tecnologia auxiliar à pesca artesanal, o aumento do preço dos produtos da pesca, a artesanalização da pesca da lagosta que atraiu diversos pescadores profissionais<sup>65</sup> para a pesca específica deste produto, e a quase inexistência de subsídios para a pesca artesanal.

A estes problemas se somam a expansão da vilegiatura marítima para além das praias da Capital, incorrendo em exaustivo processo de especulação fundiária e imobiliária nas praias do litoral cearense, como verificado por Pereira (2012).

Citado processo, iniciado na década de 1970 nas praias dos municípios litorâneos vizinhos a Fortaleza, se intensifica das duas décadas seguintes, alcançando todos os municípios costeiros do estado em 1990 (CASTRO, 2015).

---

<sup>64</sup> Castro (2013), em estudo sobre o litoral de Itapipoca/CE, constata que a presença do atravessador é uma constante na dinâmica litorânea cearense, sendo este o sujeito que se insere nas localidades onde se realiza a pesca artesanal, na busca por adquirir o pescado a baixos custos ou fornecendo os insumos necessários à pesca em troca da maior parte da produção. Estes se utilizam da vantagem do pagamento na hora da aquisição do pescado, diferentemente das cooperativas de pescadores, que pagam após dias da coleta da produção.

<sup>65</sup> O termo pescador profissional refere-se aos realizadores da pesca artesanal e suas técnicas desde muito jovens. Normalmente estes conhecimentos são passados de pai para filho ou de pescadores mais experientes para pescadores recém iniciados na atividade (CASTRO, 2013).

O que importa ser discutido aqui não é como se deu o processo de criação das áreas de vilegiatura marítima, posto tal caminho já ter sido percorrido no capítulo anterior, mas como esta prática marítima moderna se entrelaçou na dinâmica da atividade pesqueira.

Pereira (2006) denota a chegada de sistemas técnicos nas áreas apropriadas pelos vilegiaturistas nas décadas de 1970 e 1980. Distribuição de eletricidade para utilização de televisores e rádios, água encanada que possibilitava banhos de piscina e chuveiro, automóveis para o rápido deslocamento entre moradia e segunda residência.

Lima (2002, p. 76-77) acrescenta importante nuance deste processo de chegada dos vilegiaturistas às zonas de praia:

Enfim, o que está posto como possibilidade para além das cidades existentes é a instauração de elementos tipicamente urbanos (em parte virtuais e em parte reais\*) em significativas parcelas do espaço litorâneo. O processo em curso traz como marca o confronto entre os modos de vida das comunidades tradicionais e os da sociedade urbana (que em busca de descanso e de lazer desloca-se para diferentes cenários); e a partir do reordenamento territorial e da incorporação de novas práticas sócio-espaciais, evidencia-se, a partir da década de 1980 um novo momento da história do litoral cearense: acirram-se os conflitos no e pelo direito ao uso do espaço à beira-mar.

É comum observar nas praias, comportamentos e atitudes de moradores e moradoras (principalmente dos adolescentes e jovens) que não dizem respeito a cultura local. Como indicadores dessa realidade, citamos três exemplos: o uso de vestimentas típicas da moda urbana; as cercas e muros que indicam o típico parcelamento do solo das cidades e famílias traçam-se em casa para assistir as novelas (em muitos casos abandonando o hábito de conversar com os vizinhos).

Se a inserção da pesca industrial já causava sérios impactos às práticas tradicionais da atividade, o processo de urbanização litorânea, implementado concomitantemente, quase consegue abolir a pesca artesanal. Até então, o pescador sofria com problemas relativos à escassez de cardumes próximos à costa, à necessidade de respeito ao defeso da lagosta e outras espécies, e ao repasse de maior parte da produção ao atravessador como forma de adquirir renda.

Agora o pescador ainda passa a conviver com a ocupação de áreas estuarinas provedoras de alimento e a ter os terrenos de subsistência especulados pelos *gatekeepers*, sujeitos abordados por Pereira (2006) como os responsáveis por abrir os caminhos para o "morar na praia", através da aquisição de terrenos, da

compra de coqueiros e da grilagem de glebas no litoral. Sobre estas práticas, ressalta Lima (2002, p. 173):

Os especuladores imobiliários (funditários) conseguem a posse da terra, a partir de grilagem (processo de consiste no avanço de cercas e marcos para aumentar o tamanho da área, geralmente em direção às praias e com uso de documentação irregular e fabricada), da compra de coqueiros para reivindicar e garantir a propriedade da terra (referendada numa tradição que diz: "o dono do pé de coqueiro é também o dono da terra"), da compra de lotes a preços insignificantes (frente à rentabilidade dos empreendimentos imobiliários e/ou turísticos) e da cessão de usucapião outorgada pelo sistema judiciário em razão da legislação vigente sobre a questão da terra no Brasil.

Unidas, escassez de recursos para sobrevivência e possibilidades de aquisição rápida de renda, muitas famílias de pescadores recorrem às vendas de terrenos e mesmo das residências na esperança de melhorarem de vida. Assim, passam ocupar regiões mais distantes da faixa de praia, se afastando da pesca e dos meios de produção desta atividade, notadamente as embarcações<sup>66</sup>.

Ainda, há casos de famílias que mudaram-se para a Capital, ocupando regiões periféricas do espaço urbano fortalezense, sendo tais parcelas consideradas por Corrêa (1986) como áreas de urbanização ainda em curso, normalmente localizadas nos limites entre o espaço contínuo e o espaço rural, com consideráveis déficits de serviços urbanos e condições básicas de moradia.

Os membros mais jovens das comunidades marítimas, pelas experiências adquiridas através do contato com os novos integrantes das localidades, buscam a inserção em atividades distantes da pesca e das outras fontes de renda, caso do artesanato e da coleta de crustáceos, moluscos e mariscos.

Citadas experiências junto à sociedade do consumo suscitam a busca por empregos (formais ou informais), qualificação como mão de obra e o aprendizado de ofícios funcionais à dinâmica da urbanização litorânea, caso da construção civil, reparos e ofícios de caseiro nos domicílios de uso ocasional no litoral (CASTRO, 2015)

A reboque do interesse pela moradia na praia, os especuladores e incorporadores verificam outra possibilidade de investimento rentável na zona

---

<sup>66</sup> Enquanto as canoas ficam maior parte do tempo no mar, mesmo quando não estão sendo utilizadas, pela possibilidade e proteção dos materiais (leme, remos, vela, etc.) e esforço necessário para trazê-las à terra, jangadas e paquetes (espécie de jangada menor que não utiliza vela ou leme, somente remo) são fáceis de serem retiradas do mar, além de não resguardarem os instrumentos da pesca.

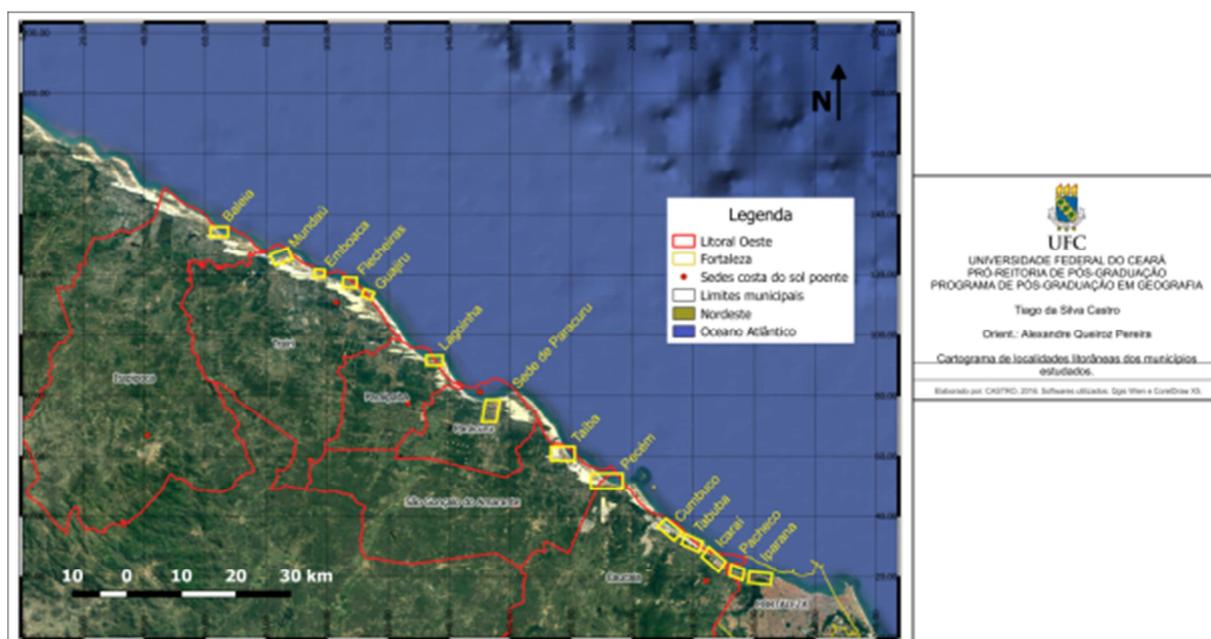
costeira cearense, o sistema de hospedagem. O potencial paisagístico das localidades apropriadas através da especulação fundiária suscitou a instalação de pousadas e hotéis voltados àqueles desejosos de colecionar paisagens.

Mas cabe ressaltar que tal processo não diz respeito somente aos incorporadores externos às localidades costeiras do Ceará, mas também a algumas famílias que conseguiram se capitalizar após vendas de terrenos à beira-mar.

Desta forma as dinâmicas do turismo e da vilegiatura, sobretudo fomentadas através da aplicação das políticas públicas de turismo, se entrelaçam num processo de sobreposição à atividade pesqueira e demais práticas marítimas tradicionais, que ainda sofrem impactos de outras práticas marítimas presentes na área de estudo, caso da atividade portuária, da carcinicultura e da implantação de geradores eólicos.

Estes problemas, intensificados a partir da segunda metade da década de 1990, podem ser constatados em todas as localidades pesquisadas, as quais terão os específicos processos de sobreposição das práticas marítimas abordadas a seguir. O mapa 7 denota as localidades costeiras inclusas na pesquisa.

Mapa 7 - Localidades turísticas inseridas no recorte espacial da pesquisa.



Fonte: IBGE (2010). Elaboração: Castro (2016).

Até a década de 1960, as praias vizinhas a Fortaleza se constituíam por comunidades pesqueiras e extensões ocupadas por dunas, manguezais e

coqueirais, denotando as características naturais da região em questão (PEREIRA, 2012).

Ainda, ao analisar as dinâmicas de ocupação dos litorais de Caucaia e Aquiraz, ressalta Pereira (2006; 2012) que a ação dos incorporadores imobiliários objetiva não somente do lucro proporcionado pelas rentáveis negociações de terrenos e unidades residenciais à beira-mar, mas também a alocação de equipamentos e/ou empreendimentos capazes de polarizar outros investimentos para as localidades costeiras próximas de Fortaleza, desembocando, conseqüentemente, na constituição de vetores de expansão da RMF.

As localidades costeiras de Caucaia têm processo de ocupação pela vilegiatura iniciado em 1970, quando o investidor imobiliário carioca Francisco Martins de Moraes inicia processo de instalação do Centro de Veraneio do Icaraí na localidade de Caraçui, a qual passa a ser chamada de Icaraí (PEREIRA, 2012).

Além disto, citado incorporador cede terrenos para instalação de prédios públicos e alocação da residência de veraneio do Governador do Estado do Ceará, o que acaba por polarizar políticas públicas de instalação de energia elétrica, abastecimento de água e estradas (SILVEIRA, 2010).

Iparana e Pacheco, entre a citada localidade e a cidade de Fortaleza, acabam por incorporar novos habitantes provenientes do crescimento da mancha urbana em Fortaleza, bem como pela busca de espaços propícios ao lazer e turismo nas zonas de praia (ARAÚJO, 2011).

Desta forma tem início processo de periurbanização voltado ao lazer, onde incorporadores e empresas imobiliárias buscam alocar empreendimentos imobiliários e parcelamentos do solo no litoral de Caucaia, sobretudo nas três localidades citadas.

Nos anos seguintes, segundo Pereira (2012), há expansão destas vilas de veraneio e da construção de unidades individuais rumo ao oeste do litoral do município, incorporando as localidades de Tabuba e Cumbuco à lógica de apropriação da zona costeira pelas práticas marítimas modernas, tendo a vilegiatura impactado com maior força que o turismo.

Cita Lima (2002), que o responsável pelo início da urbanização em Cumbuco foi o investidor João Bosco, proprietário de empresa que incorporou e comercializou loteamento na praia. Segundo citada autora (LIMA, 2002, p. 72):

Os moradores, com algumas exceções, foram convencidos a deixar suas antigas casas (em muitos casos recebidas por herança de parentes e antepassados) e passaram a habitar uma pequena área definida pelo loteador.

Constata-se assim, que os incorporadores fundiários e investidores imobiliários foram, de acordo com o estabelecido por Correa (2005), os principais agentes produtores do espaço litorâneo de Caucaia, que somente em seguida recebe a intervenção estatal através da instalação de serviços básicos e da aplicação das citadas políticas públicas de turismo, estas na década de 1990.

As vias e equipamentos estabelecidos após aplicação do PRODETUR-NE suscitaram nova onda de apropriação do litoral de Caucaia, expandindo as tipologias turísticas, (hotéis e *resorts all inclusive*) e imobiliárias (condomínios imobiliários de alto padrão) para o oeste da localidade de Cumbuco, conferindo nova qualidade aos equipamentos alocados na região, inicialmente voltados para o público europeu e efetivamente apropriados pelas classes médias e altas de Fortaleza e pelo público de origem sul-coreana, ocupantes dos postos gerenciais da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP).

Foi através deste processo que grande parte das famílias menos abastadas, notadamente as famílias de pescadores, foi deslocada para áreas ao sul dos loteamentos e residências secundárias que ali se alocaram. Contínua dinâmica de ocupação da orla de Caucaia e os consequentes deslocamentos das camadas mais pobres acabaram por conformar, nas palavras de Pereira (2012), tecido urbano em forma de linha entre as localidades de Iparana e Cumbuco, onde na primeira é perceptível a verticalização dos domicílios permanentes.

No litoral de Caucaia a atividade pesqueira é quase imperceptível, sendo constatados poucos indícios da existência de pescadores. Apesar de Lima (2002), Araújo (2012) e Pereira (2012) terem constatado, através de relatos e jornais, a presença do pescador nas décadas anteriores, atualmente a orla é ocupada por residências, hotéis, condomínios, clubes recreativos e barracas de praia.

Tal fato demonstra que citada referida prática marítima tradicional foi quase completamente suprimida, havendo poucos instrumentos da pesca como

vestígios daquilo que um dia foi atividade característica e presente na imagem do litoral cearense. A figura 14 demonstra indícios da presença de instrumentos da pesca no litoral da localidade de Cumbuco, em Caucaia.

Figura 14 - Presença de instrumentos da pesca (paquetes, jangadas e rolos) na localidade do Cumbuco, em Caucaia.



Fonte: Castro (2015).

O litoral de São Gonçalo do Amarante tem transformação iniciada nos anos posteriores à ocupação da localidade do Icaraí, segundo Albuquerque (2005), processo iniciado na década de 1970 e ampliado em 1980. Citada autora denota, através de relatos e anotações de moradores de Pecém, que (ALBUQUERQUE, 2005, p.89):

No início do século XX, Pecém era um lugarejo isolado, sem estradas que dessem acesso ao lugar, nem mesmo carroçais. Só se chegava lá pela beira-mar, por trilhas dentro da mata. Na praia, bem próximo ao mar, começaram a surgir casebres de palha ou madeira, construídos por pescadores. De acordo com moradores, um dos mais antigos e ilustres imigrantes que chegou ao Pecém foi Raimundo Lauriano.

A chegada de Raimundo Laureano<sup>67</sup> segue a lógica denotada por Batista (2005) de interesse crescente dos incorporadores fundiários pelas localidades litorâneas mais afastadas e tranquilas. Assim como aconteceu nas décadas anteriores no litoral de Caucaia, o processo se repete na dinâmica costeira de São Gonçalo do Amarante, na qual se insere a vilegiatura marítima, a especulação

<sup>67</sup> Citado personagem da história de Pecém dá nome a uma das principais vias que cortam a localidade, ligando Pecém ao CIPP.

fundiária e irrisória dinâmica turística como principais motivações para apropriação do solo. Turismo considerado irrisório pois, a praia que já não recebia grandes fluxos turísticos, viu este número declinar ainda mais após início da instalação do CIPP, em 1995 (BATISTA, 2005).

Vieira (1995 *apud* GOMES, 1999), ao recorrer a relatos de moradores da localidade, verifica que Francisco Laureano:

Ele era de Fortaleza, o seu Raimundo Lauriano. Ele comprou e veio morar aqui. Era um velho bom. Aqui tudo era dele. Isso aqui, tudo, tudo, tudo era dele. Num tinha ninguém se num fosse do gosto dele. Tinha esse pessoal aqui dos Matões que ficava por acolá. Mas isso aqui, por aqui por perto tudo era dele. Ele comprou esse Pecém dum senhor aqui que chamavam de Joca. Aí, quando o pescador vinha pra cá, quando chegava aqui, dizia assim: '- Seu Raimundo, eu quero que o senhor me dê uma morada aqui no Pecém'. 'Eu vou lhe dá uma morada pra você fazer uma casa'. Aí ele falava assim: 'Faça aqui. Essa casa aqui, você faça aqui. Tira 20 metros de fundo pra fazer o quintal, aí esse aqui você vai criar os seus filhos e os seus netos, mas quando você sair daqui, você venda sua palhoça e deixe a minha terra. A terra é minha, você não venda'. Com o tempo o seu Lauriano morreu. Os herdeiros venderam os terreno. O seu Luiz comprou a salina, comprou tudo quanto foi de casa, comprou tudo. Aí, depois foi chegando em 1950 até 60, foi fazendo casinha de telha, né? Já tinha estradazinha. Às vezes em costa de burro, traziam as telhas, os tijolos, pra fazer as casinha.

Segundo Albuquerque (2005), durante maior parte do século XX, a dinâmica local estava pautada na retirada de recursos naturais para subsistência, tendo como principais atividades a pesca, as plantações e a extração de sal. Com a venda das terras que pertenciam à Laureano, houve maior parcelamento da terra na localidade, quando se verifica, segundo o relato acima exposto em Gomes (1999), construções de casas de alvenaria nas décadas de 1950 e 1960.

Na década de 1970 é delimitada a zona urbana do Pecém, suscitando a instalação de sistema de distribuição de energia elétrica e iluminação nas duas principais ruas do Pecém, via gerador (ALBUQUERQUE, 2005). A vilegiatura marítima, timidamente iniciada nas décadas anteriores, ganha impulso com tais possibilidades recém incorporadas à dinâmica local, como exposto por Pereira (2006) em relação às comodidades constituintes de um modo de vida urbano.

A chegada destes novos sujeitos no cotidiano socioespacial de Pecém suscita também o crescimento do comércio e serviços voltados ao atendimento deste público mais exigente. Processo este que passa por outro redimensionamento com a instalação do CIPP. Assim, há toda uma transformação na dinâmica e no

perfil de ocupação da vila de pescadores do Pecém, que Batista (2005, p.189-190) caracteriza:

A atividade turística teve pouca duração, pois com a instalação do porto, Pecém deixou de ser atração. De acordo com a comunidade, as pousadas que ainda se mantêm foram alugadas para os trabalhadores ligados à obra portuária. Além disso, algumas foram vendidas para os estrangeiros, especialmente suíços que começaram a inserir-se no distrito no começo do século XXI. Os moradores acreditam que esses estrangeiros estão procurando a região de São Gonçalo, sobretudo no distrito de Pecém, com o interesse em montar algum negócio. Os moradores ressaltam ainda, que esses estrangeiros estão contribuindo para a prostituição na vila, uma vez que as meninas se aproximam deles com o intuito de conseguir algum dinheiro, ou ainda, uma oportunidade para ir para o exterior. Constatou-se esse fato nas visitas de campo ao observar-se os tipos de clientes que se acostavam nos bares no final de tarde.

O número de pousadas aumentou com o anúncio da instalação do porto, segundo a Sra. Vitória de Carvalho, moradora de Pecém. Com o reflexo da instalação dessa grande obra, o lugarejo atraiu elevado contingente populacional em busca de trabalho. Chegou-se a ocupar por volta de duas mil pessoas, além da capacidade habitacional da vila. No momento, criou-se a idéia de prosperidade, o que duraria poucos anos. Vale ressaltar que em torno de 40% dessa mão-de-obra era local, do Pecém e de áreas vizinhas. Após a fase da construção, os trabalhadores foram embora, sobretudo os engenheiros e técnicos. Com o esvaziamento, o que se percebe são as pousadas fechadas a espera de um feriado ou um dia festivo (Semana Santa, Carnaval).

Ainda, Albuquerque (2005) cita que à medida que a especulação fundiária cresceu na localidade, as dunas foram sendo ocupadas desordenadamente, enquanto as famílias de pescadores foram vendendo suas propriedades para incorporadores fundiários e plantas industriais polarizadas pelos incentivos fiscais oferecidos pelo poder público municipal e estadual às empresas alocadas no CIPP.

Tal processo incorreu na formação de ocupações de baixa renda nas ruas ao sul da linha de costa, mais especificamente rumo ao oeste da localidade, na vila do Pecém, além do crescimento dos parcelamentos de terra nas vias de acesso à localidade.

Constata-se assim que o processo de produção do espaço urbano de Pecém foi encetado por especuladores fundiários, adquirindo grandes glebas a serem parceladas posteriormente, e tal processo foi continuado pelo Estado, ao instalar infraestruturas viárias, distribuição de água e energia, num primeiro momento, e melhorando tais infraestruturas nas décadas seguintes através do PRODETUR-NE I, voltado ao turismo, e da alocação de complexo portuário e industrial como equipamento polarizador de novas unidades produtivas, serviços diversificados e empreendimentos imobiliários.

Mas Pecém não é a única localidade costeira do município de São Gonçalo do Amarante que passou por processo de sobreposição de práticas marítimas. A localidade de Taíba, a oeste de Pecém, tem seu processo de transformação iniciado na década de 1980, período no qual, segundo relato de pescador colhido em campo, o especulador fundiário José Lino da Silveira chegou à praia de Taíba cercado grandes glebas de terra, na atual região que compreende a praia do Morro do Chapéu (porção leste da localidade, onde se localiza o *Taíba Beach Resort*) e parte da praia do Centro.

A partir da aquisição da terra, citado incorporador passou a comprar terrenos pertencentes aos pescadores, possuindo não somente as glebas entre as dunas, mas também maior parte das terras à beira-mar, com intuito de comercializá-las com os interessados no veraneio.

Verifica-se assim a intensificação da urbanização na orla entre a praia do Centro e Taibinha, a porção oeste da localidade, sendo tomada por segundas residências de diversos portes: casas de alto padrão no limite da praia do Morro do Chapéu com a praia do Centro, baixo padrão na orla desta última, médio e alto padrão em Taibinha. O perfil das residências à beira-mar de Taíba é apresentado na figura 15 e 16.

Figura 15 - Residência secundária de alto padrão entre as praias do Morro do Chapéu e a praia do Centro, localidade de Taíba.



Fonte: Castro (2016).

Figura 16 - Ocupação da orla da praia do Centro, composta por residências fixas, residências secundárias de baixo e médio padrão, comércios e embarcações.



Fonte: Castro (2016).

Taíba, ainda apresenta pescadores na faixa costeira, mas grande maioria destes mora em ruas afastadas da faixa de praia, como verificado em relatos coletado em campo. Há grande número de segundas residências disponíveis à venda ou à locação, as quais, segundo moradores, têm atendido às demandas de moradia fixa, impulsionadas pela proximidade do CIPP.

Enquanto na praia de Taibinha há considerável presença de terrenos em processo de especulação fundiária, que se estendem até o extremo oeste do município, bem como hospedagens e segundas residências voltadas ao atendimento do público estrangeiro praticante de esportes náuticos, caso específico do *kite surf*.

Constata-se ainda que o vetor de expansão da localidade se dá rumo ao leste, na praia do Morro do Chapéu, onde cresce o número de terrenos à venda para alocação de condomínios e residências unifamiliares. Tal expansão denota a importância da alocação do complexo turístico residencial norueguês Taíba *Beach Resort* para dinâmica da vilegiatura local. Em estudo sobre a localidade, Ferla e Lehugeur (2007, p. s/n) constataam a percepção dos moradores em relação à chegada do turismo em Taíba:

A análise das respostas do questionário aplicada a uma amostra da população nativa, em relação ao tempo de percepção das atividades

turísticas no local, demonstrou que 10% perceberam a atividade turística no distrito há cinco anos, 44% há dez anos, 27% há 15 anos e 19 % há nove anos. O resultado condiz com o desenvolvimento do turismo na região litorânea e, coloca o distrito como integrante desse processo.

As hospedagens existentes na localidade são todas de pequeno porte, caracterizadas como pousadas ou albergues. Além disto, poucas se encontram no litoral, estando presentes nas ruas do interior da localidade. Na busca por induzir maiores fluxos turísticos na localidade, as vias de acesso e alguns equipamentos públicos, caso das praças e do mirante, passaram por processos de melhoramento, através de políticas urbanas locais, no caso da limpeza urbana e reformas de vias e acessos, e políticas de turismo, caso do PRODETUR-NE e do PROINFTUR.

Assim, pode-se afirmar que a produção da localidade de Taíba foi iniciado, a exemplo de Pecém, pelos incorporadores imobiliários, que atuaram fortemente no parcelamento do solo, sendo estes seguidos pelo poder público, atuando na instalação de infraestrutura básica de acesso e urbanismos. Em relação aos empreendedores turísticos, o citado *resort* exerce principal função na produção do espaço litorâneo voltado ao lazer em Taíba.

Tem-se assim quadro característico de São Gonçalo do Amarante, onde a vilegiatura marítima voltada ao lazer atingiu as duas localidades, mas atualmente encontra-se refuncionalizada para atendimento da demanda por moradia da força de trabalho das empresas do CIPP. O setor de hospedagem, em Pecém, atende à mão de obra do CIPP, enquanto em Taíba sofre com a sazonalidade dos períodos de baixa estação.

Atualmente os tecidos urbanos das duas localidades encontram-se em formato de manchas, caracterizadas, de acordo com Pereira (2012) pelo perfil horizontal. Com os vetores de expansão verificados em Pecém (para o oeste) e Taíba (para leste e oeste), é possível que nos próximos anos, através do intenso processo de urbanização compelido pela dinâmica do CIPP, as duas localidades formem mancha urbana no formato de linha por todo litoral do município<sup>68</sup>.

Paracuru tem o processo de urbanização litorânea pautado no vetor introduzido pela unidade da Petrobrás e pela ocupação da Sede. Considerando o

---

<sup>68</sup> Lembrando do atual processo de especulação fundiária na região do lagamar do Cauípe, entre Cumbuco (Caucaia) e Pecém (S. Gonçalo do Amarante), pode-se inclusive pensar num processo de urbanização litorânea capaz de conceber linha de ocupação contínua partindo do limite Fortaleza-Caucaia ao limite São Gonçalo do Amarante-Paracuru.

percebido na história de grande parte das sedes municipais, a ocupação inicial de Paracuru partiu da edificação da capela de Nossa Senhora dos Remédios junto ao vilarejo de pescadores existente na localidade, na década de 1860, por intermédio do Pe. João Francisco Nepomuceno da Rocha.

É então que no entorno desta capela passam a se instalar as residências da citada vila (ARRUDA, 2013). Nas nove décadas seguintes, até 1955, Paracuru alternou como distrito pertencente dos municípios de Trairi e São Gonçalo, tendo ainda, após a emancipação, sofrido a perda do distrito de Paraipaba, atual município a oeste de Paracuru (IBGE, 2016).

Constata-se ainda, segundo Sousa (2007), que a partir de meados da década de 1980 começam a surgir segundas residências, bem como a expansão do número de moradias na zona urbana em relação à zona rural do município. E a partir da década de 1990 se constata real aumento da urbanização na localidade. As residências de pescadores que se encontravam no litoral nas décadas anteriores, como denota Arruda (2013), atualmente se localizam em ruas que dão acesso à praia, sobretudo na porção leste da localidade, próximas às dunas de Paracuru.

Cabe ressaltar que pelas características denotadas na visita realizada e nos relatos dos moradores, a unidade de operações da Petrobrás, o Campo Petrolífero de Xaréu, desde 1970 exerce importante influência na urbanização da localidade, suscitando expansão no sistema de hospedagens e na ocupação costeira ao norte do campo das dunas de Paracuru, região que liga o núcleo urbano à localidade de Periquara. Bares, restaurantes e barracas de praia atendiam a mão de obra da unidade nos períodos de folga, bem como hospedavam estes através de contratos corporativos com a empresa em questão.

Pode-se denotar que o processo de urbanização da sede de Paracuru encontra, inicialmente, a população como principal agente produtor do espaço, sendo esta a responsável pela expansão inicial do núcleo em questão. Nos anos mais recentes, o Estado tem importante atuação (alocação da Petrobrás e das vias implantadas), seguido pelos especuladores fundiários nas últimas décadas.

Mas a ocupação costeira a leste de Paracuru já foi maior. Onde atualmente se encontram residências de pescadores, a dinâmica das dunas tem causado sérios problemas, soterrando qualquer tentativa de ocupação na região.

Segundo o proprietário de hospedagem em Paracuru, nas décadas de 1980 e 1990, haviam diversas barracas de praia, bares e restaurantes de pequeno porte, que foram encobertos pelas dunas de Paracuru, processo ainda existente. Ainda, segundo relatado, há cerca de 1 (um) quilometro de construções soterradas pelas dunas que se estendem da praia de Paracuru à praia da Pedra Rachada. A figura 17 mostra a tentativa de frear a dinâmica eólica na localidade.

Figura 17- Parte das dunas coberta de palhas de coqueiros, na tentativa de barrar o avanço destas.



Fonte: Castro (2016).

Apesar de tais esforços, as residências junto às dunas estão condenadas a serem soterradas nos próximos anos, posto a duna mostrada na figura acima ter soterrado a cerca da residência. Mas não é somente em relação à dinâmica costeira que a dinâmica das dunas de Paracuru preocupa, mas também no restante da zona urbana da Sede, pois a APA das Dunas de Paracuru ocupa toda a porção leste do núcleo urbano, enquanto maior parte das dunas se caracteriza por ser móvel.

Na localidade ainda podem ser verificados três vetores de expansão bem claros, dois datados das décadas de 1980 e 1990, e outro mais recente. Junto ao limite sul da APA das Dunas de Paracuru, foi construída, na década de 1970, via que liga a sede urbana à praia de Periquara, onde está localizado a unidade operacional da Petrobrás no município. Citado caminho abriu novas possibilidades

tanto à moradia fixa quanto à vilegiatura, suscitando considerável expansão rumo ao leste do município durante a década de 1980.

O segundo vetor de urbanização da Sede de Paracuru se constituiu devido à instalação de um dos equipamentos pautados pelo PRODETUR-NE I, o Centro de Promoção Turístico Ambiental (CPTA)<sup>69</sup> do rio Curu, instalado em meados da década de 1990. Planejado com o objetivo de proteção e uso sustentável e turístico do citado recurso natural, este equipamento tornou necessária a construção de via que ligasse a sede urbana à foz do rio, e foi junto desta via que se instalaram diversas hospedagens, algumas comunidades e, principalmente residências de alto padrão que ocupam a orla a oeste do núcleo urbano de Paracuru.

O terceiro vetor de expansão encontra-se ao sul do núcleo urbano, onde é crescente o número de loteamentos e terrenos em processo de especulação (CASTRO; PEREIRA, 2015). Segundo funcionário de barraca de praia, houve, no último quinquênio, crescimento considerável do setor imobiliário no município, impulsionado pela proximidade do CIPP, percurso facilitado pela duplicação da CE-085 através do PROINFUTUR. A figura 18 apresenta os três vetores de expansão.

Figura 18 - Os três vetores de expansão da Sede de Paracuru.



Fonte: Google (2016).

<sup>69</sup> As infraestruturas implantadas pelas políticas de turismo em cada um dos municípios estudados serão abordadas no próximo tópico, onde serão abordados os objetivos e localizações dos CPTA.

Desta forma, a morfologia urbana de Paracuru se caracteriza por mancha isolada, que cresce de forma perpendicular à linha de costa, rumo ao sul do município. Ainda, a ocupação se constitui pelo padrão horizontal, com algumas ocorrências de edifícios de até quatro pavimentos, não verificados na orla.

Pode-se destacar que Paracuru, devido ao status de sede municipal portadora de serviços bancários, gastronômicos e comerciais de maior envergadura, possui um sistema de hospedagem bem mais completo, com pelo menos três hotéis de médio porte (cerca de 50 quartos), algumas pousadas bem estruturadas e hospedagens de menor qualidade.

Os fixos da vilegiatura marítima encontram-se dispersos no núcleo urbano e mais dispersos nos vetores leste e oeste da sede municipal, onde neste último, divide o acesso à orla com pequenas ruas e terrenos em franco processo de valorização fundiária (CASTRO; PEREIRA, 2015). A figura 19 ressalta as residências que ocupam a orla de Paracuru.

Figura 19 - Ao fundo, residências de considerável porte disputam espaço com a vegetação na orla de Paracuru.



Fonte: Castro (2015).

O município de Paraipaba possui apenas a localidade litorânea de Lagoinha, sendo este núcleo urbano de pequeno tamanho localizado a oeste do promontório no centro do litoral do município, tendo este, segundo Paiva (2010), constituído dinâmica de recepção ondas, formando praia de formato côncavo a

oeste, o que constituiu espaço visualmente propício ao lazer e ocupação costeira, que é iniciada a partir de meados da década de 1970.

Segundo Martins (2011), o vereador do município Milton Barroso Góes, começou a comercializar terrenos do vilarejo de pescadores com fortalezenses interessados em adquirir uma segunda residência na região. Nos anos seguintes, o citado especulador fundiário instalou um bar na praia, que permitia que os visitantes passassem o dia na localidade, constituindo, portanto, turismo de apenas um dia.

A partir destes marcos começam a serem instaladas hospedagens e segundas residências na região acima das falésias, enquanto barracas de praia e hotéis de maior porte ocupam a faixa de praia, dividindo espaço com os instrumentos da pesca, caso das peças das jangadas e canoas.

Apesar de possuir temporalidade dos acontecimentos semelhante às outras localidades litorâneas, até o século XXI, Lagoinha não recepta outros vetores de urbanização, se constituindo no núcleo que cresceu no entorno da Capela de Nossa Senhora dos Prazeres, pouco expandido pela ocupação voltada às práticas marítimas modernas. A figura 20 mostra os instrumentos da pesca em Lagoinha.

Figura 20 - Instrumentos da pesca e pescadores presentes na orla de Lagoinha.



Fonte: Castro (2015).

Verifica-se assim, que até a década de 1990, os principais agentes produtores do litoral de Paraipaba era a pessoa do especulador imobiliário, que conta também com o poder público no processo de instalação de energia elétrica, na década de 1970. Já no século XXI, verificam-se novas dinâmicas na localidade, pautadas pelos investimentos turísticos internacionais e pela inserção das tipologias do imobiliário turístico no litoral cearense.

Citadas no capítulo anterior, as alocações de dois novos empreendimentos corroboram para a constatação dos agentes produtores do espaço em Lagoinha, notadamente incorporadores fundiários e a construção civil associada ao setor hoteleiro internacional. O empreendimento Aldeias de Lagoinha, pautado em 2014 por junção de empresários brasileiros e construtora espanhola, atualmente está na primeira fase, que se estende rumo ao leste da localidade.

Se constituídas as sete fases do citado loteamento, segundo informações coletadas no local das obras, a morfologia urbana da localidade constituir-se-á por linha de caráter horizontal que se estenderá até o limite entre Paraipaba e Paracuru (CASTRO; PEREIRA, 2015). A figura 21 traz imagem de satélite mostrando a localização do citado empreendimento.

Figura 21 - Localização do Aldeias dos Coqueirais, primeira fase do Aldeias de Lagoinha.



Fonte: Google (2016).

Na porção oeste do município houve, em 2006, processo inicial de alocação do já citado *Lagoinha Suites Resort*, empreendimento hoteleiro e imobiliário proveniente de capital português. Cabe lembrar que no processo de instalação, órgãos públicos agiram de forma a permitir como a barrar a finalização das obras do citado empreendimento, possuindo, assim, importante atuação na produção da porção oeste de Lagoinha. Com o embargo e conseqüente abandono das obras, as ruínas estão ocupando espaço que poderia ser utilizado para ocupação por pousadas ou segundas residências. Assim, não se constata vetor de expansão para o litoral oeste do município.

Através destas dinâmicas, constata-se importante setor hoteleiro em Lagoinha, sendo este considerável componente da cadeia produtiva do turismo local, que conta com restaurantes de qualidade considerável, pousadas voltadas aos praticantes do *kite surf*, barracas de praia com certa estrutura e serviços de aluguel de quadriciclos. A figura 22 denota as barracas e pousadas presentes na orla da localidade em tela.

Figura 22 - Barracas de praia (abaixo) e pousadas (acima) presentes na orla de Lagoinha.



Fonte: Castro (2015).

Como constatado no capítulo anterior, a vilegiatura marítima em Paraipaba cresceu consideravelmente nos últimos anos, constituindo parte da ocupação nos quarteirões ao sul da localidade, junto às moradias de pescadores, não mais localizadas juntas à faixa de praia. Com a constituição do citado empreendimento imobiliário, este crescimento da vilegiatura marítima em Lagoinha poderá ser ainda mais notável nas próximas décadas. Mas, ainda, há muitos terrenos vazios na localidade, o que revela processo recente de apropriação.

Os indícios da presença da atividade pesqueira encontram-se apenas num pequeno espaço da praia, sendo fácil, através da arquitetura, diferenciar as moradias de pescadores do restante das ocupações residenciais, pois como cita Martins (2013, p. 28):

Com o maior fluxo de visitantes no distrito em busca de novos empreendimentos voltados para o turismo, que no futuro possam instala-se na APA, podem causar impactos negativos na cultura local, como a perda de identidade com as profissões tradicionais exercidas por seus antepassados, como de pescadores e rendeiras, os moradores deixarem de exercer suas funções locais para trabalhar no mercado turístico, como garçons e camareiras, perdendo suas identidades, assim como não ensinarão aos filhos as artes tradicionais ensinadas por seus pais.

Assim, pode-se inferir que a pesca perdeu espaço, assim como a vilegiatura marítima e o turismo obtiveram crescimento considerável nos últimos anos, práticas favorecidas pelas políticas de turismo e fácil aquisição de terrenos à beira-mar na região.

No município de Trairi são encontradas quatro localidades costeiras dinamizadas, até meados da década de 1950, pela pesca e pelas atividades de subsistência. O litoral do município verifica processo de especulação inicial na década de 1960 quando, segundo relatos coletados pela Rede Cearense de Turismo Comunitário – TUCUM (2011), chegam os primeiros visitantes em busca do lazer nas praias do município, que naquele momento não possuíam hospedagens.

Na década de 1980 é constatada instalação de pousadas na praia de Flecheiras, impulsionadas pela criação de via de acesso entre a sede municipal e a citada localidade, fatos que se repete em 1996, possibilitando a ligação entre Flecheiras e Guajiru por estrada de piçarra que fornece aos visitantes a possibilidade de alcançar as duas localidades em questão (CORIOLANO, 2002).

Emboaca, a oeste de Flecheiras, não foi beneficiada por estradas no período em questão, resguardando característica de vila de pescadores envolta por dunas, havendo somente residências e as embarcações na faixa de praia. Somente com o PRODETUR-NE I há instalação de via que parte da Sede urbana rumo ao litoral e divide-se em duas vias paisagísticas que seguem, respectivamente, a leste, rumo à Flecheiras e Guajiru, e a oeste, rumo à Emboaca e Mundaú.

Já Mundaú possuía como único acesso a estrada que segue da Sede pelo distrito de Canaan até o litoral no extremo oeste do município, onde deságua o rio Mundaú. Segundo Mendes (2012), se ao lado do rio Mundaú conserva ares de vila de pescador, havendo o porto das embarcações, a orla desta localidade passa a receber pousadas e segundas residências, que nas décadas seguintes aumentam em número e modificam a paisagem e morfologia urbana da localidade.

Desta forma, o poder público facilita o acesso às localidades costeiras de Trairi, o que acaba por configurar processo inicial de instalação de segundas residências e hospedagens em Flecheiras, Guajiru e Mundaú, num primeiro momento, e posteriormente na localidade de Emboaca. A partir da década de 1990, há crescimento do processo de especulação fundiária nas localidades de Flecheiras e Guajiru, notadamente as mais dinamizadas pelo turismo. Este processo, segundo Coriolano (2002, p.124) significa que:

O litoral, que abrigava comunidades nativas, que era um lugar de pesca, de trabalho artesanal, de sossego, passou a ser um lugar de entretenimento, de agitação, dos finais de semana e, posteriormente, do turismo. A descoberta do litoral para o lazer desencadeou outras atividades além daquelas dos especuladores do solo urbano. Além da presença das famílias de Fortaleza que vão para as segundas residências, conta-se, agora, com veranistas, excursionistas e turistas. Todo esse processo de comercialização do solo e do lazer tem transformado o espaço natural de Flecheiras e Guajiru em um espaço produzido.

Então os especuladores fundiários tornam-se importantes no processo de produção do espaço litorâneo das duas localidades, sendo estes responsáveis pelo deslocamento das comunidades pesqueiras para o sul de Guajiru e para o leste de Flecheiras. Emboaca tem mudança inserida com a instalação de algumas barracas de praia e pousadas de pequeno porte às margens da rodovia que leva a Mundaú, conferindo aos empreendedores a autoria das principais mudanças na localidade.

Enquanto em Mundaú, o processo de especulação se deu na região próxima à praia, suscitando instalação de equipamentos de lazer, comércios e as

pousadas, enquanto pescadores e suas famílias se concentraram em residências próximas ao rio Mundaú (MENDES, 2012). A figura 23 mostra a região onde estão alocados os barcos e residências de pescadores.

Figura 23 - Local de ancoragem das embarcações e alocação de residências de pescadores (atrás dos barcos) em Mundaú.



Fonte: Castro (2014).

Cabe notar que citados processos incorrem na configuração de vetores de expansão específicos em cada uma das localidades do litoral trairense. Flecheiras, que teve como resultado do processo de desterritorialização das comunidades pesqueiras o deslocamento destas para o leste da localidade.

Verifica-se assim a retomada da dinâmica de especulação fundiária após as ocupações de baixa renda, onde se constituiu o *condoresort* Flexeiras Eco Residence e diversos terrenos e residências de médio e alto padrão. Estes terrenos e residências se estendem por, pelo menos, um (1) quilômetro e meio, ou seja, metade da atual distância entre Flecheiras e Guajiru<sup>70</sup>.

---

<sup>70</sup> Coriolano (2002), ao realizar estudo sobre estas duas localidades de Trairi, constatou, à época, que a distância entre estas era de seis (6) quilômetros. Desta forma, é perceptível que desde a década de 1990 houve expansão nas duas localidades, onde Guajiru se expandiu para o oeste e Flecheiras para leste.

Guajiru recebe maior número de hotéis e pousadas, estas últimas notadamente ligadas à prática do *kite surf*. Porém, também são verificáveis ocorrências de condomínios residenciais e segundas residências de alto padrão, que dividem espaço na orla com terrenos em processo de valorização. Além destes, também são constatáveis o cercamento de terrenos e a construção de residências de alto padrão na porção oeste da localidade, sobretudo junto à rodovia CE-346 que liga Guajiru a Flecheiras. A figura 24 exibe a venda de terrenos nesta localidade.

Figura 24 - Placa de anúncio de vendas de lotes na porção oeste de Guajiru.



Fonte: Google (2016).

Citados vetores de expansão das duas localidades podem, nos anos seguintes, corroborar para constituição de morfologia urbana em forma de linha com característica horizontal, composta por unidades e condomínios residências com até 2 andares, entre Flecheiras e Guajiru. Mas tal processo não deverá se estender mais que isto, pois um possível crescimento de Emboaca restringir-se-ia devido à Área de Proteção Permanente das Dunas de Trairi, sendo constatáveis apenas poucos terrenos cercados às margens da CE-163.

Em Mundaú há tendência de crescimento para o sul da localidade, onde são verificáveis pequenos loteamentos, terrenos avulsos e conjuntos de casas recém-construídas junto à área de dunas. Desta forma, Mundaú e Emboaca formam manchas urbanas de características horizontais, das quais Mundaú verifica

considerável expansão rumo ao campo de dunas ao sul. A figura 25 demonstra o processo de crescimento da ocupação em Mundaú.

Figura 25 - Localização dos terrenos na porção sul da localidade de Mundaú (em amarelo).



Fonte: Google (2016).

Assim, pode-se afirmar que no litoral de Trairi ainda estão em evidência as práticas marítimas tradicionais, apesar da recente perda de espaço em relação às práticas marítimas modernas, notadamente o turismo e a vilegiatura. Em relação à urbanização do litoral trairiense, as políticas de turismo foram fundamentais para a aceleração do processo, em especial no caso do PRODETUR-NE II, que implantou os principais equipamentos nas localidades município.

O último município incluso é Itapipoca, que possui a localidade de Baleia como espaço litorâneo voltado às práticas marítimas modernas<sup>71</sup>. Baleia, a exemplo das outras localidades estudadas, tem ocupação inicial pautada na moradia das famílias ligadas à pesca e à subsistência. A partir da década de 1980 começam a se instalar alguns empreendimentos voltados à hospedagem, assim como barracas de praia. Tal processo se inicia, segundo relatos de antigos moradores de Baleia, após a compra de grandes glebas da terra local por investidores espanhóis, no processo inicial de especulação sobre o complexo turístico Cidade Nova Atlântida.

<sup>71</sup> Itapipoca ainda possui o assentamento Maceió na porção oeste do litoral do município, porém tal localidade, composta por 10 comunidades (Apiques, Bom Jesus, Mateus, Córrego da Estrada, Barra do Córrego, Coqueiro, Humaitá, Lagoa Grande, Maceió e Bode), não suscita investimentos públicos em relação à atividade turística, havendo somente processos de especulação fundiária na localidade, como verificado por Castro (2015).

A partir deste momento se constata alocação de diversas barracas de praia com serviços de baixa qualidade, pousadas de pequeno porte e interesse inicial pelas possibilidades disponíveis à vilegiatura marítima. É neste período que são alocadas as primeiras residências de veraneio na localidade em questão, distantes uma das outras e dividindo espaço harmonicamente com as residências de pescadores (CASTRO, 2013).

Até a década de 1990, segundo Castro (2015), a paisagem da porção leste da localidade, conhecida como praia de Pedrinhas, era formada por residências de pescadores cercadas por manguezais e coqueirais, onde também eram alocados os terrenos de subsistência. Na porção oeste da localidade, conhecida como Baleia<sup>72</sup>, desde 1980, o processo de ocupação é suscitado pelos estabelecimentos citados, muitos pautados por moradores da localidade capitalizados através da pesca e venda de algumas propriedades fundiárias.

A partir de meados de 1990, cresce o processo de especulação fundiária na localidade, quando diversas das residências de pescadores são compradas por investidores do ramo hoteleiro e pessoas desejosas de possuir uma segunda residência em Baleia. Dessa forma, muitos dos moradores que não migraram para a Capital passaram a residir em ruas ao sul da faixa de praia (CASTRO, 2015). Ainda, neste momento os próprios interessados no turismo e na vilegiatura marítima são os principais agentes produtores do espaço de Baleia, sendo estes fortalezenses e estrangeiros que negociam a compra dos terrenos das famílias de pescadores.

Após 2005, há modificações em relação à qualidade dos estabelecimentos de hospedagem e gastronômicos existentes em Baleia, que passam a se estender até a porção leste da localidade, mas ainda de forma rarefeita, notadamente constatável pela permanência de grande parte da cobertura vegetal de mangue existente na orla de Baleia (CASTRO, 2015).

A vilegiatura na localidade se constitui por unidades unifamiliares, e quando estão associadas num mesmo terreno, se assemelham mais a vilas do que a condomínios residenciais, fato que poderia ser diferente caso os empreendimentos

---

<sup>72</sup> Castro (2015) ressalta que esta porção da localidade também era conhecida popularmente de Inferno ou Inferninho, pois era onde se alocaram as barracas e bares que realizavam festas que lotavam a praia de moradores embriagados, o que fazia com que muitos dos jovens moradores de outras porções da localidade fugissem de casa para participarem dos festejos.

ligados aos investidores espanhóis e portugueses tivessem finalizado as respectivas obras, exemplos abordados por Castro (2013) da Cidade Nova Atlântida, do Rias Baixas e do Praia do Pirata, que serão tratados mais à frente.

Através das modificações na porção oeste da localidade em função do da atividade turística, pode-se constatar surgimento de vetor de expansão rumo ao sul das ruas ocupadas por famílias de pescadores, notadamente ligadas ao desmembramento dos membros mais jovens das famílias. Cabe notar que esta expansão se dá sem a implantação de condições sanitárias e de tráfego, incorrendo numa série de problemas de acesso e poluição de lençóis freáticos. A figura 26 denota o processo de ocupação ao sul da localidade nos últimos anos.

Figura 26 - Processo de mudança das residências de pescadores entre os anos de 2004 e 2013.



Fonte: Google (2015). Elaboração: Castro (2015).

Destarte, compreende-se que Baleia possui morfologia urbana em formato de mancha com característica horizontal, mais densa na porção oeste e rarefeita na porção leste, sendo nesta onde se verifica grande parte da vegetação de manguezal da área, que há muito servia de limite natural para as propriedades destacadas de vermelho na imagem do ano de 2004.

Ainda, há processo velado de segregação socioespacial, nos termos de Lefebvre (2001), através do qual as famílias de pescadores que viviam em íntima relação com a natureza foram deslocadas para a área em questão, impulsionadas não somente pela venda dos terrenos aos empreendedores turísticos e vilegiaturistas, mas também pelo processo de grilagem de investidores espanhóis, favorecidos pelo discurso estatal em relação à posse da terra na região.

Segundo Castro (2013), há considerável redução no número de pescadores profissionais, posto muitos terem se aposentado e os mais novos não se interessarem pela atividade, devido aos perigos e à pouca lucratividade. Assim, a pesca e outras atividades artesanais (renda de bilro, réplicas de jangadas, coleta de algas, mariscagem) estão gradualmente caindo em desuso.

Desta forma, Baleia possui um setor hoteleiro de pequena proporção, um avanço da vilegiatura marítima que não chega a modificar grande parte da orla, assim como algumas barracas de praia concentradas na porção oeste da localidade. A figura 27 demonstra a vegetação preservada a partir da área de vilegiatura, na porção leste da localidade.

Figura 27 - Vegetação de manguezal e coqueirais presente na orla de Baleia, Itapipoca-CE.



Fonte: Castro (2013).

Tomando como base o processo histórico de apropriação das citadas localidades litorâneas, é possível afirmar que as últimas duas décadas foram de intensas transformações no litoral oeste do Ceará, iniciadas pela espacialização autônoma das práticas marítimas modernas e amplificadas pela inserção das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da atividade turística.

Cabe abordar, ainda, a ocupação das áreas em franco processo de urbanização nos municípios, notadamente as localidades litorâneas e as sedes municipais, das quais as primeiras se inserem num processo de urbanização voltada às práticas marítimas de lazer, como inferido por Dantas (2009) e Pereira (2012), enquanto as sedes municipais e respectivos entornos buscam, gradativamente, incluírem-se nas dinâmicas da reestruturação produtiva do território cearense, pautada na inserção de sistemas técnicos na produção agropecuária e na alocação de plantas industriais de bens não duráveis (CASTRO, 2015).

Desta forma constata-se parcelas dos territórios municipais com números demográficos em franco declínio, enquanto nas áreas em vias de urbanização há crescimento populacional ligado à busca de melhores condições de emprego e renda, seguindo o afirmado por Olga Becker (1997) de que a mobilidade populacional é fortemente induzida pelos movimentos do Capital, criando demandas de disponibilidade de mão de obra em forma de empregos e do exército de reserva. A tabela 10 mostra a evolução da população urbana nos municípios estudados.

Tabela 10 - Evolução da população residente na zona rural e urbana nos municípios do Litoral Oeste do Ceará.

Evolução da população residente nos municípios do Litoral Oeste do Ceará									
Censo	1991			2000			2010		
População	Rural	Urbana	Rel. (Rur. - Urb.)	Rural	Urbana	Rel. (Rur. - Urb.)	Rural	Urbana	Rel. (Rur. - Urb.)
<b>Caucaia</b>	17.498	149.773	10,5% - 89,5%	24.391	230.320	9,6% - 90,4%	35.211	290.220	10,8% - 89,2%
<b>São Gonçalo do A.</b>	11.458	17.999	38,9% - 61,1%	13.661	22.077	38,2% - 61,8%	15.353	28.537	35% - 65%
<b>Paracuru</b>	9.624	11.147	46,3% - 53,7%	10.738	16.673	39,2% - 60,8%	11.047	20.589	34,9% - 65,1%
<b>Paraipaba</b>	11.950	7.841	60,4% - 39,6%	12.782	12.680	50,2% - 49,8%	16.606	13.435	55,3% - 44,7%
<b>Trairi</b>	28.683	7.661	78,9% - 21,1%	30.114	14.413	67,6% - 32,4%	32.638	18.784	63,5% - 36,5%
<b>Itaipoca</b>	44.061	34.670	56% - 44%	46.186	48.481	48,8% - 51,2%	49.156	66.909	42,4% - 57,6%

Fonte: IBGE (1991; 2000; 2010). Elaboração: Castro (2016).

Caucaia, que na década de 1960 inicia processo de urbanização litorânea, mantém níveis de população urbana próximos aos 90% do total,

constituindo-se assim pela ocupação eminentemente urbana na sede, que se funde à malha urbana da capital, nos eixos rodoviários que partem desta rumo aos outros municípios, bem como na faixa costeira, reflexo do processo de urbanização anteriormente citado.

Já a manutenção da população rural de Caucaia se relaciona à presença de loteamentos voltados às atividades pecuárias e agrícolas em pequena escala, caso verificável na região da localidade do Garrote. Mas a tendência é de crescimento da população residente em zona urbana, posto a porção oeste do litoral do município ser espaço onde deverá se constituir o Cidade Cauype, voltado para as demandas de moradia e lazer da mão-de-obra qualificada do entorno do CIPP.

São Gonçalo do Amarante segue mesma lógica, mantendo os níveis de população urbana em torno de 60% do total entre os Censos de 1991 e 2010. A própria paisagem do município denota característica do ambiente rural, onde se localizam lagamares e lavouras de pequeno porte.

Mas com o processo de urbanização litorânea, pautado pelas práticas marítimas modernas e pela atividade portuária, há grandes contingentes concentrados na costa, em busca de melhores postos de trabalho e oportunidades nos setores formal e informal da economia. Com o processo de especulação, citado anteriormente, é possível que haja um aumento da população urbana em relação ao contingente rural nas próximas décadas.

Paracuru, no início da década de 1990, conta com 53,7% de sua população alocada em zona urbana, caso da Sede municipal. Citado contingente cresce nas duas décadas seguinte, chegando a representar 65,1% no início da década de 2010, números que denotam a expansão da moradia nas porções sul, oeste e leste Sede urbana, como verificado anteriormente. Há tendência de crescimento da porcentagem da população na zona urbana, posto não haverem outros espaços rurais de polarização de fluxos no município.

Paraipaba possui maioria da população residente alocada em zona rural, o que, em 1991, representava 60,4%, verificando queda de 10,2% na década seguinte, e crescendo até 55,3% no Censo de 2010. Tal dinâmica populacional está fortemente associada às atividades do perímetro irrigado Curu/Paraipaba, ligadas à cultura de espécies de coqueiro. Havendo somente alguns pontos de especulação

fundaria entre a Sede e Lagoinha, é possível que haja pouco crescimento da população urbana nos anos seguintes, nada que ultrapasse o contingente rural.

Trairi, desde 1991 verifica amplo predomínio da população alocada em zona rural, fato associado às diversas sedes distritais localizadas no interior do município. Se no levantamento inicial 78,9% da população trairiense se encontrava na zona rural, em 2010 este número verifica leve perda em relação à população urbana, representando 63,5% do total. O crescimento da população urbana se deve à expansão nas vias radiais da Sede urbana.

Itapipoca verifica inversão nas porcentagens da população em zona urbana e rural. Se em 1991 a porcentagem de população e zona rural era maior que o quantitativo em zona urbana, representando 56% e 44% respectivamente, em 2010 esta relação se inverte, totalizando 42,4% e 57,6%. Tal fato se constata através da supracitada expansão da Sede urbana, rumo à serra de Uruburetama, impulsionada pela atividade industrial instalada no distrito e pela agricultura realizada na encosta serrana.

Cabe então analisar a constituição da rede de localidades turísticas na primeira fase da Costa do Sol Poente do Ceará, as vias e equipamentos alocados, os equipamentos polarizadores, o processo de dinamização turística das citadas localidades a partir de meados da década de 1990, além das relações multiescalares de integração destas localidades com outras redes turísticas regionais, nacionais e internacionais.

#### **4.2 Rede de localidades turísticas no litoral oeste do Ceará**

Desde 1994, quando se almejou a aplicação de políticas de turismo no litoral cearense, os investimentos foram alardeados como fundamentais para o desenvolvimento dos municípios contemplados. Não é de se estranhar que um número cada vez maior de municípios busque se inserir no planejamento turístico objetivando a inclusão no mercado turístico estadual.

A partir de então, todo o litoral cearense, somado às microrregiões do Maciço de Baturité e da Cuesta da Ibiapaba receberam investimentos voltados à infraestruturação básica para melhor atendimento dos pretendidos fluxos turísticos. Mas isto não significa dizer que os municípios litorâneos do estado do Ceará sejam todos dinamizados pela atividade turística, apesar de todos receberem fluxos de

turistas e possuírem estabelecimentos de hospedagem, muito menos pode-se afirmar que o turismo seja a atividade fundante de todas as economias municipais no litoral cearense, pois, como verificado no capítulo anterior, a própria noção de produto turístico vendável se restringe não a municípios, mas a determinadas localidades litorâneas, inclusive na Capital.

Ao citar o caso de Fortaleza, Castro *et al.* (2016) ressaltam que a turistificação da "Cidade Sede da Alegria" consiste na alocação de infraestrutura básica, equipamentos de hospedagem, gastronomia e moradia de alto padrão junto à faixa de praia dos bairros Meireles e Praia do Futuro, sendo estes os espaços efetivamente utilizados pelo turista.

Da mesma forma acontecem em outros municípios litorâneos do Ceará, inclusive nos metropolitanos limítrofes à Capital, casos de Caucaia e Aquiraz. Enquanto conhecidos pelas potencialidades em determinadas localidades litorâneas, respectivamente Cumbuco e Porto das Dunas, as porções interiores dos municípios possuem condições essencialmente rurais. Assim, os imensos vazios populacionais e a figura da porteira junto à estrada de terra ainda predominam na paisagem dos municípios em tela, inclusive junto à CE-085. A figura 28 denota esta característica.

Figura 28 - Rua no interior de São Gonçalo do Amarante.



Fonte: Castro (2016).

Assim, é notório que as políticas públicas de turismo são destinadas, especificamente, para urbanização da zona costeira dos municípios contemplados,

alocando infraestruturas de fornecimento de energia, água e esgoto, além de equipamentos urbanísticos voltados ao lazer e conservação ambiental. Segundo Castro (2015, p. 206):

O planejamento estatal, na busca pela constituição de rede de lugares turísticos, confere ao litoral oeste do Ceará um sistema de vias e infraestruturas urbanas, ainda em constante expansão. Citada rede, ainda mantém a metrópole de Fortaleza como principal ponto, portão de recepção de turistas e distribuição destes pelo litoral, divulgado pelo marketing, em escala nacional e internacional, como espaço contínuo formado por praias, coqueirais, infraestrutura necessária ao lazer e possibilidades infinitas para a visitação e para a moradia à beira-mar.

Ainda sobre este desdobramento em curso, ressaltam Castro e Pereira (2015, p. 3266) que as políticas de turismo corroboraram para "compor rede de localidades turísticas. Nestas verifica-se, pela malha viária, certa independência em relação aos distritos sedes e gestões municipais". Citados autores, ao inferir tal assertiva, ressaltam o percurso percorrido pela rodovia CE-085, que necessariamente não busca facilitar o acesso às sedes municipais, mas sim às 14 localidades costeiras do litoral oeste.

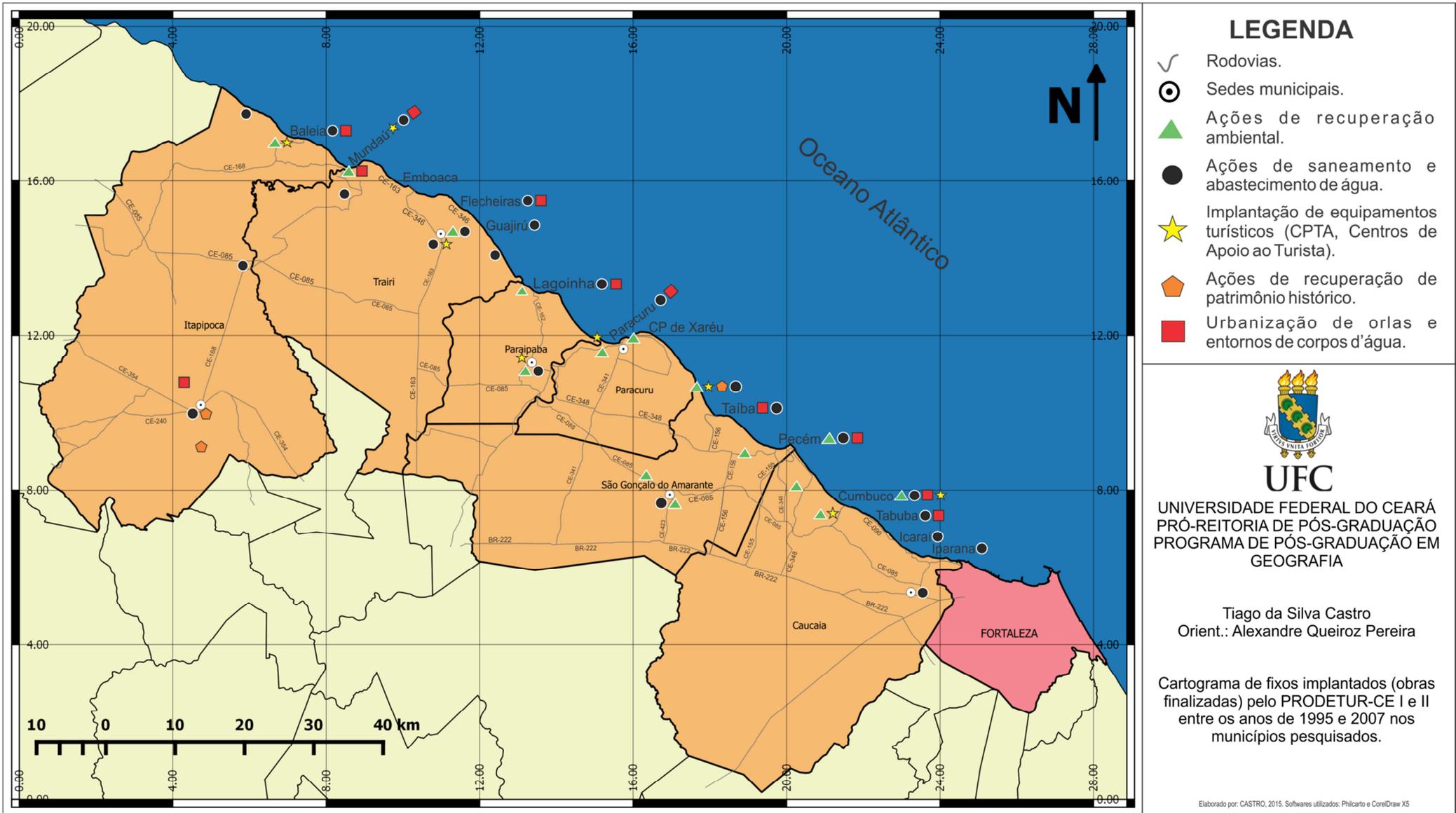
Tal fato denota a importância adquirida pelas localidades costeiras dos seis municípios inclusos no recorte espacial, fato constatável pela densidade de infraestruturas alocadas nestes pontos da rede turística cearense. Não se fará aqui nova descrição das componentes do PRODETUR-CE, posto tal esforço já ter sido empreendido no capítulo 2, mas sim especificar as infraestruturas alocadas, as ações implementadas, os objetivos de cada um dos equipamentos e ações, as funcionalidades planejadas e efetivas destes.

As componentes inclusas através do PRODETUR-CE, com exceção da Construção e/ou Ampliação de Aeroportos, foram distribuídas pelo Litoral Oeste objetivando reconfigurar citada parcela do litoral em espaço equipado e atrativo aos fluxos turísticos, como citado anteriormente. Especificar-se-ão aqui os fixos implantados no âmbito de cada componente pautada pelas duas fases da citada política de turismo<sup>73</sup>, tomando por base a tabela do Apêndice A, elaborada através dos Relatórios de Conclusão dos Projetos (PCR). A partir disto, o mapa 8 demonstra as infraestruturas turísticas efetivamente alocadas nas últimas duas décadas.

---

<sup>73</sup> Como nenhuma das obras do PROINFTUR foi concluída, trataremos aqui daquilo que já está materializado no litoral oeste cearense.

Mapa 8: Fixos implantados no âmbito do PRODETUR-CE I e II, entre 1995 e 2007, nos municípios pesquisados.



Fonte: BNB (2005; 2012); SEMACE (2008). Fonte: Castro (2016).

A componente que verificou maior espacialização foi Saneamento Básico, aplicada na forma de sistemas de abastecimento de água (SAA) e sistemas de esgotamento sanitário (SES). Distribuídos em 12 das 14 localidades costeiras, tais sistemas são fundamentais no processo de eliminação das fossas sépticas, responsáveis pela contaminação do aporte hídrico dos lençóis freáticos. Também suscita-se a redução da utilização desta água para atividades ligadas à alimentação, devido à elevada quantidade de ferro existente nas águas subterrâneas, fenômeno conhecido por capa rosa.

Tais ações não somente colaboram para melhoria da saúde nos ambientes costeiros, mas também para maior comodidade dos turistas que se hospedam nos destinos beneficiados, pois, segundo relatos de proprietários e funcionários de pousadas nos municípios estudados, haviam constantes reclamações devido ao cheiro de ferro presente na água utilizada nas atividades de higiene pessoal. Atualmente, se verifica, através de conversas com moradores, a utilização das duas fontes de água, posto a rede de abastecimento sofrer com falta de pressão durante boa parte do dia.

Esta é uma das poucas componentes que se estende para além do litoral, chegando às sedes municipais e distritos não litorâneos, o que caracteriza, de acordo com as diretrizes do PRODETUR-NE, a meta de suprir demandas por serviços existentes nos municípios beneficiados, as quais não seriam consideradas apenas com recursos locais.

Assim, a alocação dos SAA e SES atinge 12 localidades litorâneas na área de estudo, incluindo a Sede urbana de Paracuru, além de duas vilas de pescadores, casos de Canabrava, em Trairi, e Assentamento Maceió, em Itapipoca, a foz do rio Siupé, entre São Gonçalo do Amarante e Paracuru, além das outras cinco sedes municipais, o lagamar que fica a leste da sede urbana de Trairi e duas localidades interioranas, casos de Canaan, em Trairi, e Barrento, em Itapipoca.

Seguindo a lógica de complementação das gestões municipais, estão as ações inclusas na componente Conservação de Recuperação Ambiental, objetivando a manutenção dos ambientes naturais com altos níveis de fragilidades, notadamente planícies lagunares, lagamares, planícies fluviomarinhas e campos de dunas. Para tanto, foram pensadas ações de delimitação das unidades de

conservação, recuperação ambiental de faixas de praia e mananciais, urbanização de praias e entornos de corpos d'água com relevante potencial paisagístico e ecológico, além da instalação dos Centros de Promoção Turístico Ambiental (CPTA).

Dentre as UC criadas estão as APA do rio Ceará, entre Fortaleza e Caucaia, do rio Curu, entre Paracuru e Paraipaba, das Dunas de Lagoinha, em Paraipaba, e do Rio Mundaú, entre Trairi e Itapipoca, assim como as APP da lagoa do Banana e do lagamar do Cauípe, em Caucaia, da lagoa do Pecém, da lagoa das Cobras e da lagoa dos Talos/rio Siupé, em São Gonçalo, da Lagoa Grande, em Paracuru, da lagoa da Canabrava e da lagoa das Almécegas, em Paraipaba, do lagamar do Trairi, e da lagoa do Mato, em Itapipoca (SEMACE, 2008).

Cabe notar que tais medidas contribuíram para processo contínuo de acompanhamento da preservação das citadas UCs, posto tais mananciais serem fontes de alimentos e água para as populações do entorno, como é o caso das lagoas da Canabrava e do Mato, em Paraipaba e Itapipoca, respectivamente.

A lagoa da Canabrava, segundo relatos de moradores, fornece água potável durante todo o ano, mesmo em períodos alongados de estiagem, enquanto a lagoa do Mato é constantemente utilizada para a pesca dos residentes das áreas do entorno. Da mesma forma, tais ações visam o controle do processo de ocupação desordenada do entorno dos citados corpos d'água.

As ações de recuperação ambiental consistem em requalificar áreas que, por processos naturais ou socioambientais, tenham sido degradadas a ponto de trazerem riscos às populações ou ficarem inutilizadas pela atividade turística.

Assim, foram realizadas correções na faixa de praia do Pecém, degradada pela erosão costeira, recuperação de desembocadura do rio Mundaú que avançava rumo à comunidade a leste, além da contenção de 45 hectares de dunas na lagoa do Pecém, 54 ha de dunas junto à lagoa das Cobras (São Gonçalo do A.), 118 ha das dunas de Paracuru e 90 ha de dunas junto à lagoa do Mato, em Itapipoca. Tais ações evitaram o soterramento das lagoas e comunidades em questão, a exemplo do acontecido no leste da sede urbana de Paracuru.

A urbanização de faixas de praia constituiu-se em construção de calçadas, iluminação e acessos às praias, objetivando o embelezamento da paisagem costeira dos municípios contemplados, favorecendo o passeio e a

chegada dos visitantes às praias. As localidades beneficiadas nestas ações são Tabuba e Cumbuco, ambas em Caucaia, Pecém e Taíba, as duas em São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Lagoinha, em Paraipaba, Flecheiras e Mundaú, em Trairi, e Baleia, no litoral de Itapipoca.

Quanto à urbanização do entorno de mananciais, tais ações consistiam em equipar o entorno dos corpos d'água com fixos voltados ao lazer, do turista ou do residente, caso de calçadões, *playgrounds* e quiosques, suscitando o contato com outros potenciais atrativos dos municípios em questão, casos de lagoas e rios próximos às sedes e localidades costeiras.

Dentre as localidades beneficiadas por estas ações estão a foz do rio Mundaú, que recebe mirante com quiosques e playground, e o açude Poço Verde que fica a noroeste da sede urbana de Itapipoca, que recepta calçadão e área verde nas margens, tornando-se balneário e espaço de lazer para a população local.

Grande parte destas ações associou-se à implantação dos CPTA. Tais equipamentos consistem em centros alocados junto a lagoas, lagamares ou faixas de praia, que possuíam a função de realizar o apoio ao turista, possibilitando a venda de artesanatos, souvenirs, lanches, fornecimento de informações e a preservação ambiental dos entornos, através de eventos e atividades ligadas à educação ambiental, aos quais estão atrelados a equipamentos de esportes e lazer, como calçadão, área verde, *playgrounds*, quadra poliesportiva e anfiteatro.

Foram edificadas sete (7) Centros de Promoção Turístico Ambiental, dos quais apenas Trairi recebeu dois, enquanto os outros municípios receberam apenas um CPTA, cada. A Lagoa do Banana recebe o CPTA de Caucaia, a foz do rio Siupé recebe o CPTA de São Gonçalo, a foz do rio Curu recebe o CPTA de Paracuru, a lagoa da Canabrava recebe o CPTA de Paraipaba, o lagamar do Trairi e a praia de Mundaú recebem os CPTA de Trairi e a lagoa do Mato recepta o CPTA de Itapipoca (SEMACE, 2008).

Cabe ressaltar que os CPTA foram edificadas durante o período de vigência do PRODETUR-CE I, em meados da década de 1990, mas só tiveram ações para funcionalização iniciadas na vigência do PRODETUR-CE II, quando são realizados investimentos para capacitação e equipagem dos referidos centros, o que, na maioria dos casos, não suscitou as funcionalidades esperadas. Alguns dos

citados CPTA não somente tinham o objetivo de concentrar informações turísticas e projetos de conscientização ambiental de turistas e visitantes, mas também foram responsáveis por inserir novos atrativos turísticos aos municípios, como os casos dos CPTA de Caucaia e Paracuru.

Enquanto a lagoa do Banana atrai turistas, sobretudo fortalezenses, aos finais de semana para o lazer em águas mais calmas, o CPTA da foz do rio Curu, durante muitos anos, serviu de espaço de encontro de turistas nacionais e internacionais, que buscavam a contemplação do pôr do sol junto no restaurante<sup>74</sup> junto ao manguezal da região. Pode-se inserir no âmbito dos equipamentos turísticos, o Centro de Apoio ao Turista de Cumbuco, em funcionamento.

Quanto à componente de Recuperação de Patrimônio Histórico, há apenas três intervenções no recorte espacial de estudo, a reforma da igreja do lagamar o Siupé, em São Gonçalo, a reforma do mercado do Sanharão e da Casa da Cadeia na sede de Itapipoca, a recuperação de casas antigas e da Igreja do distrito de Arapari, em Itapipoca. Assim, não há grandes rebatimentos quanto à recuperação do imobiliário histórico nos municípios em questão.

Ainda, cabe notar a importância das vias instaladas, em especial a CE-085, que parte do município de Caucaia rumo ao Extremo Litoral Oeste do Ceará. Citada via, junto às vias auxiliares, possibilita o acesso às diversas localidades em questão, sendo aquilo que Dantas (2009) denota como via paralela ao litoral. Obviamente tal rodovia beneficia não somente a atividade turística, mas todas as atividades relacionadas ao contexto litorâneo, em especial aquelas realizadas no CIPP.

Por outro lado, enquanto algumas sedes municipais perdem importância, outras são beneficiadas no que tange à passagem de fluxos, responsáveis pela utilização do comércio e dos serviços locais. No primeiro caso estão as sedes urbanas de São Gonçalo do Amarante e Itapipoca, antes caminhos para a chegada aos ambientes de praia. No segundo está Trairi, que recepitava fluxos pelo distrito de Canaan, e passa a contar com acesso facilitado pela CE-163.

---

<sup>74</sup> Restaurante, pois, muitos dos CPTA sequer chegaram a funcionar, enquanto os poucos que funcionaram foram convertidos para outros fins, problemas que serão relatados no capítulo 5, onde será feita análise dos problemas que podem impactar a dinâmica turística nos municípios estudados.

Verifica-se assim maior densidade de intervenções junto às localidades litorâneas, postas, através do planejamento turístico cearense, como pontos de pequeno e médio calibre na rede turística cearense, que de forma alguma se dissociam das redes de espaços turísticos mundiais, mas complementam tais sistemas reticulares através do processo de divisão territorial do trabalho, entre pontos emissores, pontos receptores e áreas de influência de outros pontos mais importantes (FRATUCCI, 2001).

No caso da rede de espaços turísticos cearenses, há uma forte influência exercida por Fortaleza sobre grande parte dos destinos próximos, assim como Cumbuco exerce, de menor forma, influência sobre os destinos a oeste, o que também acontece, de forma ainda menos visível, em relação a Flecheiras.

Cabe notar também que esta rede de localidades turísticas no Ceará está subordinada e mesmo compõe outras redes de espaços turísticos no Brasil e no mundo, notadamente ligadas aos destinos turísticos de sol e praia, ao turismo de esportes náuticos ou mesmo ao turismo sexual.

A importante atuação destes pontos turistificados na divisão territorial do trabalho, estando esta inclusa nas dinâmicas de uma rede de cidades contemporânea, pode ser apreendida através das palavras de Sposito (2008, p. 57-58):

Inicialmente, no entanto, precisamos deixar claro que a divisão territorial do trabalho é fundamental para a compreensão da rede urbana. Essa divisão implica a consideração de como a sociedade se apropria da natureza e a transforma – dinâmica que se realiza com a constituição de formas espaciais das cidades e de suas articulações, cujos fluxos são de difícil mensuração e, muitas vezes, até impensáveis por causa da sinergia estabelecida entre os atores sociais, os volumes de informações transmitidas e os valores de trabalho e das mercadorias, além das formas como as pessoas se organizam para produzir e consumir, principalmente na cidade.

Em segundo lugar, é preciso levar em conta que há uma "coabitação" entre a rede urbana tradicional, do tipo hierárquico, e novos arranjos espaciais, frutos das dinâmicas de apropriação e uso do território. Finalmente, há alterações na rede urbana por causa das mudanças na indústria, da industrialização do campo, do surgimento de outras fronteiras e da reorganização empresarial em rede, com as melhorias dos processos de especulação financeira e as inovações na estrutura varejista da distribuição das mercadorias.

Então, citada rede de localidades, num contexto local ou microrregional, se sobressai em relação à rede de cidades cearenses, posto a importância adquirida por tais localidades através da urbanização litorânea impelida pelo turismo, pela

vilegiatura, pela atividade industrial e portuária. Já num contexto regional, as metrópoles junto às cidades médias possuem raios de influência maiores que quaisquer destas localidades, notadamente pela concentração de atividades econômicas, serviços, capital, mercadorias e pessoas.

Mas quais transformações socioeconômicas tais ações empreenderam na Costa do Sol Poente do Ceará? Será verificado a seguir se houve efetiva geração de empregos e renda nas localidades turísticas, se é constatável melhoria na qualidade de vida das comunidades litorâneas, se as economias municipais foram fortalecidas através da busca pelo desenvolvimento da atividade, se há crescimento quantitativo dos fluxos turísticos e do sistema de hospedagens nos municípios em questão, bem como se é possível citar aspectos relativos ao desenvolvimento local pautado na atividade turística.

#### **4.3 Economia, turismo, trabalho e sociedade na Costa do Sol Poente.**

Grande parte dos escritos relacionados aos desdobramentos da atividade turística no território busca ressaltar as transformações espaciais nas localidades estudadas, dentre impactos ambientais, processos de segregação socioespacial, especulação fundiária e imobiliária, conflitos de terra e impactos sociais decorrentes da chegada dos visitantes às comunidades costeiras.

Tais discussões não chegam a inovar em relação a outras abordagens da Geografia, posto referidas dinâmicas serem inerentes a quaisquer atividades produtivas capitalistas que se apropriem do território como base para a constituição da *mais valia*. Quanto a tal afirmação, cita Castro (2015, p. 206) que:

No âmago da reestruturação produtiva do território cearense, a incorporação do litoral segue os caminhos já percorridos na apropriação das terras sertanejas, antes fonte de recursos necessários à vida, hoje tem como fundamento a obtenção de lucros pela renda da terra ou pela produção voltada ao mercado internacional.

Citada reestruturação produtiva no litoral se constitui através das bases estabelecidas pelo planejamento turístico recorrente nas últimas duas décadas, pautado na reprodução do espaço para usufruto, turístico ou habitacional, do visitante internacional.

Para tanto, como verificado anteriormente, estabeleceu-se discurso pautado nas promessas de desenvolvimento da atividade e a conseqüente geração

de emprego e renda, proteção dos patrimônios naturais e culturais, bem como melhoria da qualidade de vida nas localidades turistificadas.

Como é possível afirmar, então, que o planejamento turístico segue caminho oposto ao almejado desenvolvimento, tomando por base apenas as observações do pesquisador e teorias pré-existentes à dinâmica turística do século XXI, há muito modificada em relação às práticas turísticas iniciais?

Recorre-se assim à instancia primordial nas sociedades inclusas no modo de produção capitalista, a economia, neste caso pautada nos fluxos de pessoas e capital, no trabalho e nos impactos destes fatores na sociedade local.

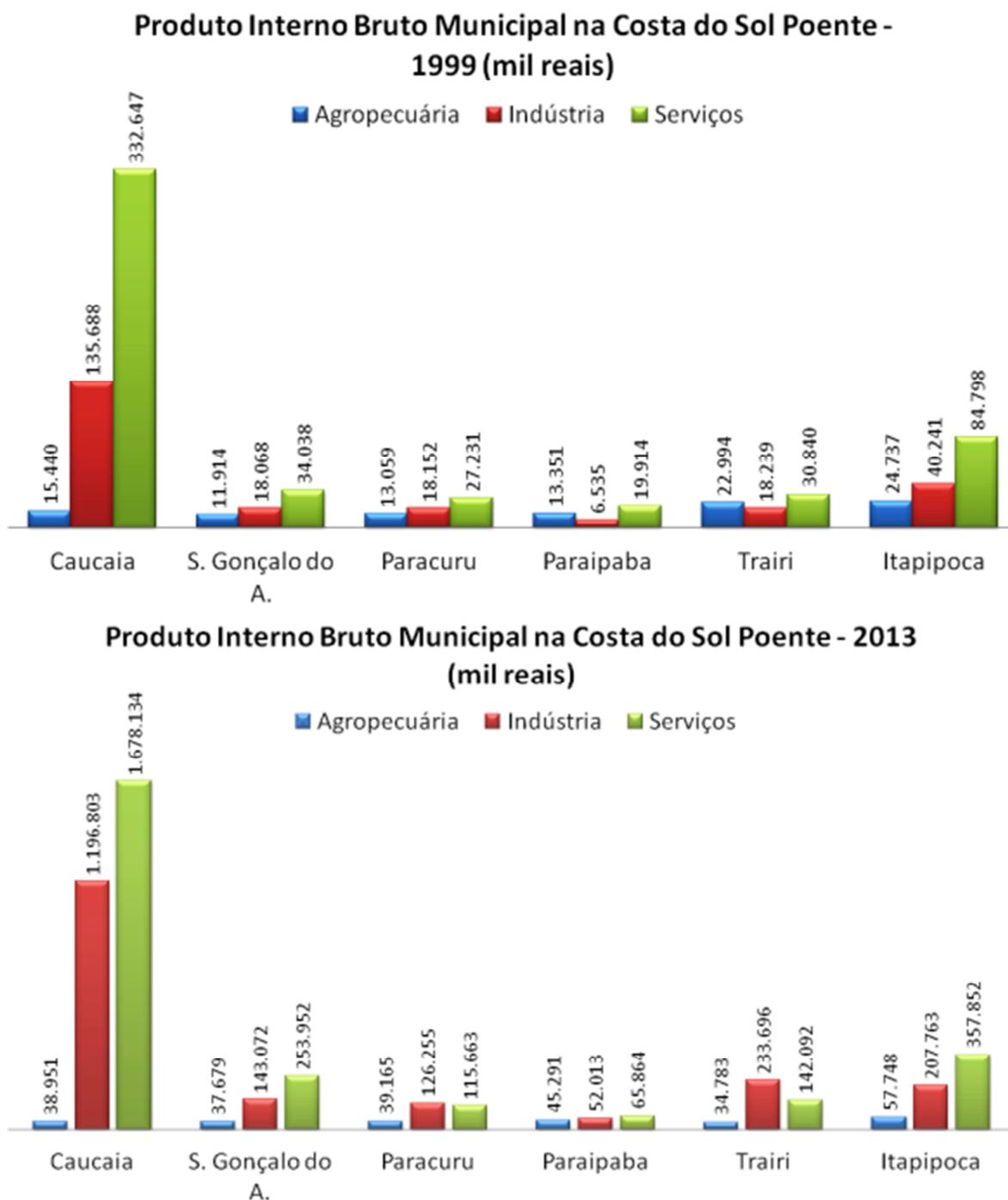
Ao passo que as praias cearenses foram recebendo infraestruturas voltadas à impulsão do turismo, tornaram-se produtos, valores de troca a serem especulados por aqueles que conseguem controlar parcelas do espaço, ou, nas palavras de Saquet (2007), conseguem territorializar parcelas do litoral. Assim, tais processos de territorialização se inserem na esfera da valorização e da valoração da terra, como citado por Moraes (1999). Citado autor ressalta ainda que (MORAES, 1999, p.16):

O valor de um espaço preservado é, portanto, um capital potencial, uma reserva de valor que se expande em relação direta com suas possibilidades de uso. Outra mediação necessária deve contemplar a relatividade social da valoração, em que se projeta a diversidade e os antagonismos dos interesses presentes na sociedade em questão. A objetivação do valor contido em uma dada localidade manifesta-se por meio de seu consumo produtivo, com a utilização dos lugares e de seus recursos gerando valores de uso, renda e lucro. Assim, o valor criado advém do modo de exploração das condições locais, variando conforma a atividade desenvolvida.

O litoral cearense passa integrar vitrines, seja dos espaços turistificados, seja dos locais com grande disponibilidade de terras para alocação da vilegiatura, seja dos ambientes com condições ótimas para recepção de atividades produtoras de energias limpas ou para produção de espécies crustáceas voltadas à exportação. Num rápido olhar sobre a zona costeira cearense, é possível constatar que referidas práticas são recorrentes e responsáveis por intensas modificações na orla, como detalha Meireles (2012).

Mas como a atividade turística tem modificado as economias dos seis municípios beneficiados desde o PRODETUR-CE I? Recorrer-se-á, inicialmente aos dados relativos à participação da citada atividade nos Produtos Internos Brutos (PIB) municipais, dados presentes no gráfico 6.

Gráfico 6 - PIB dos municípios do Litoral Oeste 1999-2013.



Fonte: IBGE (2010). Elaboração: Castro (2016).

Tomando o gráfico acima por base, torna-se importante uma primeira consideração. A referência ao setor de serviços compreende uma série de atividades ligadas não só ao turismo, mas ao comércio, serviços financeiros, transportes e uma gama de atividades não produtivas, isto é, não capazes de criar produtos palpáveis, apesar de suscitarem a produção em diversos ramos. Assim,

quando se verifica o crescimento do setor de serviços é necessário considerar que o turismo não constitui único vetor de crescimento deste.

É importante notar que todos os municípios verificam crescimento no setor de serviços, no qual o turismo está incluso como importante atividade para a base econômica dos municípios, fato comprovável pelos investimentos voltados ao desenvolvimento da atividade. Mas tal dado pode denotar tendências de crescimento de outras atividades, contrariando a ideia de que o turismo seja base econômica dos citados municípios.

Observe que Caucaia é, de longe, o município pesquisado que mais se beneficia economicamente da atividade turística, o que se verifica pela quantidade de estabelecimentos de hospedagem e número de leitos existentes (tabela 8 e 9). Mas o crescimento da ordem de 500% do setor de serviços, presente no gráfico acima, pode corresponder bem mais à expansão do comércio e dos serviços bancários, de transporte e outros, posto tratar-se este de um dos principais municípios metropolitanos.

Da mesma forma, o município de São Gonçalo do Amarante verifica crescimento importante no setor de serviços (de R\$ 34,0 milhões em 1999 para R\$ 253,9 milhões em 2013), o que denota a expansão de serviços bancários, de transporte e do comércio, enquanto o turismo está basicamente restrito às pequenas hospedagens de Taiba e Pecém. Paracuru, como única sede litorânea, verifica maior crescimento do setor industrial, o que denota importância da extração de petróleo e gás natural para a economia municipal, setor este seguido pelo comércio e atividades turísticas existentes na região, materializadas em hotéis e pousadas de porte considerável no município.

Paraipaba possui como espaço turístico apenas Lagoinha, com pousadas e hotéis fortemente impactados pela sazonalidade, fato que junto ao pequeno comércio existente na sede municipal justifica o pequeno crescimento de participação do setor de serviços no PIB municipal. O que pode impressionar é o fato de que a presença do perímetro irrigado, que ocupa grande parte do território municipal, não suscita maior participação da agropecuária no PIB, o que, segundo relatos de residentes do município através, não é de se admirar, pois a produção do perímetro irrigado do Curu está em declínio.

Trairi demonstra importante crescimento no setor industrial, caracterizado pela instalação de unidades produtoras de equipamentos e estruturas voltadas à geração de energia eólica. Quanto ao setor de serviços, este segue a lógica de importância do turismo, presente nas quatro localidades litorâneas, e do comércio existente na sede. Itapipoca, como constatável no gráfico, verifica importante crescimento no setor industrial (R\$ 40,2 milhões em 1999, para R\$ 207,7 milhões em 2013), e primazia do setor de serviços (R\$ 84,7 milhões em 1999, para R\$ 357,8 milhões em 2013), composto pelo comércio existente na sede municipal, enquanto o turismo segue a passos lentos na localidade litorânea de Baleia.

Mencionados dados não indicam, de forma efetiva, os rumos da atividade turística nos seis municípios em questão, sendo importante recorrer à demanda efetiva por tais destinos. A tabela 11 mostra a evolução temporal do número de turistas nos principais destinos cearenses.

Tabela 11 - Principais destinos turísticos visitados no Ceará, entre 1998 e 2012.

Principais municípios visitados por turistas no Ceará (1998 – 2012)							
Município	1998	2000	2002	2004	2007	2010	2012
<b>Caucaia</b>	147.761	122.741	122.084	230.817	215.602	307.717	368.546
<b>Aquiraz</b>	67.508	91.544	68.502	88.840	136.099	289.736	354.580
<b>Beberibe</b>	64.272	78.795	96.989	136.165	176.524	243.256	317.475
<b>Aracati</b>	72.132	98.192	151.926	177.679	149.574	240.202	294.545
<b>Jijoca de Jericoacoara</b>	23.119	35.288	113.945	74.725	87.588	144.189	187.817
<b>Paraipaba</b>	20.807	18.923	24.417	32.331	76.808	67.175	74.744
<b>São Gonçalo do Amarante</b>	26.356	19.434	22.382	23.248	20.213	49.873	62.745
<b>Cascavel</b>	14.334	10.740	23.738	17.436	13.475	28.838	58.575
<b>Paracuru</b>	14.796	12.274	24.417	16.606	22.908	28.159	41.274
<b>Trairi</b>	-	6.648	12.208	8.303	28.298	26.463	35.646
<b>Sobral</b>	11.798	18.139	18.196	15.704	26.950	26.463	34.186
<b>Quixadá</b>	8.252	6.877	12.776	6.300	13.400	21.035	28.141
<b>Canindé</b>	6.472	7.575	17.034	7.030	-	19.678	25.640
<b>Juazeiro do Norte</b>	8.576	13.156	17.809	13.695	-	16.285	22.930
<b>Itapipoca</b>	3.237	6.137	-	-	13.475	11.196	12.475
<b>Crato</b>	4.288	8.272	5.807	-	-	-	-
<b>Ubajara</b>	3.949	4.972	4.986	-	-	-	-

Fonte: IPECE (2000 – 2013). Elaboração: Castro (2015).

Através de dados relativos à demanda turística é possível estabelecer bases para discussão dos desdobramentos das políticas de turismo, relações entre o processo de metropolização criação das imagens turísticas dos destinos

cearenses. Desde o segundo capítulo é sustentada afirmação de que há um *hall* de municípios e/ou localidades turísticas de maior importância desde a década de 1970. Tal assertiva se constituiu também nas análises estabelecidas sobre o sistema de hospedagem no litoral cearense, bem como nos dados e relatos coletados junto aos *tour operators*, denotando importante manutenção destas imagens e destinos no mercado turístico cearense.

A tabela acima é primordial para compreensão dos impactos do planejamento turístico cearense. De início, é fundamental compreender que a proximidade da Capital há muito influencia o direcionamento dos fluxos turísticos rumo à Caucaia, enquanto a condição metropolitana promove o adensamento de tais fluxos (de 147 mil em 1998 a 368 mil turistas em 2012) bem como o aumento do número de investimentos, devido à função exercida pelo citado município, a densidade de equipamentos e de sistemas de circulação de pessoas, informações, mercadorias e capitais (LENCIONI, 2006).

Mas tal influência da proximidade em relação à Fortaleza não explica o desempenho de Paraipaba frente a São Gonçalo do Amarante, fato que se constitui através da imagem criada e da disponibilidade de serviços gastronômicos e de hospedagem na praia de Lagoinha, verificando crescimento constante de 20,8 mil turistas em 1998 para 74,7 mil em 2012.

Cabe notar que as alocações recentes de infraestruturas turísticas em Lagoinha, sobretudo após 2004 (PRODETUR-CE II), junto à preocupação dos empreendedores locais com a limpeza e organização da citada praia foram responsáveis por maior embelezamento e organização da mesma, sendo fator importante para crescer a demanda de turistas pelo litoral do município.

São Gonçalo do Amarante possui a praia de Taiba como importante atrativo turístico, a qual não se pauta na infraestrutura criada pelas políticas de turismo, mas sim no movimento dos interessados no turismo de menor badalação, enquanto os impactos causados pela construção do CIPP na praia do Pecém foram importantes para queda de visitantes nesta, fato que torna o município ainda mais suscetível às variações negativas no turismo, caso da leve queda dos fluxos entre os anos de 2004 e 2007. Pousadas ligadas à prática do *kite surf* representam maioria

dos empreendimentos de hospedagem, não havendo grandes discrepâncias entre as hospedagens em questão

Paracuru tem caso interessante, pois entre 1998 e 2004 apresenta variações consideráveis nos fluxos turísticos receptados, quando os levantamentos indicavam 14.796 mil turistas (1998), verificando queda para à 12.274 (2000), e quase duplicação deste número em 2002 (24.417), quando novamente registra queda para 16.606 turistas em 2004. A partir deste último ano, os fluxos anualmente destinados ao município em questão crescem, chegando a representar 41.274 turistas em 2012, o que confere a Paracuru a quarta posição entre os municípios pesquisados.

Cabe notar que no ano de 2004 foram iniciadas as obras referentes ao PRODETUR-CE II, quando é construída a praça José Carvalho, conhecida como praça do Farol de Paracuru. Citado equipamento, além de objetivar a venda de artesanatos, realização de atividades culturais e de sociabilidade, possuindo quiosques, anfiteatro e pergolados, também busca criar atrativos a serem utilizados pelo turista, o caso dos mirantes e do farol. Assim a citada praça centraliza atrativos para residentes e visitantes, configurando principal acesso à faixa de praia de Paracuru. As figuras 29 e 30 mostram a orla de Paracuru antes e depois das obras.

Figura 29 - Orla de Paracuru no ano de 2004, sem a presença da reformulada praça do Farol.



Fonte: Blog Arte, Cultura e Espiritualidade.

Figura 30 - Praça do Farol de Paracuru.



Fonte: Castro (2015).

Paracuru, única sede litorânea do estado, pela proximidade da Capital e relação estabelecida com a estação da Petrobrás, possui importantes equipamentos de hospedagem, em especial quatro (4) hotéis de médio porte, casos do Hotel Vento Brasil, do Garlaban Hotel, do Hotel Dunas e do Hotel Pousada Maria Brasil. A figura 31 mostra a fachada do Garlaban Hotel, pertencente à família de franceses.

Figura 31- Fachada do Garlaban Hotel, em Paracuru.



Fonte: Castro (2016).

Segundo informações coletadas junto à gerência do Hotel Vento Brasil, na maior parte do ano as suítes são ocupadas por funcionários da Petrobrás, costumeiramente em treinamento na unidade de Xaréu. Ainda, segundo estes, quando há superlotação no citado empreendimento, parte da demanda é direcionada para outras hospedagens, caso do Hotel Dunas, que fica ao sul do campo de dunas de Paracuru, ou do Garlaban Hotel, próximo ao Hotel Vento Brasil.

A localidade de Lagoinha, como citada anteriormente, possui considerável infraestrutura voltada à recepção de fluxos turísticos, com hotéis e restaurantes de porte considerável, com demandas fortemente associadas à operadores turísticos. Dentre os principais hotéis estão o Vivamar Hotel, o Lagoinha Praia Hotel, o Platô Hotel e a Pousada do Sol. Cabe notar que é considerado aqui a quantidade de suítes e os relatos citados pelos moradores e empreendedores das localidades tratando-se assim que uma percepção geral existente entre os frequentadores dos locais turísticos.

Destes, o Lagoinha Praia Hotel busca superar os períodos de sazonalidade através da recepção de eventos de pequeno porte e artistas que realizam *shows* em Paraipaba, posto o hotel pertencer à família do atual prefeito. No caso do Hotel Vivamar, pertencente a portugueses, tais períodos são superados através de fechamento de pacotes com operadores turísticos, notadamente a CVC. Quanto aos outros hotéis, é através de promoções e *sites* de reservas hoteleiras que estes buscam superar os períodos de menor fluxo de visitantes.

Trairi, município detentor de quatro localidades costeiras incluídas no circuito turístico cearense, sequer figurava entre os principais destinos turísticos do Ceará em 1998, recebendo menos turistas que os municípios interioranos presentes na tabela. Após início da aplicação de investimentos estatais no litoral, constata-se importante crescimento nos fluxos de turistas carreados às praias trairienses, sobretudo após 2004.

Após instalação das citadas obras redefinidoras do processo de urbanização litorânea, a partir da metade da década de 2000, há crescimento da taxa de 8 mil turistas para cerca de 28 mil turistas em 2007. Até o final do período em questão, verifica-se um total de 35.646 turistas que se destinam a Trairi, dados

que denotam importante crescimento do turismo nas quatro localidades, sobretudo em Flecheiras e Guajiru.

Segundo relatos coletados junto a moradores e proprietários de estabelecimentos de hospedagem, Mundaú era a principal localidade turística do município até início dos anos 2000, quando a terceira onda de especuladores fundiários, vilegiaturistas e empreendedores do ramo hoteleiro e imobiliário verificam existência de importante reserva fundiária na localidade de Flecheiras, que até então era conhecida pelos turistas como Flecheiras de Mundaú.

A partir de então, na porção oeste da localidade, são incorporados diversos terrenos, nos quais são alocadas pousadas, domicílios de uso ocasional, conjuntos e condomínios residenciais de médio e baixo padrão. Cabe lembrar que a partir de 2004 há reformulação da via paisagística de Flecheiras, hoje reconhecidamente cartão postal da localidade, oferecendo acessos à praia, saídas para os canais de maré e galeria pluviais, *piers* para contemplação, calçadão e iluminação noturna da via e da praia, junto aos quais se encontra maior parte das hospedagens, segundas residências e terrenos em processo de especulação. A figura 32 mostra a Rua da Praia, em Flecheiras.

Figura 32 - Via paisagística de Flecheiras, em Trairi.

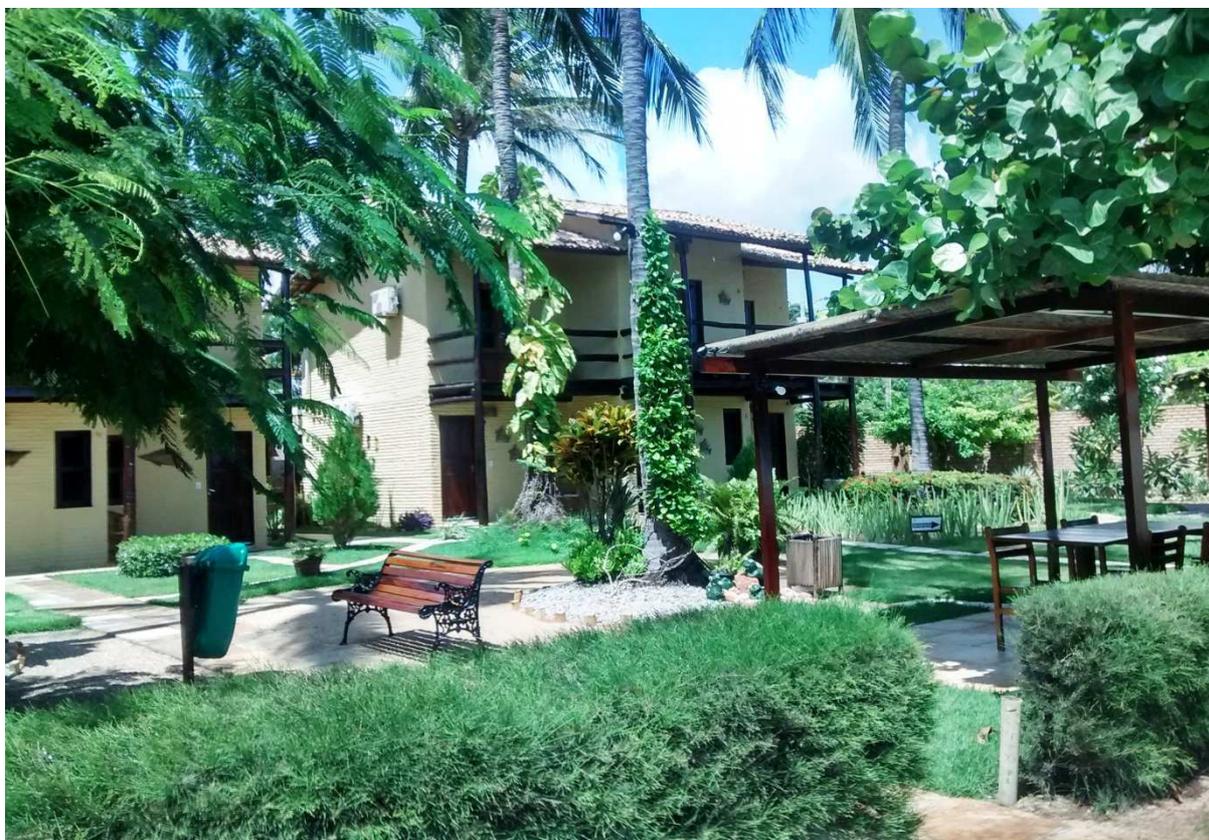


Fonte: Castro (2016).

Exemplos destes novos empreendimentos de hospedagem são a Pousada do Paiva, a Pousada Casa do Alemão, a *Red House* Pousada e o Orixás *Art Hotel*. Destes, o mais antigo é a Pousada do Paiva, a qual, segundo informações

coletadas junto à gerência, foi construída em meados da década de 1980 como chalés para veraneio de grupo de amigos e, no início dos anos 2000, reformulada para torna-se pousada. A figura 33 mostra parte da fachada da Pousada do Paiva.

Figura 33 - Parte da fachada da Pousada do Paiva, em Flecheiras, Trairi.



Fonte: Castro (2015).

A Casa do Alemão pertence a empreendedores da região Sul do país, enquanto a *Red House* tem como proprietários um suíço e uma brasileira, sendo estas existentes há 9 e 6 anos, respectivamente. Ambas as pousadas possuem a mesma faixa de valor das diárias, ambas pautando-se na atratividade de alguns visitantes internacionais e na utilização de promoções junto a *sites* de reservas online nos períodos de maior sazonalidade<sup>75</sup>.

Já o Orixás *Art Hotel*, proveniente de capital uruguaio há 12 anos, se apoia no estilo rústico para atrair visitantes, possuindo arquitetura pautada no barro e madeira, além de elementos tribais na composição do ambiente de hospedagem e do restaurante anexo. Assim, em grande parte do ano recebe visitantes, dos quais

---

<sup>75</sup> No final de semana de realização da pesquisa de campo, as duas pousadas estavam apenas com um quarto ocupado, cada. Ainda, segundo informações coletadas, a sazonalidade tem se tornado cada vez mais pesada para os empreendimentos turísticos de hospedagem.

há maioria de brasileiros. A figura 34 denota a arquitetura utilizada pelo empreendimento.

Figura 34 - Arquitetura tribal do Orixás Art Hotel, em Flecheiras, Trairi.



Fonte: CASTRO (2015).

Guajiru segue a mesma lógica, sendo incorporado por empreendimentos turísticos e imobiliários de maior padrão, notadamente voltados para as classes mais abastadas locais e de outros países, sobretudo nos últimos anos. Em relação aos empreendimentos turísticos, apenas um *resort* pode ser considerado de grande porte na malha urbana da localidade, o Rede *Beach Resort*.

Citado empreendimento, proveniente de capital inglês, encontra-se exatamente no meio da localidade, sendo um dos poucos cearenses ligados à Associação Brasileira de *Resorts*, atraindo fluxos de turistas durante boa parte do ano, interessados em usufruir das comodidades existentes no hotel de decoração tropical, pautada no uso de madeira e coqueiros.

A oeste da malha urbana de Guajiru está localizado o Zorah *Beach Hotel*, considerado hotel de luxo e proveniente de capital indiano, que pauta a arquitetura em elementos do sudeste asiático, remetendo à cultura indiana e balinesa. Citado hotel foi eleito como o melhor de pequeno porte do Brasil em 2015 pelo *site Tripadvisor*, figurou entre os 5 melhores hotéis de praia do Brasil segundo o

*International Luxury Travel* e foi eleito melhor hotel do ano de 2015 pela revista *Viagem e Turismo*.

Ainda, o citado hotel configura como importante elemento polarizador no anteriormente citado processo de urbanização litorânea do município de Trairi, que, nas décadas seguintes, poderá ser responsável pela junção das duas localidades em morfologia urbana de linha, de acordo com a abordagem de Pereira (2012). A figura 35 mostra a paisagem frontal do Zorah *Beach* Hotel.

Figura 35 - Paisagem frontal do Zorah Beach Hotel, em Guajiru, Trairi.



Fonte: Castro (2016).

Ainda resta análise quanto à dinâmica turística de Mundaú, posto Emboaca possuir pequenas hospedagens sem grandes fluxos e demanda. Mundaú possui três pousadas principais, a Pousada das Marés, a Estrela de Mundaú e a pousada Cabôco Sonhadô. Tais hospedagens são mais antigas que as citadas das demais localidades, posto Mundaú ter sido o espaço turístico primaz do município. Citadas hospedagens possuem padrão básico de atendimento, possuindo instalações sem grande requinte e oferecendo serviços básicos, se comparados aos serviços prestados pelas pousadas de Flecheiras.

A Pousada das Marés busca superar os períodos de maior sazonalidade através de pacotes turísticos fechados com a CVC, enquanto a Cabôco Sonhadô associa as hospedagens ao passeio de barco pelo rio Mundaú, proporcionando atrativos que atraem não somente visitantes hospedados na localidade, mas também das localidades vizinhas.

Quanto à pousada Estrela de Mundaú, a proprietária austríaca suscita a ambiência natural no interior da pousada para atrair fluxos, possuindo arborização e

jardins em diversos espaços do empreendimento. A figura 36 demonstra o passeio de barco existente na localidade do rio Mundaú.

Figura 36 - Barcos responsáveis pelo passeio no rio Mundaú, em Trairi.



Fonte: Castro (2015).

É importante ressaltar algumas obras que modificaram a dinâmica turística de Mundaú em relação às outras localidades costeiras de Trairi. A localidade recebe através do PRODETUR-CE II, a praça do mirante na foz do rio Mundaú, a praça do CPTA, além da reestruturação da CE-163, que liga Mundaú à sede municipal e às outras localidades litorâneas. A praça do mirante tornou-se o principal atrativo da praia de Mundaú, recebendo turistas desejosos da utilização dos quiosques, da contemplação da foz e do pôr do sol, além da realização dos passeios de barco, *jet skys* e banhos no rio.

A praça do CPTA de Mundaú tornou-se espaço de lazer para a população local, não sendo especificamente equipamento turístico pretendido durante a aplicação dos recursos. Cabe notar que, como um dos dois únicos CPTA em funcionamento, o Centro de Promoção Turístico Ambiental de Mundaú atualmente recebe o projeto social da Associação Ambiental e Cultural de Mundaú (AACM), responsável pela difusão da educação ambiental e de atividades culturais junto à comunidade local<sup>76</sup>.

Ainda, cabe notar que a rodovia reformada promoveu não somente a chegada de fluxos turísticos voltados à hospedagem nos estabelecimentos de Mundaú, mas proporcionou, principalmente, o fluxo de visitantes hospedados nas outras localidades de Trairi e dos municípios vizinhos.

---

<sup>76</sup> Citado projeto, a exemplo de outras lutas e movimentos sociais, será abordado no capítulo seguinte, como uma das poucas formas de resistência aos processos de segregação socioespacial crescentes no Litoral Oeste do Ceará.

Assim, turistas que buscam conhecer o litoral do município podem ficar hospedados nas localidades com as melhores instalações, casos de Flecheiras e Guajiru, e visitarem atrativos como o rio Mundaú, as dunas de Emboaca, a lagoa das Almécegas em Lagoinha, bem como a extensão dunas fixas e paleodunas de Baleia, em Itapipoca.

Itapipoca representa participação bem aquém dos demais municípios componentes da Costa do Sol Poente. Em 1998, quando recebeu cerca de 3 mil turistas, não consegue sequer suplantar os municípios interioranos de Sobral (11.798 turistas), Juazeiro do Norte (8.576), Quixadá (8.252), Canindé (6.472), Crato (4.288) e mesmo a longínqua e pequena Ubajara (3.949).

Nos anos seguintes, com a aplicação de recursos das políticas de turismo em transportes e infraestrutura básica, há relativo crescimento dos fluxos turísticos em Itapipoca, o que a coloca à frente dos destinos de Crato e Ubajara. A presença e a perda de importância de alguns destes municípios sertanejos e serranos se justifica através do inferido por Castro (2015, p. 199-200):

Ressalta-se relativa perda de importância dos destinos não-litorâneos (Quixadá, Canindé, Juazeiro do Norte, Crato e Ubajara) desde 1998, com exceção de Sobral, posto sua importância no período algodoeiro e proximidade dos destinos de Meruoca, Ubajara (segmentados pelo turismo de serra) e Camocim (no extremo litoral oeste). Em 2004, Crato e Ubajara passam a figurar abaixo dos 20 principais destinos, enquanto Juazeiro do Norte, Canindé e Quixadá, fortemente ligados ao turismo religioso e de aventura, figuram nas últimas posições em 2012.

Cabe notar que nos anos seguintes, os fluxos em Itapipoca passam por instabilidade, não figurando sequer entre os principais destinos cearenses entre os anos de 2002 e 2004. Nos anos seguintes a 2007, quando recebeu 13.475 turistas, verifica queda, fechando o período em análise com 12.475 turistas.

Nota-se que até início da década de 2000, Baleia conservou ar de praia virgem, com urbanização somente em parte da orla, envolta por isoladas residências de famílias de pescadores que sequer possuíam água encanada e iluminação. Enquanto o PRODETUR-CE I encurtou o caminho e alocou sistemas de saneamento e de distribuição de água na praia que possuía como únicos atrativos o mar e a tranquilidade, o PRODETUR-CE II finaliza a instalação do CPTA do município, a 5 km da praia, e inicia a obra de requalificação da praça João Cauby Paiva, que dá acesso à faixa de praia de Baleia.

O sistema de hospedagens de Baleia é um dos de menor capacidade dentre os municípios estudados, havendo poucas pousadas de pequeno porte espalhadas pelo núcleo urbano do distrito e em praias mais afastadas. Destas podem ser destacadas a pousada *Villa Baleia*, a Pousada Convés e a Pousada Paraíso. Todas são pertencentes a empreendedores cearenses e possuem portes que não ultrapassam um andar.

Quanto à arquitetura adotada, as pousadas Convés e Paraíso adotam estilo rústico pautado no uso da madeira em divisórias externas e na decoração. Já a pousada *Villa Baleia* é considerada uma hospedagem de charme, possuindo poucos quartos e bangalôs voltados a casais interessados em silêncio e isolamento, fato constatável através da localização da citada pousada, cerca de 1,5 km a leste do núcleo urbano de Baleia.

Por efeito de distância e da pequena quantidade de atrativos, a sazonalidade tem forte impacto na localidade, quando as pousadas recorrem a promoções em *sites* de reserva e mesmo em redes sociais, oferecendo diárias gratuitas com pagamento apenas do café da manhã ou de limites de consumação<sup>77</sup>.

Ainda, nenhuma das pousadas oferece serviços ligados a excursões, passeios pelas dunas ou mesmo passeios de barco pelo rio Mundaú. Ao verificar os atrativos existentes nas outras praias, constata-se que Baleia é um dos destinos menos atrativos, posto não possuir nenhum atrativo adicional à praia, como exemplo dos já citados quadriciclos, caiaques, planícies fluviomarinhas, lagoas, além dos também existentes passeios de bugre em Lagoinha e Mundaú, da rota das lagoas em Lagoinha, da gastronomia em Paracuru e Flecheiras e da vida noturna de Taiba.

A partir do citado levantamento entre potencialidades existentes nas localidades em questão, da utilização efetiva destas como espaços turísticos e do patamar alcançado pelo turismo no Litoral Oeste do Ceará, cabe verificar a atual influência da atividade turística na geração de emprego e renda, como pretendido pelas políticas de turismo incidentes na região. A tabela 12 demonstra as taxas de ocupação no setor de turismo nos municípios estudados.

---

<sup>77</sup> Caso mais notório é o da pousada Convés, que ofereceu durante 3 meses finais de semana gratuitos para grupos de 4 amigos que fossem se hospedar na praia da Baleia, nos quais os interessados pagariam apenas o café da manhã das diárias consumidas.

Tabela 12: Número de empregos formais no turismo e participação destas ocupações na economia do Litoral Oeste do Ceará.

NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS NAS ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DO TURISMO (ACT) NA COSTA DO SOL POENTE DO CEARÁ												
MUNICÍPIO	CAUCAIA (CE)		SÃO GONCALO DO AMARANTE (CE)		PARACURU (CE)		PARAIPABA (CE)		TRAIRI (CE)		ITAPIPOCA (CE)	
Mês/Ano	Nº de ocup.	Part. Relat. Na econ. o.	Nº de ocup.	Part. Relat. Na econ. o.	Nº de ocup.	Part. Relat. Na econ. o.	Nº de ocup.	Part. Relat. Na econ. o.	Nº de ocup.	Part. Relat. Na econ. o.	Nº de ocup.	Part. Relat. Na econ. o.
12/2012	1.361	6,19%	148	3,55%	73	4,10%	76	4,33%	150	17,26%	125	2,00%
12/2013	1.434	5,25%	140	2,60%	84	4,31%	81	4,08%	208	21,64%	174	3,00%
12/2014	1.603	4,78%	213	2,48%	73	3,76%	68	2,92%	234	22,39%	190	2,90%

Fonte: IPEA (2015). Elaboração: Castro (2016).

Ao analisar os dados fornecidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), através do Sistema Integrado de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo (SIMT), há constatações importantes sobre a geração de vagas e salários no setor e questão. No período recente entre os anos de 2012 e 2014, constata-se aumento absoluto nas taxas de empregados na atividade turística nos municípios de Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Trairi e Itapipoca.

Tal fato é revelador, pois denota o crescimento dos postos de trabalho ligados ao turismo não só nos municípios mais turistificados da microrregião em tela, casos de Caucaia e Trairi, mas também no município de São Gonçalo do Amarante, ressaltando a expansão do turismo de forma proporcional à expansão urbana de Taíba, bem como no caso de Itapipoca, que constata crescimento através da instalação de novas barracas e pequenas pousadas na localidade de Baleia, mas também na presença de pousadas e hotéis na sede do município.

É curioso que os municípios de Paracuru e Paraipaba verifiquem quedas nas taxas de emprego no período em questão, posto em Paracuru e Lagoinha haverem diversos hotéis e pousadas, além de barracas de praia e restaurantes voltados ao atendimento essencialmente turístico. Tal fato infere haver predominância da informalidade nos vínculos de trabalho nos citados municípios.

Quanto à relação das citadas ocupações com o número total de empregos formais nas economias municipais, sobressaem os municípios de Caucaia (4,78% em 2014) e Trairi (22,39%). Cabe notar que tais taxas se constituem através da relação entre a densidade de atividades no município e da importância do turismo na geração de postos de trabalho, daí a elevada taxa de participação das funções

ligadas às Atividades Características do Turismo (ACT) em Trairi, detentor de quatro localidades voltadas ao turismo.

Ao abordar a geração de emprego no turismo, ainda é necessário considerar o tempo de permanência nos postos de trabalho, posto a existência de contratos temporários ou mesmo vínculos trabalhistas mais susceptíveis às variações das dinâmicas turísticas nas diversas escalas espaciais. A tabela 13 mostra o tempo de permanência nos postos de trabalho por Unidade da Federação.

Tabela 13 - Tempo de permanência no emprego no setor turístico por UF.

Tempo no emprego em turismo por UF brasileira (2012-2013)									
Região	UF	2012				2013			
		< de 12 m	12 a 23 m	24 a 59 m	60 m ou +	< de 12 m	12 a 23 m	24 a 59 m	60 m ou +
Norte	AC	<u>703</u>	336	392	230	<u>558</u>	290	398	255
	AP	<u>814</u>	348	451	199	<u>779</u>	305	399	186
	AM	<u>5.280</u>	2.231	2.914	1.605	<u>4.615</u>	2.037	2.701	1.648
	PA	<u>6.860</u>	3.060	4.030	2.494	<u>5.932</u>	2.790	3.910	2.543
	RO	<u>2.598</u>	1.004	1.026	500	<u>2.273</u>	899	1.032	506
	RR	<u>556</u>	222	295	135	<u>634</u>	227	256	118
	TO	<u>1.386</u>	579	687	322	<u>1.511</u>	504	682	335
Nordeste	AL	<u>3.948</u>	1.743	2.411	1.481	<u>4.058</u>	1.752	2.607	1.615
	BA	<u>20.093</u>	9.368	13.139	8.539	<u>20.648</u>	8.516	12.643	8.689
	CE	<u>9.943</u>	4.448	5.792	2.965	<u>10.577</u>	4.307	5.908	3.147
	MA	<u>4.212</u>	2.033	2.387	1.382	<u>3.975</u>	1.863	2.577	1.478
	PB	<u>2.986</u>	1.392	1.967	1.219	<u>3.268</u>	1.472	2.028	1.327
	PE	<u>14.258</u>	6.052	7.730	5.233	<u>14.496</u>	6.454	8.188	5.374
	PI	<u>2.050</u>	1.099	1.479	1.105	<u>2.184</u>	998	1.547	1.066
	RN	<u>5.974</u>	2.395	3.392	2.112	<u>5.595</u>	2.505	3.503	2.305
Sudeste	ES	<u>8.835</u>	3.543	4.583	3.407	<u>9.010</u>	3.296	4.464	3.421
	MG	<u>41.221</u>	18.128	24.061	16.266	<u>41.552</u>	17.205	23.361	17.586
	RJ	<u>57.106</u>	25.396	33.790	26.731	<u>57.763</u>	24.139	34.700	27.083
	SP	<u>124.208</u>	57.207	79.171	52.224	<u>121.259</u>	50.208	75.908	56.540
Centro-Oeste	DF	<u>10.872</u>	4.854	5.485	3.262	<u>11.109</u>	4.114	5.387	3.199
	GO	<u>11.085</u>	4.344	5.074	3.217	<u>11.922</u>	4.088	5.233	3.243
	MT	<u>5.226</u>	2.147	2.353	1.346	<u>5.491</u>	1.871	2.424	1.348
	MS	<u>4.537</u>	1.692	2.068	1.072	<u>4.640</u>	1.754	1.993	1.129
Sul	PR	<u>22.544</u>	9.332	12.128	9.182	<u>23.443</u>	8.982	12.438	9.523
	RS	<u>22.284</u>	9.199	12.088	9.480	<u>23.070</u>	8.908	12.319	9.646
	SC	<u>17.792</u>	6.144	7.846	5.885	<u>18.552</u>	6.076	8.012	6.275

Fonte: IPEA (2015). Elaboração: Castro (2016).

Analisando a tabela, não restam dúvidas em relação à proeminência da curta permanência da mão de obra nos postos de trabalho em todos os estados do país, denotando assim o caráter temporário do emprego no setor turístico. No caso do Ceará, em 2012, 42,9% dos empregados formais no setor ficaram menos de um ano empregados, enquanto em 2013, este número sobre para 44,1%. Cabe notar que citada massa de trabalhadores, quando postos em situação de desemprego, ou no exército de reserva, pode ser utilizada como forma de pressionar negativamente os salários em determinadas localidades, suscitando assim a ocorrência de maiores taxas de lucro.

Tratadas algumas questões concernentes à geração de empregos, notadamente composta por vagas de curta e média duração, cabe analisar a geração de renda através dos postos de trabalho existentes no setor turístico, o que pode denotar características de remuneração, capacitação da mão de obra no setor, bem como de fatores capazes de rebaixar os níveis salariais no estado.

Quanto à renda, não há dados municipais relativos às taxas salariais auferidas pelos empregados do setor turístico. Mas tal fato pode ser relativizado levando em consideração a alocação de fixos em diversas parcelas do litoral cearense bem como das regiões serranas através das políticas de turismo incidentes no território cearense. Assim, as taxas salariais do turismo no território cearense podem fornecer importantes informações sobre a dinâmica do mercado de trabalho deste setor no estado e na região. A tabela 14 demonstra os níveis salariais do setor turístico nas regiões brasileiras.

Tabela 14 - Níveis salariais entre as regiões do país.

<b>Níveis salariais do setor formal do turismo nas regiões brasileiras (2012-2013)</b>		
<b>Região</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Região Norte	929,71	1.148,20
Região Nordeste	769,77	975,98
Região Sudeste	1.451,87	1.582,29
Região Sul	1.517,13	1.657,72
Região Centro-Oeste	1.309,28	1.595,93

Fonte: IPEA (2015). Elaboração: Castro (2016).

De acordo com a tabela, entre os anos de 2012 e 2013, a região Nordeste ocupa o último lugar entre as médias salariais no setor turístico, que crescem cerca de R\$ 200,00 no período em questão. Tais dados suscitam duas problemáticas: a

primeira relacionada ao nível de qualificação da mão de obra existente no Ceará, relativamente baixa em relação às outras regiões do país, fato constatável pela criação de componentes voltadas à capacitação da mão de obra estatal e privada durante as políticas de turismo; a segunda associa-se à busca dos empreendedores turísticos pela contratação de força de trabalho com baixos custos de manutenção<sup>78</sup>.

Apesar do aumento verificado no período, a média salarial na região Nordeste ainda está bem aquém da média de remunerações nacional no turismo, que é de R\$ 1392,20. Daí nota-se que enquanto a região buscou instalar infraestruturas turísticas, sobretudo nas zonas de praia, não houve preocupação semelhante com os vínculos de trabalho e níveis remunerativos relacionados à atividade turística. Citada crítica a este processo será pautada no capítulo a seguir, denotando os impactos causados pelo planejamento turístico cearense.

Ainda, é necessário analisar fatores contribuintes para diferenciações nas remunerações no setor em questão. A tabela 15 demonstra os níveis salariais existentes no setor turístico cearense.

Tabela 15 - Níveis salariais existentes no Ceará e quantitativo de homens e mulheres empregados no turismo.

<b>Níveis salariais no setor turístico no Ceará (2012-2013)</b>				
<b>UF</b>	<b>Remuneração</b>	<b>Gênero</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Ceará</b>	<b>Ate 2 SMs</b>	<b>Masculino</b>	11.194	11.310
		<b>Feminino</b>	8.346	8.987
	<b>2,01 a 3,0 SMs</b>	<b>Masculino</b>	1.561	1.555
		<b>Feminino</b>	601	618
	<b>3,01 a 5,0 SMs</b>	<b>Masculino</b>	706	710
		<b>Feminino</b>	304	301
	<b>5,01 SMs ou mais</b>	<b>Masculino</b>	281	319
		<b>Feminino</b>	154	140

Fonte: IPEA (2015). Elaboração: Castro (2016).

A tabela acima denota os níveis salariais e a disparidade entre o número de empregados homens e mulheres no turismo cearense. Cabe notar a predominância dos empregados formais que recebe salários que vão de menos de 1

<sup>78</sup> É comum ocorrência de baixas remunerações, algumas bem abaixo do valor do atual Salário Mínimo (SM) de R\$ 880,00; mão de obra essencialmente local, evitando deslocamentos e custos com transportes; ausência de vínculos formais entre empregador e empregados, reduzindo gastos com direitos trabalhistas como FGTS, Férias Remuneradas, etc.; inexistência de benefícios como planos de saúde, bonificações e pagamento de horas-extras trabalhadas; adoção de contratos temporários de trabalho em localidades sem quaisquer outras perspectivas de criação de postos de trabalho.

salário mínimo a 3 SM. Há ainda, em todas as faixas salariais, predominância de homens em relação a mulheres, fato associável aos serviços de reparos, segurança, salva vidas, gastronomia e outras atividades como no setor de transportes turísticos, guias de viagens, etc.

Constata-se assim que em 2013, 93,8% da mão de obra formal do turismo no Ceará recebia 3 (três) salários mínimos ou menos, denotando os baixos níveis salariais existentes no mercado turístico do Ceará. Já as melhores remunerações estão ligadas às funções gerenciais, as quais nem todos os empreendimentos possuem, onde há presença de trabalhadores sem qualificação e a gestão fica a cargo de proprietários, familiares ou empregados de confiança. A tabela 16 traz os níveis escolares da mão de obra formal do turismo cearense.

Tabela 16 - Níveis de escolaridade da mão de obra do turismo no Ceará.

<b>Níveis de escolaridade no setor turístico do Ceará (2012-2013)</b>				
<b>UF</b>	<b>Gênero</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Ceará</b>	<b>Masculino</b>	Até 5º ano	585	547
		6º a 9º ano	3.272	2.919
		Ensino médio e superior incompleto	9.297	9.751
		Superior completo	589	677
	<b>Feminino</b>	Até 5º ano	258	255
		6º a 9º ano	1.810	1.819
		Ensino médio e superior incompleto	6.783	7.379
		Superior completo	555	591

Fonte: IPEA (2015). Elaboração: Castro (2016).

A partir da tabela é possível compreender o que se configura como baixa qualificação da mão de obra para o turismo, setor no qual a qualidade do atendimento está intimamente ligada a tarefas básicas como cálculos, escrita, fala e conhecimento em línguas estrangeiras. Em 2012, os homens e mulheres que possuíam formação até o nível superior incompleto representavam 95% do total da mão de obra formal no turismo do estado. Já em 2013, o número de pessoas com este nível de formação reduz de forma irrisória para 94,6%.

Cabe ainda considerar que o fato de haver uma maioria de pessoas com nível de escolaridade entre o Ensino Médio e Superior não suscita grandes esperanças, posto que na maior parte dos municípios litorâneos existem pouquíssimas oportunidades de formação superior, a exceção de Faculdades e

algumas poucas unidades voltadas ao Ensino Superior à Distância (EAD)<sup>79</sup>. A inserção do ensino técnico e profissionalizante possibilitará o crescimento destas taxas de escolaridade nos próximos anos.

Mas o que efetivamente os moradores, empreendedores turísticos e turistas consideram sobre as possibilidades geradas pelo planejamento da atividade turística? A partir das coletas de campo foi possível melhor compreender importantes mudanças na dinâmica turística da Costa do Sol Poente, bem como a influência da inserção da atividade no mercado de trabalho das localidades costeiras pesquisadas.

Cabe notar que os trabalhos em campo suscitaram importantes mudanças nos rumos da pesquisa, bem como no pensamento do autor, posto a práxis no litoral bem como os relatos coletados junto aos sujeitos da dinâmica turística no Litoral Oeste do Ceará suscitaram uma série de descobertas sobre diversos fatores que exercem considerável influência na atividade turística não só da Costa do Sol Poente, mas da Costa do Sol Nascente (Litoral Leste) e outros espaços cearenses apropriados pelos fluxos turísticos nas últimas décadas.

O capítulo 5 vem corroborar com discussão aqui iniciada, sobre as nuances que contribuíram para a atividade ou prejudicaram o crescimento desta e das respectivas funções de geração de novas possibilidades de emprego, renda e emancipação no litoral.

---

<sup>79</sup> Casos dos polos de educação à distância da UFC em Caucaia e Itapipoca, e da Faculdade de Educação de Itapipoca, ligada à UECE.

# 5

## NUANCES DO PLANEJAMENTO TURÍSTICO NA COSTA DO SOL POENTE

Ao longo da pesquisa abordou-se parte do processo de planejamento turístico recorrente nos estados do Nordeste, no Ceará e nas diversas parcelas do território cearense. Necessário então partir para análise do que foi coletado em campo, junto aos sujeitos da dinâmica litorânea da Costa do Sol Poente.

Através de informações conseguidas junto a moradores, proprietários de estabelecimentos comerciais, tipologias de hospedagem, vilegiaturistas e turistas, tornaram-se acessíveis relatos e questões concernentes ao turismo e à produção do espaço gerada pela atividade, as relações sociais e de trabalho existentes nas localidades, conflitos e relações entre coletividade e poder público, potencialidades e fragilidades de cada localidade, impactos e benefícios consequentes das ações pautadas pelas políticas de turismo, bem como a dinâmica turística referente à microrregião objeto da pesquisa e às porções municipais e locais.

Citadas informações<sup>80</sup>, após coleta e tabulação, passaram por sistematização, onde foi realizado levantamento por localidade e balanço de respostas por seguimento social, possibilitando assim a obtenção de quadro das opiniões sobre as características do turismo no recorte da pesquisa.

Há uma multiplicidade de visões sobre a atividade turística no recorte espacial, posto a inserção do turismo, através dos discursos utilizados pelo poder público, por investidores, empreendedores e especuladores, ter suscitado diversas opiniões, prognósticos e esperanças para os diversos interessados.

Desde empresários ligados ao setor que esperavam o crescimento dos lucros, até moradores que buscaram incessantemente compreender porque a inserção do turismo no Litoral Oeste do Ceará não suscitou a melhoria da qualidade de vida esperada, há diversificadas vozes em relação a características do turismo no Ceará.

---

<sup>80</sup> Tabulação das entrevistas de campo está presente no Apêndice B, onde os segmentos sociais foram sistematizados por município e posteriormente cruzados para possibilitar um panorama geral das opiniões e principais problemas e questões existentes no recorte espacial do estudo.

Tal multiplicidade de visões reforça a defesa de Escobar (2010) de que o processo de planejamento, independente do objetivo e escala de aplicação, não pode ser ponderado apenas de forma racional, sendo necessárias considerações de características sociais, políticas, econômicas e culturais dos locais planejados.

Nos capítulos anteriores já foi clarificado o enfoque do planejamento turístico cearense, ao considerar os municípios litorâneos como componentes homogêneos de região com pretensa vocação turística. Ao tomar tais rumos, citadas políticas de turismo não consideraram potencialidades ambientais específicas de cada local, não suscitaram a manutenção de práticas marítimas tradicionais, não propuseram mudanças e obras que contribuíssem para melhoria da qualidade de vida para moradores e visitantes, assim como consideraram apenas o turismo como atividade a ser beneficiada pelas ações estatais no litoral cearense.

Pelo contrário, pensou-se de forma simplista que a instalação de infraestruturas voltadas ao fluxo e melhor experiência do turista, casos de rodovias, calçadas, pavimentação, praças, mirantes e saneamento básico, as localidades litorâneas dos municípios se tornariam destinos turísticos mundialmente conhecidos pelo simples fato de nestes existirem condições de recepção de turistas.

Cabe adicionar também que condições de participação popular não foram oferecidas nos processos decisórios antecedentes à aplicação dos recursos em questão, posto que através dos relatos coletados em campo ficar caracterizado que não houveram momentos ou espaços participativos no planejamento turístico dos municípios estudados, onde muitas das ações pautadas na trinca de políticas de turismo não seguir necessidades locais ou mesmo turísticas, caso dos CPTA e de alguns equipamentos de lazer alocados nas localidades receptoras.

Tal processo excludente de planejamento não é desconhecido das coletividades, apesar da maioria dos entrevistados não conseguir definir periodicidades ou mesmo nomenclaturas das políticas de turismo. Tais fatos exemplificam forma verticalizada do planejamento incidir sobre o litoral cearense.

Outra questão referente ao conhecimento das coletividades municipais sobre as políticas de turismo é a disparidade entre o conhecimento dos objetivos das políticas, os equipamentos e medidas que foram efetivamente instaladas ou não, e as possibilidades de melhoria das condições de vida nas respectivas localidades.

Explicando de melhor forma, a maioria dos entrevistados conhece muito pouco ou nada sobre os objetivos do PRODETUR e do PROINFTUR, ao passo que conhecem pouco sobre fixos que foram instalados e nada sobre fixos que foram apenas pautados, os quais grande maioria dos entrevistados não consegue articular com possibilidades de melhoria da qualidade de vida no litoral.

Tais questões, associadas às respostas obtidas em campo serão abordadas no tópico a seguir, onde caberá reflexão sobre diversos aspectos abordados pelos entrevistados relacionados a problemas e contribuições do planejamento para a atividade.

### **5.1 Múltiplas visões sobre o turismo no Litoral Oeste do Ceará**

Como dito anteriormente, cinco grupos sociais foram entrevistados durante os trabalhos de coleta em campo, etapa associada à documentação fotográfica e observações de campo, capazes de fornecerem importantes recursos à descoberta de características do turismo no litoral cearense.

Moradores, estabelecimentos comerciais, tipologias de hospedagem, vilegiaturistas e turistas tiveram importante participação como sujeitos responsáveis por relatos sobre as dinâmicas sociais, políticas, econômicas, territoriais e culturais existentes nas localidades de cumbuco (Caucaia), Taíba (São Gonçalo do Amarante), Paracuru, Lagoinha (Paraipaba), Flecheiras (Trairi) e Baleia (Itapipoca).

A análise aqui empreendida tem início com as considerações acerca da visão dos 11 moradores consultados em relação à atividade turística e seus impactos nas localidades. Quanto aos períodos de maior ocupação, 54,5% afirmam que o período entre dezembro e fevereiro há chegada de consideráveis fluxos de turistas, enquanto 81% dos entrevistados adicionam o período entre julho e outubro entre os mais visitados por turistas. Ainda, 36,3% dos entrevistados inferem na maioria de turistas brasileiros que buscam as praias da pesquisada microrregião.

Aliás, tal afirmativa sobre a proeminência de turistas brasileiros no Ceará é corroborada por 54,5% dos comércios e 75% das hospedagens entrevistados, havendo leve aumento no quantitativo de turistas estrangeiros no período que vai de julho a outubro, período no qual os praticantes de *kite surf* costumam chegar à costa cearense. Alguns dos entrevistados denotam que a participação de visitantes brasileiros chega a 95%, enquanto as taxas de estrangeiros chegam a 5% do total.

Assim, constata-se que citada internacionalização da maioria dos destinos da Costa do Sol Poente não se dá com a mesma intensidade verificada nos destinos de Jericoacoara e Canoa Quebrada. Aqui, ainda não pode ser incluída Cumbuco, posto haver considerações a serem feitas sobre os fluxos destinados às hospedagens da referida localidade.

Dentre os atrativos ressaltados pelos moradores, os principais são lagoas e rios (em 54,5% das respostas), eventos culturais e esportivos (45,4%), tranquilidade da praia em questão (27,2%), gastronomia e vida noturna (27,2%). Há somente duas localidades que são beneficiadas com serviços ligados à gastronomia de padrão turístico e à vida noturna, o caso da sede de Paracuru, e Flecheiras, em Trairi.

Citadas aglomerações possuem serviços gastronômicos diversificados, possibilitando ao turista o consumo de pratos mais requintados e ambientes que não são especificamente voltados ao morador. A figura 37 demonstra um dos principais restaurantes de Flecheiras, em Trairi.

Figura 37 - Restaurante Orixás, em Flecheiras, Trairi.



Fonte: Castro (2016).

Quanto às relações de moradores com outros segmentos sociais, nenhum citou prestar serviços em hospedagens, comércios ou domicílios de uso ocasional, casos relatados pelos respectivos segmentos quando questionados sobre as relações com moradores, quando 63,6% dos comércios, 62,5% das hospedagens e

dos vilegiaturistas citaram contratar serviços ou mão de obra locais. Entre os residentes, 36,3% ressaltaram barulhos causados por turistas e vilegiaturistas na utilização som automotivo, bem como denotaram a tentativa de compra de terrenos e residências por especuladores.

Dentre os principais problemas relatados pelos moradores, estão as condições dos serviços de saúde (em 36,3% das respostas), notadamente pela falta de postos ou mesmo de pessoal e remédios nos citados equipamentos, o déficit policiamento e aumento de atividades ilícitas nas localidades litorâneas (45,4%), ligada a formação de comunidades mais carentes compostas por uma mão de obra desempregada no entorno dos espaços turistificados.

Ainda, foram citados problemas em relação à pavimentação e ao trânsito (45,4%), posto muitas das localidades ainda serem deficitárias de pavimentação e sinalização, e serviços bancários (36,3%), suscitando sérios problemas a turistas e moradores quando necessitados de utilizar serviços de caixas eletrônicos.

Destes problemas, o mais citado entre todos os segmentos sociais é aquele relativo à falta de policiamento e crescimento de atividades ilícitas nas localidades litorâneas, notadamente o tráfico de drogas, assaltos, furtos e prostituição.

Entre os entrevistados, 72,7% dos estabelecimentos comerciais, 81,25% das hospedagens, 87,5% dos vilegiaturistas e apenas 25% dos turistas citaram este problema como um dos principais responsáveis pela repelência de fluxos nas localidades pesquisadas. Dentre as principais praias impactadas com tais problemas estão Paracuru, Lagoinha (Paraipaba) e Mundaú (Trairi).

No caso de Paracuru, o contexto representado pela Sede municipal litorânea valorizada pela vilegiatura marítima e turismo ocasionou processo de segregação socioespacial nos eixos de expansão da aglomeração urbana, onde podem ser constatados níveis consideráveis de pobreza e mão de obra desocupada. Exemplo disso são os relatos dos entrevistados sobre a impossibilidade de visitaçãõ da praia ou da Praça do Farol durante o período noturno.

Lagoinha, apesar da pequena aglomeração urbana existente, suscita maior número de visitantes, como verificado na tabela 11, e melhores hotéis e restaurantes na orla, assim como atrativos turísticos distantes do núcleo urbano da

localidade, o que facilita a ação de grupos criminosos que, na opinião de entrevistados, seriam provenientes do município de Trairi. Ainda, o tráfico e consumo de drogas são propiciados pela existência das ruínas do embargado *Lagoinha Suites Resort*, na porção oeste da localidade, apresentado na figura 38.

Figura 38 - Situação dos chalés do embargado *Lagoinha Suites Resort*, em Paraipaba.



Fonte: Castro (2016).

Já Mundaú, o contexto de violência passa pelo processo de inserção do tráfico de drogas nos últimos anos, o que, segundo moradores, leva muitas crianças e adolescentes à inserção nas atividades ilícitas, notadamente assaltos, furtos e prostituição. Tal fato tem se tornado tão corriqueiro que o cartão postal da localidade, a Praça do Mirante do Rio Mundaú, tem se tornado inutilizável por turistas nos períodos da tarde e da noite.

Quanto às perspectivas dos moradores entrevistados em relação ao turismo, 45,4% acham que a atividade gera empregos e renda nas localidades, porém esta mesma porcentagem de entrevistados acredita que há redução dos fluxos e investimentos nos últimos anos. Apenas 27,2% dos consultados acreditam haver crescimento do turismo na região, enquanto 36,3% dos moradores entrevistados inferem que faltam maiores investimentos públicos para o turismo.

Cabe notar que as opiniões dos moradores corroboram para a percepção de questões que, por vezes, estão distantes das parcelas efetivamente turistificadas das localidades litorâneas da Costa do Sol Poente, posto muitos destes terem o cotidiano ligado aos problemas que não afetam diretamente o turista, o vilegiaturista ou o empreendedor hoteleiro. Tal fato caracteriza o inferido por Coriolano (2006),

sobre locais turísticos que recebem investimentos voltados à melhoria da experiência do turista e não da qualidade de vida do morador.

Os estabelecimentos comerciais consultados situam-se juntos aos espaços mais dinamizados das localidades do recorte espacial, possuindo informações mais características do consumo não só de moradores, mas especialmente de turistas. Foram consultados 11 estabelecimentos comerciais, sendo estes, barracas, quiosques, restaurantes, mercadinhos, ateliê de artesanato, loja de *surf wear* e depósito de material de construção.

Destes, 54,5% afirmaram que a instalação não foi motivada pelo turismo, sobretudo no caso dos estabelecimentos ligados ao comércio de alimentos, bebidas e material de construção. Nota-se que os estabelecimentos que citam o turismo como motivador para alocação (45,4%) possuem padrão de serviços voltados ao referido público, casos de restaurantes e barracas de praia. A figura 39 denota o perfil do restaurante Manzari, em Lagoinha, voltado ao turismo receptivo.

Figura 39 - Restaurante Manzari, em Lagoinha, Paraipaba-CE.



Fonte: TripAdvisor (2013).

Em relação aos períodos com maiores fluxos nos estabelecimentos consultados, 54,5% ressaltam que os meses de dezembro a fevereiro são os períodos de maior movimento, seguidos pelos feriados e finais de semana (na opinião de 45,4% dos entrevistados) e pelo período de julho a outubro, segundo 27,2% dos respondentes. Constata-se assim a importância dos fluxos estaduais de

turistas e vilegiaturistas existentes nos finais de semana e feriados, atualmente facilitados pela duplicação da CE-085.

Quando questionados sobre as relações e conflitos existentes nas localidades, 54,5% dos entrevistados denotaram que parte dos fluxos turísticos utilizam os serviços do estabelecimento em questão, caso verificado nos restaurantes, barracas de praia, loja de *surf wear* e quiosque de artesanatos.

Apenas 27,2% ressaltaram a existência de parcerias não formalizadas entre os estabelecimentos da mesma localidade, enquanto 36,3% dos entrevistados citaram haver concorrências prejudiciais à atividade, caso verificado em Lagoinha, onde um dos entrevistados citou que parte dos empreendedores prefere deixar o turista sem determinado serviço do que indicar outro estabelecimento.

Os principais problemas relatados pelos entrevistados estão questões relativas ao saneamento, água tratada e lixo (63,6%) e a necessidade de requalificação da infraestrutura turística e qualificação da mão de obra (45,4%). O problema da capa rosa é constatado em todas as localidades visitadas, fazendo com que a água, na grande maioria proveniente de poços artesianos, chegue às residências com forte cheiro ferruginoso.

Apesar dos relatos ligados ao lixo, não foram constatados depósitos irregulares de lixo em todas as localidades visitadas (onde a exceção é Cumbuco), sendo presentes serviços de coletas de lixo nas localidades visitadas. E em relação ao saneamento básico, quase nenhuma das localidades teve o sistema de esgotamento sanitário universalizado, e em alguns casos, como Baleia, Flecheiras e Taíba, apenas a tubulação foi instalada, não sendo feita a ligação das residências para o sistema, problema motivado pela resistência da população e pela descontinuidade das obras durante as diferentes gestões municipais.

As respostas que citaram questões relativas à requalificação de infraestrutura, deixaram claro que a infraestrutura instalada através das políticas de turismo não bastou para modificar a imagem e as dinâmicas turísticas das localidades em tela, posto maior parte das infraestruturas estar depredada ou ter sofrido desgastes relativos ao ambiente costeiro.

Como principais exemplos de tais problemas estão os acessos à praia de Taíba, a Praça do Farol e o calçadão de Paracuru, o calçadão de Mundaú e cinco

dos sete Centros de Promoção Turístico Ambiental, e como exceções ao citado processo de depredação estão o calçadão e a iluminação de Flecheiras, a recém construída Praça do Cumbuco e a Praça do Mirante de Mundaú<sup>81</sup>. A figura 40 demonstra exemplo de impacto erosivo no anfiteatro do CPTA do rio Curú.

Figura 40 - Deslize de terra no anfiteatro do CPTA do rio Curú, em Paracuru.



Fonte: Castro (2016).

Em relação à mão de obra ligada à cadeia produtiva do turismo, os discursos reconhecem considerável déficit de qualificação em termos de atendimento ao cliente, em infraestrutura de estabelecimentos, em serviços e produtos prestados, bem como em preços praticados, sobretudo pelos restaurantes.

Em pesquisa realizada por Castro (2013), na localidade de Baleia, foi constatada mobilização das gestões municipais junto ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) na busca pela qualificação profissional dos trabalhadores da microrregião, ação ligada à componente de fomento à iniciativa privada do PRODETUR-CE II. Tais ações esbarraram na resistência dos trabalhadores em terem que se deslocar para receberem treinamentos específicos para cargos e funções.

---

<sup>81</sup> Tais questões infraestruturais serão abordadas mais a frente, em tópico específico sobre as infraestruturas turísticas.

Já as opiniões dos estabelecimentos em relação ao turismo são mais variadas. 54,5% consideram que a atividade gera emprego e renda para a população e comércio local, enquanto 9% acreditam que o turismo seja essencial para a localidade em questão, resposta fornecida em Lagoinha. Apesar disto, 54,5% dos entrevistados afirmaram que atualmente a atividade está estagnada, posto 45,4% acreditar que faltam investimentos em *marketing* e infraestrutura e 18,1% acharem que falta maior participação popular no planejamento turístico. Apenas 9% dos consultados acham que a atividade irá crescer no futuro.

Cabe então considerar as opiniões sobre o processo de instalação dos fixos privados ligados diretamente à cadeia produtiva do turismo, as hospedagens. Dentre os empreendimentos verificados na microrregião, têm-se universo diversificado de 16 hospedagens na região, dentre as quais estão 11 pousadas, 4 hotéis e um albergue.

Segundo informações coletadas, apenas 25% das hospedagens citaram que a instalação foi motivada pela atividade turística, enquanto 37,5% dos proprietários são provenientes de outros estados ou países, sendo mais comuns proprietários provenientes do Sul do país e da Europa (Suíça e França). Ainda, 31,25% dos entrevistados citou que o empreendimento tinha outras funções anteriormente, entre casas de veraneio e restaurantes.

Tais dados denotam inicialmente o porte dos empreendimentos verificados no Litoral Oeste do Ceará, em grande maioria pousadas caracterizadas pelo pequeno porte, não chegando a ultrapassar um andar. Além disto, verifica-se que a incidência de empreendimentos frutos do capital estrangeiro não chega a surpreender frente à presença de diversos proprietários locais e nacionais, fato que caracteriza o ainda tímido interesse do investidor internacional pelos municípios pouco dinamizados pelo turismo.

Outra característica perceptível nos perfis das hospedagens consultadas são as funções anteriores às constituições destas, denotando menor interesse dos proprietários em manter Domicílios de Uso Ocasional ou mesmo restaurantes enquanto há possibilidade de capitalização através do *pool* hoteleiro associado ao restaurante.

Tal fato pode ser verificado inclusive pela estrutura de diversas pousadas existentes no recorte espacial, as quais possuem características arquitetônicas de segundas residências e passaram por reformas para adequação ao serviço de hospedagem. A figura 41 exemplifica a citada arquitetura em pousada da praia de Cumbuco.

Figura 41- Pousada que possui arquitetura de segunda residência na localidade de Cumbuco, Caucaia.



Fonte: Castro (2015).

Quanto aos períodos com os principais fluxos verificados durante o ano, 81,25% dos entrevistados citou os meses de dezembro a janeiro, enquanto 75% citaram os meses de julho a outubro. Quanto aos meses com maiores efeitos da sazonalidade turística, 50% das hospedagens questionadas citaram buscar outras formas para minimizar os problemas da ausência de turistas, entre elas promoções junto a *sites* de reservas, pacotes junto a operadores turísticos e a mais recente busca pela hospedagem de outros públicos menos variáveis.

De acordo com informações coletadas em campo, este é o caso de coreanos e brasileiros do alto escalão de empresas do CIPP hospedados em Tabuba, Cumbuco e Taíba, funcionários da Petrobrás hospedados em Paracuru, e trabalhadores dos parques eólicos hospedados em Flecheiras.

Levando em consideração o perfil dos usuários das hospedagens da região, é possível situá-los no turismo de negócios, caracterizado pela utilização de alguns serviços ligados a cadeia produtiva da atividade nos períodos livre, ou mesmo como vilegiaturistas, posto alguns se aloquem em diversos empreendimentos imobiliários de alto padrão e em unidades domiciliares de uso ocasional, sobretudo nas localidades de Tabuba, Cumbuco, Taíba e Paracuru. A figura 42 demonstra um dos empreendimentos imobiliários ligados a esta dinâmica.

Figura 42 - Perfil das unidades no condomínio *Summerville* Cumbuco.



Fonte: Castro (2015).

Sobre as relações ressaltadas pelos representantes de hospedagens, além da mão de obra, citada anteriormente, 37,5% denotam haverem indicações de outras hospedagens a clientes em caso de lotação. Apenas 25% citaram já ter acontecido contato de interessados em comprar o empreendimento, enquanto 18,75% citam problemas com vilegiaturistas, notadamente causados por som alto<sup>82</sup> e trânsito na praia. Tais problemas com os moradores de segundas residências são mais comuns nas localidades de Taíba, Lagoinha, Flecheiras e Baleia.

Cabe ressaltar que 43,75% dos entrevistados citaram haver exacerbada concorrência entre os empreendimentos de hotelaria e gastronomia. Tal fato é

<sup>82</sup> Apesar de haverem leis municipais que proíbem a utilização de carros de som e vias públicas de quase todas as praias visitadas, alguns dos entrevistados citam que basta o proprietário do veículo entrar na residência (própria ou alugada), que este começa a incomodar o entorno com som alto. Tal relação é mais verificável em feriados festivos, caso do Carnaval e Réveillon

verificado através de relatos que denotam influências políticas na fiscalização sanitária e ambiental realizada em determinadas hospedagens, bem como boatos que alguns empreendedores espalham sobre concorrentes diretos. Tais fatos foram denotados em Taíba, em Flecheiras e em Baleia.

No caso de Taíba foi citado por alguns entrevistados que há certa resistência dos moradores da localidade em relação a empreendedores de outros estados e países, posto ser afirmado que muitos acreditam que estes chegam para tomar a clientela dos empreendimentos locais. Em Flecheiras o conflito envolve determinados sujeitos a prefeitura de Trairi, posto terem sido citadas ocasiões onde Vigilância Sanitária e Ibama realizaram fiscalizações e não passaram em todas as barracas pelos contatos políticos dos proprietários.

Já em Baleia, segundo alguns consultados, um proprietário de pousada acusa outro proprietário de portar arma de fogo e estar inserido em esquema de corrupção junto à prefeitura, havendo casos onde proprietários e funcionários de uma pousada local dizem aos turistas que nas dependências da principal concorrente falta água e a cozinha não tem condições sanitárias de funcionar.

Dentre os problemas ressaltados pelos entrevistados do referido segmento social, 68,75% citam problemas ligados ao lixo, à ausência de saneamento e água tratada, enquanto 50% relatam sobre serviços de saúde inexistentes ou deficitários nas localidades ou sedes municipais.

A depredação e/ou a ausência de infraestrutura turística, bem como as condições da educação escolar fazem parte de 18,75% das opiniões, já a ausência de serviços bancários e a pouca cobertura de redes celulares estão presentes em 31,25% dos relatos. Por último, são lembradas as sobrecargas nos sistemas de energia elétrica e a ausência de *marketing* e publicidade por parte das gestões municipais ocupam 12,5% das opiniões.

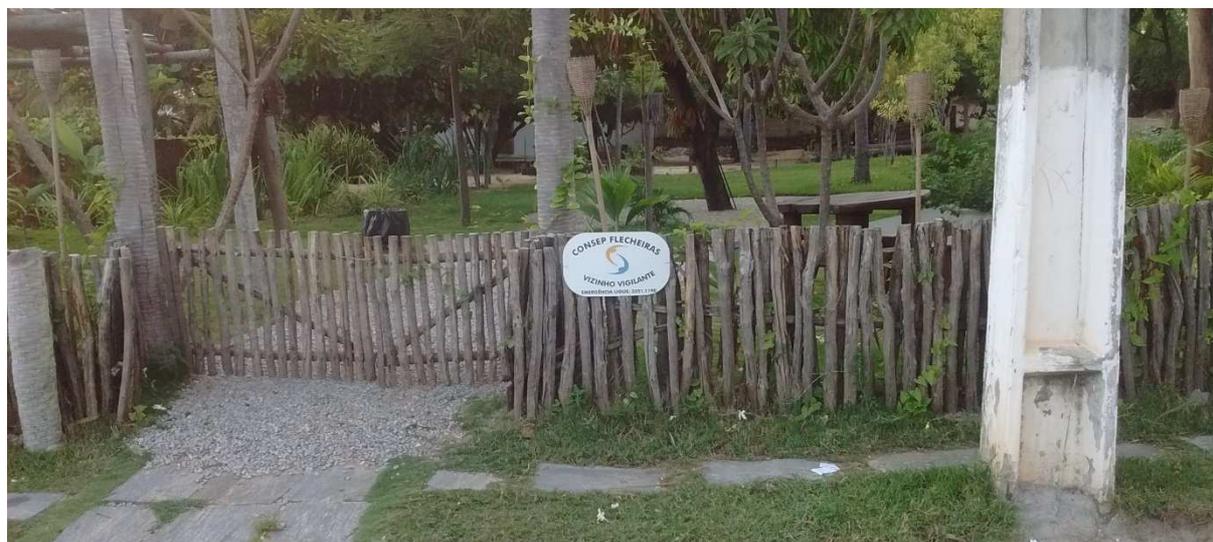
Cabe lembrar que todas estas questões, na visão do empreendedor, estão ligadas à qualidade da experiência que o visitante terá na localidade. Assaltos, depósitos irregulares de lixo, capa rosa, esgotos a céu aberto, infraestrutura depredada, problemas em transações bancárias online, péssima conectividade para ligações ou internet móvel, impossibilidade de atendimento médico e quedas de

energia podem impactar completamente a experiência de grupos de turistas, consequentemente reduzindo a demanda do sistema hoteleiro local.

Tais fatores, se somados à ausência de divulgação de destinos e seus respectivos atrativos, podem fadar inúmeras localidades à decadência turística. Desta forma, alguns dos empreendimentos buscam outros caminhos para divulgação e criação de demanda sobre serviços prestados, caso de *sites* de reservas, redes sociais e contratos com operadoras de turismo<sup>83</sup>.

O único local onde foi verificada iniciativa do setor privado para melhoria das condições infraestruturais e manutenção da segurança foi Flecheiras, onde há a Associação do Desenvolvimento Comunitário de Flecheiras (ADCF) e o Conselho Comunitário de Segurança Pública do distrito de Flecheiras (CONSEP), que agrega hospedagens e estabelecimentos comerciais que devem contribuir financeiramente e com serviços para a localidade. A figura 43 demonstra a indicação de empreendimentos que participam do CONSEP.

Figura 43 - Placa indicativa de participação do estabelecimento no CONSEP de Flecheiras.



Fonte: Castro (2016).

Sobre as condições da educação escolar, um dos entrevistados chegou a afirmar que existem escolas onde há venda de entorpecentes, sendo esta praticada por funcionários do equipamento educacional, o que além das infraestruturas

<sup>83</sup> Alguns hotéis e pousadas tem buscado formas alternativas de publicidade, em especial a utilização de redes sociais como o *Facebook* e, principalmente o *Instagram*, no qual os hotéis e pousadas divulgam não só os serviços, mas também os atrativos e paisagens dos destinos onde estão localizados. Exemplo disto são os *feeds* do Instagram da Pousada e Restaurante Convés, em Baleia, do Orixás Art Hotel, em Flecheiras, da Pousada Oasis, de Paracuru.

deficitárias e dos quadros incompletos de professores, impulsionaria a evasão escolar e inserção dos jovens na criminalidade. Ainda, alguns dos entrevistados relataram que a existência de escolas melhor equipadas poderia suscitar a realização de cursos de capacitação para jovens e adultos, incluindo o ensino de línguas para atendimento de turistas.

Sobre a visão dos entrevistados ligados aos estabelecimentos de hospedagem, 68,75% acreditam que a atividade gera emprego e renda, e apenas 6,25% acham que a atividade proporciona melhores infraestruturas nas localidades, como pavimentação, urbanismos turísticos e iluminação. 31,25% opinam que faltam investimentos públicos, enquanto apenas 6,25% dos entrevistados ressaltam a falta de participação popular no planejamento turístico.

12,5% das hospedagens participantes inferem haver crescimento do tráfico da prostituição, sobretudo em Cumbuco, enquanto 6,25% acreditam que Flecheiras possui muitos atrativos interessantes ao turista. Entre as opiniões sobre o progresso da atividade, 6,25% afirmam que o turismo está crescendo, enquanto 43,75% afirmam que a atividade está a declinar.

Em relação à opinião dos vilegiaturistas, foram realizadas 8 (oito) entrevistas<sup>84</sup>. Questionados sobre o processo de alocação da residência, levando em consideração ano de construção do imóvel e motivo para escolha do local, 50% dos entrevistados reportaram aquisição do imóvel nos últimos 5 (cinco) anos.

37,5% dos participantes da pesquisa denotaram indicações ou proximidade de familiares para aquisição, motivos seguidos pelo lazer proporcionado pela proximidade da praia ou pelo baixo valor dos terrenos ou imóveis (presentes em 25% das respostas), e tendo como motivo menos citado a proximidade do CIPP (12,5%).

A informação relacionada ao tempo de aquisição dos imóveis denota certa conjuntura facilitadora de aquisição de novas unidades residenciais e terrenos mais próximos à praia, fato relacionado ao processo de desuso comum às diversas ondas da vilegiatura marítima, denotadas por Pereira (2012), quando após

---

<sup>84</sup> Em Lagoinha não foram encontradas segundas residências ocupadas no momento de realização dos trabalhos de campo. Em Cumbuco, a localização dos DUO ameaçava a segurança do pesquisador, enquanto em Flecheiras os proprietários de duas segundas residências se negaram a participar da pesquisa.

determinados períodos de utilização mais intensa, os vilegiaturistas passam a disponibilizar os imóveis para locação ou para venda. Tal fato se constitui em realidade quando, ao verificar os 3 (três) entrevistados que possuíam domicílios de uso ocasional há mais tempo<sup>85</sup>, um destes afirmou efetuar costumeiras locações da respectiva residência.

Entre os períodos de maior utilização do imóvel em questão, 50% dos participantes da pesquisa citaram as férias como momento onde o imóvel fica maior tempo ocupado, seguidos pelos grandes feriados e finais de semana (ambos em 37,5% das respostas).

Assim, constata-se que há periodicidades diferentes entre a utilização de infraestruturas ligadas à prática turística e à vilegiatura marítima. Exemplo disto é a associação do período dos ventos com as férias na Europa, que entre julho e outubro atraem turistas ligados à prática do *kite surf* e em busca dos ambientes costeiras nordestinos.

Sobre as relações e conflitos existentes nas localidades, além das já citadas prestações de serviços de manutenção e segurança prestadas pelos moradores, 25% dos entrevistados citaram alguns problemas com turistas durante a alta estação nas localidades em questão, como o estacionamento em frente aos portões das segundas residências e o intenso trânsito de veículos na faixa de praia, oferecendo riscos aos banhistas, fato relacionado às localidades de Taíba e Baleia.

Quando questionados sobre os principais problemas e necessidades, além da já citada ausência de policiamento e o crescimento das atividades ilícitas, 25% citaram problemas ligados à presença de lixo e ausência de saneamento básico e água tratada, mesmo porcentagem de vilegiaturistas que citaram a ausência ou péssimas condições de serviços de saúde nas localidades.

Inclusivamente, 25% adicionaram a ausência de serviços bancários e fraco sinal de redes de *internet*. A isto se somam depredação e/ou falta de infraestrutura turística pública e privada (50%), necessidade de pavimentação (37,5%), falta de cidadania por parte do morador e ausência de atrativos turísticos (ambos em 12,5% das respostas).

---

<sup>85</sup> O quarto entrevistado desse grupo estava em residência alugada durante o final de semana, já denotando o caráter do imóvel para obtenção de renda extra através da locação.

Se maior parte dos hotéis e pousadas buscam outras formas para fornecer água aos hóspedes, o mesmo não acontece com vilegiaturistas, daí se deve a reclamação referente às condições da água proveniente de poços.

Em relação às condições dos serviços de saúde, cabe notar que vilegiaturistas, notadamente ligados ao contexto metropolitano e à gama de serviços de saúde disponibilizados nas grandes cidades, acham necessária a existência de postos de saúde ou hospitais melhor equipados nas localidades ou sedes urbanas municipais.

Esta preocupação é fruto da diferença entre turista e o vilegiaturista, posto o primeiro possuir a seu dispor a preocupação do prestador de serviços em relação seu bem-estar e saúde, seja este prestador a hospedagem, o bugueiro, o restaurante ou mesmo o operador de turismo.

As considerações sobre a quase inexistência de serviços bancários<sup>86</sup>, o péssimo sinal de *internet* a cabo e os problemas de pavimentação (e acessos às praias) estão ligadas à necessidade do vilegiaturista por consumir serviços e utilizar infraestruturas essencialmente urbanas, fenômenos verificados por Pereira (2006) em localidades do município de Aquiraz-CE. Assim, é comum que tais exigências verifiquem crescimento com o aumento da urbanização destas localidades estudadas, o que acaba, direta ou indiretamente, beneficiando a atividade turística.

Já a falta de cidadania dos moradores pode consistir na falta de consciência de alguns habitantes em relação aos cuidados com a localidade, questões que vão desde o depósito de lixo em terrenos baldios e na faixa de praia, odor de urina em espaços públicos e depredações de equipamentos públicos, caso exaltado por vilegiaturista de Paracuru.

Entre as opiniões gerais sobre a atividade, 12,5% dos vilegiaturistas acreditam que o turismo gera emprego e renda, assim como movimentam o comércio local. 50% sugerem falta de investimentos públicos, enquanto 12,5% acham que falta maior qualidade no setor privado, além do turismo atrair atividades ilícitas. Já em termos de prognósticos, 12,5% dos vilegiaturistas participantes da pesquisa

---

<sup>86</sup> Dentre as localidades verificadas, apenas Icarai e Cumbuco, em Caucaia, e Taíba, em São Gonçalo do Amarante, possuem caixas eletrônicas. Cabe notar que durante os trabalhos de campo, o caixa 24 Horas de Taíba estava fora do ar, assim como todas as redes de telefonia móvel, não sendo possível qualquer saque, pagamentos via débito automático ou crédito.

acham que a atividade crescerá, contrariando a opinião de 37,5% que afirmam que o turismo está estagnado. Pela ausência de atrativos turísticos, 12,5% dos respondentes afirma a localidade em questão (Baleia) é melhor para morar do que para o turismo.

As entrevistas realizadas com o segmento de turistas totalizaram 8 (oito) coletas, as quais foram respondidas por 5 (cinco) turistas do Ceará, um paulista, um paraense e um argentino<sup>87</sup>. Sobre o total de dias de estadia nas localidades visitadas, 50% estavam passando mais de um dia em hotel ou pousada, enquanto 37,5% estavam visitando a localidade em questão pela primeira vez. Ainda, 50% dos entrevistados citaram visitar a localidade mais de uma vez por ano.

Dentre os fatores que contribuíram para a escolha da localidade como destino, a tranquilidade foi a mais citada (50%), seguida pelas sugestões de amigos e/ou parentes, juntamente com o fato de gostarem da praia (ambas com 25%). Ressaltadas por 12,5% dos turistas entrevistados, estão a proximidade de Fortaleza, a qualidade dos serviços e escolha aleatória do destino.

Denota-se aí, a importância da sensação de segurança sentida pelo turista no destino escolhido, resposta também que está associada a questões como ausência de incômodos como som alto e vendedores ambulantes, trânsito intenso na praia, mar calmo, comodidades prestadas pela hospedagem e pelos estabelecimentos comerciais utilizados.

Outra questão, considerando o universo de entrevistados, é a importância da recomendação de amigos e parentes que já visitaram o destino em questão, daí a busca dos empreendedores do ramo hoteleiro citarem melhorias para a experiência do turista no Litoral Oeste do Ceará.

Entre os períodos onde os turistas verificam maiores números de visitantes nas localidades, 37,5% indicaram as férias como principal período, seguidos pelos feriados e finais de semana, ambos citados em 25% das respostas. A inferência a tais períodos, notadamente difundidos como alta estação na cadeia hoteleira, corroboram a compreensão do perfil dos fluxos turísticos nacionais e regionais que se dirigem ao Ceará.

---

<sup>87</sup> Em Paracuru não foram encontrados turistas durante a coleta.

Quando questionados sobre os principais problemas e necessidades, questões relativas à ausência de saneamento e lixo foram citadas por 37,5% dos respondentes. 25% consideraram a ausência de sinalização ou as condições de acesso à faixa de praia como problemas necessários de serem corrigidos, enquanto a ausência de atividades esportivas na praia, a ausência de serviços de saúde e a falta de cidadania foram citadas por 12,5% dos entrevistados.

Respostas relativas ao lixo e saneamento foram verificadas em Cumbuco, Taíba e Flecheiras, apesar de que depósitos irregulares de lixo são constatáveis apenas em Cumbuco, enquanto Taíba e Flecheiras há existência ocasional de lixo na faixa de praia. Quanto aos acessos de praia, em praticamente todas as praias há problemas para a chegada de veículos à faixa costeira, posto muitos se deslocarem pela praia para alcançar outras localidades e atrativos da região.

É curioso que apenas um turista entrevistado tenha citado a ausência de serviços de saúde na localidade de Taíba. Tal fato denota a despreocupação dos visitantes com aspectos de saúde em locais que não representa o entorno habitual, posto existirem como possibilidades de atendimento médico os hospitais da sede de Itapipoca, da sede de São Gonçalo do Amarante, da sede de Caucaia e a rede hospitalar de Fortaleza, que apesar do número de hospitais públicos e particulares, encontra-se incapaz de atender a demanda existente na RMF. Sobre este problema, a figura 44 mostra um dos estabelecimentos de saúde do recorte espacial.

Figura 44 - Unidade de Saúde da Família de Baleia, em Itapipoca. Moradores ressaltam falta de médicos e medicamentos no equipamento, que não abre todos os dias.



Fonte: Castro (2016).

Outra questão interessante é a pouca preocupação dos turistas entrevistados em relação às atividades ilícitas e à falta de policiamento, o que está relacionado a pouca ou nenhuma exposição do turista a fatores externos às dinâmicas das hospedagens e estabelecimentos de gastronomia.

Cabe notar que todos os turistas entrevistados estavam nas dependências de empreendimentos da localidade visitada, sejam estes, barracas de praia, restaurantes ou pousadas. Isto, efetivamente, minimiza a possibilidade de que o turista venha a ser alvo de ações ilícitas, como assaltos ou mesmo roubos.

Sobre as opiniões em relação à atividade turística, 25% dos turistas participantes da pesquisa acreditam que a atividade gera empregos e renda, mesmos percentuais que ressaltam que a beleza da praia é o principal atrativo e que é necessário preservar a natureza das localidades.

12,5% acham que existem impactos ambientais que prejudicam o turismo, caso da erosão em Cumbuco, enquanto para 12,5% faltam atrativos na localidade visitada, resposta fornecida em Baleia. Já sobre as opiniões do futuro da atividade, 12,5% citaram que a atividade deverá crescer, impulsionada pela qualidade dos serviços em Flecheiras, enquanto 12,5% sugerem que a atividade irá diminuir, pois os *kite surfers* estão tomando o lugar dos banhistas no litoral de Caucaia.

Após as considerações sobre as informações obtidas nos municípios pesquisados, cabe cruzá-las com as observações de campo e relatos adicionais, obtidos através de conversas informais nas localidades visitadas.

Parte-se para análise sobre como tais mudanças nas dinâmicas socioespaciais se desdobraram nos contextos multiescalares e quais os fatores podem ter efetivamente contribuído ou impactado negativamente das dinâmicas turísticas da microrregião.

## **5.2 Tudo que é sólido se desmancha no mar: embargos, conflitos e funcionalidades da urbanização turística na Costa do Sol Poente**

Marshall Berman (2007), ao caracterizar o processo de modernização urbana, aborda questões relativas à reprodução do capital através da recorrência da destruição criativa, processo no qual, estruturas dominantes são gradualmente substituídas por outras mais socialmente rentáveis.

Socialmente, através do discurso abordado nos capítulos anteriores, tende a significar formas de retorno de benefícios à coletividade, após aceitação de determinada mudança.

Harvey (2010, p. 184-185), ao considerar o modelo de reprodução do capital sobre a terra, denota:

A longa história de destruição criativa sobre a terra produziu o que é às vezes chamado de “segunda natureza” – a natureza remodelada pela ação humana. Há muito pouco, ou nada, da “primeira natureza”, que existia antes de os seres humanos povoarem a terra. Mesmo nas regiões mais remotas da terra e nos ambientes mais inóspitos, os traços da influência humana (a partir de mudanças nos regimes climáticos, vestígios de pesticidas e transformações nas qualidades da atmosfera e da água) estão presentes. Nos últimos três séculos, marcados pela ascensão do capitalismo, a taxa de propagação e destruição criativa sobre a terra tem aumentado enormemente.

Citado trecho denota o processo destrutivo de ocupação humana sobre a primeira natureza, na busca incessante pela reprodução de taxas de lucro, crescimento econômico e inserção de pontos do espaço no mercado global.

Após duas décadas de planejamento turístico no litoral oeste do Ceará, o que tem sido visto e pesquisado, pelos poderes públicos e pela academia, é a existência de uma primeira natureza atrativa aos visitantes e a necessidade de um planejamento turístico capaz de garantir ocupação e mobilidade até estes e nestes pontos do espaço, garantindo assim a formação de uma segunda natureza, modernizada, urbanizada, que possibilite a circulação dos fluxos turísticos dentro e entre as localidades turistificadas.

Tal dinâmica se exemplifica no contexto local pela inferência de governante ao citar, ainda na década de 1980, que o instrumento de trabalho da pesca artesanal, reconhecidamente a jangada, se tornaria peça de museu, visando desqualificar a prática marítima tradicional como algo atrasado e desvantajoso.

Obviamente tal discurso buscava impactar negativamente não só a referida atividade, mas também suscitar toda uma transformação na dinâmica costeira cearense, onde pescadores e suas práticas desvalorizadas dariam lugar à moderna e rentável atividade turística, capaz de gerar, de acordo com os discursos anteriormente abordados, empregos, renda e desenvolvimento.

Mas tal processo não se realiza de maneira homogênea e nem reproduz os mesmos rebatimentos em todo o território. Para tanto, busca-se aqui apreender o

significado das infraestruturas turísticas alocadas nos últimos 20 (vinte) anos pelo poder público e setor privado, contribuindo para o debate em relação ao real objetivo do planejamento turístico no Ceará.

Ao considerar a infraestrutura turística efetivamente alocada, notadamente o sistema viário, os urbanismos para embelezamento de orlas, os equipamentos turísticos voltados ao relacionamento do turista com a localidade e os atrativos criados através dos investimentos estatais, não ficam claras as relações destes com a dinâmica turística na Costa do Sol Poente. Isto é, muitas das infraestruturas alocadas sequer chegaram a exercer as funções para as quais foram pensadas.

A instalação do sistema rodoviário da Costa do Sol Poente se assenta sobre a justificativa de permitir a circulação de turistas até as localidades litorâneas desta parcela do território cearense. No entanto, tanto a primeira alocação da CE-085, como o atual processo de duplicação da referida rodovia, apesar de contribuírem, de acordo com Santos e Silveira (2011), para a criação de fluidez virtual nesta parcela do território cearense, acabaram por suscitar a consolidação de fluidez efetiva até o entroncamento com as rodovias CE-421 e CE-422, que levam até o CIPP.

Inferi Diógenes (2012) que apesar da funcionalidade turística da rodovia CE-085, o contexto metropolitano na qual foi inserida possibilitou a utilização desta via para deslocamentos mais rápidos e menos dispendiosos rumo ao litoral oeste do Ceará, sendo o CIPP receptor dos principais fluxos cotidianos existentes na microrregião em tela, inclusive suscitando diversos processos de ocupação, como constatado nos capítulos anteriores.

Além das rodovias alocadas, pavimentação e acessos de praia também são importantes para os contextos das localidades, facilitando a mobilidade entre as áreas residenciais, hoteleiras e os atrativos.

Considerando os recursos alocados para tais ações, sobretudo durante o PRODETUR-CE II e o recente PROINFTUR, e o verificado nas localidades durante os trabalhos de campo, fica caracterizada certa disparidade entre os objetivos e a realidade. A figura 45 mostra o mosaico com as condições das vias encontradas em algumas das localidades visitadas.

Figura 45 - (Topo) Acesso de praia em Taíba e rua sem pavimentação em Baleia; (Base) Rua sem drenagem pluvial em Lagoinha e trecho não duplicado da CE-085 em Trairi.



Fonte: Castro (2013; 2016).

Equipamentos como calçadões, praças, mirantes e centros de promoção ambiental, pensados com a finalidade de embelezar os cenários turísticos do Litoral Oeste do Ceará, em partes não foram instalados por completo. Outros, após alocação, ou não foram funcionalizados ou não receberam o cuidado necessário para manutenção por parte das gestões municipais.

Equipamentos que poderiam fazer toda diferença em relação à dinâmica turística nas localidades pesquisadas ou mesmo terem criado atrativos, ou caíram em desuso, ou nunca foram utilizados por um turista ou morador sequer, ou ainda, grosso modo, foram levados pelo mar.

Nota-se diversos entrevistados que consideraram a falta de infraestrutura como um problema real para a atração de fluxos nas localidades em questão. As localidades de Icaraí, Pecém, Paracuru, Flecheiras e Mundaú receberam calçadões através da aplicação de políticas de turismo, mas atualmente somente o calçadão de Flecheiras é efetivamente utilizado por turistas e moradores como área de lazer.

O calçadão de Paracuru possui descontinuidades, sendo ocupado por barracas e instrumentos da pesca, este somente pode ser utilizado durante o dia e tarde, devido aos problemas relacionados à ausência de segurança pública no local. O calçadão da praia do Pecém, pela proximidade do porto, não suscita os mesmos

fluxos turísticos de outras localidades. Já os calçadões de Icaraí e Mundaú foram completamente erodidos pela força do mar, restando apenas vestígios de equipamentos que poderiam possibilitar o passeio dos interessados à beira-mar. A figura 46 traz mosaico demonstrativo destas infraestruturas em questão.

Figura 46 - (De cima para baixo) Calçadão de Paracuru, calçadão de Flecheiras, erosão na orla de Icaraí, calçadão de Pecém e ruínas do calçadão de Mundaú.



Fonte: Castro (2014 – 2016); PANORAMIO (2012).

Ainda, cabe analisar os equipamentos turísticos voltados à contemplação da paisagem, os ligados à sociabilidade e os que possibilitam relações entre turistas e localidades. Estes podem ser exemplificados por mirantes (contemplação), praças (sociabilidade) e centros de apoio ao turista (relação do turista com o local). Cabe notar que tais equipamentos possibilitam, junto aos calçadões, o real desejo do turista de visitar e experimentar os destinos.

As localidades de Taíba, Paracuru, Lagoinha e Mundaú são as únicas a possuírem mirantes, sendo dois localizados nas áreas mais altas dos destinos (Taíba e Lagoinha), o de Paracuru sendo reconhecidamente o Farol da localidade, enquanto o de Mundaú foi alocado junto ao rio de mesmo nome, possibilitando a contemplação do pôr do sol às margens da foz.

O mirante de Lagoinha, localizado junto à via de percurso costeiro da localidade, consiste em calçadão junto à encosta de morro delimitada por cordas, que não oferece segurança ao visitante, bem como não possui informações sobre a

existência do citado mirante, atualmente em reformas através do PROINFATUR. Taíba também possui mirante elevado, situado na porção central da localidade, que conta com alguns quiosques depredados que passam maior parte do dia fechados.

Já o Farol de Paracuru, segundo entrevistados, atualmente está depredado, pois vândalos arrombaram a porta e tem livre acesso ao interior do equipamento, impossibilitando que turistas visitem o mesmo. Já a praça do mirante do rio Mundaú, possui boa estrutura, com quiosques, píer e bancos, mas sofre com o problema da violência crescente na localidade, afastando fluxos turísticos após o período da tarde. A figura 47 denota mosaico com alguns dos citados equipamentos voltados à contemplação da paisagem.

Figura 47 - Praça do mirante do rio Mundaú, Farol de Paracuru e Quiosque do mirante de Taíba.



Fonte: Castro (2014; 2015;) e Google (2016).

Quanto aos equipamentos de sociabilidade, as praças são mais comuns, possuindo diferentes formatos e funcionalidades, mas especialmente responsáveis por reunir moradores e turistas durante a noite. Cabe notar que entre os recursos disponibilizados pelas políticas de turismo, as praças de Cumbuco, Taíba, Paracuru, Lagoinha, Guajiru, Mundaú e Baleia deveriam passar por processos de requalificação ou instalação, algo que não foi realizado em sua totalidade.

Notadamente as praças de Cumbuco, Paracuru (Igreja), Lagoinha (Igreja) e Guajiru passaram por reformas, constituindo assim importantes espaços de

convivência dos fluxos locais e visitantes. Dentre as praças construídas estão as do Farol de Paracuru e do Mirante de Mundaú, ambas alocadas durante o PRODETUR-CE II. Atualmente, a praça de Guajiru, que consiste em meio quarteirão com a capela no centro, não possui utilidade turística, enquanto a praça do Farol de Paracuru está depredada.

Já as praças de Taíba e Baleia, que deveriam passar por reformas, não utilizaram o recurso disponibilizado, onde a primeira continua sem intervenções e a segunda teve obra finalizada pelo poder público municipal em 2016. A figura 48 é representada por mosaico que reproduz citadas praças das localidades.

Figura 48 - Praça de Baleia, praça de Guajiru, praça de Taíba, praça de Cumbuco e equipamentos depredados da praça do Farol de Paracuru.



Fonte: Castro (2015; 2016).

Já os equipamentos que possibilitam a relação entre turistas e as localidades pesquisadas, acesso aos atrativos e informações, são os Centros de Apoio ao Turista e os CPTA. O único Centro de Apoio ao Turista está situado na

localidade do Cumbuco, na porção oeste da localidade, junto aos principais hotéis e condomínios residenciais do destino, com objetivo de fornecer informações e serviços aos visitantes.

Os CPTA já foram abordados quanto ao conceito e objetivos. Atualmente apenas os dois destes equipamentos estão em funcionamento, casos do CPTA do Lagamar do Trairi, onde atualmente funciona a Secretária de Turismo do Município e Terminal Rodoviário, e do CPTA de Mundaú, onde funciona a Associação Ambiental e Cultural de Mundaú (AACM). Cabe notar que nenhum dos dois exerce a função para a qual foi pensado.

Mas se a funcionalidade dos dois equipamentos chama atenção, os outros 5 (cinco) CPTA estão em situação bem pior, considerando os recursos alocados. O CPTA da Lagoa do Banana sequer funcionou, mesma situação dos CPTA da Lagoa do Mato (Itapipoca), do Lagamar do Siupé (SGA) e da Lagoa da Canabrava (Paraipaba).

O CPTA do rio Curu teve outras funcionalidades que em nenhum momento foram voltados ao real objetivo do equipamento, sendo cedido, por decisão unilateral do prefeito, à iniciativa privada, que transformou o equipamento no restaurante Buena Vista, voltado à recepção de turistas estrangeiros e suas acompanhantes.

Este foi interditado pelo Ministério Público Federal de Pernambuco (MPF-PE) por não seguir a funcionalidade estabelecida pelo PRODETUR-CE I. Em entrevista coletada por Mendes (2012, p. 147-148), junto a membro da uma associação local de Paracuru sobre o caso do CPTA:

O Centro de Proteção Turística Ambiental, que é o polo de lazer, que se chama.[...] É localizado na foz do rio Curu, que é o maior rio aqui de toda a região da costa oeste. Então lá é uma área de mangue [...]. Como a beleza é sempre muita, então ele foi voltado tanto para o turismo [...] e também pra servir de ponto de proteção da natureza. E lá Paracuru foi dividida em duas áreas: Área de Proteção Ambiental da foz do Curu, que é onde foi instalada a edificação e a [APA] das Dunas. A função dele é muito mais de proteger o meio ambiente, servir de ponto de apoio para a SEMACE, para o IBAMA, para a UFC [Universidade Federal do Ceará], com os estudos que eles fazem lá do bioma local. [...] Problemas: ele foi construído e a gestão dele é compartilhada entre o governo municipal e a comunidade. [...] Foi fundado um conselho de gestão paritário. [...] Ai o governo do Estado ia fazer um convênio com a prefeitura. Passar o equipamento para o domínio da prefeitura e ser administrado conjuntamente com a comunidade [...]. Ai, simplesmente, o prefeito disse que não. Que não queria comunidade. Ou ele mandava só ou então, não mandava, abandonava.[...] O projeto, em si,

que foi apresentado para o BID, pelo Ministério do Turismo, foi essa gestão compartilhada.[...] O município, quando foi receber a obra, [...] colocou lá [...]: boate, bar, restaurante. Nada de turismo sustentável.[...] O que aconteceu? Nós gastamos 5 anos na Justiça. O Ministério Público. No fim, foi firmado um TAC e a prefeitura devolveu o equipamento para o governo do Estado [...]. E nós estamos esperando a regulamentação das duas APAs pra poder voltar o novo conselho, que é promessa do governo do Estado.

Assim, diversos dos CPTA estão sem quaisquer condições de uso, fato constatável no mosaico presente na figura 49.

Figura 49 - Ruínas do CPTA do rio Curu (Paracuru), CPTA da Lagoa da Canabrava (Paraipaba), CPTA da Lagoa do Mato (Itapipoca), refuncionalizado CPTA de Mundaú (Trairi).



Fonte: Castro (2015; 2016).

Diversos outros equipamentos poderiam ser abordados como retrato do planejamento turístico cearense, notadamente pautado pela incapacidade das gestões municipais em dar continuidade a projetos voltados ao crescimento de uma determinada atividade ou mesmo à inserção da sociedade civil nos processos decisórios. Mas neste âmbito se insere ainda uma nova variável, representada pelas junções do setor privado com órgãos e representantes do corpo estatal.

O setor privado aqui considerado não consiste no sistema de hospedagens e estabelecimentos de pequeno e médio porte abordados no terceiro capítulo, mas sim dos investimentos privados que, por suas proveniências, pela imponência financeira que representam e pelos interesses políticos locais e internacionais em jogo, são capazes provocar o enfraquecimento das leis ambientais e urbanas, objetivando os respectivos processos de instalação.

Alguns destes empreendimentos estão presentes no quadro 5, onde foram incluídos somente aqueles ligados ao setor hoteleiro da microrregião.

Quadro 5 - Projetos de empreendimentos turísticos no Litoral Oeste do Ceará.

Projetos de empreendimentos turísticos no Litoral Oeste do Ceará						
Empreendimento	Origem	Município	Apr. do projeto pelo COEMA	Área (HA)	Licença Ambiental	Situação Atual
Praia do Mundaú	Brasil	Trairi	2004	320,00	Não licenciado (NL) -	Licença prévia (LP) não concedida por decisão judicial por localização em terrenos de marinha
Complexo Hoteleiro Do Cumbuco	Brasil	Caucaia	2001	-	LP - LI	Antigo Saint Tropez des Tropiques, atual Wai Wai Residence Cumbuco
Empreendimento Turístico Dunas do Paracuru	Espanha	Paracuru	1999	1007,00	LP	-
Sol y Mar Beach Resort	Espanha	Trairi	2010	-	-	-
Cidade Nova Atlântida	Espanha	Itapipoca	2004	1100,00	NL	Licença prévia (LP) não concedida por decisão judicial por localização em terras indígenas
Cumbuco Golfe Resort (VG)	Portugal	Caucaia	2005	479,51	LP - Licença de Instalação (LI)	Construído Vila Galé, sem o campo de golfe, em construção o VG Sun
Periquara Beach	Brasil	Paracuru	2006	100,00	LP	Sem LI
Lagoinha Suítes Resort	Portugal	Paraipaba	2008	83,88	LP - LI	Obra quase finalizada, mas embargada por decisão judicial por ultrapassar gabarito de 4 pavimentos
Dunas da Taíba	Brasil	SGA	2008	28,80	LP	Sem LI
Cumbuco Beach	Espanha	Caucaia	2007	15,00	LP - LI	Obra não iniciada
<b>Total (HA)</b>				<b>2127,19</b>		

Fonte: SEMACE (2000-2010). Elaboração: Castro (2016).

Cabe notar que os empreendimentos presentes no quadro acima, em sua maioria, tiveram problemas durante o licenciamento ambiental junto à Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE). Ainda, quando aprovados pelo órgão supracitado, tiveram percalços junto à esfera jurídica, caso do Ministério Público Federal (MPF) e da Defensoria Pública da União (DPU), ou mesmo órgãos responsáveis pela gestão ambiental a nível nacional, caso do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Tais relações tornam a envolver o poder público dos municípios em questão, posto que, durante os trabalhos de campo, houve recorrência de inúmeros

relatos sobre casos de corrupção ou descaso do poder público municipal em relação às localidades e aos aspectos naturais existentes próximos às localidades.

Assim, em diversos casos onde se almejou a instalação de complexos turísticos ou residenciais nos municípios estudados, constatou-se o aparecimento de conflitos territoriais ou impactos ambientais de considerável magnitude. Como principais exemplos destas relações, podem ser citados os complexos turísticos Vila Galé Cumbuco, Lagoinha *Suites Resort* e a Cidade Nova Atlântida, bem como o complexo residencial Flecheiras *Beach Residence*.

O Vila Galé Cumbuco é um empreendimento proveniente de investidores portugueses, detentores de cadeia de cerca de 30 hotéis em Portugal e no Brasil. Pautado em 2005 como Cumbuco Golfe *Resort*, tinha nos planos (VILA GALÉ HOTÉIS *apud* PAIVA; VARGAS, 2013):

Apesar de Cumbuco Golf Resort, que irá totalizar 480 hectares, incluindo campo de golfe com 18 buracos, traz na fase inicial do seu projeto um investimento de R\$ 95 milhões, montante que se refere apenas ao Hotel Vila Galé Cumbuco, resort cinco estrelas que ocupará uma área de 100 mil metros quadrados, inserido na área do megaempreendimento. A conclusão da primeira fase do projeto está prevista para o final de 2009, com a inauguração do Hotel Vila Galé Cumbuco, que contará com 462 apartamentos e chalés, quatro restaurantes e cinco bares, *kid's club*, além de piscina com 2,2 mil metros e do SPA Satsanga.

Apenas o Hotel Vila Galé, que agrega os apartamentos, chalés, restaurantes, bares e equipamentos de lazer adultos e infantis, juntamente com o Spa Satsanga foram concebidos. Cabe notar que no momento da instalação, a citada área a oeste da vila do Cumbuco, não possuía sequer arruamento, possuindo como único empreendimento instalado o Hotel *Saint Tropez des Tropiques*.

Com a chegada do empreendimento, ruas foram pavimentadas, abastecimento de energia elétrica foi estendido, houve criação de quadras e instalação de esgotamento sanitário, possivelmente para as novas fases do Cumbuco Golfe *Resort*.

Cabe notar que o processo de instalação do citado empreendimento abriu novas possibilidades para alocação de equipamentos turísticos e imobiliários, podendo o Vila Galé ser considerado como polarizador de equipamentos ligados ao imobiliário turístico na porção oeste de Cumbuco, caso dos já citados Summerville, as duas fases do *Wai Wai Residence*, o VG Sun e o Cidade Cauype. A figura 50

mostra o mosaico com a planta inicialmente pensada e as atuais instalações do hotel.

Figura 50: (Esquerda) Maquetes virtuais do Cumbuco Golfe *Resort* e padrão dos apartamentos planejados.



Fonte: SKYSCRAPER CITY (2006). (Direita) Piscina, bloco de apartamentos e chalés do Vila Galé Cumbuco. Fonte: Castro (2015).

O empreendimento não suscita grandes conflitos com comunidades locais, mas, foi alocado em APP, na qual pode ser verificada existência de vegetação de restinga em imagens de satélite anteriores à instalação. Ainda, foram aterradas lagoas interdunares e houve também o desmonte de dunas de pequeno porte.

O já citado empreendimento português *Lagoinha Suites Resort*, que teve Licença de Instalação expedida pela SEMACE e foi embargado pelo IBAMA devido à ultrapassagem dos 4 (quatro) pavimentos, teve obra abandonada após 2008. Atualmente o edifício erguido e os chalés são duramente criticados pelos entrevistados, posto além de correrem o risco de desabamento, fato verificável pela quantidade de entulho que atualmente chega à faixa de praia, servem de espaço para a utilização de entorpecentes e realização de assaltos a grupos de turistas.

Além do motivo do realizado pelo IBAMA, também foram considerados em outras ações judiciais questões como a ocupação da APA das Dunas de

Lagoinha, a supressão da vegetação e a supressão de lagoa. Entre as disparidades encontradas no EIA/RIMA do citado empreendimento, cita Melo (2013, p. 245):

Sobre os impactos positivos detectados pela equipe técnica da SEMACE, referente às duas outras fases, entende-se como questionável a mensuração de alguns desses impactos. Por exemplo, na 2ª fase, está delimitada como impacto positivo a valorização ambiental. Como há uma valorização ambiental se o empreendimento é responsável por uma grande interferência na paisagem do lugar? E o próprio parecer reúne os impactos negativos que afetaram e irão afetar a dinâmica ambiental da zona costeira da praia da Lagoinha.

Outro impacto que não se compreende o porquê de ser considerado benéfico: a disponibilidade de água para o empreendimento. Essa disponibilidade é benéfica para a população? Com certeza o único beneficiário será o complexo hoteleiro, uma vez que afetará negativamente o abastecimento da região, pois haverá uma grande utilização de água para suprir a imensa demanda da magnitude de um complexo hoteleiro como o Lagoinha Suítes Resort, influenciando, inclusive, na diminuição da água presente nos lençóis freáticos localizados na área do empreendimento.

Controverso também é determinar como impacto positivo a contratação de serviços especializados. Sabe-se que na região onde se encontra o município de Paraipaba não há nenhuma universidade. Desta forma, a população local, provavelmente, não será considerada apta a assumir determinados empregos.

A figura 51 denota o planejamento e a situação atual do empreendimento.

Figura 51 - (acima e abaixo à direita) Visão geral das condições do empreendimento embargado, situação do *pool bar*, situação do edifício embargado. (Abaixo à esquerda) maquete virtual do empreendimento.



Fonte: Castro (2015; 2016) e SKYSCRAPER CITY (2006).

A Cidade Nova Atlântida pretendia ser o maior complexo turístico do país, localizado em Baleia, Itapipoca. Orçado em US\$ 15 bilhões, previa a alocação de 13 hotéis cinco estrelas, 14 *resorts*, seis condomínios residenciais e três campos de golfe, numa área contínua de 12 km de praia e 3,1 mil ha. Cita-se turístico pois, em tese, este empreendimento seria capaz de atrair incontáveis fluxos turísticos de todas as partes do mundo com o objetivo de usufruir de um dos 13 hotéis temáticos inclusos na cidade turística. A figura 52 reproduz maquete virtual do projeto.

Figura 52 - Maquete virtual da Cidade Nova Atlântida.



Fonte: SKYSCRAPER CITY (2006). Elaboração: Castro (2013).

Citado empreendimento estava previsto desde meados da década de 1970, mas somente na década de 1980 inicia movimentação jurídica e documental para instalação, quando, segundo Castro (2013, p. 65):

[...] o investidor espanhol Juan Ripoll Mari comprou as terras. Em 2007 o empresário foi investigado pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), vinculado ao Ministério da Fazenda, por movimentação financeira atípica e lavagem de dinheiro. Parte das ações do empreendimento teria sido transferida para a empresa espanhola Afirma Grupo Imobiliário. [...].

No que tange ao local de implantação do empreendimento, os primeiros problemas encontrados são de ordem ambiental. As terras destinadas à construção do complexo turístico se estendem da margem oeste do rio Mundaú até o final da localidade de Pedrinhas, e são compostas por planície flúvio-marinha, planície costeira, planície fluvial, campo de dunas,

córregos interdunares, lagoas interdunares, manguezal e coqueirais. O suposto interesse do grupo espanhol de desenvolver o projeto com sustentabilidade parece não ter surtido efeito, pois o MPF-CE suspendeu o licenciamento ambiental da obra, previamente concedido pela SEMACE, solicitou a expedição de liminar de embargo da obra e também entrou com ação civil pública de demolição da obra.

Segundo Meireles e Marques (2004), os principais impactos ambientais seriam: Impermeabilização do solo, afetando o balanço hídrico dos aquíferos e lagoas da região; a demarcação do terreno está nitidamente em terreno de marinha; devido ao provável uso excessivo dos recursos hídricos subterrâneos, há uma grande possibilidade de salinização do lençol freático; com a urbanização dos campos de dunas, serão danificadas ou extintas lagoas interdunares e córregos interdunares que desembocam na faixa de praia; o desmatamento do manguezal poderá causar sérias perdas à biodiversidade local; não foram estudados os impactos ao sistema estuarino após a construção das 5 marinas propostas pelo projeto.

Tais fatores se unem ainda ao conflito territorial com a população que passou a se denominar de indígenas ligados à tribo Tremembé de Amontada. Além dos embargos suscitados pelas questões ambientais, ainda, se tornaram comuns, sobretudo de meados dos anos 1990 até início da década de 2010, relatos de violência contra moradores e tentativas de destruição das residências.

Porém, desde 2015 não houveram notícias sobre o conflito, sobretudo pelo fato dos moradores terem recebido posse definitiva da terra indígena, através de termo assinado pelo então Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo. Cabe notar que os moradores se referem à terra do campo de dunas de Baleia como "a terra dos espanhóis", denotando que a falta de informações sobre as questões jurídicas e políticas relativas ao citado terreno causam certa confusão à população local. As figuras 53 e 54 mostram, respectivamente a placa de chegada ao local do empreendimento e mosaico das estruturas previstas junto às geofácies existentes.

Figura 53 - Placa indicativa da Cidade Nova Atlântida.



Fonte: Lustosa (2005).

Figura 54: (Esquerda) Maquetes dos hotéis Nova Polinésia, Nova Fenícia e Hotel Nova Amazônia. (Direita) Dunas de Baleia, acesso ao terreno dos Tremembés e manguezais do rio Mundaú.



Fonte: SKYSCRAPER CITY (2006) e CASTRO (2013; 2014).

Como último exemplo dos problemas ambientais causados pela expansão da urbanização litorânea na Costa do Sol Poente, tem-se o complexo residencial *Flecheiras Beach Residence*, no município de Trairi. A Otoch Técnica Imobiliária Ltda (Otoch Empreendimentos) conseguiu Licença de Implantação em 2006, a qual não foi renovada pela SEMACE, em 2009, posto serem exigidas mudanças no projeto, como a redução do número de pavimentos, a realização de EIA/RIMA e a autorização da União<sup>88</sup>. Tais mudanças não foram aceitas pela construtora responsável (O POVO, 2011).

A partir de então, a citada construtora entrou com Mandato de Segurança contra a decisão da SEMACE, informando que o projeto já tinha alvará expedido

<sup>88</sup> Citado empreendimento pretendia alocar-se em terrenos de marinha e, além disto, no projeto inicial a área a ser edificada consistia num total de 6.549,05 m<sup>2</sup>, enquanto no pedido de renovação da Licença de Implantação, a área a ser edificada consistia 13.859,32 m<sup>2</sup>, fato que fez com que a SEMACE solicitasse explicações à construtora em questão. Tal fato pode denotar maior cuidado do citado órgão governamental em relação às disparidades encontradas nos projetos de alocação de empreendimentos turísticos e imobiliários no litoral.

pela Prefeitura de Trairi, que inclusive já havia realizado obras para canalização de canal de maré que passava na porção oeste do terreno em discussão. Citado processo foi extinto pela Comarca de Fortaleza, posto a considerável falta de provas e discussão entre construtora e SEMACE (O POVO, 2011).

Diante do imbróglio, o empreendimento tem obras iniciadas em 2013, sendo estas continuadas até 2015, quando o Ministério Público Federal, após recepção de laudo do IBAMA que citava a ausência de Licenciamento Ambiental e a canalização do canal de maré por parte da Prefeitura e Trairi, determinou o embargo da obra imediatamente. Na decisão consta a seguinte justificativa (PGR, 2010):

[...] houve com a canalização uma interferência nas margens, agredindo e comprometendo uma região classificada de preservação permanente, sendo alvo de proteção especial do ordenamento jurídico. Por tratar de zona costeira, os bens existentes na faixa litorânea são denominados como patrimônios nacionais, conforme a Constituição Federal, havendo sempre interesse federal na proteção desses bens públicos.

A figura 55 demonstra o projeto e a situação atual do empreendimento.

Figura 55 - (Acima) Maquetes digitais do empreendimento. (Abaixo) Visão atual da frente do empreendimento e córrego canalizado.



Fonte: SKYSCRAPER CITY (2008). Fonte: Castro (2016).

Tais exemplos, além de demonstrarem a amplitude dos impactos ambientais causados por este tipo de empreendimento, também denotam a contribuição das gestões municipais e estadual para a concretização de problemas que, ao invés de suscitarem o crescimento da atividade turística, no máximo

potencializam a perda de atrativos e o surgimento de áreas degradadas e paisagisticamente desagradáveis no Litoral Oeste do Ceará.

Cabe, no próximo e último tópico deste capítulo, analisar outros pontos relatados pelos participantes da pesquisa, notadamente as inferências sobre a ausência de cidadania, de consciência local e de participação social nos processos decisórios, bem como as possibilidades de desenvolvimento local, os exemplos de cooperativismo e as possibilidades da atividade turística na Costa do Sol Poente do Ceará.

### **5.3 Território turístico e desenvolvimento no litoral cearense**

Inicia-se aqui com questionamento relativo ao planejamento turístico no Ceará: seria possível, após análises empreendidas até aqui, afirmar que o turismo na zona costeira do Ceará se desenvolveu?

Tal pergunta pode promover inúmeras discussões se jogada sem as devidas considerações sobre um determinado referencial. Primeiro, cabe considerar o turismo como atividade que foi inicialmente pautada pela iniciativa estatal, a qual deveria ser responsável por garantir, nos termos da lei, o bem-estar e melhores condições de vida para a sociedade em geral.

Em seguida, cabe ponderar que o desenvolvimento aqui pensado se assemelha ao abordado por Esteva (2010), pautado na justiça social, na igualdade de direitos, na correta e sustentável utilização dos recursos naturais disponíveis, e no desenvolvimento em escala local de forma a garantir a melhoria da qualidade de vida da população em geral. Referido autor relata sobre a proeminência de uma visão econômica (ESTEVA, 2010, p. 15):

O estabelecimento de valores econômicos exige a desvalorização de todas as outras formas de vida social. Essa desvalorização transforma, em um passe de mágica, habilidade em carências, bens públicos em recursos, homens e mulheres em trabalho que se compra e vende como um bem qualquer, tradições em um fardo, sabedoria em ignorância, autonomia em dependência. Transforma as atividades autônomas e pessoais, que incorporam desejos, habilidades, esperanças e interação social ou com a natureza, em necessidades cuja satisfação exige a mediação do mercado.

Não é à toa que mesmo os turistas mais interessados pelo usufruto das culturas locais adotam, inconscientemente, discurso que denota relações coloniais. Quem nunca ouviu ou se referiu aos moradores de uma localidade como nativos?

Pode-se ir mais longe e questionar quem já chamou um morador de uma grande metrópole de nativo?

Ainda pautado no referido por Esteva (2010), cabe notar nos espaços turistificados a transformação das "atividades autônomas e pessoais, que incorporam desejos, habilidades, esperanças e interação social ou com a natureza, em necessidades cuja satisfação exige a mediação do mercado". Isto exemplifica o que acontece atualmente em alguns dos destinos pesquisados onde atividades cotidianas, como o artesanato e a navegação em embarcações, tornam-se elementos vendáveis ao turista e cada vez menos utilizáveis pelos moradores locais.

Cabe lembrar que os primórdios do turismo no litoral cearense se pautam na hospedagem em residências de pescadores, na busca por conhecer espaços quase intocados pelo homem, onde havia relativa predominância dos aspectos e da paisagem tradicional, características que conformaram as localidades de Jericoacoara e Canoa Quebrada, dois dos principais cartões postais do Ceará turístico.

Ao passo que a turistificação se intensifica na zona costeira cearense, ao passo que algumas atividades tradicionais são refuncionalizadas, tornando-se valores de troca, há também outras tradições e práticas que são marginalizadas por destoarem do clima paradisíaco criado nas localidades. Tal desvalorização se realiza de diversas formas, e nem sempre surte os mesmos efeitos, como relatado por um dos participantes da pesquisa (Morador de Flecheiras, 2016):

Você sabe onde ficam as embarcações ali do lado do hotel Orixás? Pois é, eles, não contentes com a privatização da faixa de praia onde ficam as cadeiras para banhos de sol, ainda chamaram a fiscalização da Marinha para retirar as jangadas e canoas dali, dizendo que elas atrapalhavam a vista do hóspede que está na praia e deixam a praia feia. O pessoal da Marinha avisou que eles deixassem de reclamação porque, senão quem sairia dali seria o restaurante deles, por ocupar terrenos de marinha, enquanto os pescadores estavam no direito deles.

Outro exemplo de busca pela desvalorização das práticas marítimas tradicionais, no contexto cearense, foi conseguido através de relato de representante da Comissão Pastoral da Pesca, que ao participar de evento turístico em Caponga, Cascavel, verificou o seguinte caso (Representante da CPP, 2014):

Tem a Associação de Empreendedores de Turismo Artesanato e Cultura de Cascavel-CE (ASSETUC) que realiza todos os anos o Festival da Sardinha de Caponga. O Mamede (Rebouças), além de ser o presidente da associação, também é dono de um restaurante e de uma pousada lá. Todo

ano ele faz propaganda de que os pescadores participam do festival, que a comunidade é quem faz o festival, mas ele compra tudo que é de sardinha pra encher o restaurante e a pousada dele de gente nos dias. Em 2013 ele levou gente de diversas partes do país, e numa volta na praia, uma pessoa da Prefeitura de Cascavel reclamou dos barcos e dos pescadores passando com redes de pesca no meio dos turistas, dizendo que aquilo deixava a praia feia. Uma das moças que veio de fora falou pra ela que era impossível pensar o turismo no litoral do Ceará sem a figura do pescador, que era o que embelezava a paisagem costeira do Ceará.

Tais exemplos suscitam algumas considerações sobre o que foi verificado nos trabalhos de campo. Inicialmente pautadas nas opiniões sobre as relações de poder nas dinâmicas ligadas à atividade, nas visões sobre os impactos da atividade nas populações e nas possibilidades trazidas pelo turismo ao litoral cearense. Através das opiniões coletadas em campo, será possível tentar responder a pergunta formulada no início deste tópico.

Na verificação sobre a constituição de territórios turísticos na Costa do Sol Poente, o próprio processo de degradação ambiental demonstra as diversas relações de poder que permeiam investidores, estado e sociedade. A partir do momento em que se permite pensar múltiplos processos de inserção de empreendimentos turísticos que negam acesso a bens naturais de uso comum, casos de lagoas interdunares, faixa de praia, campos de dunas, ambientes estuarinos e outros, tem-se caracterizado o estabelecimento de territorialidades, nos termos citados por Saquet (2007).

A segregação socioespacial denota tais relações de poder, pelas das quais se busca verdadeiro isolamento do local turístico em relação ao entorno não reestruturado, através de relatos, boatos ou mesmo criminalização de determinadas comunidades. Isto se verifica em todas as localidades do recorte espacial da pesquisa, porém com maior força em Cumbuco, Paracuru, Lagoinha, Guajiru, Flecheiras e Mundaú.

Cabe notar que mesmo com a verificação de tais relações de poder no Litoral Oeste, nenhum dos entrevistados citou qualquer problema com empreendimentos ou com especuladores imobiliários, mesmo existindo casos como o da Cidade Nova Atlântida, que após os diversos embargos, ainda suscita o medo dos moradores de Baleia, ou ainda o supracitado caso do Orixás Art *Hotel* com os pescadores de Flecheiras.

Outros fatos que podem ser adicionados são as relações políticas que influenciaram no desmonte dos projetos da maioria dos CPTA, nos quais os exemplos mais característicos são o de Paracuru e o de Mundaú. Este último nunca foi funcionalizado pela Prefeitura de Trairi, mas após início da utilização do mesmo pela Associação Ambiental e Cultural de Mundaú (AACM), houveram diversas tentativas do poder público em ceder o equipamento para a iniciativa privada, que visava transformá-lo em um bar.

Partindo do considerado acima, pode-se afirmar que a corrida desenfreada pela inserção dos seis municípios na atividade turística proporcionou o completo desligamento entre os interesses dos gestores municipais e as necessidades dos municípios em tela. Isto significa que muitos dos gestores municipais buscaram contemplar quaisquer necessidades de investidores enquanto as comunidades costeiras não receptaram o almejado desenvolvimento que seria trazido pelo turismo.

Sobre a visão da população em relação aos impactos do turismo, recorre-se ao relato de entrevistada nos trabalhos de campo, quando questionada sobre a visão particular que ela tinha do turismo em Baleia, Itapipoca. Mencionada participante foi enfática ao contar que (Proprietária de Estabelecimento em Baleia, 2016):

O que acontece aqui em Baleia é que chegou a estrada, chegaram alguns turistas e foram construídas algumas casas de veraneio, mas o povo, principalmente os mais jovens, acha que Baleia virou uma grande cidade, onde você pode comprar de tudo, tem tudo quanto é serviço à disposição. Os meninos só querem saber de comprar moto para andar pra cima e pra baixo na praia, as meninas só querem saber de encontrar homem pra casar. Aí, adeus pesca, adeus renda, adeus artesanato. Não estou dizendo que o turismo seja ruim não, mas é que falta o espírito de comunidade, sabe? Antes todo mundo trabalhava e produzia uma galinha, um porco, pescava, plantava, se um não tinha, ia pedir para o vizinho. Hoje ninguém se conhece mais, ninguém visita mais a casa dos conhecidos. Então precisaria manter a identidade local.

Tal relato corrobora para a tese de que apesar da infraestrutura pensada e parcialmente instalada, os municípios litorâneos da microrregião do Litoral Oeste do Ceará ainda estão longe de verificarem crescimento da dinâmica turística de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida no litoral. Vale lembrar que nenhum dos entrevistados citou qualquer característica relativa ao desenvolvimento ou mesmo melhoria da qualidade de vida, caindo por terra a ideia de que as políticas

de turismo iriam contribuir para a resolução de desigualdades sociais e econômicas das localidades receptoras.

Em relação à visão dos entrevistados sobre o meio ambiente, fica claro que pouco se falou sobre impactos ou necessidades de proteção ambiental, apesar dos diversos problemas relatados ao longo da pesquisa. Apenas um turista demonstrou preocupação com a natureza do local visitado, sendo esta o principal produto turístico que os destinos do Ceará têm a oferecer.

Muitos dos entrevistados constataam a redução dos fluxos destinados às localidades turísticas, porém não compreendem que os cartões postais e atrativos são cada vez mais impactados pela ausência de organização do turismo e do processo de urbanização litorânea.

Erosão costeira em Icaraí, aterramento de lagoas interdunares em Cumbuco, dunas soterrando residências e estabelecimentos em Paracuru, acelerado processo de erosão na duna de Lagoinha, canalizações de canais de maré em Flecheiras e Guajiru, erosão costeira em edificações de Mundaú, poluição dos aquíferos e desmatamento de manguezal em Baleia. Estes são apenas alguns dos problemas ambientais encontrados na área de estudo, os quais não podem ser desconsiderados em qualquer tipo de planejamento.

Outra questão que ficou fora dos relatos coletados foi relativa à participação popular na gestão das localidades e no planejamento da atividade turística, o que acabou por conformar o estranhamento das populações em relação às infraestruturas alocadas. Há, em toda a microrregião estudada, a quase ausência de iniciativas que possam mudar os rumos tomados pelo turismo, notadamente pautado no sol e praia, embasado na suposta necessidade de grandes empreendimentos e na busca incessante pela extinção de práticas marítimas tradicionais.

A AACM foi pensada pelo professor da rede municipal de ensino de Trairi, Marcos Aurélio, ao perceber relatos sobre o crescimento da inserção de jovens e crianças em atividades ilícitas, notadamente o tráfico e uso de entorpecentes, bem como a prostituição. A partir daí, idealizou projeto que pudesse fornecer educação ambiental, coesão comunitária e conscientização dos problemas existentes na

localidade de Mundaú. Segundo o presidente da associação, cerca de 500 jovens já participaram das atividades realizadas no CPTA de Mundaú.

No processo de conscientização, são relatados para população diversos problemas causados pela urbanização crescente e não regulamentada, caso dos impactos das eólicas nas dunas, das festas que deixam o rio e a praia poluídos, da ausência de rede de esgoto na localidade, da pesca predatória no mar e do desmatamento da vegetação de mangue junto ao rio Mundaú. Mas o pior problema enfrentado pela associação, segundo Marcos Aurélio, é a falta de auxílio por parte do poder público. De acordo com os relatos do professor, há casos de corrupção na Colônia de Pescadores<sup>89</sup> de Trairi, na Prefeitura de Trairi, no Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente (CONPAM) e da própria população local.

Exemplos de tais relações ilícitas na gestão do turismo na localidade são as tentativas de retirada do CPTA de posse da Associação, a ausência do repasse da verba do CONPAM para a gestão do citado equipamento, a convivência da colônia de pescadores com as práticas predatórias existentes na localidade e a busca dos moradores pela venda de votos em períodos anteriores às eleições municipais. Ainda, foi citado que a única ajuda que a associação recebe para se manter aberta vem da comunidade (hospedagens e moradores) e da empresa responsável pelas eólicas, como contrapartida dos impactos causados às dunas.

Outros casos de iniciativas de cooperativismo foram relatados por Castro (2013), ao analisar o caso de Baleia, em Itapipoca. Dentre as organizações verificadas estão a Cooperativa de Pesca Artesanal da Baleia Ltda. (COPABA), a Associação das Artesãs da Praia da Baleia e a Cooperativa de Pesca, Aquicultura e Agricultura da Praia da Baleia (COOPAMAB). Citadas organizações surgiram como formas de empoderar a comunidade local, através da comercialização do produto das respectivas atividades, notadamente o pescado, o artesanato e as algas desidratadas.

Mas tais organizações não tardaram a sucumbir aos problemas verificados pelo autor, de ausência de fomentos e coesão da comunidade. Citam alguns dos entrevistados pelo autor que eram comuns, junto à COPABA e à Associação de Artesãs, a existência de atravessadores, fato que extinguiu o objetivo

---

<sup>89</sup> Problema relativo à concessão das licenças de pesca, ressaltadas por Lima (2002).

final das citadas organizações (CASTRO, 2013). Atualmente nenhuma das três associações existe, sendo que a COOPAMAB chegou a receber auxílio financeiro do Projeto de Desenvolvimento de Comunidades Costeiras (PDCC), pertencente ao Ministério da Pesca e Aquicultura, e auxílio técnico do Instituto de Ciências do Mar (LABOMAR-UFC).

Mas tais problemas verificados no recorte espacial do estudo ainda não revelam completamente as transformações decorrentes da chegada da atividade turística. Analisando de forma crítica a inserção do turismo, também se constatou que a atividade, apesar do pouco crescimento proporcionado pelas políticas setoriais, inseriu novas possibilidades de trabalho (no sentido marxiano da palavra) nas localidades litorâneas.

É inegável que, no caso de localidades onde entrevistados inferiram sobre a importância do turismo para as economias locais, a chegada dos fixos e fluxos relacionados à cadeia produtiva do turismo tenham ocasionado surgimento de novas possibilidades de emprego ou mesmo a diversificação de produtos disponíveis nos comércios locais. Possivelmente sem a chegada do turismo, das atividades relacionadas e desconsiderando todos os problemas a reboque, as comunidades litorâneas poderiam estar em pior situação, posto a prévia expansão da especulação imobiliária ligada à vilegiatura marítima e a ausência de uma cadeia produtiva ligada a esta prática.

Apesar da pesca e outras atividades tradicionais não terem sido consideradas, o que incorreu num enorme erro, posto tais políticas terem transformado a quase totalidade do litoral cearense em pontos unisetorizados da economia estadual, dependentes de variações da sazonalidade e voltados ao lazer de visitantes estrangeiros, a relativa expansão do turismo litorâneo possibilitou a inserção no mercado de trabalho de considerável massa de pessoas que nunca teve ligações ou familiaridade com a pesca, mariscagem ou práticas artesanais, sobretudo um contingente de pessoas que passou a morar nestas localidades a partir da década de 1990, em parte saído de Fortaleza e das sedes municipais, exemplificando o que BECKER (1997) chama de movimentos populacionais ligados aos movimentos do capital.

Assim, através do inferido pelos participantes da pesquisa e das constatações em campo, conclui-se que o turismo contribui bastante para as economias das diversas localidades litorâneas estudadas, apesar da pequena distribuição desta renda auferida, contrariando o objetivado pelas políticas públicas nas últimas duas décadas. A atividade, assim como outras já pautadas nos discursos desenvolvimentistas ao longo do século passado, em nenhum momento conseguiu assumir o posto de salvadora dos municípios litorâneos do Ceará, basta simples constatação dos impactos socioambientais causados pelos grandes investimentos pautados no Litoral Oeste, ou mesmo junto aos destinos mais famosos do estado.

Constata-se ainda que nas localidades onde a pesca se mantém relativamente atuante, há menores índices de pessoas economicamente desocupadas, evitando assim o surgimento de reféns do turismo, notadamente o caso de destinos como Salvador-BA, Canoa Quebrada-CE, Jericoacoara-CE e Morro Branco-CE, onde pessoas de todas as idades e sexos disputam espaço em meio a turistas na busca de vender algum serviço ou produto.

Considera-se tal questão pelo que foi verificado em Flecheiras, onde a atividade turística mantém a pesca adjacente, ainda consideravelmente atuante, conferindo à citada localidade distribuição da mão de obra entre práticas marítimas modernas e tradicionais, reduzindo assim o contingente de trabalhadores desocupados e, conseqüentemente, os índices de violência, casos de prostituição, alcoolismo, uso e tráfico de drogas nos espaços turísticos. Além disto, pode-se verificar que tal localidade torna-se exceção à realidade estudada, posto apresentar um dos maiores números de embarcações em processo de utilização efetiva na Costa do Sol Poente.

Apesar dos conflitos existentes entre comunidades litorâneas e investidores do setor imobiliário turístico, reflexos da dinâmica de expansão dos megaempreendimentos turísticos e residenciais nas parcelas do litoral com maiores disponibilidades de terra, é possível considerar a valorização das práticas marítimas tradicionais em conjunto com o turismo como item essencial às futuras políticas de turismo a serem aplicadas no litoral cearense.

# 6

## CONCLUSÕES

O planejamento turístico no estado do Ceará foi pensado de forma a proporcionar o crescimento da atividade nos municípios litorâneos do estado, conferido ao turismo o posto de atividade capaz de gerar empregos, distribuir renda e proporcionar melhores qualidades de vida às comunidades marítimas.

Citado processo, verticalmente concebido, se materializou na forma de políticas públicas de turismo e teve no litoral oeste espaço para maior e mais ampla incidência destas, de forma a dinamizar turisticamente as localidades menos conhecidas dos fluxos turísticos que se destinavam ao litoral não metropolitano do Ceará.

Pautadas em alocação de infraestruturas logísticas e urbanismos turísticos, as políticas objetivaram transformar a Costa do Sol Poente em espaço voltado à prática marítima moderna do turismo, a ser caracterizada pela atração de fluxos de visitantes estrangeiros e criação de atratividade para instalação de empreendimentos turísticos provenientes de capital estrangeiro.

Mencionados objetivos não foram plenamente alcançados, posto algumas das condições das políticas de turismo terem gestado fatores que contribuíram para a ascensão de outra prática marítima moderna, caso da vilegiatura marítima, e para que o turismo e seus propostos benefícios tomassem outros rumos.

A abertura de vias de acesso às localidades, a instalação de infraestruturas urbanas e a inserção de componentes da cadeia produtiva do turismo suscitaram a expansão da moradia ocasional na praia, enquanto a restrição do interesse turístico ao litoral provocou a urbanização de pequenos núcleos dentro de municípios essencialmente rurais.

Obviamente o turismo também se beneficiou, mas, contrariando os planejadores, tomou rumos diferentes daqueles inicialmente pensados para a atividade em questão. Ganhou dimensões fortemente ligadas aos fluxos estaduais e regionais, notadamente influenciados pelas viagens de lazer de moradores da Capital e de estados próximos, em especial Piauí, Rio Grande do Norte,

Pernambuco, Maranhão, mas também fluxos de visitantes das regiões Sudeste e Sul, recebendo apenas pequeno contingente de visitantes de outros países, notadamente ligados ao turismo de esportes e ao turismo de negócios.

Mesmo tais fluxos de caráter nacional não chegam a suscitar qualquer característica indicadora de desenvolvimento, além da constatação de que a geração de emprego e renda estava pautada na precarização das práticas marítimas tradicionais e na criação de empregos temporários e salários baixos, pressionados pela crescente mão de obra desocupada, esta proveniente da decadente pesca e atividade de subsistência. Assim, coube a esta pesquisa investigar os motivos concernentes às mudanças de rumo da atividade turística no litoral oeste do Ceará.

Chegou-se, através da investigação e cruzamento de informações obtidas junto a entrevistados, à possibilidade de atestar a importância da fluidez criada, do *marketing* e da publicidade para a criação e dinamização de destinos turísticos. Rodovias foram fundamentais para o crescimento da atividade nos destinos de Cumbuco, Canoa Quebrada, Morro Branco.

Publicidade e propaganda consistiram em importantes elementos para a formação do destino de Jericoacoara, contrariando a ideia de que a distância da Capital, portão de entrada de visitantes, fosse o único elemento importante para o turista. Enquanto o *marketing*, relacionado à produção de imagens dos produtos comercializados, proporcionou a inclusão destes destinos nas vitrines dos operadores turístico a nível nacional e internacional.

Outra importante constatação da pesquisa foi explicitar os motivos que possibilitam a inserção de destinos nos catálogos dos agenciadores turísticos, notadamente focados em comercializar produtos com demanda real, em oferecer serviços de qualidade, sobretudo quanto à infraestrutura das hospedagens, dos estabelecimentos gastronômicos e da quantidade de atrativos locais, e em realizarem acordos e parcerias que possibilitem lucratividade para ambas as partes dos prestadores de serviços turísticos.

A utilização de dados possibilitou atestar o importante avanço da vilegiatura marítima sobre todo o litoral cearense, juntamente com a dinâmica especulativa sobre o agora considerado solo urbanizável das localidades litorâneas

dos municípios pesquisados, fato proporcionado pela criação dos PDDU de cada um dos seis municípios pesquisados.

Quanto ao turismo, apesar dos avanços, pôde-se constatar atividade que possui fluxos instáveis, dependentes das características específicas das localidades de cada um dos municípios e do processo de aplicação das políticas de turismo a cada uma destas.

Ficou claro que as políticas de turismo, apesar dos investimentos vultosos na Costa do Sol Poente, buscaram resolver diversos problemas simultaneamente, mas sem a integração necessária com outras frentes de ação, caso das gestões municipais, dos órgãos ambientais, órgão de regulamentação da pesca e agricultura, e populações locais. Fato que contribuiu para a incompletude de diversas ações pautadas pelo PRODETUR e pelo PROINFTUR.

Outra questão que pautou o diálogo aqui estabelecido foi a precarização crescente das práticas marítimas tradicionais, fato atribuído à estratégia especulativa do mercado de terras fortemente presente nos seis municípios pesquisados. A constatação redução do contingente de trabalhadores ligados à pesca e atividades afins contribuiu para compreensão sobre a realidade das promessas de emprego e renda ligadas às políticas de turismo, capazes de suscitar diversas mudanças sociais nas localidades em questão. É inegável que mencionada criação de emprego e renda se constitui em paliativo embasado nos baixos níveis salariais e no emprego temporário.

No entanto, na busca por apreender as diferentes visões e confluentes opiniões sobre a atividade turística, foi necessária a realização da práxis junto ao objeto de estudo. Através do que foi coletado em campo, chegou-se ao conhecimento de diversos problemas que influenciam na caracterização e no quantitativo dos fluxos turísticos que se destinam a cada uma das localidades.

Nomeadamente, foram levantados problemas de ordem ambiental, depredação do patrimônio público, subutilização de infraestruturas voltadas ao turismo, precarização das atividades de subsistência, crescimento das atividades ilícitas, ausência de projetos voltados ao desenvolvimento de base local, obras não finalizadas ou nunca realizadas, ausência de mão de obra qualificada para atuação na atividade, ausência de serviços de saúde, má qualidade de alguns serviços de

hospedagem e gastronômicos, dentre outros fatores citados pelos participantes da pesquisa.

Mas além dos problemas estruturais, foi relatada a ineficácia das gestões municipais em divulgar os destinos e dar continuidade às ações estabelecidas pelas políticas de turismo no Ceará, o que mobiliza muitas das vozes ouvidas, notadamente preocupadas as atuais características do planejamento turístico no Ceará: despreocupado com a qualidade de vida dos moradores e com a qualidade ambiental, ainda concentrado em atrair fluxos estrangeiros em detrimento dos fluxos regionais, e pautado na busca excessiva pelo lucro em detrimento do desenvolvimento local.

Retorna-se ao questionamento que titula esta pesquisa, o Sol nasce para todos? Ao verificar a quantidade de investimentos alocados no Litoral cearense, as incongruências dos objetivos em relação às ações efetivas, os relatos dos problemas existentes, as condições ainda deficitárias para receber turistas e a incapacidade de agregar as comunidades litorâneas nos processos decisórios e nas dinâmicas da atividade turística, fica claro que o crescimento econômico e das possibilidades de emprego é real, mas está muito longe de "iluminar" maior parte dos residentes do litoral cearense.

Destarte, fica contribuição sobre as nuances do planejamento turístico nos últimos 20 anos no Litoral Oeste do Ceará, possibilitando leitura, ainda que incompleta e necessitada de contribuições outras, sobre o que foi planejado neste período, o que foi espacializado efetivamente, quais os fatores impactaram negativamente o turismo nas localidades costeiras e quais as reais contribuições do turismo para as dinâmicas locais, que envolvem não só turistas e investidores, mas também moradores, vilegiaturistas e comerciantes há duas décadas aguardam ansiosamente os rendimentos prometidos pela atividade turística.

## REFERÊNCIAS

- ACERENZA, Miguel Ángel. **Agencias de viajes: operación y plan de negocios**. Ciudad del México: Trillas Turismo, 2010.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Cortez, 2005.
- AGÊNCIA NACIONAL DA AVIAÇÃO CIVIL (ANAC). **Anuário do transporte aéreo: dados estatísticos e econômicos de 2013**. Brasília: ANAC, 2013.
- ALBUQUERQUE, Ana Flávia Coelho. **Zona costeira do Pecém: de colônia de pescador a região portuária**. 2005. 217 f. Dissertação de Mestrado – UECE. Mestrado Acadêmico em Geografia. Fortaleza, 2005.
- Apresentação – PAC 2. **Brasil - Ministério do Desenvolvimento Agrário**, 2014. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/pac2/&gws\\_rd=cr&ei=WNVbVuuKLo-6wgSOx4HICw](http://www.mda.gov.br/pac2/&gws_rd=cr&ei=WNVbVuuKLo-6wgSOx4HICw)>. Acesso em: 30 nov. 2015.
- ARAGÃO, Raimundo Freitas. Racionalidade turística e ressignificação do espaço cearense. In: SILVA, José Borzacchiello da. et al. Litoral e sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006.
- ARAÚJO, Ana Maria Matos. Urbanização litorânea nordestina: os casos de Pecém e do Arpoador – Ceará. In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2008, Caxambu/MG. **Anais do Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu/MG: ABEP, 2008.
- ARAÚJO, Enos Feitosa; PEREIRA, Alexandre Queiroz. O turismo e a valorização do litoral metropolitano: espacialidade turística em Caucaia-CE. In: **RA'EGA**. Curitiba: UFPR, p. 78-104, 2011.
- ARAÚJO, Enos Feitosa. As políticas públicas e o turismo litorâneo no Ceará: o papel da Região Metropolitana de Fortaleza. In: **Sociedade e Território**. Natal: UFRN, v. 23, p. 57-73, 2011.
- \_\_\_\_\_. **As políticas públicas do turismo e os espaços litorâneos na Região Metropolitana de Fortaleza**. 2012. 187 f. Dissertação de Mestrado – UFC. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Fortaleza, 2012.

\_\_\_\_\_. Entre o litoral e o urbano: o turismo litorâneo na Região Metropolitana de Fortaleza. In: **Caminhos da Geografia**. Rio de Janeiro: UFU, v. 14, n. 45, p. 64-80, 2013.

ARAÚJO, Luana Lima Bandeira. **A regionalização do turismo nos estados do Ceará, Piauí e Maranhão a partir do plano de desenvolvimento sustentável da região turística (PDSRT) do meio-norte**. 2013. 143 f. Dissertação de Mestrado – UFC. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Fortaleza, 2013.

ARAÚJO, Silvia D'Andrea. **Impactos dos XV Jogos Pan-Americanos de 2007 no sistema viário da Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá, cidade do Rio de Janeiro**. 2007. 163 f. Dissertação de Mestrado – UFF. Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Niterói, 2007.

ARAÚJO, Tania Bacelar; SANTOS, Valdeci Monteiro dos. Desigualdades regionais e Nordeste em Formação Econômica do Brasil. In: ARAÚJO, Tarcisio Patrício de; VIANNA, Salvador Teixeira Werneck; MACAMBIRA, Júnior. (Org.). **50 anos de Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2009, p. 177-200.

Área de Proteção Ambiental das Dunas de Paracuru. **Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE)**. Disponível em: <  
<http://www.semace.ce.gov.br/2010/12/area-de-protecao-ambiental-das-dunas-de-paracuru/>>. Acesso em: 14 fev. 2016.

Área de Proteção Ambiental do Estuário do rio Mundaú. **Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE)**. Disponível em:<  
<http://www.semace.ce.gov.br/2010/12/area-de-protecao-ambiental-do-estuario-do-rio-mundau/>>. Acesso em: 23 fev. 2016.

ARRUDA, Augusto Guthiere Fialho. **Análise do uso e ocupação do solo e seus impactos em zonas costeiras**: Paracuru – CE. 2013. 130 f. Dissertação de Mestrado – UECE. Programa de Pós-graduação em Geografia. Fortaleza, 2013.

ASSIS, Lenilton Francisco de. **Entre o turismo e o imobiliário**: velhos e novos usos das segundas residências sob o enfoque da multiterritorialidade – Camocim/CE. 2012. 279 f. Tese de Doutorado – USP. Pós-Graduação em Geografia Humana. São Paulo, 2012.

Bahia PRODETUR Nacional. **Governo do Estado da Bahia**. 2013. Disponível em: <<http://www.prodeturbahia.turismo.ba.gov.br/>>. Acesso em: 29 out. 2015.

BATISTA, Clístenes Teixeira; VERISSIMO, César Ulisses Vieira. Vulnerabilidade geoambiental da região metropolitana de Fortaleza: análise comparativa de dois métodos com enfoque a processos. In: **Geociências**. São Paulo: USP, 2012, vol.31, n.1, p. 47-56.

BATISTA, Francisca Gonçalves. **Reestruturação socioespacial do Ceará: o projeto portuário do Pecém**. 2005. 228 f. Dissertação de Mestrado – UECE. Mestrado Acadêmico em Geografia. Fortaleza, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: en busca de seguridad en un mundo hostil**. Madrid: Siglo XXI, 2001.

BECKER, Olga Maria Schild. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologias, contextos. In: CASTRO, Iná Elias de, *et al* (orgs.). **Explorações Geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BENEVIDES, Ireleno Porto; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Políticas governamentais de turismo do Ceará e do Rio Grande do Norte: especificidades locais no redescobrimento do Nordeste. In: BENEVIDES, Ireleno Porto. (Org.). **Turismo e PRODETUR: dimensões e olhares em parceria**. Fortaleza: UFC Edições/BNB, 1998, p. 45-86.

BENI, Mario Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 8ª ed. atual. São Paulo: SENAC, 2003

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BID. **Programa de Desenvolvimento Turístico do Ceará**. Fortaleza: Relatório de Gestão Ambiental e Social, 2009a.

\_\_\_\_\_. **Programa de Desenvolvimento Turístico de Pernambuco**. Recife: Relatório de Gestão Ambiental e Social, 2009b.

\_\_\_\_\_. **Programa de Desenvolvimento Turístico do Rio Grande do Norte**. Natal: Relatório de Gestão Ambiental e Social, 2010.

BNB. **Programa de desenvolvimento do turismo no Nordeste**. Brasília: Memorando, 2005.

\_\_\_\_\_. **Relatório de término de projeto (PCR)**: Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE II). Fortaleza: Relatório, 2012.

BRASIL. Decreto n. 448, de 14 de fevereiro de 1992. **Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e dá outras providências**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D0448.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0448.htm)>. Acesso em: 21 set. 2015.

BRASIL – MICT (Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo). 1995. **Política Nacional de Turismo 1996-1999**. Brasília: Embratur.

BRASIL – MTur (Ministério do Turismo). 2003. **Plano Nacional do Turismo 2003 - 2007**. Brasília: MTur.

\_\_\_\_\_. 2013. **Estatísticas básicas de turismo – Brasil 2013**. Brasília: MTur.

\_\_\_\_\_. 2014. **Proposta estratégica de organização turística – Copa do Mundo 2014 Brasil**. Brasília: MTur.

BRASIL – MPlan (Ministério do Planejamento). 2007. **1º Balanço PAC – Janeiro a Abril de 2007**. Brasília: MPlan.

BRASIL – MPlan (Ministério do Planejamento). 2008. **Cartilha estadual – Ceará (2º Balanço PAC – Janeiro de 2008)**. Brasília: MPlan.

BRASIL. Decreto n. 7.381, de 2 de dezembro de 2010. **Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, e dá outras providências**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7381.htm#art94](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7381.htm#art94)>. Acesso em: 21 set. 2015.

CASTRO, Iná Elias de. Imaginário político e realidade econômica: o marketing da seca nordestina. In: **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, 1991, p. 53-75.

CASTRO, Tiago da Silva. **O turismo no litoral de Itapipoca/CE**: a realidade da Praia da Baleia. 2013, 86 f. Monografia – UECE. Curso de Bacharelado em Geografia. Fortaleza, 2013.

\_\_\_\_\_. Nuances do planejamento turístico no litoral oeste do Ceará, Brasil: a praia da Baleia, em Itapipoca. In: **Geosaberes**. Fortaleza: 2015, v. 6, n. 2, p. 193-208.

CASTRO, Tiago da Silva; MENDES, Mariana Fernandes. Territorialidades e valorização do espaço urbano no município de Itapipoca/CE. In: **XVII Semana Universitária UECE – XIV Encontro de Monitoria Acadêmica**, 2012, Fortaleza. Anais 2012 - XVII Semana Universitária UECE. Fortaleza: EdUECE, 2012.

CASTRO, Tiago; COELHO, Francisco Alexandre; SILVA, Nayrison de Jesus; LIMA, Fátima Aurilane. A conformação da imagem da cidade sede da alegria: reestruturação urbana, city marketing e segregação socioespacial no litoral de Fortaleza/CE. In: XIV SIMPURB, 2015, Fortaleza. **Anais do XIV Simpósio Nacional de Geografia Urbana**. Fortaleza: UFC, 2015.

CASTRO, Tiago da Silva; PEREIRA, Alexandre Queiroz. Políticas de turismo e urbanização no litoral oeste do Ceará: dinâmicas, insucessos e possibilidades. In: XI Encontro Nacional da ANPEGE, 2015, Presidente Prudente/SP. **Anais da XI ENANPEGE**. Presidente Prudente/SP, 2015.

CAUCAIA. **PDDU/Caucaia**: Plano estratégico do município. Caucaia/CE: Prefeitura de Caucaia, 1996.

CEARÁ. **Plano de mudanças**: juntos mudando o Ceará – 1987/1990. Fortaleza: SEPLAN, 1987.

\_\_\_\_\_. **Programa de Desenvolvimento do Turismo PRODETUR – Ceará**. Fortaleza: Manual de Operações, 2012.

CEARÁ – SETUR (Secretaria de Turismo do Ceará). 2012. **Indicadores turístico – 1995/2011**. Fortaleza: SETUR.

CLAUDINO SALES, Vanda. Os litorais cearenses. In: SILVA, José Borzacchiello da; CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007, p. 231-260.

CLAVAL, Paul. **Espaço e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

CLAVÉ, Salvador; PALOMEQUE, Francisco; GÓMEZ, Manuel; REBOLLO, José Fernando. La investigación turística em España: aportaciones de La Geografía (1960-1995). In: **Estudios Turísticos**. Madrid: 1996, n. 129, p. 165-208.

Confira o discurso da posse de Tasso Jereissati, eleito governador do CE em 1987. **Globo**. Disponível em: <<http://globo.com/tv-verdes-mares/bom-dia-ceara/v/confira-o-discurso-da-posse-de-tasso-jereissati-eleito-governador-do-ce-em-1987/3871567/>>. Acesso em: 21 set. 2015.

CAF; CEARÁ. **Contrato de empréstimo entre a Corporação Andina de Fomento e o Estado do Ceará**. Fortaleza: Contrato de Empréstimo, 2012.

CHIRILA, Luana Lacramioara. Las nuevas tecnologías em el turismo. In: I Encuentro Internacional sobre Turismo y Desarrollo, 2007. **Anais**. Málaga: EUMED, 2007. Disponível em: <<http://www.eumed.net/eve/resum/07-07/llc.htm>>. Acesso em: 17 dez 2015.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. **Do local ao global: o turismo litorâneo cearense**. Campinas: Papyrus, 2002.

\_\_\_\_\_. **O Turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira; SILVA, Sylvio C. Bandeira de Melo. **Turismo e geografia: abordagens críticas**. Fortaleza: EdUECE, 2005.

CORIOLOANO, Luzia Neide. Turismo: ações e contradições da realidade cearense. In: SILVA, José Borzacchiello da; CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007, p. 383-410.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira (Org). **Arranjos produtivos locais do turismo comunitário: atores e cenários em mudança**. Fortaleza: EdUECE, 2009.

CORRÊA, Roberto Lobato. A periferia urbana. **Revista GEOSUL**. Florianópolis: UFSC, n. 2, p. 70-78, jul./set. 1986.

\_\_\_\_\_. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 2005.

COSTA, Maria Clélia Lustosa da. Fortaleza: expansão urbana e organização do espaço. In: SILVA, José Borzacchiello da; CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007, p. 51-100.

COSTA, Maria Clélia Lustosa da. Arranjo familiar e vulnerabilidade na Região Metropolitana de Fortaleza. In: COSTA, Maria Clélia Lustosa da; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (Orgs.). **Vulnerabilidade socioambiental na Região Metropolitana de Fortaleza**. Fortaleza: UFC Edições, 2009, p. 139–163.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

CUNHA, Gabriela Bento; PEREIRA, Alexandre Queiroz. Os Impactos Das Obras Da Copa De 2014 No Porto Do Mucuripe (Fortaleza- Ceará): A Implantação Do Terminal Marítimo De Passageiros. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7., 2014, Fortaleza. **Anais**. Vitória: VII Cbg, 2014. p. 01 - 12. Disponível em: <[http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404324086\\_ARQUIVO\\_ArtigoCompleto1rtf.pdf](http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404324086_ARQUIVO_ArtigoCompleto1rtf.pdf)>. Acesso em: 12 maio 2015.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. O pescador na terra. In: SILVA, José Borzacchiello da; CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007, p. 263-279.

\_\_\_\_\_. **Maritimidade nos trópicos**: por uma Geografia do litoral. Fortaleza: UFC Edições, 2009.

\_\_\_\_\_. Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste Brasileiro (1995 a 2005): PRODETUR-NE, o divisor de águas. In: DANTAS, Eustógio; FERREIRA, Angela; CLEMENTINO, Maria do Livramento. (Org.). **Turismo e imobiliário nas metrópoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010, p. 35-54.

\_\_\_\_\_. **Mar à vista**: um estudo da maritimidade em Fortaleza. Fortaleza: UFC Edições, 2011.

\_\_\_\_\_. Metropolização turística em região monocultora industrializada. In: **Mercator**. Fortaleza: 2013, v. 12, n. 2, p. 65-84.

DANTAS, Eustógio; PEREIRA, Alexandre. Reflexões sobre a vilegiatura marítima nos trópicos. In: DANTAS, Eustógio; FERREIRA, Angela; CLEMENTINO, Maria do Livramento. (Org.). **Turismo e imobiliário nas metrópoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010, p. 71-83.

DEBBAGE, Keith; GALLAWAY, Suzanne. Global tourist business operations – theoretical frameworks and keys issues. In: JAMAL, Tazim; ROBINSON, Mike (Orgs.). **The SAGE handbook of tourism studies**. London: SAGE, 2009, p. 581–594.

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

Determinada paralisação das obras de empreendimento imobiliário no Trairi (CE).

**PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA**, 2010. Disponível em: <  
[http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy\\_of\\_meio-ambiente-e-patrimonio-cultural/mpf-ce-justica-decide-pela-paralisacao-das-obras-de-empreendimento-imobiliario-no-trairi](http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_meio-ambiente-e-patrimonio-cultural/mpf-ce-justica-decide-pela-paralisacao-das-obras-de-empreendimento-imobiliario-no-trairi)>. Acesso em: 09 mai. 2016.

Dez temas recorrentes no romance nordestino brasileiro. **SARAIVA**. 2013.

Disponível em:< <http://www.saraivaconteudo.com.br/Materias/Post/51736>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira. **Dinâmicas urbanas recentes da área metropolitana de Fortaleza**. 2012, 360 f. Tese – USP. História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo. São Paulo, 2012.

EMBRATUR. **Anuário Estatístico da EMBRATUR - 2005**. Brasília: MTur/Embratur, 2005.

\_\_\_\_\_. **Anuário Estatístico da EMBRATUR - 2006**. Brasília: MTur/Embratur, 2006.

\_\_\_\_\_. **Anuário Estatístico da EMBRATUR - 2008**. Brasília: MTur/Embratur, 2008.

\_\_\_\_\_. **Anuário Estatístico da EMBRATUR - 2009**. Brasília: MTur/Embratur, 2009.

\_\_\_\_\_. **Anuário Estatístico da EMBRATUR - 2010**. Brasília: MTur/Embratur, 2010.

\_\_\_\_\_. **Anuário Estatístico da EMBRATUR - 2011**. Brasília: MTur/Embratur, 2011.

\_\_\_\_\_. **Anuário Estatístico da EMBRATUR - 2012**. Brasília: MTur/Embratur, 2012.

\_\_\_\_\_. **Anuário Estatístico da EMBRATUR - 2014**. Brasília: MTur/Embratur, 2014.

\_\_\_\_\_. **Anuário Estatístico da EMBRATUR - 2015**. Brasília: MTur/Embratur, 2015.

ESCOBAR, Arturo. Planning. In. WOLFGANG, Sachs (Org.). **The development dictionary: a guide to knowledge as power**. London: Zed Books, 2010.

ESTEVA, Gustavo. Development. In: WOLFGANG, Sachs (Org.). **The development dictionary**: a guide to knowledge as power. London: Zed Books, 2010.

FERLA, Marcello; LEHUGEUR, Loreci Gislaine. Avaliação dos impactos ambientais provenientes do uso e ocupação da terra, estudo de caso: Distrito de Taíba, Município de São Gonçalo do Amarante, Ceará. In: XI CONGRESSO DA ABEQUA, 2007, Belém. **ANAI DO XI CONGRESSO DA ABEQUA**. Belém: Associação Brasileira de Estudos do Quaternário, 2007.

FONSECA, Maria Aparecida Pontes da. Tendências atuais do turismo potiguar: a internacionalização e a interiorização. In: FONSECA, Maria Aparecida; NUNES, Elias; CARVALHO, Edilson Alves de; FURTADO, Edna Maria (orgs.). **Dinâmica e gestão do território potiguar**. Natal: EDFURN, 2007. p. 215-231.

FRATUCCI, Aguinaldo César. Os Lugares Turísticos: territórios do fenômeno turístico. **GEOgraphia**. Niteroi/RJ: UFF, Ano II, nº 4, p. 121-133, 2001.

GOMES, Josimeire de Araújo. **O Pecém era assim**: memória e reconstrução do passado. 1999. 107 p. Monografia – UECE. Especialização em Saúde, Trabalho e Meio Ambiente para o desenvolvimento Sustentável. Fortaleza, 1999.

GOMES, Patrício Melo. O turismo no Nordeste do Brasil: Avaliação e perspectivas – O caso do PRODETUR. In: LIMA, Luiz Cruz (Org.). **Da cidade ao campo**: a diversidade do saber-fazer turístico. Fortaleza: UECE, 1998.

GORAYEB, Adryane; *et al.* Aspectos geoambientais, condições de uso e ocupação do solo e níveis de desmatamento da bacia hidrográfica do rio Curu, Ceará – Brasil. In: **Geografia**. Londrina: UEL, v. 14, n. 2, p. 85-106, 2005.

GOUVÊA, Maria Aparecida; YAMAUCHI, Erica Cristina Issami . Marketing de serviços: uma visão do turismo no Brasil. In: **Caderno de Pesquisas em Administração** (USP), São Paulo, v. 1, p. 15-32, 1999.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de; COSTA, Paulo Cesar da; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.) **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 165-205.

HALL, Colin Michael. **Planejamento turístico**: políticas, processos e relacionamentos. São Paulo: Contexto, 2001.

HARVEY, David. **The enigma of Capital:** and the crises of capitalism. London: Profile Books, 2010.

Índice de Competitividade do Turismo Nacional. **MTUR**. 2015. Disponível em:< <http://www.turismo.gov.br/aceso-a-informacao/63-aco-es-e-programas/4885-indice-de-competitividade-do-turismo-nacional.html>>. Acesso em: 10 dez 2015.

ITAPIPOCA. **PDDU/Itapipoca**. Plano estratégico do município. Paraipaba/CE: Prefeitura de Paraipaba, 2002.

Itapipoca. **Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Itapipoca (CPSMIT)**. Disponível em:< <http://www.cpsmit.com.br/?pg=Itapipoca>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

Juiz extingue processo que buscava licenciamento ambiental para condomínio em Trairi. **O POVO**, 2011. Disponível em:< <http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2011/04/06/noticiasfortaleza,2122281/juiz-extingue-processo-que-buscava-licenciamento-ambiental-para-condominio-em-trairi.shtml>>. Acesso: 09 mai. 2016.

KOUTOULAS, Dimitris. Understanding the tourist product. In: Understanding Tourism - Theoretical Advances, 2004, Mytilini, Greece. **Proceedings of the Interim symposium of the Research Committee on International Tourism (RC 50) of the International Sociological Association (ISA)**. Mytilini, Greece: University of the Aegean, 2004.

LANDIM NETO, Francisco Otávio; GORAYEB, Adryane; PEREIRA FILHO, Narcélio; SILVA, Edson Vicente da. Zoneamento ambiental e funcional da bacia hidrográfica do rio Guaribas, São Gonçalo do Amarante/Ceará: subsídios para a gestão ambiental local. In: **Geoaraguaia**. Barra do Garças/MT: UFMT, v. 4, n. 2, p. 63-80, 2014.

LEFEBVRE. Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LENCIONI, Sandra. Da cidade e sua região à cidade-região. In: SILVA, José Borzacchiello da; LIMA, Luiz Cruz; ELIAS, Denise (Orgs.). **Panorama da Geografia brasileira I**. São Paulo: Annablume, p.65-75, 2006

LIMA, Josael Jairo Santos. **Turismo sustentável, alternativa de desenvolvimento local e conservação ambiental:** uma análise interdisciplinar do PRODETUR-CE.

2003. 212f. Dissertação – PRODEMA, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2003.

LIMA, Luiz Cruz; SILVA, Ângela Maria Falcão da. **O local globalizado pelo turismo**: Jeri e Canoa no final do século XX. Fortaleza: EDUECE, 2004.

LIMA, Maria do Ceú de. **Comunidades pesqueiras marítimas no Ceará**: território, costumes e conflitos. 2002. Tese – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2002.

Literatura de cordel (um passeio na história pela praia de Iracema). **Núcleo de Estudos de História Social da Cidade – NEHSC**. 2015. Disponível em: <<http://nehscfortaleza.com/index.php/2014-06-14-17-34-38/item/233-literatura-de-cordel-um-passeio-na-hist%C3%B3ria-pela-praia-de-iracema.html>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

Litoral Leste: Financiamento com a CAF será assinado nesta quarta-feira (28). **SETUR/CE**. 2013. Disponível em: <<http://www.ceara.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/8910-litoral-leste-financiamento-com-a-caf-sera-assinado-nesta-quarta-feira-28>>. Acesso em: 30 out. 2015.

LONG, Philip; MIKE, Robinson. Tourism, popular culture and the media. In: JAMAL, Tazim; ROBINSON, Mike (Orgs.). **The SAGE handbook of tourism studies**. London: SAGE, 2009, p. 98–114.

Lula Moraes comemora ampliação de municípios à RMF. **Assembléia Legislativa do Ceará (ALCE)**. 2014. Disponível em: <<http://www.al.ce.gov.br/index.php/oradores-expedientes/item/33365-09-09-2014-ls01>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

Mais de 6,4 milhões de turistas estrangeiros visitaram o Brasil em 2014. **MTUR**. Disponível em: <[http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/geral\\_interna/noticias/detalhe/20150807.html](http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/geral_interna/noticias/detalhe/20150807.html)>. Acesso em: 07 dez. 2015.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Mestres & mares**: espaço e indivisão na pescaria marítima. São Paulo: Annablume, 1993.

MARTINS, Márcia Barbosa. **Análise ambiental, tendências futuras e subsídios para uma gestão integrada da APA das Dunas da Lagoinha, Estado do Ceará**.

136f. Dissertação de Mestrado – UFC. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Fortaleza, 2011.

MARTINS, Márcia Barbosa. GUERRA, Antonio Teixeira; VASCONCELOS, Fábio Perdigão; SILVA, Edson Vicente da. Diagnóstico integrado geoambiental da APA das dunas da Lagoinha, Paraipaba, Ceará, Brasil. In: **Revista GEOMAE** (FECILCAM), v. 4, n. 1, p. 13-34, 2013.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAYA, Juan Roberto; ALANÍS, Héctor Campos; SÁNCHEZ, Pedro Leobardo. Análisis de la Marginación Urbana en Cancún, Quintana Roo. In: XII Seminário da Red Iberoamericana de Investigadores sobre Globalización y Territorio, 2012, Belo Horizonte. **Anais do XII Seminário da Red Iberoamericana de Investigadores sobre Globalización y Territorio**. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

MEIRELES, Antonio Jeovah. Unidades morfo-estruturais do Ceará. In: SILVA, José Borzacchiello da; CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007, p. 141-168.

MEIRELES, Antonio Jeovah. **Geomorfologia costeira**: funções ambientais e sociais. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

MELO, Juliana Barroso de. **O zoneamento ecológico-econômico costeiro como instrumento de planejamento sustentável do uso e ocupação do litoral**: análise de complexos hoteleiros no estado do Ceará (Brasil). 2013. 360f. Tesis Doctoral – Universitat de Barcelona. Programa de Doctorado en Geografía, Planificación Territorial y Gestión Ambiental. Barcelona, 2013.

MENDES, Jocicléa de Sousa. **Dinâmica das paisagens da APA do estuário do rio Mundaú**: evolução espaço-temporal e potencialidades ambientais. 2012. 167f. Dissertação de Mestrado – UFC. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Fortaleza, 2012.

MENDES, Juliana Soares. **Políticas e práticas de informação em processos de desenvolvimento no Brasil**: o caso do Programa de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR no Ceará e em Pernambuco. 2012. 336f. Dissertação de Mestrado –

UNB. Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas. Brasília, 2012.

MENEZES, Rui Simões de. Notas sobre a história da pesca no Ceará. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: Instituto Histórico e Geográfico do Ceará, 1974.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil – 1998**. Relatório Executivo. Brasília: FIPE, 1998.

\_\_\_\_\_. **Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil – 2002 e 2006**. Relatório Executivo. Brasília: FIPE, 2007.

\_\_\_\_\_. **Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil – 2007**. Relatório Executivo. Brasília: FIPE, 2009.

\_\_\_\_\_. **Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil – 2012**. Relatório Executivo. Brasília: FIPE, 2012.

MINISTÉRIO DO TURISMO; SEBRAE; FGV. **Índice de competitividade do turismo nacional: destinos indutores do desenvolvimento turístico regional – Relatório Brasil 2008**. Brasília: SEBRAE, 2008.

\_\_\_\_\_. **Índice de competitividade do turismo nacional: destinos indutores do desenvolvimento turístico regional – Relatório Brasil 2009**. Brasília: SEBRAE, 2009.

\_\_\_\_\_. **Índice de competitividade do turismo nacional: destinos indutores do desenvolvimento turístico regional – Relatório Brasil 2010**. Brasília: SEBRAE, 2010.

\_\_\_\_\_. **Índice de competitividade do turismo nacional: destinos indutores do desenvolvimento turístico regional – Relatório Brasil 2011**. Brasília: SEBRAE, 2011.

\_\_\_\_\_. **Índice de competitividade do turismo nacional: destinos indutores do desenvolvimento turístico regional – Relatório Brasil 2013**. Brasília: SEBRAE, 2013.

\_\_\_\_\_. **Índice de competitividade do turismo nacional: destinos indutores do desenvolvimento turístico regional – Relatório Brasil 2014**. Brasília: SEBRAE, 2014.

\_\_\_\_\_. **Índice de competitividade do turismo nacional: destinos indutores do desenvolvimento turístico regional – Relatório Brasil 2015**. Brasília: SEBRAE, 2015.

MIRANDA, Gleyce Kelly de. **Urbanização turística e dinâmica socioespacial do trabalho em Porto de Galinhas – PE**. 168 f. Dissertação de Mestrado – UFPE. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Recife, 2012.

MOLINA, Fabio Silveira. **Turismo e produção do espaço**: o caso de Jericoacoara, CE. 2007. 150 f. Dissertação de Mestrado – USP. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. São Paulo, 2007.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil**: elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: Hucitec, 1999.

MOURA, Taylana Marinha; CRUZ, Maria Lúcia Brito; SILVA, Michelly Alves; ALMEIDA, Iaponan Cardins. Análise do estado de conservação na APA do estuário do rio Mundaú, Trairi-CE. In: **Revista Geonorte** (UFAM), e. 4, v. 10, p. 39-44, 2014.

NOVAES, Lucila Naiza Soares. **Turismo de sol e mar**: empreendimentos turísticos imobiliários e o desenvolvimento urbano e socioeconômico no litoral do Ceará – o caso de Beberibe. 2012. 206f. Tese de Doutorado – USP. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, 2012.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**. SUDENE, Nordeste, planejamento e conflitos de classe. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

PAC. **BRASIL**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

PAIVA, Flávia Ingrid Bezerra. A interação sociedade x natureza e suas influências na praia de Lagoinha, CE. In: XVI Encontro Nacional de Geógrafos, 2010, Porto Alegre. **Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos**. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

PAIVA, Ricardo Alexandre; VARGAS, Heliana Comim. O lugar dos resorts no processo de urbanização turística' da Região Metropolitana de Fortaleza. In: IV Colóquio Internacional Comércio e Cidade: uma relação de origem, 2013, Uberlândia. **IV Colóquio Internacional Comércio e Cidade: uma relação de origem**. São Paulo: FAUUSP, 2013.

PARACURU. **PDDU/Paracuru**: Plano estratégico do município. Paracuru/CE: Prefeitura de Paracuru, 2002.

PARAIPABA. **PDDU/Paraipaba**. Plano estratégico do município. Paraipaba/CE: Prefeitura de Paraipaba, 2002.

PEREIRA, Alexandre Queiroz. **Veraneio marítimo e expansão metropolitana no Ceará**: Fortaleza em Aquiraz. 2006. 157 f. Dissertação de Mestrado – UFC. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Fortaleza, 2006.

\_\_\_\_\_. **A urbanização vai à praia**: contribuições da vilegiatura à metropolização no nordeste do país. 2012. 350 f. Tese de Doutorado – UFC. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Fortaleza, 2012.

\_\_\_\_\_. Quatro décadas de transformações: a vilegiatura marítima no litoral metropolitano de Fortaleza, Ceará – Brasil. **COFINS**, n. 17, 2013a. Disponível em: <<http://confins.revues.org/8329;DOI:10.4000/confins.8329>>.

\_\_\_\_\_. A vilegiatura marítima na metrópole: morfologia e tipologias espaciais. In: PEREIRA, Alexandre *et al.* **Maritimidade na metrópole**: estudos sobre Fortaleza. Porto Alegre: Deriva, 2013b.

\_\_\_\_\_. **A urbanização vai à praia**: vilegiatura marítima e metrópole no nordeste do Brasil. Fortaleza: UFC Edições, 2014.

Perímetros de irrigação – Ceará. **DNOCS**. Disponível em: <[http://www.dnocs.gov.br/~dnocs/doc/canais/perimetros\\_irrigados/ce.htm](http://www.dnocs.gov.br/~dnocs/doc/canais/perimetros_irrigados/ce.htm)>. Acesso em: 19 fev. 2016.

Portal da Copa. **BRASIL**. Disponível em: <<http://www.copa2014.gov.br/pt-br>>. Acesso em: 28 nov. 2015.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes Editora, 1981.

Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - PRODETUR /CE II. **SEMACE**. 2008. Disponível em: <<http://antigo.semace.ce.gov.br/programas/programa.asp?cd=39>>. Acesso em: 29 out. 2015.

PRODETUR. **MINISTÉRIO DO TURISMO**. 2015. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/programas/5066-prodetur.html>>. Acesso em: 29 out. 2015.

Região do Pecém terá duas cidades planejadas. **Diário do Nordeste**. 2015. Disponível em: <

<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/regiao-do-pecem-tera-duas-cidades-planejadas-1.1417823>>. Acesso em: 2 fev. 2016.

SAMPAIO, Camila Freire. **O turismo e a territorialização dos resorts**: a praia do Porto das Dunas como enclave em Aquiraz/CE. 2009. 185f. Dissertação de Mestrado – UECE. Mestrado Acadêmico em Geografia. Fortaleza, 2009.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Hucitec, 1980.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

\_\_\_\_\_. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EdUSP, 2005.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço**: técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: EdUSP, 2006.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.

SANTOS, Telma Maria Sousa dos. **Turismo e urbanização em espaços litorâneos**: um olhar sobre Praia do Forte – Bahia. Feira de Santana/BA: UEFS Editora, 2013.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; RIBEIRO, Luiz Cesar; GAFFNEY, Christopher. **Brasil**: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016. Rio de Janeiro: E-papers, 2015.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

São Gonçalo. **Secretária do Desenvolvimento Local e Regional (SDLR/CE)**.

Disponível em: <[http://conteudo.ceara.gov.br/content/aplicacao/sdlr-pddu/sao\\_goncalo/gerados/planoestrat.asp](http://conteudo.ceara.gov.br/content/aplicacao/sdlr-pddu/sao_goncalo/gerados/planoestrat.asp)>. Acesso em: 14 fev. 2016.

SÃO GONÇALO DO AMARANTE. **PDDU/São Gonçalo do Amarante**. São Gonçalo do Amarante/CE: Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante, 2000.

SILVA, Kelson de Oliveira. Políticas públicas e a promoção do turismo no Rio Grande do Norte. **Mercator**, Fortaleza, n. 10, v. 9, jan./abr, 2010, p. 71-79.

- SILVA, Marília Natacha de Freitas. Empreendimento turísticos imobiliários no litoral metropolitano de Fortaleza. In: PEREIRA, Alexandre *et al.* **Maritimidade na metrópole**: estudos sobre Fortaleza. Porto Alegre: Deriva, 2013, p. 101-127.
- SILVEIRA, Bruno Rodrigues da. Da vilegiatura marítima ao morar permanentemente no litoral: dinâmicas urbanas na orla marítima do Icarai – Ceará. In: Seminário Nacional Governança Urbana e Desenvolvimento Metropolitano, 2010. **Anais do Seminário Nacional Governança Urbana e Desenvolvimento Metropolitano**. Natal: UFRN, *online*, 2010.
- SOARES, Ana Maria Lebre; *et al.* Mapeamento da carcinicultura marinha na zona costeira do Estado do Ceará utilizando imagens do satélite ResourceSat-1. In: XV Simposio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, 2011. **Anais do XV SBSR**. Curitiba: INPE, p. 7021-7028, 2011.
- SOJA, Edward. **Postmodern geographies**: the reassertion of space in critical social theory. London: Verso, 1995.
- SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul./dez., 2006. p. 20-45.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- SOUZA, Marcos José Nogueira de. Compartimentação geoambiental do Ceará. In: SILVA, José Borzacchiello da; CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007, p. 127-140.
- SPOSITO, Eliseu Savério. Reestruturação produtiva e reestruturação urbana no Estado de São Paulo. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 9. Los problemas del mundo actual. Soluciones y alternativas desde la geografía y las ciencias sociales. Porto Alegre, 2007. **Anais**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Redes e Cidades**. São Paulo: EdUNESP, 2008.
- TELFER, David. Development studies and tourism. In: JAMAL, Tazim; ROBINSON, Mike (Orgs.). **The SAGE handbook of tourism studies**. London: SAGE, 2009, p. 146–165.

TORREROS, Lucia González. **Modelo turístico sustentable para el municipio de Tequila, Jalisco, México**: uma perspectiva del desarrollo local. 2010. 384 f. Tese de Doutorado – Universidad de Guadalajara. Centro Universitario de Arte, Arquitectura e Diseño. Guadalajara, México, 2010.

TRAIRI. **PDDU/Trairi**. Plano estratégico do município. Trairi/CE: Prefeitura de Trairi, 2002.

Trairi pleiteia parque estadual para proteção do bioma dunas. **DIÁRIO DO NORDESTE**, 2014. Disponível em:<

<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/trairi-pleiteia-parque-estadual-para-protecao-do-bioma-dunas-1.816346>>. Acesso em: 23 fev. 2016.

TUCKER, Hazel; AKAMA, John. Tourism as postcolonialism. In: JAMAL, Tazim; ROBINSON, Mike (Orgs.). **The SAGE handbook of tourism studies**. London: SAGE, 2009, p. 504–520.

Uma nova “essência” para o turismo de luxo. **O ESTADO**. 2014. Disponível em:< <http://www.oestadoce.com.br/artesagenda/uma-nova-essencia-para-o-turismo-de-luxo>>. Acesso em: 07 fev. 2016.

URRY, John. **O olhar do turista**. São Paulo: Nobel, 2001.

USD 112 millones para turismo en Ceará. **CAF**. 2012. Disponível em:< <http://www.caf.com/es/actualidad/noticias/2012/07/usd-112-millones-para-turismo-en-ceara/>>. Acesso em: 30 out. 2015.

VALDIVIESO, Ernesto Valenzuela; COLL-HURTADO, Atlántida. La construcción y evolución del espacio turístico de Acapulco (México). **Anales de Geografía**. Universidade Complutense vol. 30, núm. 1, p. 163-190, 2010.

VASCONCELOS, Fábio Perdigão. **Gestão integrada da zona costeira**: ocupação antrópica desordenada, erosão, assoreamento e poluição ambiental do litoral. Fortaleza: Premius, 2005.

WALTON, John. Histories of tourism. In: JAMAL, Tazim; ROBINSON, Mike (Orgs.). **The SAGE handbook of tourism studies**. London: SAGE, 2009, p. 115–129.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A

Tabela de fixos alocados pelo PRODETUR I e II

PLANEJAMENTO TURÍSTICO NO LITORAL OESTE DO CEARÁ				
Município	Programa	Componente	Ações realizadas	Valor
Fortaleza	PRODETUR I	Melhoramento de Aeroportos	Ampliação do Aeroporto Pinto Martins	\$ 73.187.239,58
	PRODETUR II	Urbanização de Orlas	A intervenção abrange uma extensão de cerca de 2 km do calçadão da Praia de Iracema, partindo da altura do Ideal Clube até a Ponte dos Ingleses. Contempla obras de assentamento de piso cariri, meio fio, jardineiras e colocação de mobiliário urbano.	\$ 4.500.000,00
			Implantação de placas indicativas de trânsito e de atrativos turísticos na área urbana do Município	\$ 2.700.000,00
		Recuperação de Patrimônio Histórico	Intervenção de recuperação e restauração do bloco administrativo, de 3 pavimentos, do Conjunto do Palácio da Abolição.	\$ 4.725.000,00
			Obra de recuperação do prédio onde se situa a EMCETUR, que contemplou: revestimentos de parede e piso, madeiramento e telhado, novas instalações hidro-sanitárias, elétricas, de combate a incêndio, pára-raio, ar-condicionado, rede estruturada, implantação de um elevador e de quiosques, anfiteatro e playground nas áreas dos pátios.	\$ 1.800.000,00
Caucaia	PRODETUR I	Transporte	Rodovia CE-085: contorno Caucaia/Tabuleiro Grande	\$ 2.121.706,11
			Rodovia CE-085: Cumbuco/Lagoa do Banana	\$ 516.174,20
			Rodovia CE-085: entroncamento Garrote	\$ 835.280,05
		Saneamento e Abastecimento de Água	Sistema de Abastecimento de água (SAA) - Praias de Iparana, Icaraiá, Tabuba e Cumbuco	\$ 5.710.960,17
			Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) da sede de Caucaia	\$ 4.738.375,46
		Recuperação Ambiental	Urbanização e instalação do CPTA da Lagoa do Banana	\$ 499.894,37
			Demarcação da APA do Lagamar do Cauípe	\$ 139.777,80
	PRODETUR II	Urbanização de Orlas	Urbanização da orla de Caucaia	\$ 5.999.999,00
		Transporte	Rodovia de Percurso Turístico: Acessos as praias de Iparana e Pacheco	\$ 398.666,00
			Rodovia CE-085: entroncamento Tabuba	\$ 582.666,00
			Acesso a Serra da Rajada	\$ 667.000,00
			Rodovia de Percurso Turístico: Camará/Serra do Juá	\$ 766.666,00
			Contorno oeste da Lagoa do Banana	\$ 167.133,00
Infraestrutura Turística	Centro de Atendimento ao Turista no Cumbuco	\$ 15.333,00		

<b>São Gonçalo do Amarante</b>	PRODETUR I	Transporte	Rodovia CE-085: entroncamento CE-421/São Gonçalo do Amarante	\$ 2.064.428,46
			Rodovia CE-085: São Gonçalo do Amarante	\$ 1.055.120,32
			Rodovia Pecém/entroncamento Taíba/São Gonçalo do Amarante	\$ 214.823,94
			Rodovia Pecém/entroncamento Taíba/Siupé-I	\$ 427.322,57
			Rodovia Pecém/Entronc. Taíba/Siupé-Siupé	\$ 263.747,36
		Saneamento e Abastecimento de Água	Pecém - SAA e SES	\$ 1.963.124,24
			S.G.Amarante - SAA e SES	\$ 2.037.929,32
		Recuperação Ambiental	Demarcação da APP da Lagoa do Pecém	\$ 172.680,00
			Recuperação da linha de costa da Praia do Pecém	\$ 1.040.046,72
			Demarcação da APP da Lagoa das Cobras	\$ 370.944,32
	Urbanização e implantação do CPTA do Lagamar do Siupé		\$ 646.706,05	
	PRODETUR II	Transporte	CE-423: rotatória ligando Rodovia CE-085/São Gonçalo do Amarante/BR-222	\$ 400.000,00
			Implantação de acesso a Taiba(Binário)/São Gonçalo do Amarante	\$ 1.000.000,00
		Infraestrutura Turística	Centro de Turismo e Artesanato na Taíba	\$ 49.833,00
		Urbanização de Orlas	Urbanização da Praia da Taiba	\$ 1.500.000,00
			Urbanização da Praia do Pecém	\$ 1.466.666,00
Recuperação de Patrimônio Histórico		Recuperação da Igreja do Siupé e entorno	\$ 85.000,00	
Recuperação Ambiental		Urbanização da Lagoa do Catolé e da Prejubaca	\$ 400.000,00	
Saneamento e Abastecimento de Água		Taiba - SAA e SES	\$ 4.938.000,00	
	Siupé - SES	\$ 217.733,00		
<b>Paracuru</b>	PRODETUR I	Transporte	Rodovia entroncamento acesso Paraipaba/Camburá	\$ 446.605,51
			Rodovia CE-85: Rodovia entroncamento de acesso Paraipaba	\$ 853.802,61
		Saneamento e Abastecimento de Água	Paracuru - SAA e SES	\$ 3.297.750,79
		Recuperação Ambiental	Demarcação da APP da Lagoa Grande	\$ 933.616,35
			Urbanização e implantação do CPTA do estuário do Rio Curú	\$ 322.554,31
	PRODETUR II	Transporte	Adaptação do Antigo Terminal Rodoviário para Centro de Turismo e Artesanato	\$ 76.666,00
			Rodovia de Percurso São Pedro/Siupé	\$ 1.495.000,00
			Rodovia de percurso turístico de Camboas/Capim-Açu	\$ 855.333,00
		Saneamento e Abastecimento de Água	Ampliação SES e SAA - Paracuru	\$ 612.566,00
		Urbanização de Orlas	Urbanização da Orla Marítima de Paracuru/Ronco do Mar	\$ 1.416.532,62

Paraipaba	PRODETUR I	Transporte	Rodovia CE-085: Camburão/entroncamento CE-162	\$ 882.129,38
			Rodovia CE-341: entroncamento CE-085 (1ª variante)	\$ 961.380,11
			Rodovia CE-162: Paraipaba/Lagoinha	\$ 1.772.501,88
		Saneamento e Abastecimento de Água	Paraipaba - SAA e SES	\$ 2.112.543,39
			Lagoinha - SAA e SES	\$ 1.304.820,01
		Recuperação Ambiental	Demarcação da APP, urbanização e implantação do CPTA da Lagoa da Canabrava.	\$ 386.327,81
	Demarcação da APP da lagoa das Almecégas		\$ 29.975,13	
	PRODETUR II	Transporte	Urbanização e pavimentação da Av. principal de Paraipaba (Sede), interligando as duas rodovias estaduais	\$ 713.000,00
			Saneamento e Abastecimento de Água	Ampliação do SES de Lagoinha
		Ampliação do SES de Paraipaba		\$ 170.200,00
Urbanização de Orlas		Requalificação urbana da orla de Lagoinha	\$ 1.744.649,52	
Trairi	PRODETUR I	Transporte	Rodovia CE-085: entroncamento CE-163/Trairi	\$ 632.431,99
			Rodovia CE-163: entroncamento de acesso à Gualdrapas	\$ 985.254,86
			Rodovia CE-163: entroncamento Mundaú/Flecheiras	\$ 757.627,78
			Rodovia CE 163: Mundaú/Guajiru	\$ 1.944.908,17
		Saneamento e Abastecimento de Água	Trairi - SAA	\$ 610.605,31
			Drenagem de águas pluviais do polo Lagamar do Trairi	\$ 22.929,19
		Recuperação Ambiental	Demarcação da APP, urbanização e implantação do CPTA do lagamar do Trairi	\$ 670.009,08
			Demarcação da APA, recuperação da foz, urbanização e implantação do CPTA de Mundaú	\$ 1.435.779,81
	PRODETUR II	Transporte	Construção de rotatória no Entroncamento Canaã/Estrela	\$ 115.000,00
			Construção de passeios para pedestre na ponte de entrada da sede de Trairi	\$ 107.333,00
		Saneamento e Abastecimento de Água	Mundaú - SES	\$ 586.501,00
			Flecheiras - SAA e SES	\$ 418.000,00
			Ampliação do SAA de Mundaú	\$ 584.000,00
			Guajiru - SAA e SES	\$ 244.400,00
			Ampliação do SAA e implantação do SES de Canaã	\$ 524.399,00
			Canabrava - SAA e SES	\$ 104.036,00
			Ampliação do SAA e do SES de Trairi (Sede)	\$ 336.566,00
Urbanização de Orlas	Urbanização da Praia de Flecheiras	\$ 1.755.020,90		
	Urbanização da Foz do Rio Mundaú	\$ 230.000,00		

<b>Itaipoca</b>	<b>PRODETUR I</b>	Transporte	Rodovia CE-168: Barrento/Baleia	\$ 2.700.411,91		
			Rodovia CE-085: Gualdrapas/Barrento	\$ 3.279.650,63		
			Rodovia CE-168: Barrento/Itaipoca	\$ 1.207.877,16		
		Saneamento e Abastecimento de Água	Baleia e Pedrinhas - implantação SAA e SES	\$ 515.646,60		
			Barrento - implantação SAA e SES	\$ 299.800,90		
			Itaipoca - implantação e ampliação SAA e SES	\$ 8.776.249,52		
			Marinheiros - implantação SAA e SES	\$ 250.395,93		
		Recuperação Ambiental	Demarcação da APP, urbanização e implantação do CPTA da Lagoa do Mato	\$ 378.575,00		
		<b>PRODETUR II</b>	Transporte	Rodovia de percurso turístico Lagoa do Mato/Assentamento Maceió	\$ 400.000,00	
	Recuperação de rotatórias da CE-085			\$ 40.000,00		
	Terminal turístico de Baleia			\$ 166.783,00		
	Rodovia de percurso turístico Arapari/cabeceiras do rio Mundaú			\$ 550.466,00		
	Rodovia de percurso turístico Arapari/São Daniel			\$ 601.833,00		
	Rodovia de percurso turístico Guarani/Ipu Mazagão			\$ 897.000,00		
	Saneamento e Abastecimento de Água		Itaipoca - ampliação SAA e SES	\$ 1.085.599,00		
			Maceió - implantação SAA e SES	\$ 84.333,00		
	Recuperação de Patrimônio Histórico		Restauração da Casa e Cadeia de Itaipoca	\$ 109.000,00		
			Reforma do mercado Sanharão - Sede	\$ 38.245,00		
			Reforma das casas antigas do Arapari	\$ 233.852,00		
			Reforma da Igreja de N. Sra. das Mercedes - Arapari	\$ 53.861,00		
	Recuperação Ambiental		Fixação e conservação das dunas e entorno da Lagoa do Mato - Baleia	\$ 193.846,00		
			Operacionalização do CPTA da Lagoa do Mato	\$ 22.857,00		
	Urbanização de orlas e entorno de lagoas		Urbanização do Poço Verde - Sede	\$ 140.000,00		
			Urbanização da orla de Baleia	\$ 500.000,00		
	<b>Total</b>				\$ 185.461.845,20	

## APÊNDICE B

### Tabulação das entrevistas realizadas.

Entrevistas sobre a atividade turística na Costa do Sol Poente							
Segmento Social Questões Gerais	Município						
	Caucaia	SGA	Paracuru	Paraipaba	Trairi	Itapipoca	Total
<b>Moradores</b>	1/2	2/2	2/2	2/2	2/2	2/2	11/12
<b>Período de maior ocupação</b>	Agosto a fevereiro	Final de ano, férias e durante o Festival do Escargot (50%); Carnaval a ocupação é maior que no final de ano (50%)	Feriadões (100%); Junho - campeonato regional de surfe (50%); Agosto e setembro (50%)	Janeiro, fevereiro, julho e dezembro (100%)	Agosto, setembro e outubro - kite surf com grande maioria de estrangeiros, Dezembro e janeiro, Junho e julho, maioria de brasileiros (100%); Carnaval (50%)	Julho, maioria de brasileiros (100%); Agosto (50%)	Dezembro a Fevereiro (54,5%); Julho a Outubro (81%); Maioria de brasileiros (36,3%)
<b>Atrativos turísticos</b>	Kite surfe e lagoas	Tranquilidade da praia (100%) Lagamar do Siupé para o kite surf e Mirante de Taiba (50%); Barzinhos noturnos e Festival do Escargot (50%)	Praias e Apresentações culturais e artísticas (100%); Campeonatos de surfe, festival das comunidades, campo de dunas e o rio Curu (50%)	Lagoa das Almécegas (100%); o Cristo e as dunas (50%); os restaurantes (50%)	Piscinas naturais, lagoas nas dunas, vida noturna e gastronomia (50%); Passeio de buggy, quadriciclo e o barco catamarã (50%)	Praia (100%); tranquilidade (50%); a regata (50%)	Lagoas e rios (54,5%); Eventos culturais e esportivos (45,4%); Tranquilidade (27,2%); Gastronomia e vida noturna (27,2%)
<b>Relações e/ou conflitos entre sujeitos</b>	Não há conflitos	Vilegiaturistas poporam a compra do imóvel (50%); não há conflitos ou relações relevantes (50%)	Alguns turistas fazem barulho - parede de som (100%); Alguns turistas sujam a cidade e a praia (50%)	Maioria dos funcionários dos estabelecimentos é de Lagoinha, muitos especuladores internacionais comprando terras e muitos moradores são caseiros (50%); Tem moradores que pescam, que trabalham em hospedagens, que são caseiros ou pedreiros - serviços de construção e manutenção (50%)	Existem interessados em comprar residências e terrenos, os excursionistas - farofeiros - sujam muito a praia e lotam os estabelecimentos sem consumir (50%); os empreendedores exploram o turista, aumentando muito o preço quando há festas (50%)	Som alto de visitantes (100%); investidores de outros estados procuram terrenos (50%)	Barulho causado por turistas e vilegiaturistas (36,3%); Tentativa de compra de terrenos ou residências (36,3%)
<b>Necessidades e Problemas</b>	Falta pavimentação e sinalização, o que causa muitos acidentes	Falta um açougue, o trânsito em grande feriados é péssimo (50%); falta curso de línguas e qualificação para os estabelecimentos, posto de saúde fecha às 13h, falta melhor acesso ao Pecém e o sinal de celular é péssimo (50%); Só possui 1 caixa 24H, falta policiamento mas é tranquilo (100%)	Saúde - faltam médicos, enfermeiros e medicamentos (100%); pavimentação em algumas ruas, há quedas de energia, e a praça do farol e o CPTA foram depredados (50%); Falta sinalização e fiscalização - veículos e lixo (50%)	Falta caixa eletrônico, policiamento e necessita de combate ao tráfico de drogas - assaltos cometidos por pessoas do Trairi (50%)	Falta saneamento básico, água tratada - capa rosa, aumentando tráfico de drogas e violência - segurança particular resolve (50%); Falta uma secretaria de turismo que trabalhe melhor para o Trairi, há descaso do poder público - quem age são as associações de empresários e moradores, a Coelce manda dois boletos num mês (50%)	Falta lazer em Baleia (100%); Praça mal-feita e segurança (50%); Falta ambulância, pavimentação, água tratada - capa rosa, caixa eletrônico (50%)	Serviços de saúde (36,3%); Policiamento e ilícitos (45,4%); Pavimentação e trânsito (45,4%); Serviços bancários (36,3%)

<b>Visão sobre o turismo (atual e futuro)</b>	Está crescendo, e com os novos hotéis e condomínios, crescerá ainda mais	Gera emprego e dinamiza o comércio, mas os estrangeiros não conseguem se comunicar, (50%); Falta investimento da prefeitura, há resistência do natural de Taiba e falta mão de obra (50%); com o CIPP a atividade aumentou - locação e moradia (100%)	Paracuru sempre recebeu turistas, com a nova administração municipal, este número tem caído (50%); Poderia ser melhor explorada, mas a praia está muito suja, e os hábitos dos excursionistas - farofeiros - piora as condições da praia (50%)	Em Lagoinha o povo vive do turismo mesmo, gera emprego e renda, a tendência é que melhore (100%)	Contribui, pois a maior parte das pessoas vive disso, falta investimento no saneamento e no tratamento de água (50%); Pouco explorado, porque especuladores querem se impor sobre os nativos, falta investimento da prefeitura, o turismo irá estagnar, pois o turista não tem informação (50%)	Tem alguns investimentos, mas não tem atrativo, tende a diminuir (50%); Gera emprego e renda (50%)	Gera emprego e renda (45,4%); Faltam investimentos públicos (36,3%); Há crescimento (27,2%); Há redução (45,4%)
<b>Estabelecimentos comerciais</b>	1/2	2/2	2/2	2/2	2/2	2/2	11/12
<b>Instalação do estabelecimento e motivo</b>	(Loja de sport wear, 2005) Por causa do crescimento do turismo	(Bar e restaurante, 2009 - Mercadinho, 2003) estabelecimento como forma de ganhar a vida, não motivado pelo turismo (100%)	(Quiosque, cerca de 10 anos - Ateliê de artesanato, 2012) turistas e moradores sempre buscam consumir sorvetes (50%); por não haver outro local de venda de artesanato (50%)	(Barraca de praia, há 12 anos - Restaurante, 2009) a família é pioneira no turismo, e os estabelecimentos foram pensados por causa do aumento de visitantes (100%)	(Barraca de praia, cerca de 20 anos - Mercadinho, 2005) Terreno de pescador local, hoje um dos únicos estabelecimentos de família de pescador (50%); necessidade de trabalho (50%)	(Mercadinho, 2005 - Depósito de material de construção, 2005) a praia só possuía um comércio, e este foi criado para dar mais possibilidades ao morador e ao turista (50%); Esposo era comerciante e resolveu abrir o depósito (50%)	Instalado por causa do turismo (45,4%); por outro motivo (54,5%)
<b>Período de maior utilização</b>	Meses de julho e outubro	Natal, final de ano e Festival do Escargot, quando aumenta número de turistas (50%); Durante os finais de semana, principalmente por moradores e mão de obra do CIPP (50%)	À noite, feriados e Junho, por moradores e turistas (50%); Nos feriados, por turistas e brasileiros e estrangeiros (50%)	Janeiro e Fevereiro - 7 mil na barraca em jan. de 2016, 90 a 95% são brasileiros (100%); Junho e dezembro (50%); Uma fatia dos estrangeiros é Argentina (50%); o número de estrangeiros te diminuído, o kite surf ajuda a atraí-los (50%)	Férias do final do ano, feriados, 90% são brasileiros (100%)	Férias e feriados, maioria do Ceará (50%); Após a quadra invernos vem mais turistas, por causa do sol - Junho a Dezembro (50%)	Dezembro a Fevereiro (54,5%); Julho a Outubro (27,2%); Feriados e finais de semana (45,4%); Maioria de brasileiros (54,5%)
<b>Relações e/ou conflitos entre sujeitos</b>	Nenhum conflito - moradores e turistas compram no estabelecimento	Os comerciantes locais dizem que os estrangeiros tomam a clientela e são os moradores que mais utilizam (100%); Vilegiaturistas e turistas também utilizam (50%)	Mão-de-obra de Paracuru (100%); Maioria do artesanato é comprado de fora e recebe o nome de Paracuru (50%)	Toda mão de obra é local, há parcerias com os bugueiros (100%); Há parcerias com outras barracas, em caso de lotação (50%); Não há união entre os empreendedores, aparecem compradores interessados no restaurante, os farofeiros incomodam (50%)	Contatos políticos tentam prejudicar a barraca, pois interessados na área querem comprar da família de pescadores (50%); Já chegaram interessados em comprar o mercado, que vende muito pra turistas (50%)	Toda mão de obra de Baleia (100%); É difícil encontrar mão de obra na localidade, muitos não querem trabalhar, pois pegam aposentadoria dos pais - pescadores, há indicação de outros estabelecimentos em caso de falta de produtos (50%)	Mão de obra local (63,6%); Utilização por turistas (54,5%); Interesses em comprar o estabelecimento (27,2%); Parcerias locais (27,2%); Concorrência (36,3%)
<b>Necessidades e Problemas</b>	Falta saneamento, a praça e um posto de saúde	Falta policiamento (mas é tranquilo), falta área de celular (100%); faltam cursos para qualificação, falta saneamento e água tratada - capa rosa (50%); falta acesso ao Pecém, falta serviço bancário e hospital (50%)	Há quedas de energia (100%); Água falta algumas vezes e há muitas ruas esburacadas (50%); O tráfico de drogas é crescente na periferia da sede (50%)	Segurança, aumento do tráfico de drogas - Trairi (100%); Poder público precisa divulgar a praia (50%); Poder público precisa investir mais na praia, na infraestrutura, demolir o hotel embargado (50%)	Saneamento básico (100%); limpeza (50%); Segurança (50%)	Falta investimento público no turismo e policiamento (100%); Faltam atrativos além da praia, falta água tratada (50%); Falta cooperação entre os empreendedores, falta consciência de que Baleia é interior, e os jovens não querem mais pescar, fazer renda de bilros, falta saneamento (50%)	Policiamento e ilícitos (72,7%); Saneamento, água tratada e lixo (63,6%); Qualificação de infraestrutura turística e de mão de obra (45,4%); Cooperação e consciência local (9%)

<b>Visão sobre o turismo (atual e futuro)</b>	Está estagnando por causa da falta de investimento da prefeitura em Cumbuco	Poucos turistas na maior parte do ano (100%); O kite surf é o único atrativo e o turismo gera poucos empregos (50%)	A atividade é pouco valorizada, deveria ser melhor pensada pela prefeitura e pelos moradores (50%); Eventos como a regata atraem turistas e movimentam o comércio e geram empregos (50%)	O turismo gera empregos e renda, mas falta divulgação (100%); Se não fosse o turismo, Lagoinha não existiria (50%); O hotel dos portugueses prejudicou a praia (50%)	Gera emprego e renda, deve aumentar, tem muitos hotéis se instalando (50%); Necessita da participação da população, maior divulgação, infraestrutura para vida noturna e qualificação da mão de obra (50%)	Gera emprego e renda (100%); Atualmente a atividade está estagnada, se investirem em infraestrutura, daqui 5 anos podemos ver outro turismo (50%)	Falta investimento da prefeitura em marketing e infraestrutura (45,4%); Gera emprego e renda (54,5%); Falta participação popular (18,1%); Atividade estagnada ou irrisória (54,5%); Irá crescer (9%); O turismo é essencial p/ localidade (9%)
<b>Hospedagens</b>	3/2	2/2	2/2	2/2	5/2	2/2	16/12
<b>Instalação do empreendimento</b>	(Pousada, 2014 era casa de praia - Pousada, 2002 - Pousada, mais de 10 anos) por causa da demanda turística (66,7%); não citou motivo da instalação (33,3%)	(Albergue, 2010 - Pousada, 2000) O terreno era grande e os quartos foram sendo construídos (50%); curiosidade de gerir uma pousada (50%)	(Hotel, 2011 - pousada, 10 há 15 anos) não houve motivação aparente, mas indica-se que pela presença da Petrobrás e da importância de única sede municipal litorânea (100%)	(Hotel, 2003 - Hotel, 2001) pelo crescimento do turismo em Lagoinha (100%)	(2003, hotel, Urugruai - 1989, pousada, local - 2004, pousada, local - 2008, pousada, Suíça - 2004, pousada, Sul) antiga propriedade de pescadores (60%); Antigo bar (20%); Antiga casa de veraneio (20%)	(Pousada, 2015 - Pousada, 35 anos) era uma casa de praia, virou restaurante e fizeram os quartos (50%); Era uma residência, foi fábrica de gelo e virou pousada (50%)	(Pousada, 68,75% - Albergue, 6,25%) Motivado pelo turismo (25%); Tinha outra função anteriormente (31,25%); Proprietário de outros estados ou países (37,5%)
<b>Período de maior ocupação</b>	Setembro à janeiro (100%) e de Julho à agosto (66,7%); Maioria nacionais, estrangeiros entre julho e agosto (100%); Baixa estação são feitos pacotes (33,3%); Atual ocupação de trabalhadores do CIPP (100%)	Setembro a Dezembro, mais turistas estrangeiros (50%); Fevereiro, Abril, Agosto, Setembro e Dezembro, Festival do Escargot, Ano Novo, Carnaval e 7 de Setembro, maioria de turistas do CE e RN (50%)	Feriadões e férias, maioria turistas brasileiros (100%); maioria público cooperativo - Petrobrás (50%); há chegada de turistas estrangeiros de julho a agosto (50%)	Janeiro, fevereiro, julho e dezembro, maioria é de cearenses e brasileiros, Agosto vem mais estrangeiro ligados ao kite surf (100%)	Dezembro a Fevereiro (80%); Julho a Agosto (100%); Após agosto vem mais estrangeiros (60%); Feriados (60%); Durante o ano, maioria de brasileiros (40%); Contratos recentes para receberem trabalhadores das eólicas (60%)	Reveillon e feriados, maioria de Fortaleza e poucos de outros estados (100%); Com a crise tem diminuído (50%)	Dezembro a Fevereiro (81,25%); Julho a Outubro (75%); Maioria de brasileiros (75%); Buscam meios de superar a sazonalidade - pacotes, promoções, outros públicos (50%)
<b>Relações e/ou conflitos entre sujeitos</b>	Mão de obra da localidade (66,7%); mão de obra de Caucaia (33,3%); alguns turistas compram e usam serviços locais (66,7%) ou vão à Fortaleza (33,3%); Casas de veraneio não incomodam e são poucas (66,7%)	Não há inimizades, há indicações entre pousadas (50%); atualmente é maior a individualidade dos empreendedores, inclusive a associação fechou (50%)	Mão de obra local, há encaminhamento e indicações de clientes e hóspedes entre hotéis e restaurantes (100%)	Mão-de-obra local, vários investidores já tentaram comprar o hotel, é comum indicar outros hotéis em caso de lotação (100%)	Mão de obra local e de outras localidades (80%); Veranistas fazem barulho (40%); Especuladores tentaram comprar empreendimento (20%); Parcerias de indicação entre hospedagens e estabelecimentos (20%);	Concorrência entre as pousadas é conflituosa - acusações e interesses políticos, mão de obra é do Assentamento Maceió - em Baleia as pessoas não querem trabalhar (100%); Veranistas usam sol alto e já tentaram comprar a pousada (50%)	Mão de obra local (62,5%); indicações em caso de lotação (37,5%); Problemas com v ilegialturistas (18,75%); Investidores tentaram comprar (25%); Concorrências ou individualidades entre empreendimentos (43,75%)
<b>Necessidades e Problemas</b>	Falta sistema de saúde e escola bem estruturada (33,3%); Falta ou está incompleto o saneamento (100%); tem droga mas pouca violência (66,7%)	Falta saneamento, água tratada, infraestrutura turística (p/ ônibus de excursão), cobertura de celular e policiamento, mas é tranquilo (100%); a conta de água é retirada a cada dois meses, uma por leitura e outra pela média (50%)	Falta lazer no cotidiano da cidade (50%); depredação da infraestrutura turística, caso das barracas, das praças e do Farol (50%)	Segurança está bem ruim (100%); Não há um caixa eletrônico, falta água (50%); falta posto de atendimento médico (50%)	Falta saneamento (40%); Falta segurança (100%); Falta escola (20%); Posto de saúde simples (20%); Não há posto de saúde (60%); Iluminação precária (20%); Falta caixa eletrônico (40%); Lixo espalhado por turistas (20%); Falta marketing de Flecheiras (20%); Ausência da salva vidas (20%)	Posto de saúde sem médicos e remédios, segurança, falta esgotamento (100%); Falta visão da prefeitura, quedas de energia, pavimentação (50%); água ferruginosa - capa rosa, muita corrupção, drogas sendo vendidas dentro do colégio (50%)	Policiamento e ilícitos (81,25%); Saneamento, água tratada e lixo (68,75%); Depredação e falta de infraestrutura turística (18,75%); Serviço de saúde inexistente ou deficitário (50%); Serviço bancário ou de celular (31,25%); Quedas de energia (12,5%); Educação escolar (18,75%); Marketing e publicidade municipal (12,5%)

<b>Visão sobre o turismo (atual e futuro)</b>	Turismo gera emprego e renda (66,7%) e melhor infraestrutura (33,3%); Traz problemas como a prostituição e drogas (33,7%)	Está em declínio, mas gera empregos na alta estação (100%); não há visão de futuro por parte do cidadão e da prefeitura, faltam banheiros públicos, farmácias, serviço bancário (50%); o que aumenta de fato é o aluguel e a moradia, por causa do CIPP (50%)	O turismo ajuda, pois modifica a dinâmica interiorana da cidade, contribuindo pra criação de empregos (50%); Poderia ser mais valorizada, com melhores infraestruturas (50%)	Já foi melhor, mas a sazonalidade tem aumentado (100%); Há divulgação, deve melhorar (50%); Não há divulgação pela prefeitura, pois Lagoinha sobrevive do turismo, que gera empregos, com a crise, há incerteza do futuro (50%)	Gera emprego e renda (100%); Ocasional acúmulo de lixo (20%); aumentaram casos de prostituição e tráfico de drogas - durante o No Limite e após as Eólicas (20%); Possui muitos atrativos (20%); Muitos eventos foram finalizados (20%); Há decadência do turismo (20%); Há tendência de crescimento (20%)	O turismo está fraco (100%); Com a divulgação tende a melhorar - em redes sociais particulares, necessita de cooperação (50%); Baleia não possui infraestrutura, se a prefeitura não agir, tende a cair ainda mais (50%)	Gera emprego e renda (68,75%); Produz melhor infraestrutura (6,25%); Faltam investimentos públicos (31,25%); Falta participação popular (6,25%); Há crescimento (6,25%); Há redução (43,75%); Atrai tráfico e prostituição (12,5%); Possui muitos atrativos - Flecheiras (6,25%)
<b>Vilegiaturistas</b>	1/2	2/2	2/2	0/2	1/2	2/2	8/12
<b>Aquisição do imóvel</b>	2013 em um conjunto de casas; por causa do lazer e da praia	(Casa alugada - DUO, 1982) Proximidade de da família que mora em SGA (50%); tranquilidade e proximidade de SGA (50%)	3 anos, por causa do baixo valor (50%); 3 anos, durante passeio na localidade, teve interesse e comprou a casa (50%)	-	37 anos, terreno era de amigos, que ofereceram e o proprietário adquiriu pelo baixo valor	4 a 5 anos, pela tranquilidade, casa da família (50%); 35 anos, tranquilidade, várias casas da família (50%)	Por causa do lazer na praia (25%); Motivos familiares (37,5%); Baixo valor da terra (25%); Proximidade do CIPP (12,5%)
<b>Período de maior utilização do DUO</b>	Finais de semana	Feriados, Carnaval, Semana Santa e na Alta Estação (50%); Férias de Julho (50%)	Férias e feriados (50%); Todo final de semana, pela família (50%)	-	Feriados e férias	A cada 15 dias e nas férias (50%); todos os finais de semana (50%)	Feriados (37,5%); Férias (50%); Finais de semana (37,5%)
<b>Relações e/ou conflitos entre sujeitos</b>	Moradores realizam obras de construção e manutenção; não há conflitos	Nenhuma relação com a comunidade (50%); Em períodos de maior movimento, carros são deixados na frente da garagem da residência (50%)	Porteiro da localidade (50%); Conhece várias pessoas, hoteleiros, empresários, moradores, funcionários da Prefeitura, e não há conflitos aparentes (50%)	-	Os veranistas não possuem muito contato, mas os caseiros são da comunidade. Esta foi uma das primeiras casas de veraneio instaladas	Alguns moradores prestam serviços de caseiro e manutenção (100%); o trânsito de veículos 4x4 e motos na praia gera perigos (50%)	Moradores prestam serviços de manutenção e segurança (62,5%); Problemas com turistas - trânsito e estacionamento de veículos (25%)
<b>Necessidades e Problemas</b>	Falta pavimentação; tem muito lixo nas ruas	Falta segurança, mas é tranquilo (100%); Falta infraestrutura na praia, faltam restaurantes bons, hospital, hotéis de grande porte (50%)	Segurança (100%); Possui muito lixo nas ruas, poluição, equipamentos depredados, calçadão desgastado, fedor de urina em alguns locais, ausência de drenagem pluvial, falta cidadania da população com a localidade (50%)	-	Segurança, ocorrência de furtos, quedas de energia, internet a cabo muito ruim	Falta policiamento (100%); melhoramento dos acessos à praia (50%); posto de saúde, pavimentação, caixa eletrônico, atrativos (50%)	Policiamento e ilícitos (87,5%); Saneamento, água tratada e lixo (25%); Depredação e falta de infraestrutura turística - hotéis, restaurantes (50%); Internet e serviços bancários (25%); Serviço de saúde (25%); Pavimentação (37,5%); Falta cidadania (12,5%); Ausência de atrativos (12,5%)
<b>Visão sobre o turismo (atual e futuro)</b>	Bom, pois movimentou o comércio; deve melhorar com os novos empreendimentos	Deveria ser mais trabalhado pela prefeitura, mas sempre recebe eventos de surfe (50%); Não possui opinião (50%)	Falta melhorar as condições infraestruturais pra atrair mais pessoas (100%); Paracuru sempre tem visitantes, mas falta melhor planejamento e melhores serviços nas barracas (50%)	-	O turismo gera emprego e renda, mas gera atividade ilícitas também. Se a insegurança continuar, o turista vai embora	Considera uma boa praia, melhor pra morar que pra visitar, espera que haja investimento (50%); O que turista de Baleia busca é a tranquilidade, e daqui há alguns anos deve estar assim, por que há 30 anos é assim (50%)	Gera emprego e renda (12,5%); Movimenta o comércio (12,5%); Faltam investimentos públicos (50%); Falta qualidade do setor privado (12,5%); Atrai atividade ilícitas (12,5%); Deverá crescer (12,5%); Está estagnado (37,5); Melhor pra morar (12,5%)
<b>Turista</b>	1/2	2/2	0/2	2/2	2/2	1/2	8/12

<b>Número de dias e frequência de visitas</b>	16 dias (Argentina)	2 a 3 vezes por ano (50%); em todas as férias - 1ª vez em Taiba, SP (50%)	-	1 dia - de Fortaleza, terceira vez em Lagoinha (50%); 15 dias - Belém/PA, primeira vez (50%)	Algumas horas, quase todo final de semana, Itaipoca (50%); final de semana, não vinha há tempo, Fortaleza (50%)	4 dias, primeira vez	Mais de um dia (50%); 1ª vez na localidade (37,5%); Várias vezes por ano na mesma localidade (50%)
<b>Motivos para visitaçào</b>	Proximidade de Fortaleza	Tranquilidade (50%); Sugestão de parentes (50%)	-	Praia e tranquilidade (50%); Indicação de amigos (50%)	A tranquilidade (100%); a segurança, a praia e a pousada (50%)	Viu pela internet	Proximidade de Fortaleza (12,5%); Tranquilidade (50%); Sugestão de amigos ou parentes (25%); Gostar da praia (25%); Escolha aleatória (12,5%); Qualidade dos serviços (12,5%)
<b>Maior ocupação</b>	Feriados, final de ano e julho	Alta estação (50%); Finais de Semana (50%)	-	-	Aos domingos (50%); férias e feriados (50%)	-	Feriados (25%); Férias (37,5%); Finais de semana (25%)
<b>Necessidades e Problemas</b>	Lixo nas ruas; violência crescente; falta de cidadania (cuidado com o patrimônio público)	Lixo nas ruas, ausência de esgoto (50%); Ausência de serviços de saúde e segurança (50%)	-	Falta sinalização para a localidade (50%)	Falta práticas de esportes na praia (50%); lixo na praia (50%)	Acesso à praia	Policimento e ilícitos (25%); Saneamento e lixo (37,5%); Sinalização e acesso à praia (25%); Ausência de esportes na praia (12,5%); Serviços de saúde (12,5%); Falta cidadania (12,5%)
<b>Visão sobre o turismo (atual e futuro)</b>	A praia está se acabando (erosão); o kite surf toma o lugar dos banhistas; a tendência é que diminua	O turismo em Taiba é bom por causa da tranquilidade, do fácil acesso e da beleza da praia (50%)	-	Traz benefícios e empregos para a localidade, mas é necessário cuidar da natureza do local (50%)	Gera emprego e renda, a hotelaria está crescendo (50%); Bons serviços turísticos e acredita que deverá crescer (50%)	Falta passeios de buggy ou quadriciclo na praia	Gera emprego e renda (25%); Necessário cuidado com a natureza (25%); Impactos ambientais (12,5%); Beleza da praia com potencial (25%); Faltam atrações (12,5%); Deverá crescer (12,5%); Deverá diminuir (12,5%)

## ANEXOS

## Parecer Consubstanciado CEP da UFC (CEP/CONEP)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
CEARÁ/ PROPEQ



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Políticas públicas de turismo no litoral oeste do Ceará: duas décadas de transformações na Costa do Sol Poente.

**Pesquisador:** Tiago da Silva Castro

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 57123915.1.0000.5054

**Instituição Proponente:** UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 1.615.766

#### Apresentação do Projeto:

A investigação objetiva investigar as dinâmicas socioambientais provenientes das políticas de turismo aplicadas à reestruturação produtiva da Costa do Sol Poente do Ceará nas últimas duas décadas e os entraves à especialização da atividade nesta parcela da zona costeira do estado.

#### Objetivo da Pesquisa:

##### Objetivo Primário:

Investigar os entraves à especialização da atividade turística na microrregião da primeira fase da Costa do Sol Poente do Ceará como área receptora das primeiras políticas públicas setoriais de turismo, possuindo elevado potencial paisagístico e consideráveis disparidades socioespaciais.

##### Objetivo Secundário:

- Compreender a criação das imagens dos paraísos litorâneos no Ceará até a década de 1990;
- Identificar as transformações na dinâmica turística dos municípios estudados em relação ao contexto cearense e nordestino durante os últimos vinte anos;
- Investigar as dinâmicas das

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

UF: CE

Telefone: (85)3396-8344

CEP: 60.430-275

Município: FORTALEZA

E-mail: [conep@ufc.br](mailto:conep@ufc.br)

Continuação do Parecer: 1.615.766

comunidades tradicionais localizadas na região frente à espacialização do turismo litorâneo;• Verificar a influência das políticas de turismo na melhoria das condições sociais e da qualidade ambiental no litoral cearense;• Constatar os fatores capazes de atrair ou repelir empreendimentos turísticos nos municípios estudados.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

**Riscos:**

O processo de entrevista pode causar desconfortos aos participantes decorrentes do tempo necessário para seu preenchimento, além disto, o fornecimento de informações pode causar insegurança aos participantes moradores das comunidades estudadas, que deverão ter, no processo de análise dos dados, suas identidades mantidas em sigilo. Também pode ser verificável, por parte de funcionários de empreendimentos e estabelecimentos turísticos, receio pela manutenção de seus postos de trabalho, não devendo a pesquisa incorrer em perguntas tendenciosas.

**Benefícios:**A pesquisa trata-se de investigação concernente aos percalços enfrentados pelo planejamento turístico no litoral cearense como processo que busca estabelecer metas claras para o futuro da atividade nos municípios estudados. Conduzida de forma a abordar as potencialidades não consideradas no processo de planejamento, a pesquisa contribuirá com a proposição de possibilidades para a atividade turística como meio para distribuição de renda e melhoria da qualidade de vida além da crítica à metodologia verticalizada de planejamento implementada pelo poder público cearense. Desta forma, aos pesquisadores envolvidos cabe verificar como a análise crítica sobre o turismo e práticas relacionadas pode contribuir para compreensão do processo de apropriação do litoral por grandes investidores nacionais e internacionais, além de possibilitar o conhecimento do território utilizado pelas comunidades litorâneas cearenses.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Sem comentários.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Em conformidade.

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000  
Bairro: Rodolfo Teófilo CEP: 60.430-275  
UF: CE Município: FORTALEZA  
Telefone: (85)3396-8344 E-mail: comape@ufc.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
CEARÁ PROPESQ



Continuação do Parecer: 1.615.766

**Recomendações:**

Sem recomendações.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Sem pendências.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_611099.pdf	13/06/2016 16:45:21		Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto.pdf	13/06/2016 16:44:53	Tiago da Silva Castro	Aceito
Outros	CARTA_APRECIACAO_CEP_UFC.pdf	13/06/2016 16:34:57	Tiago da Silva Castro	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DECLARACAO_PESQUISADORES.pdf	13/06/2016 16:33:05	Tiago da Silva Castro	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_TIAGO.pdf	13/06/2016 16:32:47	Tiago da Silva Castro	Aceito
Cronograma	ORCAMENTO_TIAGO.pdf	13/06/2016 16:32:30	Tiago da Silva Castro	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Tiago.pdf	13/06/2016 16:31:55	Tiago da Silva Castro	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Comite_de_Etica_Tiago.pdf	13/06/2016 16:31:42	Tiago da Silva Castro	Aceito
Outros	Sao_Goncalo_do_Amarante.pdf	13/06/2016 16:31:12	Tiago da Silva Castro	Aceito
Outros	Itapipoca.pdf	08/06/2016 23:00:39	Tiago da Silva Castro	Aceito
Outros	Trairi.pdf	08/06/2016 22:59:57	Tiago da Silva Castro	Aceito
Outros	Paraipaba.pdf	08/06/2016 22:59:33	Tiago da Silva Castro	Aceito
Outros	Paracuru.pdf	08/06/2016 22:58:51	Tiago da Silva Castro	Aceito
Outros	Caucaia.pdf	08/06/2016 22:57:49	Tiago da Silva Castro	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000  
 Bairro: Rodolfo Teófilo CEP: 60.430-275  
 UF: CE Município: FORTALEZA  
 Telefone: (85)3396-8344 E-mail: compe@ufc.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
CEARÁ/ PROPESQ



Continuação de Parecer: 1.615.795

**Necessita Apreciação da CONEP:**  
Não

FORTALEZA, 30 de Junho de 2016

---

**Assinado por:**  
**FERNANDO ANTONIO FROTA BEZERRA**  
(Coordenador)

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000  
Bairro: Rodolfo Teófilo CEP: 60.430-275  
UF: CE Município: FORTALEZA  
Telefone: (85)3366-8344 E-mail: [conep@ufc.br](mailto:conep@ufc.br)